



**PORTO DE MÓS:
TEMPO, ESPAÇO
E MEMÓRIA**

I CICLO DE CONFERÊNCIAS

PORTO DE MÓS: TEMPO, ESPAÇO E MEMÓRIA

I CICLO DE CONFERÊNCIAS

I Ciclo de conferências: 16 de março a 18 de maio de 2020
Junta de Freguesia de Porto de Mós
e Castelo de Porto de Mós

Imagem de capa: Arquivo Municipal de Porto de Mós
- gravura de Porto de Mós (século XIX)

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO:

Câmara Municipal de Porto de Mós

TEXTOS:

Alexandra Leal Barradas
Beatriz Rodrigues Cabral
Eduardo Amaral
Fernanda Maria Reis de Sousa
Gonçalo Brito Graça
Jessica Santos
José Manuel Brandão
Kevin Carreira Soares
Manuel Barroso
Rui Costa Lopes

ORGANIZAÇÃO

Kevin Carreira Soares

FOTOGRAFIAS E GRAVURAS:

Adriano Mura
Câmara Municipal de Porto de Mós
José Manuel Brandão

EXECUÇÃO GRÁFICA

Raquel Lopes

IMPRESSÃO

Tons Amarelos, soluções gráficas

TIRAGEM

500 exemplares

DEPOSITO LEGAL

506472/22

ISBN

978-972-95155-9-0

DOI

10.5281/zenodo.7193821

1ª EDIÇÃO

Porto de Mós, Outubro de 2022

SUMÁRIO

Nota de Abertura EDUARDO AMARAL	7
Nota de Abertura MANUEL BARROSO	9
Prefácio RUI COSTA LOPES	11
Introdução KEVIN CARREIRA SOARES	15
<i>Os Arqueossítios no concelho de Porto de Mós</i> ■ JESSICA SANTOS	31
<i>O Castelo de Porto de Mós e a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém</i> ■ ALEXANDRA LEAL BARRADAS	41
<i>Identidades, vivências e contributos dos agostinhos descalços no concelho de Porto de Mós (séculos XVII a XIX)</i> ■ BEATRIZ RODRIGUES CABRAL	79
<i>Assistência a expostos e lactados no Concelho de Porto de Mós (1812-1890)</i> ■ KEVIN CARREIRA SOARES	101
<i>Deus, Igreja e Pátria: a história do associativismo escutista em perspetiva local. O caso de Porto de Mós</i> ■ GONÇALO BRITO GRAÇA	129
<i>De desígnio a necessidade. Algumas notas sobre a antiga central elétrica a carvão de Porto de Mós</i> ■ JOSÉ MANUEL BRANDÃO	143
<i>A Central Termoelétrica de Porto de Mós: novas leituras e perspetivas</i> ■ FERNANDA MARIA REIS DE SOUSA	175
Biografias dos autores	195

NOTA DE ABERTURA

Poder compilar e perpetuar em livro o resultado de uma iniciativa de grande qualidade científica e de conhecimento da história local é, para qualquer autarca, um motivo inquestionável de orgulho e de sentimento do dever cumprido.

Esta obra que agora se edita e que resulta do *I Ciclo de Conferências – Porto de Mós – Tempo, Espaço e Memória*, decorrido entre março e maio de 2019 é, também, o espelho do empenho, da sapiência e da forte ligação à terra natal do jovem historiador Portomosense Kevin Carreira Soares que, em boa hora, propôs ao executivo municipal a sua realização e a quem cumpre, em primeiro lugar, endereçar um agradecimento sentido e reconhecido, pois o seu compromisso, responsabilidade, entrega e dedicação foram fundamentais.

Efetivamente, o entendimento da história local por aqueles que a aprofundam só faz sentido quando partilhado com a comunidade que a vivenciou e que a constrói, todos os dias e, só assim, o património poderá tornar-se alavanca de um desenvolvimento sustentável, no futuro.

É nosso grande objetivo trazer a público o valioso património que representa a nossa história local, identificando passado e presente nos vários espaços de convivência, procurando promover a criação de um raciocínio de história que contemple não só o indivíduo, mas toda a nossa comunidade.

Nesta lógica de comunicação do saber, os agradecimentos estendem-se a todos os que se disponibilizaram a vir até Porto de Mós, falar sobre Porto de Mós, e que proporcionaram momentos de discussão, indagação, pensamento e reflexão importantes e desencadeadores, estou certo, de outras iniciativas desta natureza. Assim se proporcione a oportunidade e se abram os braços ao desafio.

Uma palavra, de reconhecimento igualmente, a todos os parceiros locais e colaboradores que apoiaram, desde a primeira hora, este *Ciclo* e que entenderam o alcance desta ação. Seria impensável alcançar este objetivo sem o empenho, compromisso e o esforço de cada um para um bem coletivo.

Estas páginas, que reúnem os diferentes contributos apresentados, são a expressão e o testemunho de um trabalho científico de valor reconhecido e que fica, agora, disponível para leitura, apreensão e reconhecimento de todos.

Bem Hajam

Eduardo Amaral

Vice-Presidente e Vereador da Cultura
do Município de Porto de Mós

NOTA DE ABERTURA

Foi com uma enorme satisfação que a Junta de Freguesia de Porto de Mós acolheu o ciclo de conferências Tempo Espaço e Memória, organizadas pelo nosso concidadão Kevin Soares.

Esta iniciativa trouxe leituras renovadas sobre a identidade do nosso território e contribuiu para a memória coletiva dos portomosenses. A participação da comunidade foi demonstrativa do interesse que todos nós consagramos à nossa terra.

Por tudo isto, a Junta de Freguesia de Porto de Mós sente-se mais rica e grata por todos os contributos científicos decorrentes destas conferências, mantendo abertas as suas portas a iniciativas futuras semelhantes que pretendam brindar e enriquecer o nosso património coletivo.

Manuel Barroso

Presidente da Junta de Freguesia
de Porto de Mós

PREFÁCIO

O I Ciclo de Conferências Porto de Mós: Tempo, Espaço e Memória trouxe ao concelho de Porto de Mós académicos especialistas de diferentes áreas com conhecimento produzido sobre o concelho, promovendo um debate aberto e informado sobre os espaços e equipamentos locais na esperança de contribuir para um pensamento e usufruto pleno destes.

Esta iniciativa constituiu-se assim como um exemplo paradigmático e louvável de atividades de extensão da Universidade para a Comunidade. É na qualidade de Presidente da Comissão de Extensão Universitária do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa que tenho a honra e orgulho de prefaciar uma obra dedicada a esta iniciativa.

As atividades de extensão universitária correspondem a todas as iniciativas que estão fundamentalmente dirigidas a públicos não académicos. Estas estão em linha com um dos princípios fundamentais das instituições de investigação científica e constituem uma dimensão da atividade científica que é ativamente promovida pela Comissão Europeia desde o Plano de Ação Ciência e Sociedade de 2000, e que atualmente se insere nas agendas da Ciência Aberta e da Investigação e Inovação Responsáveis (RRI).

A preocupação explícita de desenvolver atividades orientadas para o grande público pode assumir diferentes formas, sendo ora mais focada na comunicação e divulgação científica em diferentes suportes, ora mais orientada para a extensão para a comunidade através de iniciativas que juntam membros da academia e *stakeholders* da comunidade.

Com o intuito de reconhecer a importância deste tipo de atividades, o ICS criou o *Prémio Extensão em Ciências Sociais* (Prémio ECS) que assim quis valorizar as atividades de extensão inovadoras desenvolvidas por investigadores e estudantes do ICS.

A primeira Edição do Prémio ECS decorreu em 2020 para o qual foram submetidas candidaturas relativas a iniciativas desenvolvidas em 2018 e 2019.

Para analisar as candidaturas e atribuir os prémios nas diferentes categorias, constituiu-se um júri presidido por mim próprio e composto pela Doutora Cristina Roldão, Professora convidada da ESE-IPS e investigadora no CIES-IUL; pelo Mestre João Wengorovius Meneses, Secretário-Geral do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; por José Vitor Malheiros, Consultor de Comunicação de Ciência; e pela

Doutora Marta Lourenço, Investigadora Auxiliar, Diretora do Museu Nacional de História Natural e da Ciência e Coordenadora Nacional do PRISC.

Na categoria das iniciativas desenvolvidas por estudantes, o júri decidiu, por unanimidade, premiar a iniciativa que inspirou esta obra.

Tal atribuição fundamentou-se na conseguida articulação do rigor científico com o envolvimento de *stakeholders* locais. O rigor científico decorreu da inclusão tanto de académicos conceituados apresentando trabalhos sobre temas mais genéricos como de historiadores com produção científica sobre o próprio concelho. O envolvimento da comunidade local aconteceu de forma alargada incluindo entidades formais ligadas ao município até à divulgação da iniciativa e uma cobertura mediática dos órgãos locais.

Reitero a importância de iniciativas como esta e de outras atividades de extensão universitária. Iniciativas como esta que envolvem a oportunidade de trazer o valor do conhecimento produzido em Ciências Sociais e Humanidades para meios locais constituem uma oportunidade rara e particularmente gratificante numa reciprocidade que enriquece todas as partes envolvidas.

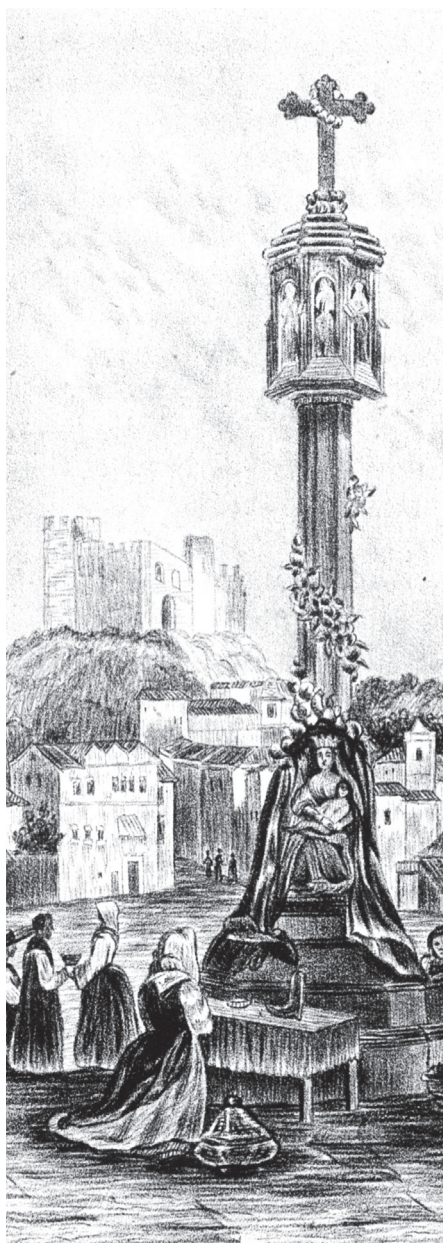
Termino, parabenizando o autor, Kevin Carreira Soares, e a iniciativa, desejando que esta obra se constitua como um catalizador de iniciativas semelhantes no futuro.

Lisboa, 13 de Abril de 2021

Rui Costa Lopes

Presidente da Comissão de Extensão Universitária

ICS – ULisboa



PORTO DE MÓS: TEMPO, ESPAÇO E MEMÓRIA

- I CICLO DE CONFERÊNCIA -

16 MARÇO | 15:00H - AUDITÓRIO DE JF DE PORTO DE MÓS
**O CASTELO DE PORTO DE MÓS:
DE FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL A PAÇO CONDAL**

LUÍS SERRÃO GIL CHAM - FCSH-UNL/ULB
De Fuas ao Formoso: fundação e adaptação do Castelo medieval de Porto de Mós

SÁUL ANTÓNIO GOMES CHSC - UIC-CEBR - UCP
Porto de Mós no Condado de Ourém nos Séculos XV e XVI

ALEXANDRA BARRADAS
O castelo de Porto de Mós e a obra mecenática de D. Afonso, 4º conde de Ourém

23 MARÇO | 15:00H - AUDITÓRIO DE JF DE PORTO DE MÓS
**PORTO DE MÓS E O IMPÉRIO ROMANO:
AS VIAS DE COMUNICAÇÃO, O PATRIMÓNIO E O TERRITÓRIO.**

JOÃO PIMENTA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
O território de Porto de Mós em época romana

JESSICA SANTOS FCSH-UNL
Os arqueossítios no concelho de Porto de Mós

06 ABRIL | 15:00H - CASTELO PORTO DE MÓS
**DEVOÇÕES, PRÁTICAS E FESTAS RELIGIOSAS
EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA**

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA CHAM-FCSH-UNL/UAAC-CEBR-UCP
Como saltar os muros da cerca? O dia-a-dia e a festa em paisagens urbanas onde existiam casas de religiosos ou de religiosos (sécs. XVI a XVIII).

BEATRIZ RODRIGUES CABRAL
Identidades, vivências e contributos dos Agostinhos Descalços em Porto de Mós

13 ABRIL | 15:00H - CASTELO PORTO DE MÓS
**CONFRARIAS, MISERICÓRDIA E PROTEÇÃO SOCIAL
NO ANTIGO REGIME: POBRES, DESVALIDOS E ENJEITADOS
ENTRE O ANTIGO REGIME E O LIBERALISMO**

MÁRIA ANTÓNIA LOPES CHSC - UC
Os pobres e as instituições que os socorriam em Portugal dos sécs. XVI-XIX

KEVIN CARREIRA SOARES PHD/IST - ICS-UL
A assistência à infância abandonada no concelho de Porto de Mós entre 1812 e 1909.

11 MAIO | 15:00H - CASTELO PORTO DE MÓS
**ASSOCIAÇÕES LOCAIS, GRUPOS CULTURAIS E FORMAÇÕES
POLÍTICAS ENTRE O LIBERALISMO E O ESTADO NOVO**

PAULO FONTES CEBR - UCP
Associativismo local e dinâmicas históricas da modernidade

GONÇALO GRAÇA PHD/IST - UCP
Deus, Igreja e a Pátria: a história do movimento escultista em perspetiva local

18 MAIO | 15:00H - CASTELO PORTO DE MÓS
**A CENTRAL TERMOELÉTRICA DE PORTO DE MÓS:
PASSADO E FUTURO**

JOSÉ MANUEL BRANDÃO IHC - FCSH-UNL
Do carvão à electricidade: a Central termoelétrica de Porto de Mós

FERNANDA REIS DE SOUSA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS
A Central termoelétrica de Porto de Mós: novas leituras e perspetivas

PARCERIA



APOIO



ORGANIZAÇÃO
KEVIN CARREIRA SOARES

APOIO À ORGANIZAÇÃO:
MARTA SILVA

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2019, quando o projeto do Ciclo de Conferências foi submetido a apreciação camarária, foram identificadas quatro eixos estruturais que motivavam a sua organização¹:

1 – Ao longo das últimas duas décadas, o concelho de Porto de Mós tem sido alvo de investigações sólidas, que foram capazes de fazer avançar conhecimento em diversos campos de investigação até então menos conhecidos. Assim, por exemplo, observando algumas das publicações das obras mais relevantes desde o ano de 2000, é possível detetar, logo em 2001, um trabalho de João Gouveia Monteiro sobre a Batalha Real, enquanto editor de uma obra coletiva, onde se apresentaram os resultados de novos trabalhos arqueológicos e geológicos realizados no campo militar de S. Jorge²; Em 2005, foi a vez de Alexandra Barradas apresentar uma dissertação com o título *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*³. Neste ano, teve também lugar a publicação da obra magna de Saul António Gomes sobre o concelho, através da edição de um vasco compêndio de fontes documentais, que marcou definitivamente a qualidade da investigação produzida posteriormente⁴; Ainda que num domínio diferente,

1 O documento está disponível para consulta em https://www.municipio-portodemos.pt/cmportomos/uploads/writer_file/document/8101/jornadas_historicas.pdf. Último acesso 07/04/2021.

2 MONTEIRO, João Gouveia (coord) - *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.

3 BARRADAS, Alexandra Leal - *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: dissertação de mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005. Este trabalho foi publicado no ano seguinte, pela Colibri e pelo Instituto de História de Arte da Universidade Nova de Lisboa.

4 GOMES, Saul António - *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 2005. Do mesmo autor, além das publicações referidas nesta introdução, GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 14–132; GOMES, Saul António – “Porto de Mós e os seus forais” em GOMES, Saul António (coord.) – “Forais - Porto de Mós”. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 63–99; GOMES, Saul António – “Glossário essencial dos forais de Porto de Mós” em GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós. 2015, p. 199–201; GOMES, Saul António – “O Condado de Ourém em tempos medievais” em ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.) - *D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua Época. Congresso Histórico. Ourém, 6 a 8 Novembro 2003*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p. 93–156; GOMES, Saul

no ano seguinte, em 2006, foi também apresentada a dissertação de mestrado de António José de Meneses Teixeira^[5]; Em 2007, uma nova obra sobre a Batalha Real nasceu sobre a autoria de João Gouveia Monteiro^[6]; Três anos mais tarde, no domínio da educação artística, Rosana Oliveira Silva lançava um olhar renovado sobre as potencialidades do castelo de Porto de Mós^[7], que foi objeto de renovada atenção no ano seguinte, em 2011, quando Luís Serrão Gil deu o seu contributo para a história do castelo de Porto de Mós e da vila medieval, no âmbito da arqueologia^[8]; Nesse mesmo ano, conhecia o prelo uma obra onde se agregaram testemunhos em torno do desastre da Escola Primária de Porto de Mós, ocorrido em 1936^[9]. Em 2014, foi a vez de Saul António Gomes publicar o seu contributo sobre a Batalha Real^[10].

A partir desse ano, assistiu-se à importante renovação da historiografia sobre o concelho, impulsionada pelo contributo e dinamismo

António – “Temas e problemas sobre Porto de Mós medieval. A propósito da História Oral Local”. *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, v. III, n. 7, (1995), p. 45–60; GOMES, Saul António - *Porto de Mós medieval: breves subsídios documentais para o seu conhecimento*. Porto de Mos: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1985.

5 TEIXEIRA, António José de Meneses – *Contribuição para uma etnografia da água na zona serrana do Concelho de Porto de Mós (contribuição para uma etno-geologia da água)*. Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos Portugueses – Culturas Regionais Portuguesas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006. Também deste autor TEIXEIRA, António José de Meneses – “Porto de Mós: espaço geográfico, natural e arqueológico” em GOMES, Saul António (coord.) - *Foires - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 17–51.

6 MONTEIRO, João Gouveia - *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2007. Também deste autor, com importância para a história do concelho, veja-se a obra MONTEIRO, João Gouveia - *Nuno Álvares Pereira - Guerreiro, Senhor Feudal, Santo*. Lisboa: Manuscrito, 2017.

7 SILVA, Rosana Oliveira - *Educação Artística no Património: Uma ação no Castelo de Porto de Mós*. Lisboa: dissertação de Mestrado em Educação Artística apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2010.

8 GIL, Luís Carlos Serrão - *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia à arquitetura uma visão de complementaridade. O Castelo do século XII a XV*. Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011. Também deste autor GIL, Luís Serrão – “Entre tachos e painéis: cerâmica medieval do silo do castelo de Porto de Mós” em GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (Orgs.) - *X Edição do Congresso Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo”*. Silves: Câmara Municipal de Silves; Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 333-339.

9 *Voz às memórias: desastre da Escola Primária de Porto de Mós 8 de dezembro de 1936*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2012.

10 GOMES, Saul António - *A Batalha Real: 14 de Agosto de 1385*. Calvaria de Cima: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2014.

decisivo de José Manuel Brandão. O objeto de estudo central desta corrente foi a antiga Central Termoelétrica e as estruturas e dinâmicas que lhe estiveram associadas. Este processo devia ter culminado com a recuperação e musealização da antiga Centro termoelétrica de Porto de Mós que, apesar de não se ter concretizado sob a sua direção, deixou à historiografia diversos contributos^[11]. Em 2015, conheceu publicação a obra comemorativa dos 500 anos do foral manuelino de Porto de Mós, coordenada por Saul António Gomes^[12] e, em 2016, Adozinda Carvalho juntava-se ao leque de historiadores locais, a partir do estudo da toponímia da vila^[13]. Neste mesmo ano, Saul António Gomes voltou a coordenar um projeto de fôlego, desta vez dedicado à Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, na ocasião da celebração dos seus 500 anos^[14]. Já em 2017, Beatriz Rodrigues Cabral, em colaboração com o redator destas páginas, escrevia uma primeira monografia sobre o Convento dos Agostinhos Descalços da vila^[15], enquanto, em 2018, era a

11 De destaque a obra BRANDÃO, José Manuel - *História e Memória da Central Eléctrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016. Também deste autor BRANDÃO, José Manuel e NUNES, Maria de Fátima – “Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956)”. *Revista Portuguesa de História*, v. 45, (2014), p. 159–182; BRANDÃO, José Manuel; SOUSA, Fernanda Reis de – “Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós”. *Cadernos de estudos leirienses*, v. 6, (2015), p. 29–42; Além da obra coletiva, BRANDÃO, José Manuel e NUNES, Maria de Fátima (Orgs.) - *Memórias do Carvão*. Batalha; Porto de Mós: Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015.

12 GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015.

13 CARVALHO, Maria Adozinda da Luz Fonseca da Cruz - *Toponímia da vila de Porto de Mós (1880-2015). Ecos de memória*. Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos do Património apresentada a Universidade Aberta, 2016. Publicada no ano seguinte, em edição da Câmara Municipal de Porto de Mós.

14 GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016.

15 SOARES, Kevin Carreira; CABRAL, Beatriz Rodrigues - *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017. Do mesmo autor SOARES, Kevin Carreira (Org.) - *Quotidianos da Revolução: O 25 de Abril no Concelho de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2021; SOARES, Kevin Carreira e SANTOS, Mónica Rodrigues dos – “A assistência hospitalar a doentes, acidentados e pobres no concelho de Porto de Mós (1922-1945)”. *Anais Leirienses – estudos & documentos*, v. 6, (2020), p. 91–108; SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos durante o século XIX no distrito de Leiria”. *Fragmenta Historica*, v. 4, (2015), p. 11–38; SOARES, Kevin Carreira e CARLOS, Maria Alexandra – “As transformações no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto de Mós, na 3.ª década do século XX” em SOARES, Carolina Esteves et al (Orgs.) - *Phármakon: Do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade*. Porto:

vez de Fernanda Maria Reis de Sousa dar o seu contributo, nesta ocasião no âmbito da museologia^[16], seguida por Jessica Santos, em arqueologia, logo no ano seguinte^[17], e de Tânia Teixeira, na vertente de gestão cultural, em 2020^[18].

No âmbito das monografias dedicadas às freguesias locais, em 2009, Mira de Aire recebia uma edição no âmbito do 75.º aniversário da elevação a vila e Calvaria de Cima ganhava também uma extensa monografia^[19]. Em 2012, Filomena Martins coordenou uma importante obra para a história do Juncal^[20], e em 2014, Armindo Vieira escreveu sobre as Pedreiras^[21]. Em 2016, foi igualmente apresentado o primeiro

CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018, p. 217–228; SOARES, Kevin Carreira – “D. António Pinheiro - mestre de fidalgos, pregador e bispo. Notas para uma biografia”. *Cadernos de Estudos Leiriosenses*, v. 9, (2016) p. 223–228; SOARES, Kevin Carreira – “Porto de Mós: Património Histórico e Cultural. Marcas efémeras de uma presença significativa” em GOMES, Saul António (coord) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 52–62. SOARES, Kevin Carreira – “Cronologia essencial da história de Porto de Mós” em GOMES, Saul António (coord) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 203–206.

16 SOUSA, Fernanda Maria Reis de - *Da coleção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós*. Coimbra: dissertação de mestrado em Património Cultural e Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018. Da mesma autora, além dos já referidos em colaboração com José Manuel Brandão, SOUSA, Fernanda Reis de e OLIVEIRA, Helena – “Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel” em BRANDÃO, José Manuel; NUNES, Maria de Fátima (Orgs.) – “Memórias do Carvão”. Batalha; Porto de Mós: Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 51–72.

17 SANTOS, Jéssica Alexandra Meneses – *Relatório de Estágio no Museu Municipal de Porto de Mós*. Lisboa: relatório de estágio em Arqueologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

18 TEIXEIRA, Tânia Patrícia Rebelo de Jesus – *Museu Municipal de Porto de Mós: o museu da rua de trás*. Leiria: dissertação de mestrado em Gestão Cultural apresentada à Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, 2020.

19 RIBEIRO, Joaquim Pinto, Maria Olímpia Rosa, e Rui Barradas Matos - *Mira de Aire. 75.º Aniversário de elevação a vila. 1933-2008*. Mira de Aire: Junta de Freguesia de Mira de Aire, 2009 e RODRIGUES, David Simões - *Calvaria. A Terra e o Povo*. edição do autor, 2009.

20 MARTINS, Maria Filomena Silva (Org.) - *Juncal: 450 anos de freguesia*. Juncal: Junta de Freguesia do Juncal, 2012. Também desta autora MARTINS, Maria Filomena Silva - *Azulejos do Juncal: contributos para a história do azulejo em Portugal*. Lisboa: Diferença, 1997; MARTINS, Maria Filomena – “A Fábrica do Juncal nas memórias do seu fundador”. *Cadernos de estudos leiriosenses*, v. 6, (2015), p. 85–96. Em estilo mais livre e dedicado a um público mais juvenil, MARTINS, Maria Filomena Silva - *História de uma jarra de altar*. Porto de Mós: ACMós, 2010.

21 VIEIRA, Armindo - *Pedreiras: a sua história e outras histórias*. Porto de Mós: Junta de

volume – de dois – que agregava trabalhos de Alfredo de Matos sobre o Alqueidão da Serra e o concelho^[22].

2 – Se a lista acabada de apresentar é longa, mesmo sem ser exaustiva, o contacto com públicos e organizações locais tem demonstrado como as novidades e os resultados científicos produzidos pela maioria destes trabalhos, têm chegado com dificuldade às comunidades locais. Porventura em resultado da sua extensão ou linguagem, o público, as instituições e as organizações desconhecem grandemente os pontos fortes destes novos trabalhos e as potencialidades que eles encerram. Parece cada vez mais evidente que a publicação de uma obra não devia ser o fim de um projeto, mas sim o seu ponto intermédio, a partir do qual se deviam desenvolver um conjunto de atividades diversas, que permitissem ao público mais alargado aceder às novidades e às perspetivas desenvolvidas nesses trabalhos, em linguagens claras e apelativas. Temas como a fundação do castelo, que Luís Gil e Saul Gomes fixaram no século XII (contrariando a visão até então dominante na historiografia local que referia a existência de um antigo castro romano^[23]) há mais de uma década, são genericamente recebidos como uma novidade. Outros tópicos, como o problema da utilização da figura de D. Fuas Roupinho, ou a história do Convento dos Agostinhos Descalços e as suas interações com as diferentes partes do território, ou mesmo os aspetos fundamentais da história da Misericórdia local e das suas funções assistenciais ao longo dos séculos, permanecem pouco conhecidos, apesar de já terem sido alvo de atenção pela comunidade historiográfica.

3 – Em simultâneo, Porto de Mós passava então por uma fase de oportunidades sem precedentes. No mesmo momento em que a organi-

Freguesia de Pedreiras, 2014. Do mesmo autor VIEIRA, Armindo - *Pequena monografia das Pedreiras: contributos para uma história*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2007.

22 MATOS, Alfredo de - *Alqueidão da Serra. História e Lenda, tradições, usos e costumes*. Batalha: Fernando da Silva Matos de Morais Sarmiento, 2016, 2 volumes. Porque trabalhou com arquivos ainda desconhecidos da maioria da historiografia local, alguns dos trabalhos de Alfredo de Matos permanecem inultrapassáveis. A título de exemplo MATOS, Alfredo Amado de - *A comarca de Porto de Mós*, [s.l.]: [s.n.], 1956.

23 Alguns dos autores que veicularam esta ideia, CACELA, António Martins - *Porto de Mós e seu termo*, [S.l.]: [s.n.], 1977, p. 16; FURRIEL, Francisco Jorge - *Da pré-história à actualidade: breve monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1999, vol. 1 p. 200-222; FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós: breve monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 1982, 2ª edição (1ª edição de 1937), p. 52-53; RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós: estudo histórico*. Porto de Mós; Leiria; Câmara Municipal de Porto de Mós; Comissão Regional de Turismo, 1984, 2ª edição (1ª edição de 1971) p. 12.

zação se iniciava, o castelo da vila, monumento maior do concelho, encontrava-se encerrado para obras, tendo sido anunciada a intenção de instalar ali várias exposições e ofertas para a sua compreensão^[24]. Em simultâneo, conhecia-se amiúde a intenção de requalificar a Casa dos Calados, no Juncal, onde também se deveriam instalar valências na área da museologia e da valorização patrimonial. Finalmente, as obras de recuperação da antiga central avançavam, sendo evidente que, independentemente das valências que se ali se vierem a instalar, será sempre o equipamento cultural de maior valor patrimonial e histórico em relação ao século XX Portomosense.

4 – Finalmente, havia um último vetor que convidava à realização de umas jornadas históricas. No contacto com grupos de teatro, escolas, público geral e até com visitantes e amigos, há uma questão que sempre surge e à qual não se consegue dar uma resposta satisfatória: *onde se pode aprender a história do concelho de Porto de Mós?* Se, por impulso, a resposta passa por enviar estes grupos ao Museu da vila, a verdade é que o que atualmente existe, inaugurado em 1989, sob a direção de Francisco Furriel, foi inicialmente pensado para ser um *Museu de História Natural de Porto de Mós*. Se, nos seus primeiros anos, esta estrutura parece ter cumprido bem a sua missão, chegando a ter 5000 visitantes em 1995^[25], atualmente é um espaço altamente desatualizado e deficitário, desde logo pela inexistência de um espaço de depósito funcional. Para mais, esta herança que carrega, ao ter sido pensado como um museu de história natural que foi sendo posteriormente adaptado através da incorporação de várias novas peças, criou uma tensão no espaço, que é evidente não só na exposição permanente, mas até em aspetos mais simples, como as próprias montras utilizadas e na sinalética do edifício. Atualmente é um equipamento misto, que concentra exposições na área da geologia, etnologia e história (maioritariamente) e que não responde, nem pode responder até que seja repensado na sua estrutura e nos seus propósitos, aos desafios que se esperam de um espaço destes atualmente. Enquanto a história local for uma espécie de monopólio de poucos que, em virtude das funções que ocupam ou dos seus trajetos de investigadores, puderam ler e estudar sobre o concelho, dificilmente se poderá tornar uma âncora para o desenvolvimento cultural, turístico, social e, até, económico do concelho.

24 Veja-se, por exemplo, a entrevista a Eduardo Amaral, vereador da cultura, publicada no Portomosense a 31 de janeiro de 2019, <https://oportomosense.com/em-entrevista-eduardo-amaral/>. Último acesso a 17/04/2021.

25 FURRIEL, Francisco Jorge - *Da pré-história à actualidade: breve monografia de Porto de Mós...* vol. 1, p. 242-250.

Assim, as oportunidades que então se observaram na área do património, serviram de catalisador para impulsionar esta organização. Se havia um momento em que fazia sentido procurar congregar a comunidade científica para partilhar conhecimentos e experiências, esta era a altura certa para o fazer. Esperava-se que a atividade fosse capaz de servir como ponto de incubação e difusão de novas perspetivas e de abordagens menos conhecidas na história local, ao mesmo tempo que devia permitir conhecer linguagens e abordagens inovadores na relação com o público. Cada sessão foi pensada para ter um historiador de renome no âmbito do tema em análise, que era sempre acompanhado de outro, com investigação produzida sobre o concelho. O objetivo era, além da partilha de conhecimento e experiência, evitar os atrofiamentos que alguma história local padece quando esquece, desconhece ou ignora os quadros macro nos quais se insere.

A dificuldade que os livros têm demonstrado em comunicar com um público não académico, levaram a buscar formas alternativas de fazer chegar os conteúdos às comunidades locais. Em boa hora a CINCUP aceitou a proposta lançada, permitindo o estabelecimento de uma parceria com a rádio e com o jornal. Na primeira, António Alves, no seu programa semanal *Nós e os outros*, tornou-se o interlocutor das conversas que eram gravadas com os participantes de cada sessão e posteriormente transmitidas na rádio. A sua escolha não foi inusitada uma vez que, já antes, tinha havido uma manifestação de interesse em acolher um programa sobre história local, fruto da sua própria curiosidade e dedicação. O seu papel de entrevistador permitiu que os diálogos que se produziram se tornassem mais inteligíveis para um público não académico, uma vez que era o ouvinte, também ele não académico na sua maioria, quem se pretendia envolver em primeiro lugar. Estas gravações ficaram posteriormente disponíveis para consulta *online*, podendo ser escutadas em qualquer momento¹²⁶. O

26 1ª sessão “O Castelo de Porto de Mós: de Fortificação Medieval a Paço Condal”, com a participação de Alexandra Barradas, Luís Serrão Gil, Saul António Gomes, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-03-25-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-i/>; 2ª sessão “Porto de Mós e o Império Romano: as Vias de Comunicação, o Património e o Território”, com a participação de João Pimenta e Jessica Santos, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-08-nos-e-os-outros-jornadas-historicas-ii/>; 3ª sessão “Devoções, Práticas e Festas Religiosas em Tempos de Contrarreforma”, com a participação de António Camões Gouveia e Beatriz Rodrigues Cabral, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-15-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-iii/>; 4ª sessão “Confrarias, Misericórdias e Proteção Social: Pobres, Desvalidos e Enjeitados entre o Antigo Regime e o Liberalismo”, com a participação de Maria Antónia Lopes e Kevin Carreira Soares, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-22-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-iv/>; 5ª sessão “As-

jornal fazia, na sua edição quinzenal, eco das entrevistas gravadas, através da publicação de resumos.

Simultaneamente, estabeleceram-se parcerias com o Arquivo e Museu municipais, procurando levar elementos das suas coleções, que fossem adequados a cada uma das sessões, procurando melhorar a visibilidade destas instituições e o seu potencial nesta área. Pontualmente, foram também utilizadas peças do Museu da Igreja Paroquial de S. Pedro para uma das sessões. Além das já referidas, este ciclo beneficiou também do apoio indispensável da Junta de Freguesia de Porto de Mós, que em boa hora acolheu as primeiras duas sessões e se interessou e participou ativamente em todo o ciclo.

Oxalá, a realização desta iniciativa possa servir para criar lastro na realização de outras atividades similares, que procurem beneficiar da experiência adquirida, melhorando os pontos mais frágeis então identificados e intensificando o contacto com os públicos das diferentes freguesias. Essa vontade é tanto maior, quanto o conjunto de temas que, por economia de tempo, falta de possibilidade de compatibilizar calendários ou, simplesmente, por ausência de investigação local em determinados domínios, não puderam ser abordados.

No dia do lançamento do Ciclo de Conferências, a 16 de março de 2019, o Presidente da Câmara surpreendeu os presentes com o anúncio de que pretendia dar oportunidade aos diversos oradores de publicarem os textos das comunicações que ali fossem apresentadas, em edição apoiada pela Câmara Municipal. Deve dizer-se que, por força da ditadura das métricas e das fórmulas de avaliação que atualmente se impuseram no meio académico, este tipo de publicações é altamente desvantajoso e a sua participação é, normalmente, desconsiderada para fins de produtividade em termos de investigação. Em qualquer caso, fazendo eco da generosa oferta do Presidente, essa oportunidade foi transmitida a todos os comunicantes que, a seu tempo, informaram da sua disponibilidade. Recolhidos e revistos os textos, nasceu a presente obra.

Para fins de apresentação, não foi pedido a nenhum orador que trouxesse investigação nova. O objetivo era, afinal, divulgar resultados que

sociedades Locais, Grupos Culturais e Formações Políticas entre o Liberalismo e o Estado Novo”, com a participação de Paulo Fontes e Gonçalo Graça, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-05-13-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-v/>; 6ª sessão “A Central Termoelétrica de Porto de Mós: Passado e futuro”, com a participação de José Manuel Brandão e Fernanda Maria Reis de Sousa, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-05-20-nos-e-os-outros-jornadas-historicas-vi/>. O último acesso a todos os links foi a 07/04/2021.

tivessem sido publicados nos anos anteriores. Assim, alguns dos textos presente neste volume assumem um caráter de síntese face a trabalhos maiores, ainda que produzidos de forma articulada com os objetivos deste ciclo de conferências. Houve outros autores que, desde a apresentação, procuraram expandir a sua investigação, desbravando novas fontes e percorrendo vários arquivos, publicando aqui conhecimento novo e de grande mérito.

O primeiro capítulo, de Jessica Santos, procura apresentar um levantamento esquemático de todos os sítios arqueológicos romanos no concelho, chamando a atenção para as potencialidades que novas escavações arqueológicas poderão ali surgir. A questão da presença romana no concelho é dos tópicos mais repetidos nas monografias locais, nomeadamente pelos debates em torno do significado do termo Porto de Mós, pelo que este é um contributo da maior importância. Avançando vários séculos, segue-se o contributo de Alexandra Barradas, tendo como ponto central as intervenções de D. Afonso, 4º Conde de Ourém, no castelo de Porto de Mós, responsável pela sua transformação na estrutura apalaçada que hoje lhe reconhecemos. Particularmente expressivo, neste último texto, foi o esforço que a autora fez para trazer informações novas sobre a evolução do castelo entre os séculos XV e XX e as interpretações que procurou desenvolver sobre as opções tomadas nas campanhas de restauro que decorreram ao longo deste último século.

Beatriz Rodrigues Cabral convida a refletir, posteriormente, sobre a história do Convento dos Agostinhos Descalços, procurando destacar, sobretudo, como os frades interagiram com o território e com as populações do concelho. Segue-se o texto sobre expostos, que analisa esta temática ao longo do século XIX, procurando chamar a atenção para a representatividade deste fenómeno no tempo e no território e a forma como a crescente intervenção distrital se desenrolou ao longo daquela centúria. José Manuel Brandão integra no seu contributo diversos elementos que havia deixado de fora de trabalhos anteriores, sobre a Central Termoelétrica. Explora, igualmente, a forma como a Central se articulou com outras fontes de energia, nomeadamente a hidráulica. No seu texto, assiste-se à decadência gradual daquele espaço, à medida que a concorrência entre empresas, mercados e fontes de energia tornava cada vez menos competitiva a velha central a carvão. Fernanda Maria Reis de Sousa encerra o volume com uma proposta de musealização para a central termoelétrica. A sua inclusão é relevante não só pelo seu mérito, mas sobretudo porque aponta para as potencialidades sociais, culturais e até urbanas e económicas que um museu, bem refletido e planeado, pode ter.

Qualquer obra, especialmente quando se trata de um contributo coletivo, é o resultado do esforço de uma vasta equipa. No plano institucional, deve-se o agradecimento a Jorge Vala, Presidente da Câmara, e Eduardo Amaral, Vice-presidente e Vereador da Cultura, porque acolheram com enorme entusiasmo esta atividade, concedendo o apoio solicitado e acompanhando de perto o seu desenrolar. Ainda no âmbito autárquico, Luísa Machado, conservadora do Museu Municipal, e Fernanda Sousa, arquivística do Município, foram uma presença regular e indispensável que, além de garantirem a exposição das peças de cada semana, asseguraram o acompanhamento logístico, que possibilitou a realização das sessões sem atropelos. Raquel Lopes, na componente gráfica, manteve a competência, dedicação e energia que se lhe reconhecesse e se agradecesse.

No que concerne à Junta de Freguesia de Porto de Mós, agradece-se a amável receção e amizade, bem como a dedicação que o seu presidente, Manuel Barroso, e o presidente da Assembleia Municipal, José Gomes dos Santos, sempre demonstraram. Também a CINCUP foi uma parceira de enorme qualidade, porque aceitou acolher este projeto no âmbito da sua programação regular na rádio e jornal. Ao seu presidente, Pedro Vazão, bem como a Isidro Bento, diretor do jornal *O Portomosense* e a António Alves, da rádio *D. Fuas*, o meu obrigado. Também ao reverendo padre José Martins Alves, pároco de Porto de Mós, reconhece-se a sua resposta imediatamente positiva, ao pedido para utilizar algumas peças do Museu Paroquial. Finalmente, a Marta Silva e a Regina Ferreira, que em tempo útil se prontificaram a dar o auxílio necessário para ultrapassar algumas questões pontuais.

Em plano académico, o reconhecimento deve-se aos que aceitaram o convite que lhes dirigi. A todos me unem laços de amizade e de extraordinário respeito intelectual, pessoal e académico. A sua partilha generosa foi um ensinamento que marcará, estou certo, o Estado de Arte na historiografia local para as décadas vindouras e que poderá ter deixado lastro sobre modalidades alternativas que estas atividades podem assumir. Aos que aceitaram fazer o esforço adicional de enviar um texto para publicação, um cumprimento cordial igualmente extraordinário, conhecedor do esforço que fizeram para cumprirem com esse desígnio. Também a Rui Costa Lopes, pelo generoso prefácio, que reflete sobre a importância das atividades de extensão universitária e sobre o papel do conhecimento científico na sociedade.

Este Ciclo de Conferências foi distinguido com o prémio em *Extensão em Ciências Sociais* do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na sua primeira edição de 2020, na categoria de *Estudantes*.

O júri decidiu a sua atribuição pela “articulação do rigor científico com o envolvimento de stakeholders locais”. É uma decisão que, naturalmente, enche de regozijo qualquer organizador. Cumpre agradecer aos membros do júri e dar os parabéns ao Instituto de Ciências Sociais pela iniciativa. O mérito residiu, precisamente, na capacidade de articulação com um conjunto vastos de investigadores, instituições e organizações, que se dispuseram a participar prontamente e de forma empenhada. Só com colaboração de todos foi possível esta organização. A todos/todas, obrigado.

Kevin Carreira Soares
Lisboa, 08 de abril de 2021

BIBLIOGRAFIA

ESTUDOS

- BARRADAS, Alexandra Leal - *Ourém e Porto de Mós: a obra mecénática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: Colibri; Instituto de História da Arte da UNL, 2006.
- BRANDÃO, José Manuel - *História e Memória da Central Eléctrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016.
- BRANDÃO, José Manuel; NUNES, Maria de Fátima (Orgs.) - *Memórias do Carvão*. Batalha; Porto de Mós: Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015.
- BRANDÃO, José Manuel; SOUSA, Fernanda Reis de - “Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós”. *Cadernos de estudos leirienses*, v. 6, (2015) p. 29–42.
- BRANDÃO, José Manuel; NUNES, Maria de Fátima - “Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956)”. *Revista Portuguesa de História*, v. 45, (2014), p. 159–182.
- CACELA, António Martins - *Porto de Mós e seu termo*. [S.l.: [s.n.], 1977.
- CARVALHO, Maria Adozinda da Luz Fonseca da Cruz - *Toponímia da vila de Porto de Mós (1880-2015): ecos de memória*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2017.
- FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós: breve monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 1982, 2a edição (1a edição de 1937).
- FURRIEL, Francisco Jorge - *Da pré-história à actualidade: breve monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1999/2003, 3 volumes.
- GIL, Luís Serrão - “Entre tachos e panelas: cerâmica medieval do silo do castelo de Porto de Mós” em GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (Orgs.) - *X Edição do Congresso Internacional “A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo”*. Silves: Câmara Municipal de Silves; Campo Arqueológico de Mértola, 2012, p. 333–339.
- GIL, Luís Serrão - *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia à arquitectura uma visão de complementaridade*. Lisboa: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016.
- GOMES, Saul António - “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 14–132.
- GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015.
- GOMES, Saul António - “Porto de Mós e os seus forais” em GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 63–99.
- GOMES, Saul António - “Glossário essencial dos forais de Porto de Mós” em GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós. 2015, p. 199–201.
- GOMES, Saul António - *A Batalha Real: 14 de Agosto de 1385*. Calvaria de Cima: Fundação Batalha de Aljubarrota, 2014.

- GOMES, Saul António - *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005.
- GOMES, Saul António – “O Condado de Ourém em tempos medievais” em ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.) - *D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua Época*. Congresso Histórico. Ourém, 6 a 8 Novembro 2003. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p. 93–156;
- GOMES, Saul António – “Temas e problemas sobre Porto de Mós medieval. A propósito da História Oral Local”. *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, v. III, n. 7, (1995), p. 45–60;
- GOMES, Saul António - *Porto de Mós medieval: breves subsídios documentais para o seu conhecimento*. Porto de Mos: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1985.
- MARTINS, Maria Filomena – “A Fábrica do Juncal nas memórias do seu fundador”. *CADERNOS de estudos leirienses*, v. 6, (2015), p. 85–96.
- MARTINS, Maria Filomena Silva (Org.) - *Juncal: 450 anos de freguesia*. Juncal: Junta de Freguesia do Juncal, 2012.
- MARTINS, Maria Filomena Silva - *História de uma jarra de altar*. Porto de Mós: ACMós, 2010.
- MARTINS, Maria Filomena Silva - *Azulejos do Juncal: contributos para a história do azulejo em Portugal*. Lisboa: Diferença, 1997.
- MATOS, Alfredo de - *Alqueidão da Serra. História e Lenda, tradições, usos e costumes*. Batalha: Fernando da Silva Matos de Morais Sarmiento, 2016. 2 volumes.
- MATOS, Alfredo Amado de - *A Comarca de Porto de Mós*. [s.l.]: [s.n.], 1956.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Nuno Álvares Pereira - Guerreiro, Senhor Feudal, Santo*. Lisboa: Manuscrito, 2017.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.
- MONTEIRO, João Gouveia (Org.) - *Aljubarrota revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2001.
- RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós: estudo histórico*. Porto de Mós; Leiria: Câmara Municipal de Porto de Mós; Comissão Regional de Turismo, 1984, 2ª edição (1ª edição de 1971).
- RIBEIRO, Joaquim Pinto, Maria Olímpia Rosa, e Rui Barradas Matos - *Mira de Aire. 75.º Aniversário de elevação a vila. 1933-2008*. Mira de Aire: Junta de Freguesia de Mira de Aire, 2009.
- RODRIGUES, David Simões - *Calvaria. A Terra e o Povo*. edição do autor, 2009.
- SANTOS, Jéssica Alexandra Meneses - *Relatório de Estágio no Museu Municipal de Porto de Mós*. Lisboa: Relatório de estágio em Arqueologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.
- SILVA, Rosana Oliveira - *Educação Artística no Património: Uma ação no Castelo de Porto de Mós*. Lisboa: dissertação de Mestrado em Educação Artística apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2010.
- SOARES, Kevin Carreira (Org.) - *Quotidianos da Revolução: O 25 de Abril no Concelho de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2021.
- SOARES, Kevin Carreira; SANTOS, Mónica Rodrigues dos – “A assistência hospitalar a doentes, acidentados e pobres no concelho de Porto de Mós (1922-1945)”. *Anais Leirienses – estudos & documentos*, v. 6, (2020) p. 91–108.
- SOARES, Kevin Carreira; CARLOS, Maria Alexandra – “As transformações no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto de Mós, na 3ª década do século XX” em SOA-

- RES, Carolina Esteves; RUFINO, Carolina; ISAAC, Francisco; et al (Orgs.) - *Phármakon: Do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018, p. 217–228.
- SOARES, Kevin Carreira; CABRAL, Beatriz Rodrigues - *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017.
- SOARES, Kevin Carreira – “D. António Pinheiro - mestre de fidalgos, pregador e bispo. Notas para uma biografia”. *Cadernos de Estudos Leirienses*, v. 9, (2016), p. 223–228.
- SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos durante o século XIX no distrito de Leiria”. *Fragmenta Historica*, v. 4, (2015), p. 11–38.
- SOARES, Kevin Carreira – “Cronologia essencial da história de Porto de Mós” em GOMES, Saul António (coord.) – *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 203–206.
- SOARES, Kevin Carreira – “Porto de Mós: Património Histórico e Cultural. Marcas efémeras de uma presença significativa” em GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 52–62.
- SOUSA, Fernanda Maria Reis de - *Da coleção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós*. Coimbra: dissertação de mestrado em Património Cultural e Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.
- SOUSA, Fernanda Reis de; OLIVEIRA, Helena – “Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel” em BRANDÃO, José Manuel; NUNES, Maria de Fátima (Orgs.) - *Memórias do Carvão*. Batalha; Porto de Mós: Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 51–72.
- TEIXEIRA, António José de Meneses – “Porto de Mós: espaço geográfico, natural e arqueológico” em GOMES, Saul António (coord.) - *Forais - Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 17–51.
- TEIXEIRA, António José de Meneses – *Contribuição para uma etnografia da água na zona serrana do Concelho de Porto de Mós (contribuição para uma etno-geologia da água)*. Lisboa: dissertação de mestrado em Estudos Portugueses – Culturas Regionais Portuguesas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.
- TEIXEIRA, Tânia Patrícia Rebelo de Jesus – *Museu Municipal de Porto de Mós: o museu da rua de trás*. Leiria: dissertação de mestrado em Gestão Cultural apresentada à Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, 2020.
- VIEIRA, Armindo - *Pedreiras: a sua história e outras histórias*. Porto de Mós: Freguesia de Pedreiras, 2014.
- VIEIRA, Armindo - *Pequena monografia das Pedreiras: contributos para uma história*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2007
- Voz às memórias: desastre da Escola Primária de Porto de Mós 8 de dezembro de 1936. 76o aniversário*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2012.

SÍTIOS DA INTERNET

- Documento orientador do ciclo de conferências: https://www.municipio-portodemos.pt/cm-portomos/uploads/writer_file/document/8101/jornadas_historicas.pdf. Último acesso a 07/04/2021.
- Entrevista realizada a Eduardo Amaral, vereador da cultura, publicada no Portomosense a 31 de janeiro de 2019, <https://oportomosense.com/em-entrevista-eduardo-amaral/>. Último acesso a 17/04/2021.

Programa *Nós e os Outros*, gravados para cada uma das sessões. Entrevistas de António Alves:

- 1ª sessão "O Castelo de Porto de Mós: de Fortificação Medieval a Paço Condal", com a participação de Alexandra Barradas, Luís Serrão Gil, Saul António Gomes, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-03-25-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-i/>;
- 2ª sessão "Porto de Mós e o Império Romano: as Vias de Comunicação, o Património e o Território", com a participação de João Pimenta e Jessica Santos, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-08-nos-e-os-outros-jornadas-historicas-ii/>;
- 3ª sessão "Devoções, Práticas e Festas Religiosas em Tempos de Contrarreforma", com a participação de António Camões Gouveia e Beatriz Rodrigues Cabral, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-15-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-iii/>;
- 4ª sessão "Confrarias, Misericórdias e Proteção Social: Pobres, Desvalidos e Enjeitados entre o Antigo Regime e o Liberalismo", com a participação de Maria Antónia Lopes e Kevin Carreira Soares, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-04-22-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-iv/>;
- 5ª sessão "Associações Locais, Grupos Culturais e Formações Políticas entre o Liberalismo e o Estado Novo", com a participação de Paulo Fontes e Gonçalo Brito Graça, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-05-13-nos-e-os-outros-jornadas-hist%C3%B3ricas-v/>;
- 6ª sessão "A Central Termoelétrica de Porto de Mós: Passado e futuro", com a participação de José Manuel Brandão e Fernanda Maria Reis de Sousa, disponível em <https://www.mixcloud.com/radiodomfuas/2019-05-20-nos-e-os-outros-jornadas-historicas-vi/>.



OS ARQUEOSSÍTIOS NO CONCELHO DE PORTO DE MÓS



Jessica Santos*

RESUMO

O período romano em Porto de Mós revela-se pouco analisado, no entanto, subsiste a ideia de que este concelho teria uma grande importância para o território e para as vias de comunicação existentes. Através do meu estágio no Museu Municipal e dos estudos bibliográficos que realizei para relatório, adquiri uma melhor percepção de arqueossítios relacionados com a época e, como tal, este texto pretende divulgar esses mesmo sítios, pelas várias referências que deles existem, como também através dos materiais aí recolhidos, sendo que estes ajudam num melhor conhecimento do concelho e sua antiga população.

* Arqueóloga: jessams00@gmail.com

INTRODUÇÃO

A minha apresentação nas Jornadas Históricas de Porto de Mós esteve relacionado ao tema “Porto de Mós e o Império Romano: as vias de comunicação, o património e o território”, e teve por base o meu relatório de estágio sobre o Museu Municipal de Porto de Mós¹.

O estágio que realizei no museu, centrou-se em preparar um inventário exaustivo do seu acervo, como também na atualização do conhecimento existente acerca dos sítios arqueológicos. Para ambos os inventários, foram realizados registos fotográficos e pesquisa bibliográfica, de modo a aprofundar o conhecimento dos artefactos e do espaço territorial.

O tópico que apresentei nestas jornadas coincide com um dos subtópicos do meu relatório, “Panorama dos arqueossítios”, no qual apresentei alguns dos sítios arqueológicos que se encontram no concelho, da Pré-História ao período medieval, cruzando, assim, com o período romano.

O inventário realizado neste subtópico foi baseado na informação recolhida através da pesquisa efetuada no Portal do Arqueólogo², na Carta Arqueológica do Concelho de Porto de Mós³, da autoria de António Jorge Figueiredo, e ainda através da investigação assente na informação produzida sobre o acervo do museu, internamente.

Com este levantamento, também foi realizado, de igual forma, um registo fotográfico de alguns sítios e da sua paisagem envolvente, de modo a permitir um melhor entendimento sobre os locais.

Para simplificar a apresentação, esta encontra-se dividida por freguesias, onde expressei os sítios arqueológicos existente em cada uma dela. No entanto, algumas freguesias não contêm qualquer informação sobre o período romano, mas sim de outros períodos, como é o caso da freguesia de Arrimal e Mendiga, São Bento e Mira de Aire.

OS ARQUEOSSÍTIOS DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS

Sobre o núcleo populacional de Porto de Mós, vários autores apontam para diferentes cronologias sobre a fundação do concelho. É

1 SANTOS, Jessica Alexandra Meneses Santos – *Relatório de Estágio no Museu Municipal de Porto de Mós*. Lisboa: Relatório de estágio em Arqueologia apresentado à Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

2 <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

3 <https://www.municipio-portodemoss.pt/>

banhado pelo rio da Serra da Fórnea, o Lena, sendo sugestivo lembrar que, na mitologia romana, as Lenas seriam festas que se realizavam em honra do deus Baco, geralmente perto de uma corrente de água. O rio seria navegável a pequenas embarcações, devido à sua proximidade à costa e aos portos que existiam ao longo da Estremadura^[4].

A exploração da pedra seria “uma das riquezas económicas mais importantes desta terra”^[5], como também o barro e os recursos metálicos, que estiveram muito presentes nos vários períodos de ocupação. Era um território com zonas férteis, mas ainda assim pobre agricolamente, sendo os cereais a base de alimentação da população, havendo alusões a moinhos e azenhas de moagem.

Os teares manuais para fiações de várias espécies de vegetais, como o linho e lã, em atividades onde existissem vilas romanas, são a prova da generalidade deste tipo de artesanato na região. Depois da tecelagem, o fabrico da cerâmica, especialmente olaria, para utilização doméstica e construção, foi outra importante atividade artesanal desenvolvida no período romano.

ALQUEIDÃO DA SERRA

Abrindo com a freguesia de Alqueidão da Serra, os sinais de romanização encontram-se, principalmente, no troço de calçada em plena serra, no sítio da Carreirancha, os restos dos altos fornos para a fundição do ferro, no achado de moedas em Curvaceiras e a menção de sepulturas, olaria e pesos de tear nos sítios da Barreira e Barreira de Lage^[6].

Em alguns locais deparamo-nos com topónimos como Escorial e Vieiros, sendo sítios ligados à exploração de metal, que poderão estar conectados com este período, e o sítio dos Fornecos é referenciado pela existência de alguns silos subterrâneos, atualmente destruídos^[7].

4 BARBOSA, Pedro Gomes – *Documentos, Lugares e Homens: Estudos de História Medieval*. Lisboa: Cosmos, 1991.

5 GIL, Luís Carlos Serrão – *O Castelo de Porto de Mós: Da Arqueologia à Arquitetura uma visão de complementaridade*. Lisboa: Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, p.21.

6 BERNARDES, João Pedro – *A Ocupação Romana na Região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve; Centro de Estudos do Património, 2007; CACELA, António Martins – *Porto de Mós e o seu termo*. Torres Novas: [s.n.], 1977.

7 FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade: monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1999, vol. I e vol. II.

ALVADOS E ALCARIA

Na freguesia de Alvados e Alcária, a Caverna da Fórnea, localizada no *polje* de Alvados, próximo da Fórnea, é de destacar o sítio que atualmente se conhece por Lapa da Mouração, considerada uma gruta-necrópole. Como Santos Rocha referiu, na gruta-necrópole é possível encontrar características típicas do Neolítico, Calcolítico e de Época Romana. No local recolheram “pedaços de louça neolithica e de ossos humanos dispersos”, mas também alguns fragmentos de período romano, misturados, por comparação com um fragmento de prato semelhante à cerâmica desta época encontrada no Algarve¹⁸. No entanto, não se encontra bem definido a sua ocupação.

Existem ocupações deste período romano nos Pregais/Pragais, perto da lagoa de Alvados, onde se recolheram alguns fragmentos de cerâmica comum e doméstica e no Zambujal, junto às margens do rio da Fórnea, o que pode demonstrar a dedicação à pastorícia e agricultura, comprovada pelas oliveiras ainda existentes¹⁹.

A Ramalheira e o Povoado das Penas do Castelo também são mencionáveis, tendo, a primeira, fragmentos de telha e tijoleira, fragmentos de cerâmica doméstica e escórias de ferro. No segundo sítio é possível observar uma extensa mancha de vestígios cerâmicos, como os dispersos campos murados, na plataforma cuja base se abre a Lapa da Mouração¹⁰.

Para finalizar esta freguesia, a Lapa Rasteira do Castelejo é uma gruta de pequenas dimensões, de onde foram retirados alguns materiais arqueológicos, como por exemplo, moedas, elementos de ferro e cerâmicos. No caso das moedas, estas foram estudadas por José Ruivo, que explicou tratarem-se de um conjunto de treze moedas, que se inserem nas características de tesouros de finais do século IV e inícios do século V. Neste conjunto, só existem duas moedas de ouro, *solidus*, com pouco desgaste, do Imperador Honório, da casa da moeda de Roma e ambas com reverso “VICTORI – A AVGG”¹¹.

8 ROCHA, António dos Santos – “A Caverna da Fórnea”. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. nº 5, tomo I, (1907), p. 147-149; ARÁUJO, Ana Cristina, ZILHÃO, João – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1991.

9 BERNARDES, João Pedro – *A Ocupação Romana na Região de Leiria...*

10 CACELA, António Martins – *Porto de Mós e o seu termo...*; BERNARDES, João Pedro – *A Ocupação Romana na Região de Leiria...*, p. 184; ARÁUJO, Ana Cristina, ZILHÃO, João – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros...*, p. 51.

11 Um símbolo de identificação do imperador Honório.

Através do estudo realizado por José Ruivo, é possível afirmar que oito dessas moedas possuem um reverso escrito *Gloria Romanorum* e só duas têm a legenda *Reparatio Reipub*. Duas destas moedas estarão relacionados com o Imperador Honório (404-408 d.C.), quatro do Imperador Teodósio (393-395 d.C.) e duas dos Imperadores Valentiniano I ou Valente (364-375 d.C.). No que toca à casa das moedas imperiais, quatro estão relacionadas com a casa da moeda de Heracleia, uma da casa de Tessalónica e as restantes são indeterminadas.

Afirma-se que no local há probabilidade de se encontrarem mais moedas, sendo que estas seriam fariam parte do último conjunto de moedas enviadas de Roma para a Península Ibérica.

Os fragmentos cerâmicos recolhidos na escavação foram analisadas e estudadas por Virgílio Correia^[12]. Concentrou-se na análise tipológica de materiais cerâmicos por comparação ao material de Conímbriga, devido à sua relativa proximidade. O catálogo, realizado por Virgílio Correia, corresponde a número mínimo de vinte peças de cerâmicas e uma peça de vidro, com cronologia igual à das moedas. O conjunto abarca sete vasos de cozinha com vestígio de uso, outras quatro que seriam taças de servir e nove peças que seriam vasos destinados ao transporte de líquidos de várias naturezas.

Nas suas considerações finais, conclui que não se trata de um conjunto funcional em termos habitacionais normais pois, nesse caso, seria necessário encontrarem-se também materiais de maiores dimensões. Revela-se a inexistência de evidências comparáveis com outros sítios arqueológicos, que possam permitir desenvolver algum raciocínio sobre este contexto.

CALVARIA DE CIMA

Já na atual freguesia de Calvaria de Cima, as únicas existências datáveis do período romano encontram-se na Quinta de Sampaio/Quinta de S. Paio. Os vestígios apontam para a existência de uma população que remonta ao período romano devido às sepulturas, alicerces, telhas e oficinas que se poderia encontrar no local. Relatou-se também que da “ribeira da quinta até ao alto do outeiro com uma eira teria sido um grande cemitério”^[13].

12 Devo ao Doutor Virgílio Correia a partilha das conclusões a que chegou, na análise que fez destas peças de cerâmica, e a autorização para tornar públicas essas conclusões, facto que agradeço.

13 SILVA, António de Jesus e – Porto de Moz e a sua História. *O Portomosense*, (1905), p.

Algumas destas sepulturas seriam de lage com uma cobertura de pedras, outras só com pedras e tapadas com terra, onde foi possível encontrar ossadas humanas, umas petrificadas e outras num estado debilitando, desfazendo-se em pó quando em contato com o ar. As sepulturas estariam com a cabeça virada para Este e, em nenhuma delas, foram recolhidos materiais ou inscrições. Porém, nas imediações foram retiradas moedas de prata, sendo provável que mais algumas tenham sido encontradas e derretidas, enquanto outras poderão ter desaparecido^[14].

Na revista *O Archeologo Português*, no capítulo *Acquisições do Museu Ethnologia Português*, Leite de Vasconcelos noticiou que recebeu de José Calado um “*pondus* de barro romano achado na estação luso-romana do Lagar, ao pé do Juncal, um *clavus* e uma folha de ferro de faca, do mesmo local”^[15]. O mesmo artigo relata que, à guarda de José Calado, estava também um uma coleção de moedas de cobre do século IV, um pedaço de vaso, uma fivela de bronze, uma conta azul de vidro, uma agulha de marfim, duas *falces* de ferro, uma folha de tesoura de ferro, dezenas de pesos de barro e pedaço de *opus signinum* descobertos do sítio do Lagar.

Vasconcelos relatou que, num passeio pelo Lagar/Espertelha, encontrou ainda lanços de parede sólida, muitas pedras aparelhadas, um pedaço de cano de barro revestido de argamassa, fragmentos de dólios, asas de ânfora e fragmentos de vasos pequenos de barro.

PEDREIRAS

Na freguesia das Pedreiras, há a destacar apenas a Gruta do Areeiro, localizado no Vale da Malhada. Os elementos e o próprio nome apontam para a extração da areia fina para a construção ao longo dos séculos, tendo assim vestígios de pedreiras de extração de mós de calcário conglomerado, onde no período romano as produziram, atividade que

48; FURRIEL, Francisco Jorge – *Pré-História e Arqueologia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1993.

14 FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1982, 2ª edição (1ª edição de 1937).

15 VASCONCELOS, José Leite de – “Acquisições do Museu Ethnologico Português”. *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. IV, (1985), p. 242; LEAL, Augusto Soares Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno – Diccionario Geographico, Estatistico Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1876, p. 568-581.

se manteve ao longo de vários séculos^[16]. Infelizmente, nesta freguesia, o conhecimento de mais algum sítio arqueológico é quase inexistente.

PORTO DE MÓS

Como já referi acima, no contexto da freguesia da vila, há ainda que referir alguns sítios arqueológicos de período romano, estando alguns deles relacionados com o próprio nome que se deu ao concelho. Apesar da grande mancha de dispersão dos vestígios, é possível apontar a existência da estação arqueológica na Quinta de Santa Luzia, em Anaia, que foi cortada pela estrada secundária de Porto de Mós-Batalha. Nesta estação foram recolhidos fragmentos de cerâmica doméstica e de construção datáveis do período romano, como também escórias de ferro, que estão atualmente expostas no museu, assim como alguns fragmentos de coluna. Há ainda referências bibliográficas a algumas moedas, que foram recolhidas pelo proprietário de um terreno circunvizinha, não tendo ficado registada a sua origem exata com exatidão.

Também consideradas *villae* romanas, os sítios da Portela e de Santo Estevão, encontram-se a 500 metros de distância de cada uma e não muito longe da Quinta de Santa Luzia. Em Portela, através da prospeção do Doutor Prof. João Pedro Bernardes, foi possível recolher também fragmentos de cerâmica de construção e doméstica, fragmentos de *terra sigillata* hispânica e clara, escórias, tecelas e algumas *tegulae*. Em Santo Estevão existe ainda um monumento funerário exposto no local e há informação de que a estação arqueológica se encontra debaixo das habitações atuais e por isso é difícil uma correta avaliação da área^[17].

Uma outra placa monumental romana, que se encontra exposta no Museu Municipal de Porto de Mós, foi retirada de um terreno de plantação de vinha em Santo Estevão. De calcário regional, a peça foi reutilizada como soleira ou lintel de porta, não foi desgastada, somente o campo epigráfico, o que indica que a inscrição estaria à vista, sendo a seguinte: "(...), filho de Arcão, (...) filho de Tagano, ofereceram a lápide (...)"^[18]. Uma outra placa, no lugar da Ribeira de Baixo, igualmente exposta no museu, de mármore e com inscrição romana, foi encontrada embutida na parede sobre a porta de uma casa em ruínas, que terá provido de Santo Estevão, com a seguinte inscrição: "*Consagrado aos deuses Manes. Quinto Ligúrio*

16 FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade: monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 2003, vol. III.

17 BERNARDES, João Pedro – *A Ocupação Romana na Região de Leiria...*

18 ENCARNAÇÃO, José D'; MOREIRA, José Beleza – "Placa Monumental Romano de Porto de Mós". *Ficheiro Epigráfico (Suplemento)*, nº46, (1994), p. 8-11.

Rústico mandou fazer à filha, Audífia Rústica, de dezassete anos^[19].

Numa propriedade na Ribeira de Cima, no lugar do Desterro, foi desenterrada uma pedra tumular com uma inscrição da primeira metade do século I da nossa era^[20]. Com a retirada do monumento para o museu, foi possível recolher fragmentos de ossos e tijolos e ainda detetar cerâmica de construção, doméstica e escórias de ferro. Trata-se de um prisma quadrangular, de calcário semi-rijo. A face superior está trabalhada, em forma de telhado, em “símbolo de dente”. Os outros três lados possuem cada um duas partes, no terço de cima encontra-se um nicho pentagonal irregular, uma cartela rebaixada em relação ao plano da face e está limitada com uma ranhura e toro. Nos nichos conseguem-se discernir gravações, a esquerda está registada uma coroa circular com raios, à direita duas circunferências concêntricas e à frente uma outra inscrição que representa um rosto grosseiro e um outro registo indecifrável. O monumento destinava-se a assinalar três sepulturas, mas só uma chegou a ser sepultada. Para a interpretação do epitáfio, nele se refere *Cabura*, filha de *Púcio*^[21].

No castelo existem três estelas romanas e uma “edícula romana anepígrafa”, que foi retirada em 1991, da muralha do castelo. Esta é esculpida no chamado “mármore de Alvados”, ou seja, de exploração local, encontrando-se em bom estado de conservação. Através de uma limpeza feita à muralha do castelo, identificaram-se mais duas inscrições romanas embutidos nas torres, sem se perceber se seriam anepígrafos, porque a face inscrita podia estar voltada para o interior da muralha^[22].

Na primeira que se refere, ainda é possível examinar a seguinte inscrição: “*Consagração aos deuses manes. Cláudio Juliano mandou fazer (este monumento) a (seu) pai piíssimo. C.A.M, que morreu com 70 anos de idade*”. Na segunda, era visível a seguinte inscrição: “*A Caio Sulpício Pélio, filho de Celto, soldado da coorte dos Lusitanos, que morreu em Clúnia.*”

19 MOREIRA, José Beleza – “Uma lápide romana inédita de Porto de Mós”. *Conimbriga*. volume XXI, (1982), p.. 143-149.

20 FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade: monografia de Porto de Mós...*

21 MOREIRA, José Beleza – Monumento Funerário Romano de Ribeira de Cima (Porto de Mós). *Ficheiro Epigráfico*, nº18, (1986), p. 1-4; MOREIRA, José Beleza e ENCARNAÇÃO, José D’ – Invulgar Monumento Funerário Romano encontrado em Porto de Mós (Leiria, Portugal) em *Actas 1º Congresso Peninsular de Historia Antiga (Separata)*, Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1988, vol. III, p. 5-9.

22 ENCARNAÇÃO, José D’; MOREIRA, José Beleza – “Três estelas romanas de Porto de Mós”. *Ficheiro Epigráfico*, 45, (1993).

Cuna mandou fazer-lhe este monumento".^[23] Foi verificado que, entretanto, esta inscrição infelizmente desapareceu.

Por último, o único vestígio de período romano na freguesia de Serro Ventoso é a primeira estrada para Santarém, partindo de Porto de Mós, que os romanos traçavam^[24].


Através deste estágio verificou-se que a maioria das informações que podemos encontrar sobre os arqueossítios são muito semelhantes, sendo alguns interessantes para futuros trabalhos arqueológicos. Muitos apresentam elementos de mais do que uma cronologia, outros com topónimos que hoje em dia caíram em desuso e outros ainda que foram destruídos e que, portanto, atualmente não é possível relocalizar.

23 RAMOS, Luciano Justo – *Castelo de Porto de Mós: Estudo Histórico*. Leiria: Comissão Regional de Turismo de Leiria; Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1971.


24 FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade: monografia de Porto de Mós...*, vol. I.

BIBLIOGRAFIA

- ARÁUJO, Ana Cristina, ZILHÃO, João – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1991.
- BARBOSA, Pedro Gomes – *Documentos, Lugares e Homens: Estudos de História Medieval*. Lisboa: Cosmos, 1991.
- BERNARDES, João Pedro – *A Ocupação Romana na Região de Leiria*. Faro: Universidade do Algarve; Centro de Estudos de Património, 2007.
- CACELA, António Martins – *Porto de Mós e o seu termo*. Torres Novas: [s.n.], 1977.
- ENCARNAÇÃO, José d'; MOREIRA, José Beleza – “Três estelas romanas de Porto de Mós.” *Ficheiro Epigráfico*. 45, (1993).
- ENCARNAÇÃO, José d'; MOREIRA, José Beleza – “Placa Monumental Romano de Porto de Mós.” *Ficheiro Epigráfico*, nº46, (1994), p. 8-11.
- FURRIEL, Francisco Jorge – *Da Pré-História à Actualidade: monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 1999/2003, 3 volumes.
- FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1982, 2ª edição (1ª edição de 1937).
- GIL, Luís Carlos Serrão – *O Castelo de Porto de Mós: Da Arqueologia à Arquitectura uma visão de complementaridade*. Lisboa: Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- LEAL, Augusto Soares Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno – Dicionário Geographico, Estatistico Chronographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1876.
- MOREIRA, José Beleza – “Monumento Funerário Romano de Ribeira de Cima (Porto de Mós)”. *Ficheiro Epigráfico.*, nº18, (1986), p. 1-4.
- MOREIRA, José Beleza e ENCARNAÇÃO, José D' – “Invulgar Monumento Funerário Romano encontrado em Porto de Mós (Leiria, Portugal)” em *Actas 1º Congresso Peninsular de Historia Antiga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia, 1988, vol. III.
- MOREIRA, José Beleza – “Uma lápide romana inédita de Porto de Mós”. *Conimbriga*. vol. XXI, (1982).
- RAMOS, Luciano Justo – *Castelo de Porto de Mós: Estudo Histórico*. Leiria: Comissão Regional de Turismo de Leiria; Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1971.
- ROCHA, António dos Santos – “A Caverna da Fórnea”. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. nº 5, tomo I, (1907), p. 147-149.
- SILVA, António de Jesus e – Porto de Moz e a sua História. *O Portomosense*, (1905).
- VASCONCELOS, José Leite de – “Acquisições do Museu Ethnologico Portuguez”. *O Archeologo Português*. 1º série, vol. IV, (1985).



O CASTELO DE PORTO DE MÓS E A OBRA MECENÁTICA DE D. AFONSO, 4º CONDE DE OURÉM



**Alexandra
Leal Barradas***

RESUMO

D. Afonso, 4º Conde de Ourém, foi uma das figuras mais marcantes e cultas do seu tempo. Tendo recebido em 1422, de Nuno Álvares Pereira, seu avô, o Condado de Ourém e, com ele, as terras de Porto de Mós, foi responsável pela alteração definitiva do Castelo da vila, transformando-o numa elegante estrutura residencial e palaciana que ainda hoje reconhecemos. Este texto procura perceber quais as influências, a cronologia, os artífices e condicionalismos presentes nesta renovação quatrocentista da estrutura castelar. É também dada atenção à gradual decadência que foi sofrendo, a sua classificação nos alvares da 1ª República e as campanhas de obras no século XX, procurando trazer elementos de interpretação em torno das opções reconstitutivas que conferiram ao castelo a imagem que hoje apresenta.

* Arquiteta, Mestre em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, professora da Escola Artística António Arroio.

O castelo de Porto de Mós foi, desde a sua fundação até ao final da Idade Média, uma estrutura militar que, em articulação com outros postos estratégicos^[1], funcionou como local de vigia e fortaleza defensiva. Durante o período da formação do território nacional, há conhecimento de ter sido destruído por várias incursões ocorridas no período da consolidação cristã da Estremadura, tendo chegado ao século XII arruinado.

D. Sancho I mandou reconstruí-lo e o que foi então edificado, definiu definitivamente o perímetro do reduto castelar^[2] – sensivelmente quadrangular ou, melhor dizendo, trapezoidal, em cujos vértices foram construídas torres, posicionadas paralela ou obliquamente aos panos da muralha. A porta principal já se situava na fachada Sul e, decerto também, já existiria a cisterna.

No reinado de D. Dinis o castelo terá sido alvo de melhoramentos que, possivelmente, incluíram a construção da quinta torre, localizada junto ao pano Norte da muralha que terá passado a funcionar como torre de menagem, provavelmente usada pela donatária da vila, a Rainha Santa Isabel, quando em viagem pelos seus domínios^[3].

Durante o reinado de D. Fernando o castelo foi alvo de obras em várias das suas dependências e estruturas mas sofreu estragos nos confrontos com Castela, durante a Crise de 1383-85, só reparados a meio do século XV, quando D. Afonso, 4º Conde de Ourém, decidiu remodelar a velha estrutura defensiva da vila, de que era senhor desde 1422.

D. Afonso, 4º Conde de Ourém é uma personalidade mal conhecida, estranhamente, quase esquecida. Nascido em finais de 1402 ou em 1403, era o filho mais velho de D. Afonso (1370?-1460) – filho natural de D. João I, Mestre de Avis – e de D. Beatriz (1378? - 1408/9 ou 1414?) – filha única de Nuno Álvares Pereira. Era, assim, neto primogénito dos dois mais importantes homens do Portugal do início do século XV – D. João I e o Condestável do reino. Morreu em 1460, antes do

1 "As fortalezas de Leiria, Ourém e Porto de Mós constituíam uma trilogia unitária." In SILVA, Saul António Gomes C. da - *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995, p. 45.

2 "A planta do castelo (...) de Porto de Mós deve ter na sua base um traçado quadrangular, com torres de menagem no vértice nordeste". *Idem*, p. 48.

3 Cf. FURRIEL, Francisco Jorge - *Da Pré-História à Actualidade Monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1996, vol. I, p. 213.

pai, 1º Duque de Bragança, pelo que nunca recebeu aquele título; sem descendência legítima, os seus bens foram herdados pelo irmão, Conde de Arraiolos, cujos domínios da respetiva casa se situavam na zona sul do país.

A infância de D. Afonso foi passada em Chaves onde o pai, à época Conde de Barcelos, tinha a sua casa. Não há registos sobre esse tempo ou da adolescência, mas sabe-se quem foi o seu educador – mestre Fernão Álvares, “que passava por ser um dos maiores latinistas do seu tempo”^[4]. Vivendo próximo do círculo da corte e neto do rei, decerto contactou com os melhores mestres. Teve formação literária – falava fluentemente latim –, militar – era adestrado na arte das armas e da cavalaria – e cortesã – aprendeu as mais finas regras de etiqueta e do protocolo, sabia dançar, prosar e escrever e, pelo que se conhece da sua vida, é legítimo afirmar que foi um dos homens mais cultos da sua geração. Teve pois uma educação de príncipe, a par dos filhos de D. João I, seus tios, de idades aproximadas, que eram da sua geração.

D. Afonso recebeu o senhorio da vila de Porto de Mós junto com outros numerosos e rentáveis bens por doação, ainda em vida de D. Nuno Álvares Pereira, quando este decidiu recolher-se ao Convento do Carmo, em Lisboa, por volta de 1422. Assim, com sensivelmente 20 anos, ainda com toda a ascendência viva – avós e pai – passou a deter considerável património e era senhor de um título – 4º Conde de Ourém^[5]. Mais tarde, em 1451, receberia de D. Afonso V outro, o de Marquês de Valença.

Ao longo da vida, desempenhou vários cargos de natureza diplomática e assumiu também algumas responsabilidades militares. Quanto aos primeiros, em 1429/30 integrou a embaixada da Infanta D. Isabel (chefiada pelo Infante D. Fernando, irmão da princesa) que a conduziu à Flandres para casar com Filipe o Bom, Duque da Borgonha^[6]; em 1431 a sua presença é assinalada na corte de D. Afonso V, rei de Aragão, possivelmente para negociar o Tratado de Paz e amizade entre

4 SCARLATTI, Lita - *Os Homens de Alfarrobeira*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, p. 166.

5 1º Conde de Ourém – D. Francisco Telles de Menezes (morreu sem deixar descendência, revertendo os seus bens e título para a coroa); 2º Conde de Ourém – Conde Andeiro (atribuído por D. Fernando); 3º Conde de Ourém – D. Nuno Álvares Pereira (D. João I doou-lhe os bens do Conde Andeiro, entre muitos outros).

6 Cf. PAVIOT, Jacques - *Portugal et Bourgogne au XVème siècle (1384-1482)*. Lisbonne: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Paris: Commission Nationale pour les Comémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

Navarra, Aragão e Portugal, assinado em Torres Novas em 1432; em 1435/6 foi nomeado chefe da embaixada ao Concílio de Basileia (1431-1449)¹⁷; e, em 1451, foi nomeado por D. Afonso V, rei de Portugal, chefe da embaixada que conduziu a Infanta D. Leonor, sua irmã, a Itália, para casar com Frederico III, Imperador do Sacro Império Germânico¹⁸. Relativamente aos de natureza militar, em 1439 comandou as tropas que cercaram o Crato, onde se refugiou a rainha D. Leonor (no contexto dos acontecimentos relativos à sucessão, após a morte de D. Duarte); em 1440 foi nomeado Fronteiro Mor da Estremadura pelo Infante D. Pedro; e, em 1458 foi o responsável pela organização, no Porto, de uma armada para a expedição a Marrocos da Conquista de Alcácer - Ceguer, na qual participou.

No exercício das suas missões, entre 1429 e 1458, saiu de Portugal, pelo menos, cinco vezes, as quatro primeiras no cumprimento de missões diplomáticas e a última em campanha militar, que lhe permitiram conhecer boa parte da Europa, o Próximo Oriente e algumas das recém-conquistadas praças portuguesas do norte de África. E se atendermos que estadeou em Londres, em várias cidades da Flandres (Brujes e Gant) e noutras da Borgonha, dos reinos ibéricos (Toledo, Valência, Barcelona), de Itália (Pisa, Florença, Bolonha, Milão, Siena, Roma) e do norte da Europa (Basileia, Estrasburgo, Bona, Colónia), tendo chegado a Jerusalém (com passagem pelo Cairo e por Damasco) podemos concluir que conhecia as mais importantes, desenvolvidas e influentes cidades do mundo ocidental da primeira metade do século XV.

Estas viagens permitiram-lhe igualmente contactar e conviver com a elite nobre da Europa – senhores e cortes da Borgonha, Aragão, dos reinos da península itálica e do Sacro-Império Germânico; e, também com Papas: Eugénio IV, que lhe tinha estima pessoal, Nicolau V e Eneias Silvio Piccolomini, enquanto Bispo de Triestre (foi eleito Pio II, em 1458), tendo estabelecido ligações determinantes para a formação do gosto que viria a evidenciar nas empresas que levou a cabo nos seus senhorios, entre as décadas de 40 e 60 do século XV.

A Flandres e os vários estados da península itálica eram, na pri-

7 Cf. *Diário da Jornada que fez o Conde de Ourem ao concílio de Basilea*, redigido por anónimo que terá acompanhado a viagem, transcrito em *Diário da Jornada do Conde de Ourem ao Concílio de Basileia* (apresentação e leitura de Aida Dias). Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2003.

8 Cf. *Jornadas de Nicolau Lanckmann* in CORDEIRO, Luciano - *Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

meira metade do século XV, as regiões mais importantes da Europa. Muito provavelmente conviveu com Jean van Eyck (que esteve em Portugal no início de 1429 na embaixada que negociou o casamento de D. Beatriz com Filipe, o Bom, para fazer o retrato da noiva) e viu algumas das suas obras; e, a meio da década de 30 e no início da de 50, observou as novidades do primeiro renascimento florentino. Tal é suficiente para compreendermos os horizontes estéticos deste nobre que, nos seus domínios quis, à semelhança dos grandes senhores flamengos e italianos, edificar obra marcante e distintiva. D. Afonso viveu numa época extraordinária e teve a sorte de poder assistir às mudanças estéticas que a marcaram e que, de facto, vieram ao seu encontro no âmbito das viagens que realizou.

Sobre a sua iconografia, conhecem-se duas imagens que, presumivelmente, o representam: nos Painéis de S. Vicente, de pé no Painel dos Cavaleiros (junto ao irmão e ao pai ajoelhado), tendo Virgílio Ferreira identificado semelhanças notáveis entre este retrato e o jacente de D. Afonso, na respetiva arca funerária depositada na Cripta da Colegiada de N^a Senhora das Misericórdias, em Ourém; e, num dos frescos da Biblioteca Piccolomini, na Catedral de Siena, pintados por Pinturicchio em 1502-08, que representam D. Afonso no momento em que, junto a uma das portas de Siena, a Porta Cammoglia, D. Leonor de Portugal é apresentada pelo cardeal Eneias Silvio Piccolomini ao Imperador Frederico III, seu futuro marido. D. Afonso corresponde à figura de chapelão, em primeiro plano, à esquerda. Atendendo à data da obra, poderemos presumir que a imagem fixada terá resultado mais de uma recordação ou descrição do que de observação direta ou memória fidedigna.

Quanto à personalidade, os poucos escritos que se lhe referem são unânimes em considera-lo orgulhoso, ambicioso e com enorme espírito de independência. A *empresa*, *mote* e *divisa* que para si criou, à semelhança do que faziam príncipes e infantes^[9], é reveladora dos seus traços psicológicos. A *empresa* que escolheu, “dois guindastes afrontados e ligados a uma corda comum, da qual pende um listel com as letras NEIS”^[10], abreviatura da palavra latina que serve de moto: “NE(MIN)IS

9 RAU, Virgínia - “As empresas e a História das Técnicas em Portugal nos séculos XIV e XV” em *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 171.

10 CUNHA, Rosalina Branca da Silva (coord.) - As “Empresas” da Dinastia de Avis, in *Catálogo da Exposição A Dinastia de Avis e a Europa, Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*. Lisboa: XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983, p. 230.

– *De Ninguém*”^[11], tendo no centro do círculo que enquadra o emblema, um pequeno ramo de “azevinho com as pontas aceradas”^[12], pode ser vista, esculpida no túmulo de D. Afonso e nalgumas das chaves de abóbada do castelo/paço de Porto de Mós.

Quando se deslocou a Itália em 1452, o Conde de Ourém, já Marquês de Valença, deu aos fidalgos da sua casa “Colares de sua guiza, os quaes erão feitos de humas tranças de espadanhas, cobertos de esmalte verde, e diante levavão hum ourisso Cacheiro, usando ele também huma cadeinha delgada”^[13]. Teria então adotado como divisa um ouriço-cacheiro e o verde como cor da mesma (usado também em bandeiras, estandartes e até no vestuário dos criados de sua casa, como referido nas descrições das embaixadas) e o mote “*me faut fere*”. Estes elementos e as palavras que os ilustram bem como a sua associação a um animal e uma planta que não podem ser *tocados/agarrados*, sob pena de sangrarmos, parecem simbolizar uma atitude de isolamento quase obsessiva, de recusa e simultaneamente aviso a qualquer aproximação não desejada.

Rico, culto, viajado, D. Afonso também se fez rodear de objetos de arte e de cultura bem como de requintadas peças que foi adquirindo, compradas nas suas viagens ou importando-as sobretudo da Flandres^[14] e de Itália^[15], através de comerciantes estabelecidos em Lisboa^[16].

Sabemos que possuía rica baixela e tapeçarias que levava consigo quando viajava. Deviam, aliás, ser suas as famosas Tapeçarias do Condestável que narravam as vitórias de D. Nuno e que estariam nos

11 VIEIRA DA SILVA, José Custódio - *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto do Património Cultural, Coleção Arte e Património, 2002, 2ª Edição (1ª Edição 1995), p. 153.

12 RAU, Virgínia - “As empresas e a História das Técnicas em...”, p. 176.

13 Carta de Pedro de Sousa, publicada por SCARLATTI, Lita - *Os Homens de Alfarrobeira...*, p. 429.

14 DIAS, Pedro - *Importação de Esculturas de Itália nos século XV e XVI*. Porto: Editorial Paisagem, 1982, p. 16-23.

15 RAU, Virgínia - *Portugal e o Mediterrâneo no século XV – Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1973, p. 16-17.

16 “...entre os clientes de Bartolomeu, além dos próprios Reis de Portugal, figuravam nomes cimeiros da vida portuguesa de então: os Infantes; o Abade D. Gomes; D. Afonso, Marquês de Valença e Conde de Ourém; (...).” In RAU, Virgínia - “*Bartolomeo Di Iacopo Di Ser Vanni Mercador-Banqueiro Florentino, “Estante” em Lisboa nos Meados do Século XV*”. *Do Tempo e da História*, IV (1971), Lisboa, 1971, p. 114.

seus paços, em Lisboa, que o Conde de Ourém herdou^[17].

D. Afonso, tal como o pai, possuía livraria: numa encomenda vinda de Pisa em 1454, entre outros luxos, estavam “dois livros “di pistole di Tului di stima di fi. 30” e um “Quintiliano”^[18]; Joel Serrão diz-nos que ele trouxe livros da Alemanha, quando lá foi, acompanhando D. Leonor^[19]; e está documentada, a primeira exportação da oficina dos Della Robbia, em Florença, de várias peças de terracota esmaltada, expedidas para Lisboa no segundo semestre de maio de 1454, decorrente de encomenda feita por D. Afonso, durante aquela viagem^[20].

Quanto ao vestuário, certo é dizer que o Conde de Ourém tinha guarda roupa variado e luxuoso. Tanto o relato da viagem a Basileia como os testemunhos escritos das idas a Itália o confirmam. A forma como se apresentou ao Papa e a outras cortes, bem como as descrições das entradas nas cidades onde estadeou, apresentam-no a ele e à sua comitiva, dignos e sumptuosamente vestidos com as mais diferentes peças confeccionadas com tecidos de grande qualidade – saios brocados, chapeados, gretado forrado com martas, de veludo ou franceses, capelos chapados, jibões de brocado ou de veludo, opas brocadas, jacas e jornés, calças de *gram*, botas de barbante, sapatos de ponta, chapéu de veludo com uma borla em cima – a que se juntava uma confeção requintada com bordados e aplicações diversas, debruadas com peles.

Todo este conjunto de objetos, riquezas e até preciosidades necessitavam de local onde pudessem verdadeiramente brilhar de forma a conferir ao seu possuidor a grandiosidade, magnificência e estatuto que D. Afonso tinha visto em príncipes estrangeiros, numa atitude de afirmação pessoal, de superioridade e grandeza, só equivalentes ao próprio rei. Assim, a obra que o 4º Conde de Ourém e 1º Marquês de Valença realizou em Porto de Mós, transformando o castelo num elegante paço, numa atitude, referida por quase todos os autores, que faz lembrar Leiria

17 Há notícia que em 1633 decoravam os Paços de Vila Viçosa, dos Duques de Bragança. Cf. VITERBO, Sousa - *Artes e Artistas em Portugal – Contribuição para a História das Artes e Industrias Portuguesas*. Lisboa: Ferrin Editores, 1920, p. 102-103.

18 RAU, Virgínia - “As empresas e a História das Técnicas em...”, p. 107.

19 SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II.

20 Cf. MOREIRA, Rafael - *A Arquitetura do Renascimento no Sul de Portugal – a encomenda régia entre o Moderno e o Romano*: Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 16.

e a obra de D. João I, constitui a conclusão lógica da ação mecénática e construtiva deste nobre.

EVOLUÇÃO CONSTRUTIVA DO CASTELO DE PORTO DE MÓS.

O castelo de Porto de Mós destaca-se na paisagem serrana que o envolve e, desde longe, a sua silhueta marca o horizonte paisagístico. Do cima do monte domina a povoação e o seu volume é ampliado pela localização que tanto o favorece^[21].

Mas a imagem que ainda hoje apresenta de castelo *encantado*, cenário perfeito para histórias de príncipes e princesas que Rafael Calado^[22], em 1931, afirmava que “Apesar do lastimoso estado em ruína em que se encontra é ainda um dos mais lindos monumentos medievais que existem no nosso país”^[23], só lhe foi conferida pela remodelação nele levada a cabo no século XV, durante a década de 1450-60, por D. Afonso, 4º Conde de Ourém, que transformou o castelo medieval num paço principesco, cuja nova feição, cheia de particularidades distintas que, apesar dos estragos que o tempo e os homens lhe infligiram, o transformaram no mais singular entre os congéneres. Já muito degradado no século XIX, um guia de viagens francês^[24] considerava-o, mesmo assim, o mais interessante edifício da povoação, ao ponto de valer a pena o desvio que tinha que se fazer da estrada principal que levava a Leiria, para visitar a vila.

O facto de D. Afonso ter promovido esta obra numa localidade que, apesar de lhe pertencer, é tão próxima da sede do seu senhorio onde, na mesma altura, decorriam obras de edificação da Colegiada e do Paço de Ourém, levanta interrogações sobre as suas motivações: não tinha necessidade de possuir outra residência na região; e, se era ostentação o que o movia, lógico seria ter investido no paço de Lisboa, que

21 “...as proporções relativamente modestas do Castelo de Porto de Mós ampliam-se, no entanto, pela localização em que se encontra, dominando as terras baixas em redor.” In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 154.

22 Investigador local, a quem se deve a recolha de vasto património (material pré-histórico, moedas, peças cerâmicas, lápides). Virgílio Correia referiu-se-lhe num artigo do Diário de Coimbra de 06.06.1941, afirmando: “Desapareceu, (...) Rafael Calado, erudito modesto mas cheio de entusiasmo, que tantos elementos interessantes coligiu acerca do Juncal, onde vivia, da Batalha e Porto de Mós”.

23 “O Castelo de Porto de Mós”, *União Nacional*, (Jornal Semanário de Leiria), Ano III, nº 135 e 136 de 20 de março de 1931, p. 4.

24 Cf. DENIS, M. Ferdinand – *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères Editeurs, 1846.

também herdara do avô^[25]. De acordo com o que conhecemos sobre o pensamento e personalidade de D. Afonso, parece-nos que o seu interesse terá sido motivado sobretudo por razões, não de ordem material, mas simbólica e afetiva: as tropas do Condestável tinham pernoitado na noite de 14 para 15 de agosto de 1385 em Porto de Mós e aquela era a localidade mais próxima do campo onde tinha sido travada a batalha de Real de Aljubarrota. Aquele era, no fundo, o local das ações que lhe tinham proporcionado o lugar de destaque que ocupava na corte e a independência que tanto prezava, pois os créditos da vitória tinham rendido ao seu avô amplas doações onde foram incluídos os bens que passaram a pertencer-lhe.

Assim, não será difícil aceitar que tenha considerado Porto de Mós como local simbólico de origem e *fundação* da sua casa, pelo que naturalmente teria que empreender nesta localidade, ação construtiva. É, pois, neste contexto que compreendemos o empenho colocado nas obras do castelo da vila que, não sendo sede do seu senhorio nem de comarca, seria simbolicamente a sede do poder que ampla e orgulhosamente afirmava. Acresce que Porto de Mós, por via da grande obra do Mosteiro da Batalha, deveria ter tido, por via da mesma, algum incremento económico, na medida em que desta região era extraída a pedra que alimentava o estaleiro e este decerto dependia da vila, quanto ao abastecimento de víveres e todo o tipo de logística a ele associado.

As obras de remodelação ter-se-ão iniciado depois de 1449, após Alfarrobeira, e decorrido ao longo da década seguinte^[26]. A intervenção em Porto de Mós não seguiu o modelo escolhido para Ourém (por esta altura, decorriam obras no paço e tinham arrancado na Colegiada), onde D. Afonso decidiu construir um paço de raiz, próximo do cas-

25 Não sabemos se tal ocorreu. Documentalmente não encontramos nenhuma referência a obras levadas a cabo nos paços que, quando em Lisboa, o Conde de Ourém habitava, situados na proximidade da cerca do Convento de S. Francisco ou, aos Estaus, no Rossio. Cf. VIEIRA DA SILVA, Augusto - "Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa (Reconstituição topográfica dum trecho de Lisboa desaparecida)". *Olisipo*, (1942), Nº 20 e 21, p. 8-9 SCARLATTI, Lita, *Os Homens de Alfarrobeira...*, p. 168.

26 "Deverão os trabalhos ter decorrido após 1449, (...)." In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 154. "A construção do Paço de Porto de Mós é um pouco mais tardia que as obras de Ourém, devendo ser posterior a 1450, talvez mesmo posterior à segunda viagem do Conde de Ourém por Itália (1452-1453)." In BARROCA, Mário Jorge - "Arquitetura Gótica Civil", em ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge (coord.) - *História da Arte em Portugal O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, p. 118.

telo. Aqui, decidiu remodelar o castelo, transformando-o em residência, sendo evidente que o paço de Leiria, edificado por D. João I, terá sido exemplo inspirador^[27]. E, se pensarmos nos paços construídos nesta época^[28], verificamos que foi escolhida a solução menos usada, modelo nunca mais adotado, pelo menos globalmente, desta forma reformadora (só nos lembramos do caso de Vila da Feira que, aliás, é muitas vezes associado ao de Porto de Mós, mas naquele, a reestruturação operada entre 1448 e 1467, incidiu mais sobre aspetos de natureza militar, sendo a residência instalada numa ampla torre de menagem, também ela sujeita a obras para que fosse possível dotá-la, interiormente, dos elementos que lhe conferiram nítido e intencional carácter residencial. E de tal forma esta função foi subordinada ao carácter militar do conjunto que José Custódio Vieira da Silva o classificou de “paço-alcáçova”^[29]).

A remodelação promovida pelo 4º Conde de Ourém transformou o velho castelo românico de Porto de Mós no, talvez, mais equilibrado exemplo da arquitetura civil do final da Idade Média em Portugal, pois a ação construtiva nele levado a cabo soube, a partir da pré-existência, acrescentar-lhe organização, proporção e equilíbrio, num projeto bastante engenhoso que mais não fez do que, interiormente, preencher e reorganizar o espaço livre e, exteriormente, compor as fachadas ladeadas agora por torres ameaçadas mas rematadas por *machicolis*^[30] e

27 “Porto de Mós, inclusive, segue de perto, na modelação da fachada central, o esquema definido por D. João I nos seus paços de Leiria, isto é, duas torres a ladear um corpo central aberto em varanda para a vila.” In SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses...*, p. 157. “Se a fachada principal do edifício parece uma atualização do frontispício do Paço de Leiria (a galeria com arcatura, a ligeira angulação das torres, a simetria do conjunto, (...).” In PEREIRA, Paulo, (Dir.) - *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. II, p.15.

28 De iniciativa régia ou de Infantes: paços de Leiria, Sintra e, de menor importância e dos quais não restam vestígios, Muge e Almeirim (D. João I); de Belas (Infante D. João), os Mestrais de Tomar (Infante D. Henrique), o de Tentúgal (Infante D. Pedro); em Évora, os totalmente desaparecidos da Praça do Giraldo (D. Duarte) e o edificado junto ao Convento de S. Francisco (D. Afonso V); em Beja o que foi doado ao Convento de Nossa Senhora da Conceição e por ele absorvido (Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V). A família do 4º Conde de Ourém edificou os paços de Guimarães (Conde de Barcelos, seu pai) e os de Vila Viçosa, dentro do antigo reduto defensivo, e de Barcelos (Conde de Arraiolos, seu irmão). Notável e da mesma época é também o Solar dos Pinheiros em Barcelos (Dr. Pedro Esteves).

29 Cf. SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses...*, p. 180-183.

30 “MACHICÓLIS, s. m. O mesmo que MATA-CÃES”. “MATA-CÃES, s. m. Plataforma saliente sobre as portas de um castelo, com aberturas pelas quais se lançavam na vertical líquidos inflamáveis ou projéteis sobre os inimigos.” In RODRIGUES, Maria João Madeira,

talvez cobertas com coruchéus^[31], esbeltas estruturas que conferiram ao conjunto a elegância que originalmente não possuía.

Quanto mais olhamos para o castelo de Porto de Mós, mais nos parece original a sua feição porque, apesar de lhe reconhecermos traços que lembram o castelo de Leiria, de D. João I, próximo geográfica e afetivamente, apenas o terá seguido nos princípios uma vez que a intervenção arquitetónica naquele, foi mais engenhosa e original. Em Leiria a opção foi fazer, junto a um pano da muralha do castelo (o que apresentava maior potencialidade paisagística), um paço que depois se articulou com outras estruturas como a capela, a torre de menagem e os caminhos de ronda; em Porto de Mós, todo o perímetro, de facto bem mais pequeno, se transfigurou e remodelou para aí ser possível instalar uma habitação para D. Afonso.

Assim, a primitiva estrutura defensiva, forte e robusta, foi transformada numa elegante fortaleza que, pela delicadeza de muitos dos seus pormenores bem como pela função que nela passou a dominar, assumiu um carácter claramente civil^[32]. A meio do século XV, Porto de Mós já não devia temer qualquer ameaça militar pelo que, naturalmente, tal função foi secundarizada. Há ainda, de facto, elementos que apelam para a sua função original, como sejam o largo adarve de todas as torres e muros, sustentado por mísulas piramidais muito alongadas e os não menos curiosos corredor de acesso ao interior do recinto “protegido na cobertura por dois orifícios que possibilitavam o arremesso de projéteis ou líquidos ferventes”^[33] e o compartimento paralelo a ele, dotado de duas seteiras, dispositivos últimos de defesa, situados imediatamente antes da porta de entrada. E “junto ao portal (...) subsistem sinais da porta gradeada de funcionamento vertical por meio de roldanas e pesos compensatórios”^[34]. Mas, contrariando um pouco algumas

SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura*. Coimbra: Quimera Editores, 1990, p. 175 e 179.

31 A mais antiga descrição que se conhece do paço/castelo de Porto de Mós, feita em 1755 pelo Padre Luís Pereira de Sousa, refere-se a eles: “...de duas [torres] cahirão os coruchéus de todo...”. In *O Terramoto de 1755 em Portugal*. Lisboa: Oficina Gráfica Ldª, 1932, p. 1003.

32 “Nascido como obra puramente militar, suavizar-se-ia mais tarde ao ganhar feição de castelo senhorial, coisa rara entre nós – (...) o castelo inteiro, dulcificado, tomou certo aspecto de arquitetura palaciana, sem deixar o de fortaleza, mas de forma bem mais acentuadamente civil (...).” In GIL, Júlio e CABRITA, Augusto - *Os Mais Belos Palácios de Portugal*. Lisboa: Viterbo, 1998. p. 133.

33 Cf. SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 154.

34 GIL, Júlio e CABRITA, Augusto - *Os Mais Belos Palácios de Portugal*. Lisboa: Viterbo,

opiniões, não nos parece que a colocação destes dispositivos, obra do século XV, tivesse objetivos defensivos; quanto a nós, são uma evocação, uma curiosidade do passado que D. Afonso (ou alguém por ele) considerou interessante lembrar, uma vez que a seu lado aparecem pela primeira vez nas torres “troneiras circulares duplas para peças de grosso calibre”^[35]. Assim, aqueles elementos de cariz defensivo e agora, também estes, ofensivos seriam um sinal mais retórico^[36] do que efetivo: apesar de transformado em paço continuava a existir em Porto de Mós, não obstante o aspeto mais gracioso do conjunto, um castelo no cimo do monte para proteger a vila.

Todo o pendor bélico que, decerto, teria anteriormente, foi anulado com a composição da fachada principal – que ganhou espessura e passou a ser definida pelo vértice das torres que a ladeavam – desenhada com um sentido cénico: uma ampla varanda, cujo delicado recorte dos vãos se avistava de longe, abriu-se à vila; coberturas em forma de coruchéus (anulando o terraço primitivo) passaram a rematar as primitivas torres; e, para possibilitar o acesso às dependências distribuídas pelos vários pisos do novo conjunto, foi criado um pátio interior, de circulação. Este é, aliás, o elemento que confirma estarmos em presença de uma habitação e não de uma estrutura castrense. Se algumas dúvidas restassem quanto ao caráter civil do novo castelo, que aqueles elementos claramente evidenciam, quando se passava o portão, agora situado ao fundo de um “alto e profundo corredor abobadado em meio canhão (semelhante ao do paço de Ourém)^[37], entrava-se dentro, não de uma vulgar praça de armas com uma torre de menagem e outras construções inerentes ao funcionamento de um reduto defensivo, mas sim no interior de um verdadeiro palácio, com um pátio interior descoberto de onde se acedia aos compartimentos, escadas, enfim, a todos os cómodos que asseguravam e permitiam o funcionamento da casa nobre do 1º Marquês de Valença.

Como dissemos, as obras em Porto de Mós ter-se-ão iniciado depois de 1449 e decorreram certamente ao longo da década de 50.

1998. p. 133 - 135.

35 MOREIRA, Rafael, *A arquitetura do Renascimento no Sul de*, vol. I, p. 134.

36 “O reforço da proteção justificava-se sempre porque, no primeiro piso, se delineou uma delicada varanda de quatro vãos em arco contracurvado, apoiados em colunas oitavadas e que, de certa forma, contradiz, pela sua vulnerabilidade, o aumento das disposições defensivas, tornadas mais retóricas do que verdadeiramente eficazes.” In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 154.

37 *Idem*.

D. Afonso saiu de Portugal em finais de 1451 e estadeou em Itália, pelo menos durante a primeira metade de 1452, pelo que julgamos que a maior parte dos trabalhos se terão realizado após o seu regresso. Pelo que nos é dado observar nos vestígios originais que se conservaram, podemos dizer que, mais uma vez e um pouco à semelhança do que terá acontecido em Ourém, D. Afonso hesitou entre a aplicação de um modelo tradicional e uma visão cosmopolita da arquitetura, cujos exemplos mais recentes tinha visto nas suas viagens. Se ainda hoje nos impressionamos com os exemplares quatrocentistas da arquitetura civil toscana, qual não terá sido a sua admiração quando os viu e se familiarizou com eles, pelo que, sensibilizado com a nova estética, não terá deixado de querer em obra sua, imprimir-lhe a imagem de novidade a que era associada a mais alta erudição. Só assim, poderia equiparar-se aos príncipes com quem privara e cujos paços frequentara. Mas a paisagem construída em Portugal, renovada nestes tempos pelas formas do gótico final, era também apelativa.

O gosto do Conde Ourém terá balançado entre estes dois conceitos (ou os condicionalismos da edificação desta obra a isso obrigaram a que a falta mão de obra capaz de realizar tais novidades, não deve ter sido alheia) e, tal como na Colegiada de Ourém, só no interior do paço se reconhecerão traços, ainda tímidos mas curiosamente estruturantes, da nova estética. Por fora, o edifício apresenta elementos tardo-góticos – arcos contracurvados na varanda da fachada sul, respetiva cobertura em ogiva, colunas de secção octogonal, decoração com “folhagem nervosa”^[38] dos respetivos capitéis, mísulas piramidais (iguais às do Claustro de D. Afonso V, na Batalha; existe também uma mísula, igual a estas, num dos absidiolos laterais do altar-mor da Igreja de S. João Batista, em Tomar). Mas, interiormente, a praça de armas, regularizada e composta, transformada em pátio porticado, lança um novo programa que, julgamos, D. Afonso terá visto não só nos muitos palácios urbanos da península itálica, onde este modelo nasceu, se desenvolveu e generalizou a partir do século XIII, mas também na Catalunha que visitou por mais de uma vez onde era seguido este modelo^[39], sendo disso exemplo

38 *Ibidem*

39 “Los castillos tendrían primeramente la rudeza de las torres, pero poco a poco fueron aumentando las comodidades y el lujo, perdendo su carácter militar, para transformarse en verdaderos palácios. Su distribución suele ser a base de un pátio central. (...) Los palácios catalanes fijan sus caracteres al finales del siglo XIII, conservándolos ya para siempre. Las fachadas son de sillería muy austera con ventanales dobles o triples. En el interior tienen pátio central con galería alta, de arcos agudos y de esbeltas columnillas, con la escalera descubierta al modo florentino, rasgo peculiar de levante.” In LOZOYA, M. de, e PENA-

os palácios comunal e real de Barcelona que o Conde de Ourém muito provavelmente conhecia. Já de clara influencia italiana^[40] são alguns elementos arquitetónicos presentes no pátio – vergas retas denticuladas das portas (iguais às das torres baluarte de Ourém e do átrio do respetivo paço) e, a enquadrar o espaço pentagonal do pátio quase quadrado, descoberto (2 lados paralelos, um 3º perpendicular e só o oposto, oblíquo, porque o primitivo perímetro a isso decerto obrigou), um pórtico com colunas e pilastras de feição claramente jónica.

Parece-nos evidente que existem influencias estilísticas do Mosteiro da Batalha na obra de remodelação do castelo de Porto de Mós, nomeadamente em elementos arquitetónicos deste paço reconhecidamente semelhantes a alguns do claustro de D. Afonso V, obra que foi conduzida por Fernão da Évora a partir de 1448^[41]. E, no contexto da data de início das obras da iniciativa do 4º Conde de Ourém, deve também ser considerada a hipótese da vinda, para o(s) seu(s) estaleiro(s) de oficiais e artífices que trabalhavam na Batalha que, tendo acompanhado o Infante D. Pedro em Alfarrobeira, foram arregimentados por D. Afonso^[42]. E, quando se pensa em quem terá orientado as obras, lembramo-nos de um desenho gravado num dos muros meridionais da igreja do Mosteiro de Stª Maria da Vitória^[43], que parece esboçar a fachada do novo castelo de Porto de Mós. Representará uma ideia? Terá Fernão da Évora, ou outro oficial, pensado este paço enquanto trabalhava no estaleiro batalhino?^[44] São, pois, inequívocas as relações que se podem estabelecer

LOSA, L. F. de - *El Arte Gótico em Espana*. Barcelona: Editorial Labor, 1935, p. 139-140.

40 "..., já alguns detalhes ornamentais do edifício revelam familiaridade com modelos italianos, com as colunas e pilastras caneladas que sustentam os arcos da *loggia* e as quatro portas do pátio interior, de verga recta denticulada." In PEREIRA, Paulo - *História da Arte Portuguesa...*, vol. II, p.15.

41 "O Claustro de D. Afonso V do Mosteiro da Batalha é uma das obras-chave deste período, quase sem ornamentação, com arcaria ogival com meros chanfros, nervuras simples que ostentavam os escudos do rei e o rodízio afonsino entre lágrimas e o abraço de argolas de trocos. (...) ..., e o seu projecto e execução devem-se a Fernão da Évora, que dirigiu as empreitadas batalhinas entre 1448 e 1477". In DIAS, Pedro, *A Arquitetura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 163.

42 Cf. MORENO, Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979, vol. I e II, p. 587-589.

43 Cf. SILVA, Saul António Gomes C. da - *Vésperas Batalhinas*. Leiria: Magno Edições, 1997, p. 161, fig. 12.

44 "Nestes estaleiros existiram lojas de risco, onde os mestres e os aparelhadores traçavam as peças fundamentais, os modelos que depois eram copiados pelos pedreiros e pelos canteiros. Estas traças eram feitas com frequência nas próprias paredes, conservando-se vestígios importantes na Batalha, nas paredes do exterior, (...)." In DIAS, Pedro,

entre o castelo de Porto de Mós e o claustro de D. Afonso V. A descrição que dele faz Pedro Dias^[45], quase que se podia aplicar, com pequenas alterações, à varanda do paço. De facto, a arcaria dos vãos utiliza um desenho contracurvado, que aquele autor assinala ser semelhante ao do vão da porta da Judiaria de Tomar^[46], mais complexo que os do referido claustro. Mas estão lá o teto em abóbada de ogivas e as arestas não faltando as chaves ostentando, não o escudo régio, mas o enigmático emblema do 4º Conde de Ourém, com os guindastes afrontados.

A decoração dos capitéis e das mísulas é, no entanto, mais elaborada, com uma gramática claramente naturalista, atestando, assim o período de transição que se vivia, anunciando o gótico final sóbrio e austero mas ainda, com assomos de profusão decorativa. Outro dos fatores que nos faz de imediato estabelecer relações de proximidade entre estes dois exemplos é a cor do material pétreo utilizado – calcário^[47]. É a mesma e de tal forma semelhante que alguns elementos, quando reproduzidos em fotografia, se não legendados, são facilmente confundidos. Tal não é de estranhar, pois sabemos que as pedreiras de Porto de Mós forneceram o estaleiro do Mosteiro da Batalha.

D. Afonso, decerto assegurou para a sua obra matéria prima igual à que abastecia a empresa régia. Daí a semelhança. Mas também são nítidas algumas correspondências com elementos arquitetónicos dos claustros das Lavagens e do cemitério do Convento de Cristo em Tomar, cujas obras estavam também a decorrer nesta altura. A configuração da boca da cisterna do Castelo de Porto de Mos tem um desenho muito semelhante aquela que se encontra no Claustro das Lavagens. Apenas visualizámos diferenças na base que é, em Tomar, mais elaborada. Fora isso, ambas de sessão octogonal e feição singela, apresentam praticamente a mesma dimensão. E a decoração dos capitéis e mísulas da varanda de Porto de Mós tem gramática idêntica aos capitéis do Claustro do Cemitério^[48] e das Lavagens. Lembramos que o respon-

Arquitetura Gótica Portuguesa. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 40.

45 Cf. Nota 41, deste artigo.

46 “Notam-se aqui as janelas que se abrem para a principal sala do paço, curiosamente com um desenho pouco comum, em arco conupial, como então se fizera para a porta da sinagoga de Tomar”. In DIAS, Pedro, “O Gótico” em História da Arte em Portugal. Lisboa: Publicações Alfa, vol. IV, p. 102.

47 “...similitude formal dos elementos decorativos esculpidos em calcário idêntico ao usado na Batalha (...).” In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p.154.

48 “Tanto os capitéis das colunas, como essas mísulas parietais e as outras que aguen-

sável por estes dois espaços, encomendados pelo Infante D. Henrique e erguidos na sede da Ordem de Cristo, de que era mestre, foi Fernão Gonçalves.

Se quanto à feição da fachada Sul do castelo de Porto de Mós não temos dúvidas sobre as influências e até autoria, decerto próxima dos mestres da Batalha^[49] ou de Tomar, já quanto aos arranjos interiores e elementos de remate e coroamento do conjunto, que apresentam uma feição completamente italianizante, dúvidas se colocam. Como é notado por todos quantos analisaram este castelo, muitos destes elementos são iguais aos de Ourém, nomeadamente as vergas denticuladas das portas do pátio e os *machicolis* do coroamento das torres^[50]. “Estas cachorradas do Castelo de Porto de Mós invulgarmente alongadas e de extraordinário efeito decorativo pelas suas formas e ritmos apresentam dois tipos diferentes – as das muralhas e torres pouco balançadas e adelgaçando-se; as dos balcões, de grande largura no cateto superior e com frentes polilobadas”^[51]. “As mísulas prismáticas que vemos na parte superior dos seus muros nunca foram concebidas para receber os telhados que ali foram colocados aquando do restauro, mas destinavam-se a apoiar arquiços, numa solução semelhante à do Paço de Ourém”^[52]. Se relativamente a estes elementos temos a convicção que seriam uma espécie de imagem de marca de D. Afonso, pois são característicos do coroamento de paços e torres urbanas da península itálica^[53], já quanto

tam as nervura do abobadado patenteiam expressivo goticismo na sua ornamentação em que a folhagem – muito do tipo da dos capitéis do claustro do cemitério do Convento de Cristo em Tomar – intervém em formas naturalistas altamente decorativas.” In CASTRO de ALVELLOS, Manuel de Mello e - “Pedras-de-Armazém de Ourém”. *Revista Ocidente*,(1957), Nº 233, p. 62-63.

49 “O fenómeno da imitação das obras régias foi, evidentemente marcante, e muitos dos poderosos que resolveram meter ombros a empreendimentos arquitectónicos tentavam copiar o que a coroa fazia. Foi comum contratar-se um mestre subalterno da Batalha para ir a qualquer ponto do País levantar uma nova igreja, um claustro, ou mesmo uma simples moradia.” In DIAS, Pedro - “O Gótico” em História da Arte em Portugal..., p. 120.

50 “Tanto as tórras como os panos da muralha são coroados de linhas de cachorradas de um belo efeito decorativo. Sobre elas deveriam existir curiosas composições de tijolo à semelhança do que se vê no castelo de Ourém, que é da mesma época e foi do mesmo Senhor. A grande quantidade de tijolos de feitios diversos que se encontraram na cisterna confirmam a nossa opinião.” In CALADO, Rafael - “Porto de Mós”, *União Nacional* (Jornal Semanário de Leiria), Ano III, nº 135 e 136 de 20 de março de 1931, p. 4.

51 GIL, Júlio e CABRITA, Augusto - *Os Mais Belos Palácios de ...*, p. 135.

52 BARROCA, Mário Jorge - “Arquitetura Gótica Civil”..., p. 119.

53 “Evidenciam tais cachorradas a nítida influência italiana de tantos e tão célebres exemplos – o Palazzo Vecchio e o Palazzo Spini, de Florença, La Rocca Meggiore, de Assis, o

às vergas das portas poderemos colocar a hipótese de terem *sobrado* do estaleiro de Ourém, e aproveitadas na obra de Porto de Mós.

Lembramos mais uma vez que a questão das formas e gabaritos talvez tenha tido, aqui, alguma influência, pois economia de meios e de materiais deveria ser regra na gestão de qualquer obra, nestes tempos^[54]. Mas o facto de vermos repetidos, em ambos os edifícios, estes elementos, coloca uma outra dúvida: terão as vergas das portas sido projetadas/desenhadas originalmente para Ourém ou para Porto de Mós? A edificação ou alteração de um vão é tarefa simples e não envolve muitos meios podendo, inclusivamente, as diferentes peças (ombreiras e lintéis) ser feitas num local e aplicadas noutra. Além disso, a colocação das portas é, em termos de sequência construtiva, uma das últimas tarefas que se realizam em obra.

A de Ourém, tal como a de Porto de Mós, prolongou-se pela década de 50 de quatrocentos, pelo que a hipótese de os vãos denticulados terem sido originalmente desenhados para Porto de Mós e aproveitados em Ourém, também é possível. Ora, destes factos e relações parece-nos que fica claro que quem foi responsável por estes elementos numa obra, também o foi na outra^[55], como aliás afirmou Mário Barroca^[56].

Se pensarmos que os artífices da Batalha começaram a ser reabilitados por D. Afonso V a partir de 1450^[57], abandonando talvez a(s) obra(s) do Conde de Ourém, tempos aliás que coincidem com a sua

Castelo de Bardi, o Castelo de Torrechiara, o Castelo Estense de Ferrara, entre muitos outros." *Idem*.

54 "O aprendizado era baseado nos laços pessoais, no ensino direto do mestre a auxiliar ou discípulo. Se um aparelhador formado na Batalha se deslocava para as Caldas, para Santarém ou para Leiria, os perfis dos arcos, bases, capitéis, etc., ganhavam aí as formas que tinham no estaleiro de origem. O mesmo acontecia com a saída de canteiros decoradores ou mesmo mestres de obras. Resumindo, as formas só se espalham através da deslocação de artistas de um estaleiro para outro." In DIAS, Pedro - *Arquitetura Gótica Portuguesa...*, p. 39-40.

55 "Os elementos arquitetónicos deste edifício e os dos antigos Paços do Conde de Ourém têm entre si tanta semelhança, que certas peças e detalhes são perfeitamente iguais, como algumas vèrgas de portas decoradas de denticulos, que parecem acusar o cinzel do mesmo artífice." In CALADO, Rafael - "Porto de Mós", *União Nacional ...*, p. 4.

56 "A gramática decorativa da padieira da porta do pátio, com um friso denticulado, é em tudo semelhante à de uma porta do Paço de Ourém, revelando a mão do mesmo artista." In BARROCA, Mário Jorge - "Arquitetura Gótica Civil" ..., p. 119.

57 Cf. MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 625, 626, 629, 633-634, 639, 650, 652 e 656.

última missão diplomática (final de 1451/1ª metade de 1452), temos a noção que o ritmo dos trabalhos deverá ter, pelo menos, abrandado. Esta missão diplomática não lhe deve ter proporcionado apenas acesso a mais meios (só a realizou mediante a atribuição de novo título – Marquês de Valença – e correspondentes bens), mas também humanos, cuja escassez tinha sido uma constante desde que tinha dado início às suas empresas. Pensamos que D. Afonso, durante a viagem por Itália movido por esta necessidade e, naturalmente, também influenciado por um novo gosto, terá procurado meios para concluir o(s) seu(s) projeto(s). Não esqueçamos que foi durante esta estada que realizou a encomenda, que se conhece, à oficina dos Della Robbia.

Do mesmo modo, poderá ter feito outras, pois a feição da pilastra de arranque do pórtico do pátio, solução completamente única no contexto quatrocentista⁵⁸, não é de todo gótica e muito menos terá sido talhada por pedreiro português⁵⁹. E, a regularidade do pátio interior, quase quadrado, que praticamente centrou a boca da cisterna, já existente, também não nos parece evidenciar conceção nacional. A feição global do perímetro e dos arranjos do pátio interior do castelo de Porto de Mós não são de todo nacionais. E, relativamente à cisterna, “Trabalhos recentes de prospecção arqueológica puseram a descoberto o extradorso desta última, permitindo perceber a existência de uma cisterna com abóbada sem suportes interiores, o que, curiosamente, evoca a preocupação manifestada pelo rei D. Duarte em conhecer o sistema de um determinado tipo de cisternas desenvolvido em Itália (*Como se fazem as cisternas em italia sem abóbada*⁶⁰). Neste contexto, não é de estranhar que idêntica preocupação fosse sentida também pelo Conde de Ourém”⁶¹, que, de facto, nos arredores de Barcelona observou, com algum cuidado, o sistema

58 “... e Porto de Mós (1450-60) em que encontramos colunas proto jónicas que constituem a mais precoce manifestação arquitetónica do “modo toscano” em pleno século XV português.” In MOREIRA, Rafael - “Cultura Visual e Material” em BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI; Kirti (coord.) - *História da Expansão Portuguesa a formação do império (1415-1570)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989, vol. I, p. 475.

59 “Já mais problemático se apresenta, pela novidade total no panorama artístico da época, o pórtico que dá acesso a este pátio. Definido por colunas e pilastras caneladas e capitéis jónicos, a que falta a arquitrave de coroamento, enquadram-se no trabalho que em Florença se realizava em meados do século XV.” In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 156.

60 In *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (Livro da Cartuxa), Edição diplomática. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1982, p. 155.

61 SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 142.

de aproveitamento de águas de um poço^[62].

Tal como em Ourém, a resposta ao problema da cronologia e da autoria da remodelação do castelo de Porto de Mós continuará em aberto. Mas, à medida que analisamos o conjunto edificado e relacionamos todos estes dados, mais nos parece provável a hipótese que Rafael Moreira adiantou, há mais de 25 anos, ao considerar que o Marquês de Valença contratou um artífice italiano – *scalpellino* ou *marmoraro* – que, de facto, introduziu em Portugal as primeiras formas à *romana*, ainda que aplicadas timidamente^[63]. Subtil afirmação que, claramente, afastou da direção da(s) obra(s) arquiteto familiarizado com o *nuovo stilo* – *Scalpellino* é aquele que talha a pedra; *marmoraro* o que o faz com o mais nobre dos materiais pétreos^[64]. De facto, a intervenção verdadeiramente arquitetónica de feição *moderna* em Porto de Mós só se sente na conceção espacial do pátio, para onde davam as portas de verga reta, tal como também o era o pórtico de acesso a ele. Tudo o resto, com a mesma natureza, são elementos decorativos que, inteligentemente colocados, conferiam àquele espaço o ar de novidade que o cosmopolitismo de D. Afonso justificava possuir.

Em conclusão, poderemos dizer que o arranque das obras de remodelação do castelo ficaram, inicialmente, a cargo de artífices da Batalha, arregimentados depois de Alfarrobeira, supervisionados por mestre experiente daquele estaleiro ou de Tomar. Pensamos que os propósitos iniciais de remodelação seriam modestos – o Conde de Ourém desejava dotar o castelo de uma ala residencial digna, com condições de habitabilidade e conforto que a sua condição exigia. Esta deve, aliás, ter sido uma intenção antiga pois há notícia da estada de D. Afonso, em Porto de Mós, em 1440^[65]. As obras ter-se-ão iniciado erguendo a

62 Cf. DIAS, Aida (apresentação e leitura) - *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao ...*, p. 23-24.

63 “..., pela sua concepção, terá que ser entendida como uma das primeiras manifestações do renascimento italiano em Portugal que, a dever-se a D. Afonso, fará deste igualmente um dos introdutores, se bem que em expressão limitada, do novo gosto.” In MOREIRA, Rafael - “Cultura Visual e Material”..., p. 475.

64 “Scalpellino – canteiro; mau escultor” / Marmoraro – marmista”, in *Dicionário de Italiano-Português*. Porto Editora, 2000.

65 “Por vezes a documentação revela-nos a presença do Conde nas suas terras. Em 16 de Abril de 1440, por exemplo, o Abade de Alcobaça enviou um caminheiro conhecido por Barrete, a Porto de Mós, onde estava o Conde, por cujo serviço lhe pagou oito reais.” In SILVA, Saul António Gomes da - “O Condado de Ourém em tempos medievais” em ANDRÉ, Carlos Ascenso (ed.) - *Actas do Congresso Histórico D. Afonso 4º Conde de Ourém e a sua época*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p. 113.

varanda da fachada sul seguindo, sem margem para dúvidas, o modelo do Paço de Leiria. Com a emissão das cartas de perdão de D. Afonso V a partir de final de 1450 e da ida para Itália, do recém-empossado Marquês de Valença, o ritmo dos trabalhos terá recrudescido. Julgamos ser possível que quando D. Afonso partiu no final de 1451, construía-se a ala sul e talvez a oeste, respetivamente, a residencial e a de serviços. Mas, após o seu regresso a Portugal, a obra terá ganho novo impulso. O programa inicial foi ampliado, integrando o que já estava edificado de novo, certamente com boa parte das pré-existências, definindo interiormente um novo conjunto, regularizado e estruturado à volta de um pátio interior^[66]. Para lhe conferir unidade e lhe alterar a feição defensiva todos os muros do novo castelo foram coroados de *machicolis* e as torres passaram a ser telhadas. Assim, a ação construtiva sobre o primitivo reduto generalizou-se dando à estrutura original um sentido de unidade e coerência que o novo e elegante conjunto residencial do castelo de Porto de Mós passou a evidenciar.

É hoje bastante difícil perceber como seria, no século XV, o paço de Porto de Mós. O que atualmente existe é fruto de uma grande obra de recuperação, realizada durante a última década do século XX, que foi antecedida de uma intervenção de restauro, que decorreu entre 1936 e 1961. Em 1933, Jorge Larcher escrevia: “Infelizmente todas estas relíquias venerandas não tardarão muito a desaparecer se não houver quem lhes acuda.”^[67] “Na reintegração levada a efeito pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (...) construíram-se escadas de acesso aos pavimentos superiores, lavraram-se capitéis para as colunas destroçadas e acorucharam-se as quatro torres do monumento, de altos telhados, à maneira dos que toucam as do Castelo da Feira. Algumas ogivas que rompem os espessos paramentos do vasto quadri-látero, fizeram-se também de novo, pelo tipo das antigas.”^[68] Ora, se

66 “A sua concepção, tão diferenciada de todo o restante conjunto existente no castelo de Porto de Mós e que é decididamente tardo-gótico, levanta o problema de saber se terá sido ainda o conde de Ourém a definir-lhe o desenho. Pelo menos, deverá ser uma obra relativamente posterior, decidida por D. Afonso possivelmente após a segunda viagem realizada a Itália em 1452-53, altura em que a transformação do castelo deveria já estar realizada ou prestes a concluir-se. Na verdade, não só a concepção deste pórtico é estranha a todo o conjunto como também aparece inserido a posteriori numa zona bem delimitada do edifício. Harmoniza-se, no entanto com a obra restante (...). In SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses...*, p. 200.

67 *Idem*.

68 SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Leiria. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955, p. 117.

estas intervenções permitiram que, atualmente, exista algo mais do que escombros a evocar recordações passadas, é certo, também, que alteraram a fisionomia original do paço sendo, assim, difícil o seu completo entendimento, quanto à imagem que teria após as obras que tanto o dignificaram, promovidas pelo 4º Conde de Ourém.

O que chegou ao início do século XX, era um amontoado de pedras de onde emergiam, em ruínas, algumas torres e muros. Para este calamitoso estado de destruição muito terá contribuído o terramoto de 1755. No entanto, quando este ocorreu, já uma das torres estava por terra^[69], tendo, com aquele sismo, ruído quase completamente outras duas, ficando as restantes muito danificadas^[70]. Não foram feitas obras, pelo que a degradação terá avançado rapidamente. No final do século XVIII as pedras, que deviam abundar pelo chão nas imediações do reduto, eram aproveitadas pelos locais para com elas erguerem muros ou paredes de construções novas, levando a edilidade a tomar providências^[71]. Em 1802 realizou-se o último ato oficial no castelo: a tomada de

69 “1735 – cai uma das 5 torres que o castelo possuía;” In MENDONÇA, Isabel - “Ficha Nº IPA 101612002, Castelo de Porto de Mós”, *Inventário do Património Arquitetónico*. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1991 (atualização Lúcia Pessoa, 1999).

70 “O Castelo (...); consta de cinco torres huma destas por esta muito à superfície do monte com a continuação das agoas lhe fugiu o chão, e há mais de vinte anos que a mayor parte desta se arruinou. As quatro que estavam com toda a segurança se abrirão com o terramoto do primeiro de Novembro duas quazi the o alicerce, e não cedendo os materiais de cal e areia: estalarão as pedras mármorees pelo meyo, mas se tornarão a reunir, de duas cahirão os coruxeos de todo, sendo de abobeda de tejo, e dos das outras duas, parte, e muita pedraria lavrada que o vestia estalou e veyo abaixo.” In SOUSA, Padre Francisco Luis Pereira de – *O Terramoto de 1755 em Portugal*. Lisboa: Oficina Gráfica, 1932, p. 103.

71 “A história da sua desgraça vem já de longe. Em vereação de 4 de Fevereiro de 1795, já se deram providências proibindo que fôsem roubar mais pedras e outros matérias das suas ruínas e multando os infratores com a pena de 5600 réis, além de serem obrigados a repôr o mesmo material. De então para cá tem-se cometido ali barbaridades imperdoáveis e indiscretíveis.” In CALADO, Rafael – “Porto de Mós”..., p. 4. “...muitos dos que deviam dar exemplos de amor e respeito pelas veneráveis relíquias de antigos tempos, foram os primeiros a desrespeitá-las mandando destruir, ou consentindo que se destruíssem, bons panos de muralha do formosíssimo castelo para com as pedras dali retiradas construírem ou repararem propriedades suas...” In FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós, Breve Monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1983 (texto original de 1937), p. 21. “Sabe-se que muitas peças escultóricas foram roubadas antes das obras de restauro que se verificaram por volta da década de 1940.” In FURRIEL, Francisco Jorge - *Da Pré-História à Actualidade Monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1996, vol. I, p. 222.

posse, dada pela Câmara, ao alcaide-mor^[72]. Mas, apesar de simbolicamente continuar a desempenhar a sua função tutelar sobre a vila e de, certamente, nele funcionar um quartel do exército^[73], pouco ou nada deve ter sido feito para o preservar. E, em 1909, novo abalo de terra fez aumentar os estragos.

Serra Frazão (nascido em 1881) em 1937 recordava que, quando tinha 10 ou 12 anos, “ainda havia uns restos de uma porta de madeira num dos armários do castelo; ainda as varandas tinham dois arcos perfeitos, e ainda nós passávamos sem dificuldades sobre a tessitura externa do arco que esconde a porta de entrada que olha para sul; e, ao lado desse arco, ainda havia uns restos de uma das torres, da que ficava para SE, cobertos de heras, e tudo isso desapareceu...”^[74].

Do castelo de Porto de Mós existem imagens que permitem afirmar que no final da década de 30 do século XIX toda a estrutura estava já afetada pela destruição. A mais antiga que conhecemos, um desenho aquarelado assinado por James Holland^[75] e datado de 08.08.1837, é uma vista tomada do interior da varanda sul, vendo-se já o tramo oeste caído. Numa outra (publicada no número 129 da revista *O Panorama* de 19 de outubro de 1839), uma gravura, assinada COELHO GRAV., vêem-se as torres ainda de pé, apesar da sudoeste evidenciar danos, parecendo-nos ver parte da varanda da fachada sul caída. Esta gravura foi, posteriormente, também publicada no livro *Portugal* de M. Ferdinand Denis, em 1846. No arquivo da DGEMN existe um outro desenho, sem data mas que presumimos ser do final do século XIX ou do início do século XX, com a seguinte legenda dactilografada: *Porto de Moz – João Pereira Mousinho*. Nesta vista, tomada de local próximo ao tomado para

72 “Em 1802 realizou-se neste castelo um dos seus últimos actos oficiais, a posse dada pela Câmara ao alcaide-mor Martinho de Sousa Albuquerque e Alte.” In LARCHER, Jorge das Neves - *Castelos de Portugal – Distrito de Leiria*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, p. 201.

73 A zona envolvente do castelo de Porto de Mós era propriedade, no início do século XX, do Ministério da Guerra, tal como está registado numa planta depositada no Arquivo Municipal de Porto de Mós, no qual consta: “Terreno pertencente do Ministério da Guerra”. O verso deste desenho apresenta assinaturas de vários militares.

74 In FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós, Breve...*, p. 21.

75 James Holland (1799-1870), pintor, aquarelista e ilustrador, visitou Portugal em 1837 para realizar desenhos de vários monumentos e paisagens, destinados a ilustrar a obra “The tourist in Portugal” de W. H. Harrison, publicada em 1839. O desenho em causa, aquarelado, não foi passado a gravura para ilustrar o capítulo IX - “Porto de Móz”, daquela obra. O desenho original integra atualmente a seção Prints & Drawing / Sketch in Portugal da coleção do Victoria & Albert Museum, Londres.

a gravura anteriormente referida, o desenho apresenta maior grau de definição, sendo claro que o castelo, apesar de ter ainda uma imagem de conjunto, apresenta sinais evidentes de degradação: tramo oeste da varanda sul mutilado, coroamento das torres danificado e a torre sudeste bastante arruinada. Como esta caiu com o terramoto de 1909, é seguro afirmar que a vista foi tomada antes desta data.

Conhecemos mais três gravuras do castelo: uma publicada em 1933 no livro de Jorge das Neves Larcher, *Castelos de Portugal*^[76], com a legenda: *Uma Gravura antiga do Castelo de Pôrto de Mós. No primeiro plano a Igreja de Santa Maria, que já hoje não existe. (Da colecção do Sr. R. Calado – Fotografia do Sr. tenente de artilharia Carlos Nunes)*; outra, foi publicada na primeira monografia sobre Porto de Mós da autoria de Serra Frazão, em 1937, tendo na legenda a data de 1904; e a terceira foi publicada na obra de Luciano Justo Ramos^[77] tendo a seguinte legenda: *CASTELO DE PORTO DE MÓZ /. Cópia de um original feito pelo Sargento-mór engenheiro José Monteiro de Carvalho / em 1755.*

As duas primeiras mostram a torre sudeste desaparecida, parte do muro de ligação à torre nordeste por terra e a varanda sul parcialmente destruída, apesar de serem ainda visíveis os arcos que definiam os respetivos vãos. Mesmo tendo sido publicadas na década de 30 do século XX, julgamos que foram também registadas antes do sismo de 1909. A última destas gravuras é a que apresenta as maiores diferenças face às restantes anteriormente referidas: as torres estão sem cobertura, mas intactas; a varanda apresenta 4 arcos, todos iguais. Mas só com algum esforço vemos neste desenho o castelo de Porto de Mós; apesar de ser uma cópia como a legenda atesta, a feição geral distancia-se das imagens daquele castelo, registadas a partir do início do século XIX.

Relativamente a peças desenhadas do castelo de Porto de Mós, um conjunto de 3 cadernos com desenhos realizados por Ernesto Korrodi entre 1894-95^[78] que registam plantas e alçados (1º caderno), apon-

76 In FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós, Breve...*, p. 198.

77 In RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós, Estudo Histórico*. Leiria: Comissão Regional de Turismo de Leiria, 1971, p. 16.

78 "1894-1895 – É transferido para a Escola Industrial Domingos Sequeira, em Leiria. Desenha os Castelos de Leiria, Porto de Mós, Pombal e o Paço de Ourém. Elabora um estudo de reconstrução do Castelo de Leiria e esboços de reconstituição do de Porto de Mós". In COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi 1889-1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 311. Os referidos desenhos do castelo de Porto de Mós encontravam-se, em 2004, no Arquivo Distrital de Leiria, registados sobre o número 248.

tamentos de detalhes e pormenores construtivos (2º caderno) e, perspectivas e dois desenhos a tinta da china sob papel vegetal, colados às folhas de papel almaço, com *ideias* para o restauro do castelo, registando a data de julho de 1895. Existem mais 5 folhas de papel vegetal com várias plantas do conjunto. Estes registos constituíam, certamente, a primeira fase de trabalho – de campo – para a recuperação deste monumento, encomendada àquele arquiteto que, por razões que desconhecemos, nunca foi concretizada. Apesar de registarem inúmeros elementos arquitetónicos, peças escultóricas, plantas, alçados, corte, tendo alguns, até, medidas, é difícil, longe do local onde foram tomados, identificá-los com rigor, atendendo ao tipo de registo claramente sem preocupações de normalização. Pensamos também que muitos misturam dados do levantamento com *ideias* para o respetivo projeto de restauro.

Há, no arquivo da Câmara Municipal de Porto de Mós, uma planta do castelo à escala 1/400 e um desenho com a legenda *PLANTA da Construção de 3 paredes e 1 Portão de ferro para vedação do: CASTELO DE PORTO DE MOZ*, com a seguinte referência: “*Terreno pertencente ao Ministério da Guerra*”. Julgamos que constituíam o projeto destinado a fechar o perímetro do recinto, em parte caído durante o sismo de 1909. Infelizmente não sabemos o ano em que foram realizados mas, pela sua singeleza, parece-nos que se destinavam a resolver de forma expedita o problema da delimitação do recinto castelar. Uma vez que entre 1924 e 1939 existiu a Liga dos Amigos do Castelo de Porto de Mós cujo livro de atas^[79] não regista qualquer intervenção como a projetada e sabendo que o castelo chegou aos anos 30 do século XX sem que nele tenham sido realizadas quaisquer obras de reparação ou restauro, presumimos sejam dos anos 10 ou 20 de novecentos. Por esta altura já o castelo era Monumento Nacional, classificação que lhe foi atribuída a 16 de junho de 1910^[80].

Existe ainda um desenho esquemático do piso térreo do castelo de Porto de Mós, publicada em 1937 na monografia de Serra Frazão a que temos feito referência. Tem a seguinte legenda: *Castelo de Porto de Mós. Planta tirada á simples vista (r/chão)*. Está assinada pelo autor e tem data: *Março de 1937*. Os vários espaços e compartimentos estão identificados quanto à função que neles se desenvolvia, tendo sido também registado o número de pisos das torres sudoeste e nordeste – quatro.

79 AMPM - *Fundo da Liga dos Amigos do Castelo de Porto de Mós*.

80 Cf. Ficha N° IPA 1016120002, Castelo de Porto de Mós, Inventário do Património Arquitetónico. Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacional, 1991 (atualizada em 1999).

Quanto a registos fotográficos, existem vários, captados a partir do início do século XX. O primeiro que conhecemos é de um postal comercial de 1912, com a legenda “Nº 734 – PORTO DE MOZ (Clichê Malva). Castello” com uma vista do alçado norte do castelo, quase intacto sendo, no entanto, perceptível a destruição do restante conjunto. No vol. II do *Guia de Portugal*⁸¹, editado em 1927, foram publicadas duas imagens: a da página 636, apresenta uma vista tirada de dentro da varanda Sul, avistando-se a paisagem que dela se desfrutava, salientando o contra-luz da foto o recorte do segundo vão do lado oeste e uma volumosa mísula; e, certamente devido ao estado de ruína do alçado sul, a fotografia que ilustra a página 635 apresenta o corpo norte do castelo, aparentemente, quase intacto. Aliás, esta vista é muito semelhante à referida foto do postal de 1912.

A Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais registou, por diversas vezes, imagens do castelo de Porto de Mós: ainda nos anos 30, antes de se terem dado início aos trabalhos de restauro que começaram nos anos 40; durante o decorrer da parte principal da empreitada, entre os anos 40-50; nos anos 60 (algumas imagens têm registada essa data); e durante as décadas de 80 e 90.

O primeiro conjunto destas imagens atesta o estado em que se encontrava o castelo de Porto de Mós: uma estrutura completamente deitada por terra sendo nítido, à distância, o perfil rendilhado que anunciava a destruição. A torre sudeste tinha desaparecido completamente, bem como a fachada este e parte da fachada sul. Estava de pé, no lado oeste, apenas um tramo da varanda, sendo possível aceder-se a ela, pois as fotografias mostram pessoas a visitá-la. As torres do lado norte, apesar de ser reconhecível a sua altura primitiva, estavam parcialmente destruídas e nesta fachada, para o interior do pátio, estava de pé o piso térreo, apresentando uma cobertura plana sem revestimento. Não se vê qualquer vestígio do adarve ou de mísulas a rematar a parede da fachada norte, tal como aparentemente se vê nas fotografia de 1912 (postal) e de 1927 (*Guia de Portugal*).

O aspeto geral era completamente desolador, um amontoado de pedras; mas, por entre os escombros que as fotografias bem evidenciam, é possível, apesar de tudo, identificar e sentir claramente dois elementos arquitetónicos: o tramo oeste da varanda e o pátio, no interior do recinto, perfeitamente definido por 3 paredes, restando

81 Cf. PROENÇA, Raul - *Guia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991 (1ª edição, 1927), vol. II (Estremadura, Alentejo e Algarve), p. 634-639.

de pé, no local original, uma das pilastras de arranque do primitivo pórtico que lhe dava acesso e o fechava. Julgamos que a presença resistente destes elementos (já que as torres são seguramente românicas), é a resposta às nossas interrogações, sobre quais teriam sido as intenções da remodelação promovida por D. Afonso. Em nossa opinião, na varanda voltada à vila⁸² e na definição do pátio interior terá assentado a filosofia de toda a intervenção.

Pelo que ainda hoje se pode observar e com os elementos gráficos e fotográficos existentes, é possível fazer uma reconstituição aproximada do que foi a obra do Marquês de Valença no castelo de Porto de Mós. O objetivo, como dissemos, foi transformar a estrutura castrense em paço⁸³. A intervenção devia responder a novas necessidades domésticas e às normais funções defensivas, inerentes a um qualquer castelo. Espaço, no interior do recinto não faltava, pelo que a principal tarefa de quem o remodelou residiu, numa primeira fase, no seu aproveitamento e, depois, na sua reorganização. E os arranjos exteriores, com o tratamento mais cuidado da fachada sul, o coroamento das torres com coruchéus e o remate dos muros e adarves com *machicolis* (muito semelhantes aos usados em Ourém), conferiam ao conjunto uma imagem singular, (re)conhecida, a que naturalmente se associava o respetivo proprietário⁸⁴.

Como dissemos anteriormente o primitivo castelo de planta pentagonal tinha, nos seus vértices, torres unidas por muros. Encostada à fachada norte, uma torre de menagem, construída no tempo de D. Dinis, completava o conjunto. Ligadas a ela estariam, provavelmente, outras construções que se foram dispondo no recinto à medida das necessidades.

As obras do século XV tiveram, em nossa opinião, duas fases: numa primeira, foi edificada a zona residencial, junto à fachada sul, e

82 “É, no entanto, esta varanda que caracteriza, de forma singular, o sentido último da intervenção construtiva do conde de Ourém.” In SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses...*, p. 154.

83 “O Paço de Porto de Mós resulta da reconstrução do velho castelo, adaptando-o em residência palaciana.” In BARROCA, Mário Jorge - “A Arquitectura Gótica Civil”..., p. 118.

84 “Tanto as torres como os panos de muralha são coroados de linhas de cachorradas de um belo efeito decorativo. Sobre elas deveriam existir curiosas composições de tijolo à semelhança do que se vê nos castelo de Ourém, que é da mesma época e foi do mesmo Senhor. A grande quantidade de tijolos, de feitios diversos que se encontraram na cisterna confirmam a nossa opinião”. In CALADO, Rafael - “Porto de Mós”..., p. 4.

talvez boa parte da ala oeste onde se localizavam os serviços de apoio doméstico – cozinha(s), dispensas, armazéns^[85]. Para que fosse possível instalar na fachada sul do castelo que dava para a vila, a residência do 4º Conde de Ourém, foi necessário redefini-la: a linha de fachada avançou, ficando limitada pelo vértice das torres que a ladeavam. Este *enchimento*, feito também na fachada oeste mas para o interior do castelo, criou o espaço que albergou as novas dependências do paço, passando esta zona a constituir o corpo principal do conjunto. Na fachada do lado Este, um grande arco de volta perfeita, sinalizava a entrada feita, agora, através de um corredor abobadado, ao fundo do qual um vão em arco quebrado, enquadrava o portão de madeira, pelo qual se acedia ao interior do castelo. Por cima, foi aberta uma varanda, espaço espetacular pelas vistas que se desfrutaram e pelo empenho decorativo, nele colocado. “Ainda nesta verdadeira fachada nobre se distinguem as enormes mísulas de dois balcões avançados, aos quais falta hoje todo o resto da estrutura, um eirado corrido sobre a grande sala das varandas (...)”^[86]. Neste corpo principal, devia situar-se a sala de onde naturalmente se acedia àquele espaço panorâmico que dominava a povoação.

Na descrição mais antiga que conhecemos desta varanda, de Rafael Calado em 1931, ficamos a saber que originalmente apenas tinha três tramos, sendo o último vão, de volta inteira^[87]. Aliás o desenho de João Pereira Mousinho e as gravuras dos livros de Serra Frazão (1904) e de Jorge Larcher (1933), confirmam aquela descrição. A ação de restauro, dos anos 40 do século XX, não só uniformizou o desenho dos vãos, como também acrescentou mais um. É curioso salientar que este arranjo seguiu a *ideia* que Korrodi esboçou para esta fachada do castelo, claramente expressa num dos desenhos a tinta da china sobre papel vegetal, do seu *levantamento* de 1895.

85 Serra Frazão registou que na torres nordeste estavam *Cozinhas*.

86 DIAS, Pedro - *A Arquitetura Gótica Portuguesa...*, p. 103.

87 “Sobre a porta voltada a sul abre-se a linda varanda de três tramos de abóbadas correspondentes às três arcadas existentes até ao abalo de terra de 1909, que as destruiu em parte, restando ainda as duas da esquerda de arcos policentricos (gótico terciário do período flamejante) já com um certo sabor manuelino. São sustentadas por um pilar de secção octogonal e por mísulas de capitéis primorosamente lavrados. A outra arcada continuava a varanda para a direita e estava separada das precedentes por um botaréu, era de volta inteira, de estilo completamente diverso. As abóbadas, que eram todas artesoadas, têm num dos fechos as armas do Marquês, noutro o moto *me faut fere* e no terceiro, que já não existe estavam os dois guindastes que formavam a sua misteriosa divisa.” In CALADO, Rafael - “Porto de Mós” ..., p. 4.

Numa segunda fase das obras o espaço interior do castelo foi reorganizado tendo sido criado o pátio, que permitiu a articulação entre os vários corpos do novo conjunto *absorvendo* e regularizando as pré-existências⁸⁸, localizadas junto ao muro norte. Este volume, encostado à primitiva torre dionisina é, aliás, o que tem maior profundidade (à volta de mais $\frac{1}{4}$ que os restantes) e parece-nos ser aquele que evidencia ainda elementos de épocas anteriores à intervenção de D. Afonso: os três compartimentos deste corpo, que dão para o pátio, com cobertura em ogiva de aresta, bem definidos tanto nos apontamentos de Korrodi como na planta esquemática de Serra Frazão, poderão ser contemporâneos da remodelação do século XV, mas a sua área de implantação parece evidenciar que ali, anteriormente, já existia algo significativamente importante, para ser aproveitado e/ou (re)construído. Os trabalhos arqueológicos realizados no final do século XX, que nesta zona fizeram sondagens, mostraram a existência de fundações em abóbada evidenciando construções antigas⁸⁹. No início do século XX aqueles três compartimentos destinavam-se a *Arrecadação de víveres* e junto à empena da fachada norte, por detrás deles, localizavam-se as *Prisões*. Parece-nos, assim, que se afigura provável a hipótese desta ter sido a zona menos intervencionada, durante a iniciativa construtiva do 4º Conde de Ourém ou que, pelo menos, muito do que aí existia determinou o arranjo final. E, as preciosas, porque únicas, fotografias da fachada norte de 1912 (do postal) e 1927 (do Guia de Portugal), são claras. Apesar da definição não ser das melhores, parece evidente que a parede da fachada se levantava à altura de três pisos sendo visível parte do seu remate superior. É clara a existência de uma fresta ao nível do primeiro pavimento, que julgamos ainda hoje reconhecer junto à torre oeste, e no piso superior, uma única abertura, sensivelmente a meio da fachada, em forma de arco quebrado, decerto aberta durante a intervenção do século XV⁹⁰. Foram portanto bastante imaginativas as intervenções do restauro dos anos 40 do século XX que projetaram para esta fachada duas varandas.

88 "O perímetro irregular do castelo foi "geometrizado" com a nova construção que, embora não consiga adquirir uma forma geométrica perfeita, alcança, ainda assim, um evidente equilíbrio. In BARROCA, Mário Jorge - "Arquitetura Gótica Civil" ..., p.118.

89 "Na parte baixa há quatro salas abobadadas antigas, (...)." In SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Inventário Artístico de...*, p. 117. A quarta sala a que este autor faz referência situa-se na ala sul, dando para o pátio, frente às três da ala norte. A planta esquemática de Serra Frazão não indica a função que lá se desenvolvia. Atualmente funciona neste espaço a receção dos visitantes do castelo.

90 "Por toda a muralha se notam portas e janelas góticas, algumas com colunas e capitéis finamente lavrados que acusam a influência visinha, da Batalha." In CALADO, Rafael - "Porto de Mós" ..., p. 4.

A nova e densa massa construtiva, erguida no interior do primitiva praça de armas, que respondia ao novo programa habitacional articulava-se, finalmente, com o pátio interior, à volta do qual todo o conjunto se estruturava. Quase quadrado e com a boca da cisterna ao centro, paralelo a uma nova praça de armas, mas claramente distinto dela pois um pórtico, no seu lado Este, definia, sem margem para dúvidas, a entrada no espaço doméstico. Era possível, através dele, estabelecer a circulação horizontal que a configuração do conjunto obrigava e o muro da fachada Este, livre de construções, definia um amplo espaço aberto que, em nossa opinião, assumia uma dupla função: era a nova praça de armas e simultaneamente antecâmara de acesso ao paço, zona de *estacionamento* onde se descavalgava e se entregava a montada para ser recolhida ou atrelada. Ao fundo, no sentido de quem entra no interior do castelo devia, certamente, aceder-se à zona ocupada pela guarnição militar e destinada a funções afins.

As torres apresentavam nos pisos inferiores pequenas frestas, vestígios da sua natureza passada, mas no piso superior ter-se-ão aberto janelas com conversadeiras. A cobertura que foi erguida nas torres da fachada sul, nos anos 40 do século XX, conferiu ao conjunto uma imagem de delicadeza e elegância, sendo até, em nossa opinião, este um dos elementos, junto com a varanda, que mais contrariou o seu primitivo pendor militar. É certo que no século XVIII os coruchéus existiam, pois o relato pós terramoto de 1755 o indica. Mas seriam obra quatrocentista? Não conhecemos coruchéus piramidais daquela centúria. A forma mais comum, no final da Idade Média, para este tipo de cobertura era a cônica, à semelhança da cobertura das torres do Castelo da Feira. Assim, se foi decidido no tempo de D. Afonso cobrir as torres com coruchéus, estes deviam ser cónicos e não piramidais. E se aquele tipo de coroa-mento fez parte do programa de remodelação de D. Afonso, é mais um elemento que atesta as indecisões estilísticas que lhe serviram de modelo, pois aqueles elementos, se cónicos, são claramente de influência francesa.

Aliás, não sabemos porque razão foi adotada esta forma no restauro do século XX, nem porque razão foram revestidos a telha em forma de escama de peixe, de cor verde, pois não encontramos nos vários relatos registo de que tenham sido encontrados fragmentos deste material; só a justificação para a cor escolhida – a mesma do emblema do 4º Conde de Ourém. Sobre estas “escolhas” parece-nos pertinente referir que no período em que decorreram os trabalhos mais profundos de restauro do Castelo de Porto de Mós, o arquiteto chefe da Reparti-

ção de Estudos e Obras em Monumentos da Direção Geral dos Monumentos Nacionais, do Ministério das Obras Públicas era Raul Lino^[91]. Curiosamente, em dois projetos do início da sua carreira - concurso para o pavilhão de Portugal à Exposição Universal de Paris de 1900 (de 1899, que não venceu) e na Casa dos Patudos (de 1904, construída) – torres coroam aqueles edifícios, sendo algumas de forma piramidal, revestidas a azulejo de cor verde.

Quanto ao número de pisos do novo conjunto, julgamos que as torres teriam quatro, tal como Serra Frazão registou para as torres sudoeste e nordeste, e os corpos/muros que as uniam, teriam uma altura equivalente a três pisos.

Relativamente às ligações verticais, é difícil fazer conjeturas, mas temos quase a certeza que, pelo menos, uma escada já em pedra, conduzia, indiretamente, à sala que dava para a varanda panorâmica – partia do pátio mas a maior parte do seu percurso fazia-se pelo interior do corpo sul. Ainda hoje existe, junto ao vértice do recinto exterior, uma escada de pedra, que fotografias dos anos 60 do século XX registaram, tal como Korrodi fizera no final do século XIX; e, num dos seus desenhos de *ideias*, aparece uma escada de aparato que sai do pátio atestando, assim, seguramente a sua existência perfeitamente assumida e à vista. Não esqueçamos que, em meados do século XV, a maior parte dos acessos verticais eram em madeira, estavam escondidos, pouco integrados, até, na construção. Aqui, pelo contrário, a escada já se devia assumir de forma algo evidente, pois saía do pátio realizando um percurso que conduzia ao principal compartimento do paço. Ainda hoje, é por essa escada que o visitante acede àquela varanda. E, se foi possível visitá-la, quando o conjunto era um amontoado de escombros, atesta que estava de pé e solidamente implantada sendo, quase de certeza, original. Ou-

91 Raul Lino (1879-1974) - em 1890 foi estudar para Inglaterra; com 14 anos ingressou na *Handwerker und Kunstgewerbeschule* em Hannover e praticou no atelier do arquiteto Albrecht Haupt (1852-1932) que considerava o seu mestre. Regressou a Portugal em 1897, iniciando uma longa carreira no âmbito da arquitetura, restauro, ilustração, desenho de mobiliário, cerâmica e cenografia. Escreveu significativa obra teórica – “Casas Portuguesas” (1933) é, provavelmente, a mais conhecida. Em 1926 recebeu o diploma oficial de arquiteto, num reconhecimento público das suas capacidades profissionais. Foi funcionário da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais entre 1934-49 (e, colaborador, em regime de prestação de serviços, entre 1950-74), desempenhando, entre outros, os cargos de arquiteto chefe da Repartição de Estudos e Obras em Monumentos (a partir de 1936), Superintendente Artístico para os Palácios Nacionais e Diretor de Serviço dos Monumentos Nacionais. Cf. QUINTINO, José Luís - “Raul Lino, 1879-1974”, Catálogo da Exposição Raul Lino, 1879-1974. Lisboa: Editorial Blau, 2003.

tras ligações terão decerto existido, complexas até, dada a distribuição funcional do edifício mas, ou porque caíram durante os sismos ou porque de materiais mais frágeis, desapareceram completamente. Certos seriam os acessos verticais no interior das torres, que Korrodi registou nos seus apontamentos.

Analisando o paço de Porto de Mós, é nítida a diferença entre a sua feição interior e o seu exterior, como já salientámos. Esta diferença tem, aliás, sido pretexto para se aduzirem interpretações que sugerem a impossibilidade de serem da empreitada inicial de D. Afonso, os arranjos interiores do castelo. Discordamos desta visão e temos quase a certeza de que o Marquês de Valença ainda terá apreciado este seu paço, evocando saudosas memórias das suas viagens. De facto, não possuímos provas documentais que sustentem esta convicção, mas a arquitetura e os vestígios que chegaram até ao século XX são sinais indesmentíveis. Se esta obra tivesse resultado de uma intervenção posterior, a articulação entre os diferentes volumes (os erguidos no tempo de D. Afonso e os supostamente novos, realizados posteriormente⁹²) não teria resistido e persistido da forma que descrevemos. O que restou, depois de quase dois séculos de degradação e abandono, apresentava-se solidamente implantado, pelo que nos parece quase certo que a intenção de criar um pátio interior, de circulação, na nova habitação de D. Afonso, terá sido obra sua.

Aliás, a questão da existência de um espaço com estas características, já se tinha colocado no paço da vila de que era donatário, tendo sido resolvida por uma solução híbrida. Aqui, foi assumida claramente esta novidade que resultava afinal da necessidade de aceder a um número bastante razoável de dependências, correspondentes a uma equivalente diferenciação funcional e responder de forma eficaz às circulações internas, agora de dominante horizontal, que o espaço exigia. Já quanto aos elementos que unanimemente são classificados de classicizantes não temos tanta certeza quanto à sua origem. "À entrada do castelo, no átrio, separando o espaço denominado o alcácer, levantava-se uma coluna de ordem jónica e duas pilastras sustentando um entablamento de grande imponência, mas já obra de puro renascimento. Uma das pilastras ainda se conserva no seu lugar."⁹³: a situada na esquina

92 "séc. 16 – elementos classicizantes do átrio mostram possíveis intervenções do Duque de Bragança, a quem D. Manuel voltou a doar a alcaidaria;" In MENDONÇA, Isabel – "Ficha Nº IPA 101612002, Castelo de Porto de Mós", *Inventário do Património Arquitectónico*. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1991 (atualização Lúcia Pessoa, 1999).

93 CALADO, Rafael - "Porto de Mós"..., p. 4.

confinante com o corpo sul do pátio. A que confina com o corpo Norte foi copiada, no âmbito das obras de restauro dos anos 40 do século XX, a partir da original, que se lhe opõe frontalmente. As restantes peças que hoje estão dispostas sobre o murete que delimita o pátio interior, foram encontradas a entulhar a cisterna: duas bases de coluna, de secção circular, de perfil semelhante, mas não igual; um fuste de secção circular, quase completo (a sua secção superior apresenta-se muito desgastada) que parece ter o mesmo canelado da pilastra original; a secção superior de um outro fuste, cujas caneluras coincidem no desenho com as anteriormente referidas; um capitel muito desgastado, com uma voluta jónica, semelhante à que decora o capitel da pilastra original; e, um outro capitel, que pertenceu à ombreira de um vão claramente gótico, cujo coxim é delimitado por um ábaco de secção hexagonal (este fragmento constitui o elemento que estava encostado à parede, sendo visíveis três, das suas seis faces), com uma decoração semelhante à de alguns elementos das mísulas da varanda sul.

Dentro da cisterna foram também encontrados um baldaquino e uma escultura, representando Nossa Senhora, muito danificada, com características claramente góticas¹⁹⁴. Não encontramos registo do paradeiro destas duas peças. Na planta do piso térreo, levantada por Korrodi, apesar de ser evidente o perímetro do pátio interior e a marcação da boca da cisterna, não foi registado o murete de separação entre a praça de armas e o pátio, nem qualquer apoio intermédio no mesmo. No entanto, parece-nos que a pilastra de arranque foi desenhada, confirmando que no final do século XIX lá se encontrava, mas que estariam já perdidas/destruídas ou a atulhar a cisterna as restantes peças que

94 *“A coluna e as peças do entablamento foram há pouco retiradas da cisterna, onde apareceu também um lindíssimo baldaquino gótico, delicadamente trabalhado, que abrigava uma estátua da Virgem, de que ainda encontrámos o tronco já bastante mutilado.”* *Idem*. No Arquivo da DGEMN, no processo de restauro iniciado em 1936, está registada a informação de que a cisterna foi desentulhada em 1941.

Na página 3 do mesmo jornal que publicou o artigo de Rafael Calado em 1931, num outro, intitulado “A Obra do Município – o que nos disse o presidente” de Fernando Pinção, a propósito do abastecimento de água à vila é afirmado: “Sabem que há perto de 2 anos procedemos à limpêsa e desobstrução da cisterna do castelo, que é já um bom reservatório para o começo, e tivemos a felicidade de encontrar um grande lençol de água junto ao morro e assim a obra será muito mais económica e em breve tencionamos começar com os trabalhos (...)”. Esta informação faz depreender que aquelas peças, foram retiradas da cisterna em 1929 e que o desentulhamento da cisterna de 1941, referido no processo de obra da DGEMN, não terá “descoberto” as peças escultóricas em causa, mas sido obra de limpeza para possível aproveitamento da água de acordo com a intenção manifestada pelo presidente da câmara, quando foi entrevistado em 1931.

constituíam o pórtico. O desenho esquemático de Serra Frazão, apesar de não assinalar o murete regista-o com dois vãos, com as pilastras nos extremos e um apoio intermédio.

Há portanto hipótese deste pormenores terem sido completados por outro que não o seu encomendante? Mas quem? Após a morte de D. Afonso, todos os duques de Bragança, a quem o castelo de Porto de Mós passou a pertencer, se interessaram por outras empresas: D. Fernando I edificou o paço de Barcelos, fez algumas intervenções no de Guimarães e, ainda Conde de Arraiolos, construiu outra residência no reduto defensivo de Vila Viçosa; não conhecemos interesses construtivos a D. Fernando II que se deve ter preocupado mais com intrigas palaciana do que em alindar os paços que lhe pertenciam; e, D. Jaime, a quem D. Manuel restituiu os bens, operou benefícios em Guimarães e iniciou a edificação do novo paço ducal de Vila Viçosa. Não nos parece, portanto, que outro, senão o 1º Marquês de Valença se tenha interessado por este castelo que, simbolicamente, tanta importância tinha para ele.

Estes restos tinham porém grande ar, revelando uma construção esbelta e pitoresca, diferente de quási tudo quanto, por êsse Portugal fora, estávamos habituados a ver, no género. E o exame do monumentos, cuja ossatura descarnada começa a ganhar volume, diz-nos que de facto êste Castelo pode ser considerado o mais elegante documento da arquitetura militar da segunda metade do século XV, grande época de arte do nosso país. É um verdadeiro Castelo senhorial, incomparavelmente superior ao de Ourém, que é também exemplar quatrocentista de merecimento¹⁹⁵.

Estas palavras de Virgílio Correia, escritas em 1941, após uma visita ao castelo de Porto de Mós, sublinham o carácter original e elegante do antigo reduto militar, fazendo de facto a síntese da sua nova natureza, conferida pelas obras quatrocentistas. No panorama da arquitetura militar do século XV é exemplar único; e no da arquitetura civil, tem poucos parentes: talvez um pai – Leiria –, mas pouca ou nenhuma descendência. De entre o que se conhece dos paços construídos no século XV, pela casa de Avis e pela de Bragança, apenas nos lembramos do antigo castelo de Vila Viçosa, onde foi também edificado um paço mandado erguer por D. Fernando, Conde de Arraiolos, irmão do 4º Conde de

95 CORREIA, Virgílio - "O Castelo de Porto de Mós", *Diário de Coimbra*, 6 de junho de 1941.

Ourém, mais ou menos na mesma época. Não esqueçamos que o donatário caliponense obteve o marquesado daquela vila em 1455, tendo sido regente do reino entre 1476-77, pelo que, decerto, terá dotado o primitivo reduto dionisino de condições habitacionais compatíveis com a elevada dignidade da sua condição¹⁹⁶. As obras que o reduto defensivo de Vila Viçosa foi alvo no século XVI retiraram-lhe a eventual feição quatrocentista que pensamos ter existido; o modelo eminentemente castrense que foi adotado introduziu-lhe novos e modernos dispositivos militares¹⁹⁷. Acerca da estrutura onde assentou nada ou muito pouco se sabe¹⁹⁸. Mas, no interior do recinto, um amplo espaço livre, quadrado – um pátio interior –, também com uma cisterna, organiza a distribuição das várias dependências/corpos. Toda a feição arquitetónica das fachadas deste pátio, igualmente alterada, impossibilita estabelecer outras correspondências. Mas, também aqui, um castelo terá recebido alterações que o dotaram de condições habitacionais; e a persistência do pátio faz antever que aquele existia no século XV. Assim, suspeitamos que D. Fernando terá imitado o irmão quando promoveu a construção de uma residência no reduto defensivo de Vila Viçosa que foi usada pelo seu filho e ainda pelo seu neto. A predileção desta vila como lugar de sede e permanência dos Duques de Bragança, gosto que deve remontar ao tempo de D. Fernando I, foi confirmada pela construção de nova residência, no início do século XVI, na mesma localidade dado, ao que parece, o paço do castelo ter um carácter eminentemente militar, facto que desagradava ao recém reabilitado duque de Bragança, D. Jaime I¹⁹⁹ e

96 “A primitiva fortificação da vila pertenceu ao rei D. Dinis, que lhe fundou o CASTELO e a CERCA VELHA, em obra levada a efeito na última década do século XIII. (...) Foi residência dos primeiros donatários da vila: Condestável D. Nuno Álvares Pereira, fronteiro-mor da província; de seu neto e futuro II Duque de Bragança D. Fernando, que aqui casou em 1429 com D. Joana de Castro e nele morreu em 1478, (...), e de seus sucessores imediatos D. Fernando II e D. Jaime até 1502, (...). In ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, vol. I, p. 515.

97 “Este primeiro castelo, com torre de Menagem, desapareceu na 2ª vintena do século XVI, quando os duques donatários, D. Jaime e D. Teodósio construíram a subsistente fortaleza artilheira, do tipo italiano mas seguindo o modelo das praças africanas e indostânicas que os portugueses haviam introduzido nas suas conquistas ultramarinas.” *Idem*.

98 “O levantamento [da nova fortaleza de Vila Viçosa] originou o sacrifício de mais de cem casas – que se acotovelavam nos muros da alcáçova mediévia – além da destruição completa, do castelo dionisino, implantado na coroa dominada pela torre de Menagem, incluindo grande parte da CERCA VELHA, situada entre as PORTAS DE ÉVORA e do SOL.” *Ibidem*, p. 517.

99 “As origens do Paço Ducal do Reguengo remontam aos primeiros anos do século XVI e devem-se a D. Jaime, que numa primeira casa de campo e pomar se instalou em 1502 com a sua mulher a jovem duquesa D. Leonor do Gusmão, abandonando o alcácer

que, aconselhava a prudência ser conveniente não usar como residência.

Foi, assim, no seio da família do velho Conde de Barcelos que nasceram as mais interessantes novidades arquitetónicas, que apelam claramente para o que, na época, se fazia nos reinos europeus com quem tínhamos relações de proximidade. Barcelos e Guimarães terão seguido o modelo francês; e Porto de Mós, em parte também o seguiu. Se pensarmos na fachada sul com as suas torres coroadas com coruchéus cónicos, de imediato nos lembramos dos *château*, em França, do Duque du Berry. Mas, no interior, aparece uma nova distribuição funcional – o pátio descoberto, bem conhecida da arquitetura civil da Catalunha e da península itálica e outras novidades que ventos toscanos irradiavam pelo Mediterrâneo.

A ação construtiva da casa de Bragança atingiu com D. Afonso, 1º Marquês de Valença, no início da segunda metade do século XV, um esplendor só equivalente ao da casa régia, bem patente nesta sua última empresa e onde, mais uma vez, a sua personalidade e erudição se afirmaram. A remodelação que empreendeu simbolizava a sua linhagem, que naquele local fora fundada – intrépida, valorosa, heroica, nobre – bem como o poder que a partir de então a ela foi associado. E o novo paço instalado no castelo de Porto de Mós pela escala, dimensão, organização espacial e originais apontamentos de *novidade* era o cenário perfeito para o exercer e afirmar.

do CASTELO DE HOMENAGEM, residência ancestral dos seus antepassados, demasiado buliçoso para o espírito melancólico e solitário do filho do justicado de Évora, D. Fernando de Bragança, que sempre manteve na memória a tragédia que enlutou a sua família." *Ibidem*, p. 613.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS


Arquivo Municipal de Porto de Mós (AMPM)
Fundo da Liga dos Amigos do Castelo de Porto de Mós.

ESTUDOS

- BARROCA, Mário Jorge - "Arquitetura Gótica Civil" em ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge (coord.) - *História da Arte em Portugal O Gótico*. Lisboa: Presença, 2002, p. 86-133.
- CALADO, Rafael - "Porto de Mós", *União Nacional* (Jornal Semanário de Leiria), Ano III, nº 135 e 136 de 20 de março de 1931, p. 4.
- CASTRO de ALVELLOS, Manuel de Mello e - "Pedras-de-Armazém de Ourém", *Revista Ocidente* (1957), Nº 227, p. 17-32 / Nº 230, p. 33-48, Nº 233, p. 49-64 / Nº 234, p. 65-72 / (1958) Nº 238, p. 73-88 / Nº 239, p. 89-96 / Nº 241, p. 97-112 / (1959) Nº 254, p. 113-128 / Nº 255, p. 129-144 / Nº 256, p. 145-160.
- CORDEIRO, Luciano - *Uma Sobrinha do Infante, Imperatriz da Alemanha e Rainha da Hungria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.
- CORREIA, Virgílio - "O Castelo de Porto de Mós", *Diário de Coimbra*, 6 de junho de 1941.
- COSTA, Lucília Verdelho da - *Ernesto Korrodi 1889-1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- Crónicas de Rui de Pina*, Introdução e Revisão de M. Lopes de Almeida, Porto: Lello e Irmão, 1977.
- CUNHA, Rosalina Branca da Silva (Coord.) - "As "Empresas" da Dinastia de Avis" em Catálogo da Exposição *A Dinastia de Avis e a Europa, Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento*. Lisboa: XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.
- DENIS, M. Ferdinand - *Portugal*. Paris: Firmin Didot Frères Editeurs, 1846.
- DIAS, Aida (apresentação e leitura) - *Diário da Jornada do Conde de Ourem ao Concílio de Basileia*, Câmara Municipal de Ourém, 2003.
- DIAS, Pedro - *A Arquitetura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DIAS, Pedro - *Importação de Esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*. Porto: Editorial Paisagem, 1982.
- DIAS, Pedro - "O Gótico" em *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, vol. IV.
- Dicionário de Italiano-Português*. Porto Editora, 2000.
- ESPANCA, Túlio - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1978, vol. I.
- FRAZÃO, Serra - *Porto de Mós, Breve Monografia*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1983 (texto original de 1937).
- FURRIEL, Francisco Jorge - *Da Pré-História à Actualidade Monografia de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1996, vol. I.
- GIL, Júlio e CABRITA, Augusto - *Os Mais Belos Palácios de Portugal*. Lisboa: Viterbo, 1998.
- LARCHER, Jorge das Neves - *Castelos de Portugal – Distrito de Leiria*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1933.
- Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (Livro da Cartuxa), Edição diplomática. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1982.

- LOZOYA, M. de, e PENALOSA, L. F. de - *El Arte Gótico em Espana*. Barcelona: Editorial Labor, S. A., 1935.
- MENDONÇA, Isabel - “Ficha Nº IPA 101612002, Castelo de Porto de Mós” em *Inventário do Património Arquitectónico*. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1991 (atualização Lúcia Pessoa, 1999).
- MOREIRA, Rafael - *A Arquitetura do Renascimento no Sul de Portugal – a encomenda régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa, 1991.
- MOREIRA, Rafael - “Cultura Visual e Material” em BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (coord.) - *História da Expansão Portuguesa – a formação de um império (1415-1570)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1989, vol. I, p. 455-486.
- MORENO, Humberto Baquero - *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e Significado Histórico*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1979. Vol. I e II.
- PAVIOT, Jacques - *Portugal et Bourgogne au XVeme siècle (1384-1482)*. Lisbonne: Centre Culturel Calouste Gulbenkian; Paris: Commission Nationale pour les Comémorations des Découvertes Portugaises, 1995.
- PEREIRA, Paulo, (dir.) - *História da Arte Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, vol. II.
- PROENÇA, Raul - *Guia de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991 (1ª edição, 1927), vol. II (Estremadura, Alentejo e Algarve).
- QUINTINO, José Luís - “Raul Lino, 1879-1974”, Catálogo da Exposição Raul Lino, 1879-1974. Lisboa: Editorial Blau, 2003.
- RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós, Estudo Histórico*. Leiria: Comissão Regional de Turismo de Leiria, 1971.
- RAU, Virgínia - “As empresas e a História das Técnicas em Portugal nos séculos XIV e XV” em *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- RAU, Virgínia - “Bartolomeo Di Iacopo Di Ser Vanni Mercador-Banqueiro Florentino, “Estante” em Lisboa nos Meados do Século XV”. *Do Tempo e da História*, (1971), IV, Lisboa, p. 97-117.
- RAU, Virgínia - *Portugal e o Mediterrâneo no século XV – Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1973.
- RODRIGUES, Maria João Madeira, SOUSA, Pedro Fialho de, BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira - *Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitetura*. Coimbra: Quimera Editores, 1990.
- SCARLATTI, Lita - *Os Homens de Alfarrobeira*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980.
- SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979, vol. II.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Leiria. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1955.
- SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto do Património Cultural, Coleção Arte e Património, 2002, 2ª Edição (1ª Edição 1995).
- SILVA, Saul António Gomes C. da - *Introdução à História do Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995.
- SILVA, Saul António Gomes da - “O Condado de Ourém em tempos medievais” em ANDRÉ, Carlos Ascenso (ed.) - *Actas do Congresso Histórico D. Afonso 4º Conde de Ourém e a sua época*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p. 93-156.
- SILVA, Saul António Gomes C. da - *Vésperas Batalhinhas*. Leiria: Magno Edições, 1997.

- SOUSA, D. António Caetano de - *Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra: Atlântida, 1946-1955, Livro X, Cap. I.
- SOUSA, Padre Luís Pereira de - *O Terramoto de 1755 em Portugal*. Lisboa: Oficina Gráfica, 1932.
- VIEIRA DA SILVA, Augusto – “Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa (Reconstituição topográfica dum trecho de Lisboa desaparecida)”, *Olisipo*, (1942), Nº 20 e 21, p. 5-61.
- VITERBO, Sousa - *Artes e Artistas em Portugal – Contribuição para a História das Artes e Industrias Portuguesas*. Lisboa: Ferrin Editores, 1920, cap. IV – Tapeçarias.



IDENTIDADES, VIVÊNCIAS E CONTRIBUTOS DOS AGOSTINHOS DESCALÇOS NO CONCELHO DE PORTO DE MÓS (SÉCULOS XVII A XIX)



**Beatriz
Rodrigues Cabral***

RESUMO

Os agostinhos descalços foram atores de uma história que é a de Porto de Mós e das suas gentes. Não só na vila, mas em todo o concelho, a sua relevância resultou dos laços e rotinas que mantiveram com a população local assim como das devoções e celebrações que impulsionaram ou em que participaram. Assim foi, enquanto o Convento do Bom Jesus, no Rossio da vila, se manteve ativo, entre 1673 e 1834.

* Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e em Ensino da História no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

A ação destes frades não se limitou à clausura, antes se abriu às ruas, onde era concretizada a sua vocação apostólica e mendicante. Pregavam publicamente o Evangelho, davam exemplo prático das virtudes cristãs, participavam nas festividades religiosas, prestavam assistência espiritual a quem a requeria e pediam esmolas para o seu sustento. A memória de alguns foi particularmente perpetuada, uns graças às suas valorosas virtudes, outros graças às suas indignas transgressões.

Os agostinhos descalços gozaram de grande estima, credibilidade e influência na sociedade portemosense. Houve disputas pela honra de lhes oferecer abrigo ou alimento em troca da sua simpatia e favor espiritual. Foram convidados a pregar e interceder junto a Deus por bênçãos e milagres em procissões e romagens. Além disso, o convento estimulou o culto religioso a diferentes imagens e relíquias. A maior herança deixada pelos frades foi a procissão do Senhor dos Passos, cuja imagem original, destruída durante as invasões francesas, foi-lhes oferecida nos primórdios do convento. O itinerário e os rituais foram-se transformando, mas a procissão continua a sair à rua. Outrora e hoje, o Convento do Bom Jesus é o ponto de partida da procissão da Via Sacra, salvaguardado a memória histórica desta instituição para Porto de Mós.

INTRODUÇÃO

No âmbito destas conferências com o intuito de divulgar a história e a memória do concelho de Porto de Mós ao longo dos séculos e incentivar a investigação científica nesta área de estudos, foime proposto abordar o Convento do Bom Jesus, localizado no Rossio desta vila, com especial enfoque para os frades agostinhos descalços que nele habitavam. Pretendi, sendo sensível ao pedido da organização desta iniciativa, sobretudo perspectivá-los como atores presentes e relevantes nas dinâmicas religiosas e sociais não apenas na vila de Porto de Mós, mas em todo o seu concelho, entre 1673 e 1834, tempo em que o convento permaneceu ativo. Para esse efeito, assinalam-se alguns aspetos que evidenciam a sua presença e influência na vida quotidiana do concelho.

Desde a fundação do Bom Jesus, os agostinhos descalços não só estabeleceram laços e rotinas com as populações locais, como também propulsionaram devoções e celebrações que se enraizaram na vivência comunitária local e perduraram, em certos casos, até à atualidade. Assim, averigua-se com maior atenção de que forma os agostinhos descalços foram atores de fragmentos de uma história que é a de Porto de Mós e das suas gentes¹¹.

Porém, para nos aproximarmos das identidades destes frades, das suas vivências individuais bem como comunitárias e ainda dos seus contributos para a vida social e religiosa do concelho, é conveniente recuarmos à fundação do Convento do Bom Jesus. Há que conhecer melhor como sucedeu, no século XVII, a formação da congregação dos agostinhos descalços e a fundação do seu convento em Porto de Mós.

OS AGOSTINHOS, DE CALÇADOS A DESCALÇOS

Vulgarmente conhecidos como “agostinhos descalços”, estes frades eram oficialmente designados “eremitas descalços de Santo Agostinho”. Importa, contudo, recuar ainda mais no tempo. Estes frades descalços constituíam um ramo reformado da bem mais antiga Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. Nunca é demais lembrar que

1 Este artigo recupera e divulga o que já se publicou nos capítulos 1, 2 e 3 da obra CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços (1673-1834)*. Leiria: Textiverso, 2017.

os frades agostinhos ou eremitas de Santo Agostinho não possuíam qualquer vínculo institucional com os cónegos regrantes de Santo Agostinho, que tiveram uma forte implementação na diocese de Leiria, particularmente até à sua fundação, em 1545¹².

A Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho foi criada em 1256, por meio da bula *Licet Ecclesiae Catholicae*, com o objetivo de reunir, sob a proteção da Santa Sé, diferentes comunidades eremíticas que proliferavam pela Europa à margem de qualquer ordem religiosa. Esta fundação unificadora é designada, por isso, de Grande União. Em 1567, esta ordem religiosa recebeu o estatuto de mendicante, à semelhança de franciscanos, dominicanos e carmelitas, o que lhe impôs uma missão apostólica que decorria necessariamente em proximidade com as populações seculares.

Na época da Grande União, existiam em território português comunidades eremíticas, algumas bastante antigas, que foram integradas na nova ordem, recebendo o Convento da Graça, em Lisboa, o estatuto de casa-mãe dos conventos portugueses que seguiram esta vocação agostiniana. No entanto, estes só formaram uma província religiosa autónoma relativamente à Província de Castela após as guerras luso-castelhanas e o Cisma do Ocidente (1378-1417). Em 1387, formou-se um vicariato português independente da Província de Castela e, entre 1447 e 1478 (não se conhecendo a data exata), formou-se, por fim, a Província dos Eremitas de Santo Agostinho de Portugal.

Poucos anos após da fundação da província agostiniana portuguesa, impulsos de reforma interna começaram a sentir-se contra o grave relaxamento no cumprimento da regra religiosa inspirada nos preceitos de Santo Agostinho. Contrariamente ao que esta ditava, os frades deixaram, por exemplo, de andar descalços e começaram a usar sandálias e sapatos cada vez mais fechados, o que os levou a receber o epíteto de “calçados”, durante o reinado de D. João II (1481-1495).

Foi apenas após várias tentativas infrutíferas de reforma interna entre os agostinhos calçados portugueses, ao longo de quase dois séculos, e tardiamente em comparação com as reformas congéneres em Espanha e Itália, que, em 1663, foi bem sucedida a fundação da Congregação dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho de Portugal,

2 GOMES, Saul António – “O priorado Crúzio de Santa Maria de Leiria – do século XII à criação da Diocese” em JORGE, Virgolino Ferreira (coord.) – *Catedral de Leiria: história e arte*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2005, p. 15-33.

cuja casa-mãe se estabeleceu no sítio do Grilo, em Xabregas. Desde então, para distinguir os agostinhos calçados dos descalços, vulgarizaram-se respetivamente as designações “frades gracionos”, do Convento da Graça, e os “frades grilos”, do Convento do Grilo, casas principais dos respetivos ramos.

Às tentativas pouco duradouras de reforma ficaram associados nomes como o de frei Luís de Montóia, responsável pela primeira reforma significativa fortemente apoiada pela Coroa, nas décadas de 30 e 40 do século XVI, de frei Tomé de Jesus, que criou, em 1565, uma primeira congregação de agostinhos descalços que, caso tivesse vingado, teria sido anterior às congéneres espanhola e italiana, e ainda de frei Manuel da Assunção o qual, em 1654, instituiu temporariamente o Convento de Penafirme como casa exclusiva para agostinhos descalços^[3].

Foi preciso esperar até 1663 para concretizar, com sucesso, a fundação do ramo reformado dos agostinhos descalços. Esta só foi

3 Sobre a fundação pela Santa Sé da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e sua evolução institucional em Portugal, ver FERREIRA, Padre Augusto – *Catálogo dos religiosos professos na Real Congregação dos Agostinhos Descalços de Portugal, copiado em 1880 d’outro, que pertenceu ao Convento da Formiga*. Porto: Typographia Pereira, 1907, p. 3-5; DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Filosóficos, 1960, p. 120-129; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres). Porto; Lisboa: Livraria Civilização; Portucalense Editora, 1967-1968, vol. 1, p. 134-135, 330 e vol. 2, p. 141; MARTÍNEZ, Hipólito e ANDRADE, António Alberto Banha de – “Eremitas de Santo Agostinho” em ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.) – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, vol. 1, p. 70; MARTÍNEZ, Hipólito – *A Ordem dos Agostinhos em Portugal e no Mundo. Resenha Histórica*. Guarda: Policarpo, 1978, p. 11-12, 26-27; ALONSO, Carlos e AZEVEDO, Carlos A. Moreira – “Agostinhos” em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, v. 1, p. 27-29; GOMES, Saul António – “A presença dos religiosos agostinhos em Portugal” em *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2004, p. 23-25; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org.) - *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 421-423; SILVA, Paula Correia da – *O Convento da Graça de Torres Vedras: a comunidade eremítica e o património*. Torres Vedras: Livrododia Editores, 2007, p. 18-25; ALONSO ROMO, Eduardo Javier – *Luis de Montoya, un reformador castellano en Portugal*. Madrid: Editorial Agustiniiana, 2005, p. 44-46, 55, 60, 74; AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal: 1256-1834. Edição da Coleção de Memórias de Frei Domingos Vieira*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 5-6. Para aprofundar a história desta ordem religiosa em Portugal ver ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal*. Madrid: Ediciones Religi3n y Cultura, 2003.

possível graças ao zeloso patrocínio de D. Luísa de Gusmão, regente do reino e mãe do novo rei D. Afonso VI, movida pelo desejo de ela própria se retirar para um convento de estrita observância de agostinhas descalças, assim que desse por terminadas as suas funções de regente. Desde 1661 que o seu confessor pessoal era frei Manuel de Poeiros, um frade agostinho que estivera envolvido na reforma descalça do Convento de Penafirme e que continuava a acalantar a esperança de a concretizar.

Frei Manuel soube aproveitar a sua posição de confessor da rainha, para unir estrategicamente os seus interesses aos dela e levar avante o seu objetivo. Insistiu junto da monarca que, para fundar um convento de freiras descalças, esta deveria fundar igualmente um de frades descalços que lhe pudesse prestar assistência espiritual. Em abril de 1663, imediatamente após resignar à regência do reino, D. Luísa de Gusmão escreveu ao prior geral dos agostinhos a pedir autorização para fundar as ditas primeiras duas casas reformadas, uma para cada sexo, e também a sugerir que designasse frei Manuel da Conceição vigário dessas novas comunidades. A ambos os pedidos o prior geral aquiesceu, conferindo ainda aos agostinhos descalços portugueses autonomia relativamente aos calçados.

Estava assim criada aquela que, em 1675, seria reconhecida pela Santa Sé, através da bula *Sollicitudo Pastoralis*, como uma congregação regular autónoma, a Congregação de Frades Descalços da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinhos do Reino da Lusitânia. Frei Manuel de Poeiros, agostinho calçado e confessor da rainha, tornou-se, em 1664, frei Manuel da Conceição, agostinho descalço e vigário das novas comunidades. Pouco depois, tornou-se o primeiro comissário geral dos agostinhos descalços portugueses⁴.

4 Acerca da fundação e independência da Congregação dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho de Portugal, ver FERREIRA, Padre Augusto – *Catalogo dos religiosos...*, p. 5-7; MADAHIL, António Gomes da Rocha – *A Crónica Inédita da Congregação dos Agostinhos Descalços: notícia bibliográfica*. Coimbra: Coimbra Editores, 1938, p. 5-12; ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...*, v. 2, p. 195-196; MADRID, Teodoro C. – “Agostinhos Recoletos ou Descalços” em ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.) – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, p. 73; ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos...*, p. 129; FONTES, João Luís Inglês e SILVA, Cristiana Lucas – “Agostinhos Descalços” em FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto e GOMES, Ana Cristina da Costa (Orgs.) – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 50-51.

A FUNDAÇÃO DO CONVENTO DO BOM JESUS

No início dos anos 70 do século XVII, Porto de Mós continuava a deparar-se com a ausência de conventos no seu concelho. Já haviam tentado ali fixar-se os carmelitas calçados e os franciscanos arrábidos, sem sucesso, em parte devido à resistência da Casa de Bragança, senhora daquele território. Contudo, nos arredores, Alcobaça, Batalha e Leiria possuíam antigas e importantes casas religiosas, o que estimulava a ambição portemosense de fundar um convento no seu concelho.

Em 1673, uma nova oportunidade se apresentou a Porto de Mós. Assim consideraram o clero e as elites locais, quando souberam que frei Manuel da Conceição, comissário geral dos agostinhos descalços, estava em Santarém, terra vizinha, para tratar do estabelecimento do Convento de Nossa Senhora da Piedade. A Câmara Municipal da vila escreveu então a frei Manuel, convidando-o a ir até Porto de Mós.

Tendo frei Manuel aceitado, viajou até lá acompanhado por dois outros frades, frei Vicente de S. José e frei Sebastião de Santa Rosa. Já em Porto de Mós, foi-lhe proposta a fundação de um convento descalço naquela vila, o que aceitou ao aperceber-se da genuína vontade da sua população em acolher uma casa religiosa, pois até então não havia nenhuma naquela terra.

A Casa de Bragança não obstará à fundação desse convento em Porto de Mós como fizera com os carmelitas e os franciscanos. Afinal de contas, os interessados eram, desta vez, os agostinhos descalços, precisamente os frades protegidos por D. Luísa de Gusmão, cuja vontade decerto ditou a posição de apoio por parte da Casa de Bragança.

TABELA I Datas de fundação dos conventos dos agostinhos descalços em Portugal^[5]

CASAS CONVENTUAIS	LUGARES	DATAS DE FUNDAÇÃO
Nossa Senhora da Conceição de Vale de Xabregas (feminina)	Lisboa	1663/1664
Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete	Lisboa	1663/1664/1666
Nossa Senhora de Xabregas	Lisboa	1665
Nossa Senhora da Assunção	Sobreda da Caparica	1668
Nossa Senhora da Piedade	Santarém	1668/1675
Nossa Senhora das Mercês	Évora	1669
Nossa Senhora da Conceição	Montemor-o-Novo	1671
Nossa Senhora da Consolação	Estremoz	1671
Santa Maria do Castelo	Portalegre	1673/1683
Bom Jesus	Porto de Mós	1673/1676
Boa Hora do Chiado	Lisboa	1674
Nossa Senhora das Neves	Arruda dos Vinhos	1674/1675
Nossa Senhora da Assunção	Sobreda de Almada	1677
Nossa Senhora da Orada	Monsaraz	1679
Nossa Senhora da Pobreza	Loulé	1695
Nossa Senhora da Boa Hora	Setúbal	1695/1699
São Nicolau Tolentino	Mora	1711
-	Moura	1716
Nossa Senhora dos Anjos	Grândola	1727
Santa Rita	Coimbra	1727/1731/1739
Jesus Maria	Coimbra	1731
Santa Rita	Porto	1745/1749
Nossa Senhora do Bom Despacho da Mão Poderosa	Porto	1745/1749
Nossa Senhora da Ajuda	Malhada Sorda	1749
Santa Rita	Lisboa	1748
Boa Hora de Belém	Lisboa	1758
São Lourenço	Porto	1780

5 Tabela apresentada em CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – O Bom Jesus..., p. 40.

Nos primeiros dias em que frei Manuel da Conceição e os outros frades ficaram em Porto de Mós, pernoitaram em casa do clérigo Domingos Rodrigues de Matos. Foi este que lhes aconselhou a Ermida do Bom Jesus para nela instalarem a sua nova casa conventual. Tratava-se de uma pequena ermida, sem quaisquer comodidades, que se localizava no Rossio da vila. Nela guardava-se uma imagem do Bom Jesus, com a cruz às costas, a qual que não chegou aos nossos dias, pois foi destruída durante as invasões francesas. Devido à grande devoção que sentiu pela imagem e à constatação de que esta não recebia o culto devido, frei Manuel escolheu imediatamente aquele espaço para instalar os agostinhos descalços⁶.

Terão concorrido também outros fatores para a sua decisão. No centro da vila, entre a antiga Rua Direita, atual 5 de Outubro, e o castelo, existiam já três igrejas colegiais, a saber S. Pedro, S. João e Santa Maria. A Ermida do Bom Jesus ficava, por sua vez, nos limites urbanos da vila. Isso permitia aos frades não só fixar-se numa ermida com particular importância para os habitantes do concelho, mas facilitar a futura expansão do seu convento em direção ao rio, por onde, nos anos seguintes, de facto se alargou a cerca conventual.

A Ermida do Bom Jesus pertencia à Santa Casa da Misericórdia desde a fundação desta instituição, nas primeiras décadas do século XVI. Antes de acolher a imagem do Bom Jesus, fora uma ermida dedicada a Santo André, na qual se recebiam os leprosos do concelho⁷. A 17 de outubro de 1673, a Misericórdia cedeu a ermida aos agostinhos descalços e, dois dias depois, o bispo de Leiria, D. Pedro Vieira da Silva, autorizou o estabelecimento do convento em Porto de Mós⁸. A 19 de

6 Acerca da fundação do Convento do Bom Jesus ver “Memória da fundação do Convento do Bom Jesus de Porto de Mós, pelo cronista Pe. Guilherme de Santa Maria Tagarro e Veiga Barradas, da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho”, que se encontra na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), ms. 1258, vol. 2, fls. 124-168, e está transcrita em GOMES, Saul António – *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 2005, p. 816-848.

7 Sobre a Ermida de Santo André, posteriormente do Bom Jesus, e sua transferência para os agostinhos descalços ver GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 821-824 e ainda p. 66; GOMES, António Saul – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (Org.) – *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*, Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 26-31; AZEVEDO, Ricardo Charters de (Ed.) – *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria, 1ª ed. Leiria: Textiverso*, 2011, p. 244-245, CRISTINO, Luciano Coelho – “A presença agostiniana na Diocese de Leiria” em *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2004, p. 66.

8 Ambos os documentos encontram-se transcritos em GOMES, Saul António – *Porto de*

outubro de 1673, frei Manuel da Conceição:

[...] pedindo ao Provedor da Misericórdia as chaves da ermida do Bom Jhesus, foi na mesma noite, sem que o cansaço do caminho de Leyria lhe servisse de impedimento, tomar posse com os seus companheiros, ficando todos nela, porque a nenhuns atemorizavão as incomodidades pelas averem experimentado em todas as partes. [...]

No dia seguinte, que se contavão vinte de Outubro, tangerão de menham à oração e continuarão os Religiosos que aly se achavão, sendo tão poucos em numero, todos aquelles actos que nas comunidades se costumam. Disse o Veneravel Padre Frei Manuel da Conceição a primeyra myssa, a que assistio a mayor parte do Povo [...].¹⁹⁾

A comunidade descalça foi adquirindo as casas e terrenos em redor da Ermida do Bom Jesus, alargando assim o espaço conventual, ainda que de forma desordeira e descontinuada, nesta primeira fase. Em 27 de junho de 1676, foi lançada a primeira pedra do novo complexo conventual, data que a tradição local registou como ano fundacional do convento. Já a igreja conventual, dedicada ao Bom Jesus e que hoje corresponde à Igreja de S. Pedro, começou a ser levantada a 25 de março de 1691, tendo sido inaugurada a 23 de março de 1694¹⁰⁾. Estas obras terão implicado a demolição das estruturas conventuais primitivas anexas à ermida.

Assim, em poucas décadas, por meio de doações, legados e vendas, os agostinhos descalços constituíram um vasto património nas duas margens do rio Lena, junto ao qual ainda se encontram as ruínas dos antigos moinhos da sua propriedade. Hoje, se repararmos bem na coerência da arquitetura exterior da igreja e dos edifícios que a ladeiam, os quais compõem aquele que seria o bloco conventual principal, verificamos que este já foi um edifício único e imponente, sem dúvida o complexo arquitectónico mais expressivo que existe atualmente na vila, para além do castelo.

A leitura arquitetónica da atual igreja de S. Pedro, instalada na antiga igreja conventual do Bom Jesus, sugere-nos, em concordância

Mós: Colectânea..., p. 803 e 823-824.

9 GOMES, Saul António – Porto de Mós: colectânea..., p. 820-821.

10 GOMES, Saul António – Porto de Mós: Colectânea..., p. 824-825 e 948.

com a hipótese colocada por Saul Gomes, que a Ermida do Bom Jesus se localizaria no espaço que agora serve de capela do Santíssimo Sacramento, situada portanto no braço direito do transepto e que possui um retábulo e altar de mármore barroco estremenho, datável do primeiro terço de Setecentos. O seu teto, por vista aérea, é notoriamente mais baixo que o do restante templo, todo ele nivelado, à exceção daquela capela. Hoje é ali que se guarda a imagem do Senhor dos Passos, que provavelmente já ali se guardava em 1834^[11].

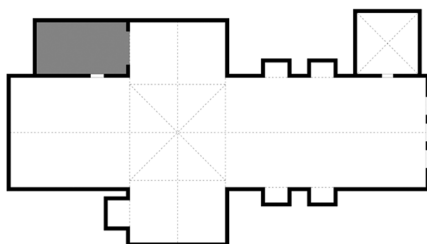


FIGURA I Planta da Igreja de S. Pedro, assinalando-se a cinzento a capela do Santíssimo Sacramento, na qual se localizaria a primitiva Ermida do Bom Jesus^[12].

NATURALIDADE, VIVÊNCIAS VIRTUOSAS E VIVÊNCIAS TRANS- GRESSIVAS DOS FRADES

Agora que já se expuseram alguns aspetos da fundação do Bom Jesus, reflita-se que a criação de uma nova instituição tem sempre consequências para a população que a acolhe na sua terra. A fundação do convento gerou, por um lado, uma nova opção de vida para os habitantes da região. Além disso, trouxe frades de várias zonas do reino a Porto de Mós e levou frades desta terras a várias regiões de Portugal e do seu império. Esta mobilidade é uma dinâmica social que merece ser mais bem estudada, uma vez que os frades eram mudados de convento de anos a anos.

Graças à documentação preservada, foi possível identificar todas as profissões realizadas na congregação dos agostinhos descalços. Assim, entre os 1947 homens que nela professaram, contaram-se 25 portomosenses. O primeiro, frei Luís da Piedade, fê-lo em 1693 e o último, frei João do Bom Jesus, em 1831. Verificou-se que estes portomosenses provinham de diferentes partes do concelho. Note-se que 10 eram da vila de Porto

11 CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus...*, p. 43-47; GOMES, Saul António – “A Santa Casa...”, p. 29-30; NETO, Silva – *Ventos da memória: Porto de Mós – S. João Baptista; Porto de Mós – S. Pedro*. Porto de Mós: Junta de Freguesia de Porto de Mós (S. Pedro e S. João Batista), 2013, p. 47.

12 A planta é da autoria do Arquiteto Adriano Mura, a quem novamente agradecemos a generosa colaboração que prestou aos autores do livro. Foi já publicada no livro dedicado ao convento em SOARES, Kevin Carreira e CABRAL, Beatriz Rodrigues – *O Bom Jesus de Porto de Mós. Convento dos Agostinhos Descalços*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017, p. III.

de Mós, 6 de Minde, 4 de Aljubarrota, 3 do Tojal e apenas 1 de Calvaria e 1 de Corredoura. Destes 25 frades, porém, apenas 7 professaram no convento da sua terra. Outros frades professos eram naturais de concelhos vizinhos, Leiria, Óbidos, Batalha, Ourém, Torres Novas e Tomar. Isto significa que, em poucos anos, o convento ganhou fama em todo o concelho e arredores, passando a ser equacionado como opção de vida pelos seus habitantes.

TABELA II Naturais do concelho de Porto de Mós que professaram como agostinhos descalços¹³¹

ANO DE PROFISSÃO	NOME DO PROFESSO	LUGAR DE NASCIMENTO	CONVENTO ONDE PROFESSOU
1693	Luís da Piedade	Aljubarrota	Monte Olivete (Lisboa)
1993	Caetano de Jesus	Aljubarrota	Monte Olivete (Lisboa)
1695	Manuel de S. Boaventura	Minde	Monte Olivete (Lisboa)
1696	Francisco de Santa Maria	Calvaria	Bom Jesus (P. Mós)
1699	Manuel de Jesus Maria	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1701	João de Jesus	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1701	António de S. Caetano	Minde	Monte Olivete (Lisboa)
1706	Manuel do Amparo	Minde	Bom Jesus (P. Mós)
1709	João de S. José	Tojal	Bom Jesus (P. Mós)
1709	Manuel de S. Domingos	Porto de Mós	Piedade (Santarém)
1715	Caetano de S. Guilherme	Aljubarrota	Monte Olivete (Lisboa)
1716	Manuel de Nazaré	Tojal	Bom Jesus (P. Mós)
1723	Manuel da Consolação	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1724	Francisco de Sto António	Tojal	Bom Jesus (P. Mós)
1724	Tomás da Boa Hora	Corredoura	Bom Jesus (P. Mós)
1727	António de Sto Agostinho	Minde	Monte Olivete (Lisboa)
1727	Manuel da Trindade	Minde	Monte Olivete (Lisboa)
1728	António da Conceição	Aljubarrota	Monte Olivete (Lisboa)
1754	Bernardo de S. Joaquim	Minde	Monte Olivete (Lisboa)
1759	Manuel da Nazaré	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1784	Joaquim de Santa Rosa	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1792	Bonifácio do Espírito Santo	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1801	Manuel da Anunciação	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)
1804	Sebastião de Santa Ana	Porto de Mós	Bom Jesus (P. Mós)
1831	João do Bom Jesus	Porto de Mós	Monte Olivete (Lisboa)

13 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 949; FERREIRA, Padre Augusto – *Catalogo dos religiosos...*, p. 9-79.

Como atrás já foi salientado, desde a fundação do convento, os agostinhos descalços tiveram uma participação relevante na vida social e religiosa do concelho. É por essa via que pretendemos agora seguir, explorando vivências individuais e comunitárias dos frades do Bom Jesus que estão interligadas ao quotidiano do povo de Porto de Mós. Tendo realizado não três mas quatro votos religiosos, de pobreza, obediência, castidade e, em adição, de humildade, os frades realizavam diariamente a sua missão apostólica. Pregavam o Evangelho, davam exemplo prático das virtudes cristãs, participavam nas celebrações religiosas, prestavam assistência espiritual, pediam esmolas e mantinham um contato próximo com a população. A sua ação realizava-se não só dentro das paredes da sua igreja, mas também pelas ruas do concelho¹⁴.

Algumas notas biográficas contidas na Memória da Fundação do Bom Jesus revelam virtudes e feitos exemplares de alguns frades, assim como a forma generosa como eram tratados pela população. Tome-se como exemplo frei João de Jesus, que integrou a comunidade logo em 1673. Pedia esmolas regularmente pela vila, função a que eram sempre destinados alguns dos regulares nas ordens mendicantes. Conta o cronista da congregação que as gentes da vila tinham especial afeto por este frei João, homem de singular simplicidade, reconhecendo-o e chamando-o das janelas de suas casas para lhe darem voluntariamente esmola. Muitos acreditavam que ele tinha o poder de conceder boa sorte e proteção, o que lhe concedeu fama. Os enfermos e as grávidas procuravam a sua visita para receberem essa bênção. Mesmo na velhice, nunca deixou de fazer jejuns e penitências¹⁵.

Frades como frei João de Jesus foram reconhecidos em toda a região pelas suas virtudes santas e como intermediários privilegiados junto de Deus e constituíram um verdadeiro exemplo e conforto para os habitantes de Porto de Mós. Às vezes, serviam quase como amuletos. Por isso, muitas eram as pessoas, do concelho e arredores, que procuravam a sua proximidade e lhes ofereciam a sua caridade, numa dinâmica simbiótica entre ambas as partes.

14 Acerca dos preceitos e espiritualidade dos agostinhos descalços ver RAIMONDO, Gabriele – “Romitani Scalzi di Sant’Agostino” em PASCHINI, Pio (Org.) – *Enciclopedia Cattolica*. Florença: Casa Editrice G. C. Sansoni, 1953, v. 10, p. 1330–1331; BARBAGALLO, I. – “Agostiniani Scalzi” em PELLICIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (Orgs.) – *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Roma: Ed. Paoline, 1974, v. 1, p. 404-408; MADRID, Teodoro C. – “Agostinhos Recoletos...”, p. 74; PANEDAS, Pablo – “La forma de vivir de los frailes Agustinos Descalzos de Fray Luis de León. Génesis y contenido”, *Scripta Theologica*, 21 (2), (1989) p. 613-620.

15 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 833-844.

Outros factores reforçam esta simpatia e dependência da população relativamente ao convento. O cronista da congregação, logo no final do séc. XVII, refere que:

Com muita charidade forão sempre os Agostinhos Descalços trattados dos Moradores das villas de Porto de Moz, Aljubarrota e Batalha e dos lugares vezinhos que estão nos seus destritos, a que vão pedir. [...]. Nenhum, por pobre que fosse, se eximia de recolhê-los e fundavão interesses em lhe fazerem gazalhadoss.¹⁶¹

Mais significativo do que isso, tal era a importância de obter o favor espiritual dos frades que se geraram disputas pela honra de lhes dar abrigo ou alimento. Assim sucedeu, por exemplo, com o padre João Correia, de Minde. Após ter dado hospedagem aos religiosos algumas vezes, “dava-se por muito offendido...se acaso hya algum ao ditto lugar e não pouzava com elle”¹⁷¹. Todas estas situações atestam a relevância do convento na região.

Porém, se alguns granjearam sucesso nesta zona, outros alcançaram-no além-mar. Em 1685, o Conde da Ilha de S. Tomé deu licença aos agostinhos descalços para nela construir um convento, converterem os locais à fé católica e lhes ensinarem gramática e moral. Interessantemente, elegeu-se entre “os moradores deste Convento [de Porto de Mós] o primeiro Missionário que os Prelados da Congregação mandarão pregar o Santo Evangelho nas Conquistas do nosso Reyno de Portugal”. Esse pioneiro, que partiu sozinho para S. Tomé, foi frei Bernardo da Conceição. Os resultados alcançados pelos primeiros missionários levaram a que as elites da ilha escrevessem à congregação a pedir mais missionários. Do segundo grupo enviado fez parte outro frade do Bom Jesus, frei Tomás da Conceição¹⁸¹.

Porto de Mós inscreveu-se assim no começo da ação missionária dos agostinhos descalços no império. Embora não tenham conhecido a relevância e projeção de outras ordens, a sua ação missionária em S. Tomé e na Baía (Brasil), merece destaque. Nestes dois lugares, onde mais se concentraram e mantiveram uma florescente missão até meados do século XVIII, fundaram dois hospícios, o de S. Tomé, em 1691, e o da Baía, em 1693¹⁹¹.

No entanto, se no convento de Porto de Mós viveram frades de grande virtude, cumpridores dos preceitos agostinianos e de renomada

16 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 843.

17 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 843.

18 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 826-827.

19 MADRID, Teodoro C. – “Agostinhos Recoletos...”, p. 75.

exemplaridade, também habitaram outros cujo comportamento imoral estava longe do modo de vida do bom cristão, segundo os ditames da moral católica. Destes frades, as crónicas da congregação pouco falam, uma vez que procuravam reproduzir propositadamente apenas os seus feitos meritórios. No entanto, a indisciplina de alguns deles deixou rasto em repreensões e proibições dos capítulos gerais e dos definitórios e ainda na vasta documentação da Inquisição. Identificaram-se dois casos que dizem respeito a frades que viveram no convento de Porto de Mós, dos quais optamos por só abordar um.

Trata-se de um processo da Inquisição de Lisboa, instaurado em 1710, mas sem sentença incluída, contra frei Manuel da Encarnação, acusado do delito de *solicitatio ad turpia* no confessionário, frequentemente designado como delito de solicitação. Este delito refere-se à utilização de qualquer forma física e verbal de carácter sexual pelos confessores sobre os penitentes, antes, durante ou após a confissão. Consideravam-se puníveis desde palavras desonestas e toques com intenção de incitar atos sexuais até à consumação do pecado carnal^[20]. Frei Manuel, todavia, não era apenas um simples frade do Bom Jesus, mas o seu prior, o superior eleito, o que conferiu maior gravidade ao seu mau comportamento.

Duas irmãs, Luísa Micaela e Maria Madalena, foram inquiridas pela Inquisição e acusaram frei Manuel da Encarnação desse delito. Luísa Micaela afirmou que “o frade a solicitara, e provocara a actos ilícitos e deshonestos no Confessionario” e que pusera os dedos na sua face através das grades. Disse também que o prior lhe pediu para ir a sua casa e lhe sugeriu que deveria depositar nele todo o seu amor. Acrescentou ainda que ele lhe havia confidenciado que “depois de ser frade tivera húns amores em Lisboa com húa moça muito fermosa, e que della tivera húm filho”. Já em casa de uma vizinha, dirigiu-lhe palavras lascivas e tocou com o seu o pé nos pés dela, facto que a vizinha confirmou.^[21] Recolhidos os depoimentos, não restaram dúvidas da culpa de frei Manuel da Encarnação que foi transferido para o Convento de Loulé, onde se tornou prior novamente^[22].

20 GOUVEIA, Jaime Ricardo – *O sagrado e o profano em choque no confessionário. O delito de solicitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*. Coimbra: Palimage, 2011, p. 27-28.

21 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. 18039, “Sumário das diligências contra o Padre Frei Manuel da Encarnação”, fl. 9.

22 Acerca da indisciplina no Convento do Bom Jesus ver CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus...*, p. 75-81.

É importante ter em consideração que a comunidade dos agostinhos descalços de Porto de Mós foi, como qualquer outra, heterogénea e que acolheu tanto gente cumpridora como incumpridora ao longo dos anos. Assinalaram-se, pois, exemplos tanto de ação virtuosa como de ação transgressiva praticada pelos frades, comportamentos estes que não seriam indiferentes à população de Porto de Mós e que contribuíam certamente para a boa ou má imagem que tinham do convento.

O CONVENTO NAS DEVOÇÕES E CELEBRAÇÕES RELIGIOSAS DE PORTO DE MÓS E ARREDORES

Era, por outro lado, imprescindível reconhecer, nesta apresentação, a presença dos agostinhos descalços em celebrações religiosas de grande impacto no concelho, procurando igualmente perceber o contributo que deram à sua instituição e ritualização. Algumas celebrações foram pontuais, enquanto que outras se tornaram regulares e imprimiram uma tradição duradoura na religiosidade do concelho e arredores, de que é apanágio a procissão do Senhor dos Passos, intimamente ligada à fundação do Convento do Bom Jesus.

Compreenda-se, antes de mais, que o concelho possuía um corpo de clérigos numeroso, entre aqueles que integravam as colegiadas, as paróquias, as ermidas, a Misericórdia e o próprio convento^[23]. O clero regular mendicante, de que faziam parte os agostinhos descalços, destacava-se especialmente na pregação. Ademais, no quadro mental da época, eram considerados pelo seu estilo de vida recolhido e fervor religioso, homens próximos dos modelos de santidade propostos pela doutrina cristã e ainda intercessores privilegiados junto de Deus. Possuíam, portanto, especial credibilidade e influência junto à população, o que justifica que fossem chamados a participar e a pregar em ocasiões várias.

Um episódio de pregação espontânea é contado na obra *Santuário Mariano*, editada no início do séc. XVIII. Conta o seu autor que, em Porto de Mós, numa altura de grande seca, em que as searas estavam quase perdidas, os fiéis decidiram recorrer a Nossa Senhora da Piedade da Igreja de S. João Batista, que tinha fama de ser uma das mais milagrosas da terra e que é, muito provavelmente, a mesma que atualmente se encontra recolhida no museu da Igreja de S. Pedro e a necessitar de restauro.

Os fiéis, rogando por chuva, levaram a imagem em procissão da igreja de S. João Batista até ao Convento do Bom Jesus, onde pediram ao prior que pregasse ao povo, o que este fez de forma improvisada, com

23 GOMES, Saul António – “A Santa Casa...”, p. 56-68.

grande fervor e sabedoria. No final, ao sair a procissão do convento em direção à Igreja da Misericórdia, diz a fonte que, como que um milagre, “começara a chover, e engrossando mais a agua, chovéra em tão grande quantidade, que se remediáram as novidades”^[24]. É de notar a importância do convento no imaginário dos homens de então, no momento de pedir intercessão a Deus.

Outro episódio que nos mostra o prestígio do convento nos concelhos vizinhos diz respeito às romagens comunitárias à Senhora da Nazaré, que se realizavam ao longo de todo o ano. Destacavam-se as três anuais que cada paróquia fazia em diferentes épocas do ano. O ponto alto era a peregrinação de 14 de setembro, na mesma data da procissão maior do Círio de Porto de Mós. Segundo a tradição, nesta data, D. Fuas Roupinho, mítico alcaide do castelo de Porto de Mós e fundador da paróquia de Santa Maria do Castelo, foi milagrosamente salvo da morte, na sua perseguição a cavalo ao veado que se precipitou na falésia no Sítio da Nazaré. Associado a este culto, sabe-se que, em 1768, o reitor do Santuário da Nazaré encomendou ao frades de Porto de Mós algumas missas por sufrágio, porque não era possível aos padres da Nazaré celebrar todas aquelas a que estavam obrigados^[25].

Através destes dois exemplos, corrobora-se que os portomosenes e gentes dos concelhos vizinhos encaravam os frades do Bom Jesus com bons olhos, confiando na sua capacidade intercessora para a obtenção de bênçãos ou milagres assim como na sua disponibilidade e eficiência para a celebração de atos religiosos que outras comunidades não conseguiam cumprir na totalidade. Esta confiança garantia a sua presença em celebrações religiosas, fossem elas regulares ou ocasionais.

Percebe-se igualmente que Porto de Mós mantinha, por meio destas celebrações, um contacto regular com territórios circunvizinhos. Por um lado, a população portemosense rumava aos concelhos vizinhos em festas como a do Círio associado à Nossa Senhora da Nazaré. Por outro, multidões de outros concelhos iam a Porto de Mós para participar anualmente na procissão do Senhor dos Passos.

24 SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos prègadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa: na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1711, p. 325-326.

25 FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*. 2ª ed., Porto de Mós; Câmara Municipal, 1982, p. 114-115; PENTEADO, Pedro – *Peregrinos da memória: o santuário de Nossa Senhora de Nazaré 1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Universidade Católica Portuguesa, 1998, p. 23 e 194-195.

Importa agora demonstrar como, desde cedo, a comunidade dos agostinhos descalços propulsionou e aprofundou devoções e festividades religiosas perenes em Porto de Mós. Para isso contribuiu, sem dúvida, o culto a certas relíquias e imagens que foram doadas à igreja do Convento do Bom Jesus ou produzidas por vontade dos seus frades.

A escultura do Bom Jesus foi, indubitavelmente, a imagem de culto mais importante da convento e da vila, tendo sido oferecida por Jerónimo de Castro e Melo, fidalgo devoto do Senhor dos Passos, que a trouxera de Lisboa, ainda antes dos descalços se instalarem na vila. Foi colocada na Ermida de Santo André, que passou a chamar-se do Bom Jesus, e adornada com preciosas relíquias, pouco depois roubadas por um peregrino. Esta imagem começou, desde então, a sair à rua todos os anos, nascendo assim a procissão do Senhor dos Passos. Quando, em 1673, a Misericórdia doou a Ermida do Bom Jesus aos frades, estes comprometeram-se fazer essa procissão com a imagem do Bom Jesus todos os anos e a consagrar-lhe o culto merecido. Esta festividade resistiu ao tempo e é hoje uma das que possui maior tradição e impacto histórico sobre todo o concelho de Porto de Mós.

Nos anos após a fundação do convento, outras imagens foram doadas ao convento. D. Isabel de Meneses, filha do primeiro Marquês de Marialva, ofereceu uma partícula do Santo Lenho da Cruz encerrada num coração de cristal, que frei Guilherme de Santa Maria, o segundo prior do convento, cujo triênio de prelazia começou em 1674, colocou numa custódia de bronze dourado. O herdeiro de Jerónimo de Castro e Melo ofertou, por sua vez, uma imagem de Cristo Crucificado, que passou a ser mostrada no final da procissão do Senhor dos Passos, na Igreja de Santa Maria. Essa imagem foi mandada fazer por D. Catarina Salema, esposa de Castro e Melo. Assinale-se também uma imagem de S. Nicolau Tolentino, adquirida porque no convento se erigiu a Irmandade da Correia, que o escolheu como padroeiro, e ainda de S. Caetano, pois no convento houvera um frade seu grande devoto, frei André da Glória, que incentivara a sua feitura, bem como a construção de um novo altar para o santo, em 1689^[26].

Outrora incorporadas na igreja ou em outras áreas conventuais, não se conhece atualmente o paradeiro destas peças, quase todas destruídas durante a permanência de exércitos napoleónicos na vila. Não fosse essa destruição, a par da incúria das instituições locais que, entre o final de

26 GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 831-833; Arquivo Distrital de Leiria (ADL) – *Fundo Monástico*: 19-1/1, “Processo de extinção do Convento do Bom Jesus de Porto de Mós”, fl. 16., transcrito em GOMES, Saul António – *Porto de Mós: Colectânea...*, p. 1062; FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós...*, p. 68; CRISTINO, Luciano Coelho – “A presença...”, p. 171.

Setecentos e ao longo de Oitocentos, permitiram a destruição definitiva de duas igrejas paroquiais (S. Maria e S. Pedro) sem grandes cuidados, Porto de Mós teria hoje uma valiosa coleção de peças de arte sacra. A estes estragos aliou-se a carbonização de algumas das estruturas do convento, ditando-se a perda de todo o rico património móvel e imóvel. Afinal, a passagem das tropas só deixou intacto um crucifixo de estanho que, em 1813, se guardava na sacristia. Para uma mais clara noção dos estragos, note-se que um dos dormitórios conventuais ficou reduzido a cinzas, que o mobiliário da cozinha foi destruído e que até o coro alto desabou impedindo o acesso à torre¹²⁷.

Nos anos seguintes, os altares ficaram despidos de quaisquer imagens, perdendo-se, com o tempo, as devoções que lhes estavam associadas. A única festividade que se manteve resiliente a estas transformações foi a procissão do Senhor dos Passos, apesar da destruição da escultura original do Bom Jesus pelas tropas francesas. No inventário da extinção do convento, ocorrida em 1834, escreveu-se que a igreja já tinha então uma nova escultura.

Tendo em conta descrições feitas por Serra Frazão, nos anos 30 do século XX, percebemos que os itinerários, procedimentos, gestos e evocações que hoje se realizam na procissão do Senhor dos Passos são, em grande parte, os mesmos que eram realizados há um século atrás e quiçá já no tempo dos frades descalços. Este facto remete para a necessidade de entender os rituais religiosos como acontecimentos que salvaguardaram a memória histórica que lhes estava implicitamente associada.

Ainda hoje, a procissão passa pelas ruas antigas da vila e é partilhada pelas duas igrejas paroquiais existentes, S. Pedro e S. João. Nos séculos anteriores, o itinerário era semelhante, com passagem pelas cinco igrejas que então existiam, a do Bom Jesus, da Misericórdia, S. Pedro, Santa Maria e S. João Batista. A antiga igreja do convento continua nos nossos dias a ser um dos espaços fundamentais da celebração. Outrora e hoje, é o ponto de partida da procissão maior, a Via Sacra.

Os três sermões da Via Sacra, momentos de grande emotividade, continuam também a ser realizados. Trata-se do Sermão do Pretório, o Sermão do Encontro e o Sermão do Calvário. Antes da extinção do convento, o Sermão do Pretório estava, na verdade, a cargo dos agostinhos descalços, a isso obrigados em virtude da doação da Ermida do Bom Jesus pela Misericórdia à sua comunidade regular.

27 Acerca dos danos causados pela ocupação francesa no Convento do Bom Jesus ver CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus...*, p. 131-139.

Contudo, neste século XXI, já não participam na procissão as confrarias, pois a maioria delas já não existe, nem mesmo os agostinhos descalços. O andor já não caminha para a Igreja de Santa Maria, que ruiu quase na totalidade após o terramoto de 1755. As celebrações decorrem em dois dias e não em três, ainda marcadas pela espetacularidade e a emoção, apesar de muito mais contida. As próprias esculturas que percorrem as ruas nos seus andores já não são as mesmas, porque as originais foram, como atrás se explicou, destruídas durante as invasões francesas^[28].

CONCLUSÃO

Tudo o que se abordou nesta comunicação remete para realidades que continuam presentes no quotidiano das populações locais, um legado histórico de memória e património que importa que os portomosenses se preocupem em preservar. Esse legado é um alicerce para a identidade de Porto de Mós e para o sentimento de unidade da sua comunidade, não tivesse a história o poder de ligar, com sentido, os tempos e as gentes.

Uma correta investigação a nível historiográfico permitirá, por outro lado, compreender melhor os laços que Porto de Mós partilha com outros territórios, assim como as dinâmicas urbanas da vila e o modo como estas evoluíram ao longo do tempo, em diferentes esferas da vida quotidiana. Facultará ainda averiguar o grau de influência do convento dos agostinhos descalços sobre todo o concelho, algo que muito interessa para o aprofundamento desta história institucional.

Não restam dúvidas que o Convento do Bom Jesus de Porto de Mós foi e é uma das obras com maior relevância histórica na vila e no concelho, bastando para isso observar a monumentalidade e harmonia arquitetónica da atual igreja de S. Pedro e edifícios adjacentes, outrora um amplo complexo conventual. Estas são oportunidades de investigação nas quais se espera que Porto de Mós saiba investir.

28 Sobre a celebração da procissão do Senhor dos Passos em Porto de Mós ao longo do tempo ver CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus...*, p. 106-114; FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*, p. 106-110.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Tribunal do Santo Ofício, *Inquisição de Lisboa*, proc. 18039, “Sumário das diligências contra o Padre Frei Manuel da Encarnação”.

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Ricardo Charters de (Ed.) – *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, 1ª ed. Leiria: Textiverso, 2011.

GOMES, Saul António – *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 2005.

SANTA MARIA, Agostinho de – *Santuário mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos prègadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Lisboa: na officina de Antonio Pedrozo Galram, 1711, vol. VII.

ESTUDOS

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal* (Nova edição preparada por Damião Peres). Porto; Lisboa: Livraria Civilização; Portucalense Editora, 1967-1968, vol. 1 e 2.

ALONSO, Carlos e AZEVEDO, Carlos A. Moreira – “Agostinhos” em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Mem Martins: Círculo de Leitores; Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, v. 1, 27-32.

ALONSO, Carlos – *Os Agostinhos em Portugal*. Madrid: Ediciones Religión y Cultura, 2003.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira – *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal: 1256-1834. Edição da Coleção de Memórias de Frei Domingos Vieira*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2011.

BARBAGALLO, I. – “Agostiniani Scalzi” em PELLICIA, Guerrino e ROCCA, Giancarlo (Orgs.) – *Dizionario degli Istituti di Perfezione*. Roma: Ed. Paoline, 1974, vol. 1, p. 403-415.

CABRAL, Beatriz Rodrigues e SOARES, Kevin Carreira – *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços (1673-1834)*. Leiria: Textiverso, 2017.

CRISTINO, Luciano Coelho – “A presença agostiniana na Diocese de Leiria” em *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2004, p. 37-66.


DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra; Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

FERREIRA, Padre Augusto – *Catalogo dos religiosos professos na Real Congregaçam dos Agostinhos Descalços de Portugal, copiado em 1880 d’outro, que pertenceu ao Convento da Formiga*. Porto: Typographia Pereira, 1907.

FONTES, João Luís Inglês e SILVA, Cristiana Lucas – “Agostinhos Descalços” em FRANCO, José Eduardo, MOURÃO, José Augusto e GOMES, Ana Cristina da Costa (Orgs.) – *Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 2010, p. 50-51.

FRAZÃO, Serra – *Porto de Mós: breve monografia*. 2ª ed. (1ª ed. de 1937), Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1982.

- GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (Coord.) – *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 14-132.
- GOMES, Saul António – “A presença dos religiosos agostinhos em Portugal” em *Santo Agostinho e a Cultura Portuguesa*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2004, p. 11-32.
- GOMES, Saul António – “O priorado Cruzio de Santa Maria de Leiria – do século XII à criação da Diocese” em JORGE, Virgolino Ferreira (coord.) – *Catedral de Leiria: história e arte*. Leiria: Diocese de Leiria-Fátima, 2005, p. 15-33.
- GOUVEIA, Jaime Ricardo – *O sagrado e o profano em choque no confessionário. O delito de solitação no Tribunal da Inquisição. Portugal 1551-1700*. Coimbra: Palimage, 2011.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – *A Crónica Inédita da Congregação dos Agostinhos Descalços: notícia bibliográfica*. Coimbra: Coimbra Editores, 1938.
- MADRID, Teodoro C. – “Agostinhos Recoletos ou Descalços” em ANDRADE, António Alberto Banha de (Org.) – *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, p. 72-76.
- MARTÍNEZ, Hipólito e ANDRADE, António Alberto Banha de – “Eremitas de Santo Agostinho” em *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Editorial Resistência, 1980, vol. 1, p. 69-72.
- MARTÍNEZ, Hipólito – *A Ordem dos Agostinhos em Portugal e no Mundo. Resenha Histórica*. Guarda: Policarpo, 1978.
- NETO, Silva – *Ventos da memória: Porto de Mós – S. João Baptista; Porto de Mós – S. Pedro*. Porto de Mós: Junta de Freguesia de Porto de Mós (S. Pedro e S. João Batista), 2013.
- PANEDAS, Pablo – “La forma de vivir de los frailes Agustinos Descalzos de Fray Luis de León. Génesis y contenido”. *Scripta Theologica*, 21 (2), (1989) p. 607-620.
- PENTEADO, Pedro – *Peregrinos da memória: o santuário de Nossa Senhora de Nazaré 1600-1785*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; Universidade Católica Portuguesa, 1998.
- RAIMONDO, Gabriele – “Romitani Scalzi di Sant’Agostino” em PASCHINI, Pio (Org.) – *Enciclopedia Cattolica*. Florença: Casa Editrice G. C. Sansoni, 1953, v. 10, p. 1330-1331.
- ROMO, Eduardo Javier Alonso – *Luis de Montoya, un reformador castellano en Portugal*. Madrid: Editorial Agustiniana, 2005.
- SILVA, Paula Correia da – *O Convento da Graça de Torres Vedras: a comunidade eremítica e o património*. Torres Vedras: Livrododia Editores, 2007.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org.) - *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.



ASSISTÊNCIA A EXPOSTOS E LACTADOS NO CONCELHO DE PORTO DE MÓS (1812-1890)



Kevin
Carreira Soares*

RESUMO

Entre 1812 e 1890, foram matriculados 627 expostos no concelho de Porto de Mós. Em simultâneo, entre 1812 e 1846, a Câmara Municipal de Porto de Mós atribuiu 102 subsídios de lactação a crianças recém-nascidas, na sua maioria por motivos de pobreza dos pais. Este artigo propõe-se a conhecer melhor esta realidade concelhia, destacando a sua importância para a história local e explorando a forma como a crescente centralização distrital afetou a administração dos enjeitados do concelho.

* Historiador no PIUDHist – ICS/UL; kevincasoaes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Em linha com os objetivos deste Ciclo de Conferências, este capítulo pretende demonstrar a importância do tema dos expostos, em sentido concreto, e da assistência e da investigação dos estratos sociais mais pobres, em sentido lato, para a história local¹. A possibilidade de integrar diversos projetos de investigação promovidos localmente ao longo dos últimos anos, o contacto frequente com a população e a partilha de experiências com grupos de natureza variada, tem demonstrado que, normalmente, este tipo de temáticas tende a ser desconsiderada no momento de refletir sobre o passado histórico das comunidades locais. As próprias monografias escritas sobre o concelho de Porto de Mós (ou sobre alguma das suas freguesias) concentram a sua atenção, maioritariamente, em temas como a fundação do castelo, procurando fazê-la recuar à época dos romanos, ainda que a arqueologia, a arquitetura e a história apontem noutro sentido², ou às batalhas medievais, sejam elas as do século XII, associadas ao confronto entre cristãos e população muçulmana, ou, mais tardiamente, à Batalha Real de 13 de Agosto de 1385, que teve lugar em S. Jorge³.

Outro filão que esta historiografia local tende a considerar preferencialmente prende-se com a predileção por *grandes* figuras históricas como a de D. Fuas Roupinho, figura difícil de analisar porque apresentada apenas nas fontes cristãs no século XIV pela pena de Fernão

1 Utilizo o termo assistência sabendo que, à época, o seu significado divergia daquele que lhe damos atualmente. Nesta questão, sigo LOPES, Maria Antónia - *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 28–29.

2 Ao que as investigações recentes permitiram apurar, a construção do castelo de Porto de Mós data do século XII. Saul António Gomes apontou para o ano de 1147, como a data provável para o início da fundação, após a conquista de Lisboa e Santarém, GOMES, Saul António - *Porto de Mós medieval: breves subsídios documentais para o seu conhecimento*. Porto de Mos: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1985, p. 13. Sobre o Castelo, ver sobretudo, GIL, Luís Carlos Serrão - *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia à arquitectura uma visão de complementaridade*. Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011 e BARRADAS, Alexandra Leal - *Ourém e Porto de Mós: a obra mecénica de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: Colibri: Instituto de História da Arte da UNL, 2006. Ver ainda o texto de Alexandra Barradas no presente volume.

3 Em 1178 e 1180 houve duas ofensivas almóadas que foram travados no concelho, GIL, Luís Carlos Serrão - *O Castelo de Porto de Mós...*, p. 42-43. Sobre a Batalha Real, é de referência a obra MONTEIRO, João Gouveia - *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.

Lopes ou, mais tardiamente, a de D. António Pinheiro⁴. Associada a esta perspetiva de análise estão também as referências sucessivamente repetidas, desde o tempo em que Justo Ramos escreveu o seu primeiro estudo sobre o castelo, sobre os privilégios e cartas régias enviadas ao concelho de Porto de Mós (incluindo os dois forais outorgados por D. Dinis e por D. Manuel I) e sobre as estadas dos reis no concelho⁵.

Esclareça-se que o argumento aqui apresentado não defende que este tipo de perspetivas de análise seja de menor importância. Porém, dificilmente continuará a trazer novos elementos relevantes à história local no futuro, sujeitando os investigadores ao papel da repetição mimética dos mesmos dados já conhecidos e abundantemente publicados, resultando numa história local estanque e que apresenta dificuldades em se renovar e de se relacionar com os temas do presente. Além disso, é de apontar que os concelhos como Porto de Mós, onde a maioria da sua população viveu, até aos anos 70/80 do século XX, em comunidades extremamente rurais e onde a pobreza era uma realidade concreta que uma parte substancial dos habitantes conhecia de perto, estas temáticas dificilmente ajudam a explicar as dinâmicas históricas que afetaram estas populações ao longo do tempo. Em abono da verdade, foram poucos os reis que alguma vez habitaram no concelho, as batalhas são acontecimentos pontuais e com efeitos temporários para as populações locais na maioria dos casos e o surgimento de figuras de destaque aconteceu esporadicamente e relacionou-se com a emergência de indivíduos que fizeram a maioria da sua carreira fora das terras concelhias.

Deste modo, ao eleger este tema para o Ciclo de Conferências, pretendeu significar-se que a história social dos estratos populares de quem, em certo sentido, as crónicas régias não quiseram fazer memória, são um elemento-chave em qualquer projeto histórico ou museológico que pretenda narrar a história deste concelho (e, provavelmente, de ou-

4 D. Fuas Roupinho é figura que deve merecer atenção no futuro, se analisado a partir de fontes não cristãs. Sobre a sua figura na perspetiva que ele tem sido analisado pela historiografia local, veja-se SILVA, Tiago João Queimada e – “Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419”. *Revista Portuguesa de História*, v. 43, (2012), p. 91–104. Eu próprio fui autor de um pequeno texto biográfico sobre D. António Pinheiro, figura maior da história de todo o século XVI, SOARES, Kevin Carreira – “D. António Pinheiro - mestre de fidalgos, pregador e bispo. Notas para uma biografia”. *Cadernos de Estudos Leirienses*, v. 9, (2016), p. 223–228.

5 RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós: estudo histórico*. Porto de Mós; Leiria: Câmara Municipal de Porto de Mós; Comissão Regional de Turismo, 1984, 2ª edição (1ª edição de 1971).

tros territórios que partilhem das mesmas características). Além disso, estas temáticas estão particularmente vocacionadas para dialogar com algumas das prioridades que, ao longo dos últimos anos, têm sido eleitas como estratégicas, na área do património e do turismo. Exemplo disso é a recente intenção de promover os muros de pedra seca, trabalhados por populações rurais que dali retiravam o seu sustento e que, dada a reduzida dimensão das propriedades e a fraca produtividade da terra, foram seguramente participantes das dinâmicas históricas que aqui se pretendem evocar; As características históricas de longa duração capazes de gerar produtos diferenciadores e de apoiar programas mais vastos de promoção do território, estão quase sempre associados à dimensão rural da ocupação humana nestas geografias e com as estratégias de adaptação desenvolvidas pelas populações ao longo dos séculos, bem como com os fenómenos culturais peculiares que se foram gerando e que se mantiveram até ao presente.

A investigação em análise – os expostos de Porto de Mós – começou a ser elaborada ainda no decurso dos estudos de primeiro ciclo em História, na Universidade de Coimbra, no ano de 2013. Este trabalho foi prosseguido durante o mestrado, tendo resultado na publicação de um artigo científico que, dada a inexistência de estudos de mérito assinalável sobre a região de Leiria, se dedicou sobretudo à análise de expostos e lactados no distrito, tendo como estudo-caso o concelho de Porto de Mós⁶. No presente texto, o ponto de observação foi invertido, privilegiando-se uma análise mais fina inserida no território local, procurando evitar-se (ainda que não completamente) a repetição das informações então publicadas.

Em simultâneo, a recente publicação da obra sobre a Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós tornou clara a existência de duas visões diferentes sobre a fundação da Roda de Expostos em Porto de Mós e sobre a sua hipotética pertença à Misericórdia local. Nos capítulos iniciais sobre os primeiros séculos da instituição, Saul Gomes, na sua escrita sempre erudita, entendeu que, a certa altura, os confrades da irmandade local se encarregaram da roda de expostos, fazendo eco das informações que apresenta o *Couseiro* a este respeito⁷. Essa tese

6 SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos durante o século XIX no distrito de Leiria”. *Fragmenta Historica*, v. 4, (2015), p. 11–38. Deve-se um agradecimento particular a Maria Antónia Lopes que orientou os dois seminários (de licenciatura e de mestrado), nos quais se desenvolveu inicialmente esta investigação.

7 GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de*

não colhe o apoio do autor deste texto e, por esse motivo, pareceu fazer sentido utilizar estas páginas para apresentar os argumentos que suportam uma visão diferente, deixando aos leitores e aos investigadores futuros a responsabilidade de aprofundarem a investigação sobre esta matéria e/ou de seguirem a visão historiográfica que lhes parecer mais bem fundamentando. O problema central que orienta estas páginas é o seguinte: como se deu a assistência aos expostos no concelho de Porto de Mós, entre os séculos XVI e XX, e qual a sua relevância para a história do concelho?

Tendo em vista estes objetivos, este texto foi estruturado em três partes. Na primeira, será debatida a questão das origens da Roda de Expostos e a sua eventual administração pela Misericórdia da vila. Na segunda parte, o estudo incidirá sobretudo sobre a análise dos registos de expostos, procurando apresentar alguns indicadores elementares para a sua compreensão ao longo de todo o século XIX. A última parte dedicar-se-á à importância do tema no contexto local, procurando captar o impacto destas criações nas comunidades locais e nas finanças municipais.

Ainda antes de começar, é útil fazer uma clarificação terminológica, especialmente útil para um público menos acostumado a estes temas. Neste texto, como é frequente na historiografia, o termo Roda de Expostos será utilizado em três sentidos diferentes. O primeiro, mais material e circunscrito, faz referência ao mecanismo físico onde se depositavam as crianças de forma anónima, e que fazia a ligação do exterior da Roda com o espaço interior do edifício onde o recém-nascido era recebido. Neste caso, será referido em letra minúscula (roda de expostos). O segundo sentido a que o conceito pode dizer respeito, refere-se ao edifício do qual a roda fazia parte, mas onde se encontrava também a rodeira e no qual os enjeitados permaneciam até serem entregues ao cuidado de amas externas. Finalmente, o terceiro contexto no qual se utiliza o termo Roda de Expostos relaciona-se com a própria instituição. Nestes dois casos, inscrever-se-á com letra maiúscula^[8]. Esta distinção é importante porque, frequentemente, será feita alusão à instituição da Roda, sabendo-se que não existia um edifício físico ou, principalmente, um mecanismo, que permitisse a exposição de enjeitados. Apesar dis-

Porto de Mós. 500 anos de História. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 14–132.

8 Também aqui sigo de perto LOPES, Maria Antónia - *Protecção social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 79.

so, o arquivo local guarda alguns livros de matrículas de expostos onde constava o nome das rodeiras, que eram as pessoas responsáveis por garantir a cumprimento da obrigação da Roda, enquanto instituição. O sentido polissêmico do conceito deverá tornar-se mais claro ou longo deste texto.

AS ORIGENS DA RODA DE EXPOSTOS EM PORTO DE MÓS

O *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*, obra de cerca de 1657^[9], redigida por um ou mais autores, diz o seguinte a respeito da Misericórdia de Porto de Mós:

“A Misericórdia nesta Vila foi instituída no ano de 1516, para o que El-Rei Manuel lhe mandou passar alvará, com uma cópia do compromisso e El-Rei João o 1.º lhe confirmou os privilégios no ano de 1541.

Tem Irmandade, e nela se exercitam as obras de misericórdia, como nas mais se costuma.

Havia nesta Vila uma Ermida, de Santo André, que ainda há, junto a esta Misericórdia, no Rocio; tinha Hospital da Gafaria, em que se curavam os gafos, e como por piedade de Deus cessasse este mal, ane-xou-se ao dito Hospital, e sua renda à Misericórdia, mas sempre conservou o nome de Hospital de Santo André; e os irmãos fabricam a Ermida e fazem festa ao Santo, no seu dia, e as ofertas desta Ermida e da Misericórdia são um ano da Igreja de S. Pedro, outro de Nossa Senhora, alternativamente.

[...]

E porque o dito Hospital de Santo André, depois de cessar a enfermidade dos gafos, com a renda, que tinha, criava os enjeitados, passou esta mesa obrigação ao da Misericórdia; e assim criam os enjeitados, porém não tem o Hospital outros oficiais, mas os irmãos da Misericórdia fazem ofício de enfermeiros, como no desta Cidade”^[10].

9 A debate em torno da autoria e da data de redação do *Couseiro* não está fechada. Neste texto, foi seguida a versão de GOMES, Saul António – “Elementos para a História do Bispado de Leiria nos Séculos XVII e XVIII”. *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, n. 36, (2004), p. 333.

10 AZEVEDO, Ricardo Charters de (ed.) – *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2011, p. 244–245 (sublinhado meu).

Apoiando-se nesta referência, Saul António Gomes entendeu que na Misericórdia de Porto de Mós se criavam expostos, na altura da sua fundação¹¹. Ao contrário do autor citado, não creio que a referência indicada seja um indício suficientemente robusto para o afirmar. São quatro as razões principais que me levam a discordar desta posição.

1 – Como bem nota o autor, o *Couseiro* também informa que a Misericórdia local foi fundada em 1516, data que parece altamente improvável, dada a inexistência de outras fontes de época que o atestem e atendendo a que Porto de Mós estava sob a tutela da Casa de Bragança, em cujas terras a fundação deste tipo de instituições tendeu a ser mais tardia e a obedecer a uma certa hierarquia entre territórios. Assim, a eleição de 1516 como data fundacional deveu-se, provavelmente, ao facto de a Misericórdia contar com uma cópia do Compromisso de Lisboa, impresso nesse mesmo ano. O seu estilo universalista e o facto de ter servido de modelo às misericórdias que se fundaram posteriormente, levou a que o autor do *Couseiro* fizesse uma “leitura dedutiva, mas errada [...] sobre a Misericórdia de Porto de Mós, cujo documento mais antigo, por ele citado, é justamente a carta de 1541 do rei D. João III”¹². É de crer que o mesmo possa ter acontecido em relação aos expostos, em relação aos quais foi a mesma *leitura dedutiva, mas errada*, gerada a partir do conhecimento do que eram as práticas assistências assumidas pela Misericórdia de Lisboa na altura em que o *Couseiro* foi redigido, que resultou na transposição para Porto de Mós desta realidade maior, que seguramente os autores do *Couseiro* conheciam de forma menos profunda.

2 – A ser verdade, a Misericórdia de Porto de Mós cumpriria com um serviço pioneiro e incomum entre as Santas Casas da região, que se dedicavam unicamente ao apoio aos pobres, presos e doentes, seguindo o mesmo autor¹³. Também este indício permite duvidar da afirmação produzida no *Couseiro*, na medida em que não se conseguem identificar motivos que justifiquem que as práticas assistenciais da misericórdia local fossem além do que era praticado pelas suas congéneres da região, especialmente porque Porto de Mós era, à época, um concelho de relativa menor importância simbólica (não era sede de comarca, não tinha nenhum grande convento na sua territorialidade, era igualmente uma terra de menor relevância no contexto da Casa de Bragança, à qual pertencia, etc.), neste contexto.

11 GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós” ..., p. 45-48.

12 GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós” ..., p. 26.

13 GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós...”, p. 48.

3 – No arquivo da Misericórdia local, o registo normal de atas e de documentação interna adquire um carácter regular apenas a partir do ano de 1889¹⁴. Este dado explica-se pela ocorrência de um conflito interno que levou à divisão da Misericórdia entre duas mesas concorrentes, tendo uma delas confiscado o arquivo, procurando paralisar os adversários. Ao que foi possível apurar, nunca a documentação foi inteiramente devolvida. É, porém, de notar, que no arquivo da mesma instituição resistiram diversos livros de tomos e de contas, alguns dos quais com informação para o século XVIII e primeira metade do XIX. Apesar do seu carácter lacunar, em nenhum destes códices consta informação que se relacione com o pagamento a amas de expostos ou a despesas com a Roda. Simultaneamente, não se encontram doações ou rendimentos que estivessem associados à Roda em nenhuma da documentação conhecida¹⁵. Atendendo a que muitas das transferências da tutela das Rodas pelas misericórdias para as câmaras municipais ocorreram sobretudo a partir de finais do XVIII e nas primeiras décadas do XIX, tendo como data-limite o decreto de 19 de setembro de 1836, de Passos Manuel¹⁶, não parece provável que entre a documentação de cariz financeiro e patrimonial destes séculos não surgisse qualquer informação relativa ao funcionamento da Roda de Expostos, no caso de esta se encontrar, de facto, sob a tutela da Misericórdia local.

4 – Igualmente, a historiografia existente sobre Rodas de Expostos tem concluído que foi nas cidades maiores que as misericórdias tenderam a assumir esta responsabilidade, dado que dispunham de uma capacidade económica mais significativa e de um nível organizacional mais complexo. Foi o caso de cidades como Coimbra, Porto e Lisboa onde, até ao século XIX, as câmaras participavam apenas no pagamento das respetivas despesas, ainda que com atrasos¹⁷. Nas locali-

14 SOARES, Kevin Carreira – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: do período liberal à contemporaneidade” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 139.

15 GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós” ..., p. 64-67.

16 No caso de Coimbra, por exemplo, desde 1731 que a Misericórdia procurava transferência a administração dos expostos para a autarquia. Porém, só conseguiu que as competências fossem aceites em maio de 1839, três anos após o decreto de Passos Manuel, de 1836, que tornava esta transferência obrigatória, LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*. Viseu: Palimage Editores, 2000, vol. I, p. 282-283.

17 PAULINO, Joana Vieira – “A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista”. *Revista de História da*

dades mais pequenas, ao contrário, esta responsabilidade tendeu a ser mantida pelas câmaras municipais, que faziam a gestão quotidiana das crianças abandonadas, dispondo dos mecanismos que para isso lhes reservavam as ordenações manuelinas e subsequentes.

Concluindo, continua a fazer mais sentido admitir que a administração dos expostos de Porto de Mós tenha sido feita diretamente pela câmara local, como aconteceu em tantas outras no território reinol e da região. É, até, de crer, que o modelo que esteve em vigor nas primeiras décadas do século XIX, e que será explicitado de seguida, tenha sido o mesmo que vigorou nos séculos anteriores. Ao contrário do autor referido, não se atribui ao Couseiro valor probatório nesta matéria, dado o carácter menos credível da obra para este tipo de informações. Igualmente, todos os outros indícios identificados e a própria historiografia não apoiam esta opção. Pode acontecer que a inclusão de outros fundos históricos, como as chancelarias dos reis da época moderna, venha ainda trazer novos elementos sobre esta questão nos anos vindouros.

2. OS EXPOSTOS EM PORTO DE MÓS (1812-1890)

2.1. Introdução ao tema dos expostos no concelho.

Do ponto de vista das fontes, será útil apontar que o registo de matrículas de expostos de Porto de Mós adquiriu regularidade apenas a partir do ano de 1812, data na qual foi aberto o primeiro livro de matrículas conhecido. Dos séculos anteriores, com exceção da informação que consta do Couseiro, são desconhecidos quaisquer outros elementos sobre os expostos no concelho. Neste ponto, esclareça-se que neste primeiro livro de expostos existem três casos anteriores, referentes ao final do ano de 1811 (outubro e dezembro) e ainda um outro, referente a 1808. Devem tratar-se, em princípio, de crianças que estavam entregues a amas na altura da abertura do novo livro e cujas matrículas foram feitas retroativamente para registo de pagamentos às amas. Por esse motivo, para fins de análise, 1812 será tomado como o ano inicial.

A data não é acidental. Do ponto de vista da documentação que atualmente se encontra no Arquivo Municipal, há um corte quase absoluto em relação a toda a documentação anterior a este ano, que se deve à presença dos soldados franceses no concelho. Ainda que na primeira e na segunda invasões a passagem do exército tenha sido pontual e relativamente pacífica, na terceira invasão, uma parte do corpo militar

francês ficou aquartelado neste território, entre outubro de 1810 e março de 1811. Desta época resultou a destruição de uma boa parte do convento local e, provavelmente, dos Paços do Concelho, onde então se localizaria o arquivo^[18].

De modo a procurar tornar mais clara a realidade que aqui se invoca, atente-se brevemente à informação contida num dos primeiros registos de matrícula conhecidos, referente ao ano de 1812. Neste caso concreto, ficou registado que na noite do dia 9 para 10 de junho de 1812, tinha sido deixado um menino na porta da casa de uma mulher, de nome Angélica Maria, da Calvaria. Como acontecerá com frequência, esta criança ficou ao encargo da mesma moradora, que se tornou a sua primeira ama, sendo paga para o efeito através dos rendimentos do município. A mortalidade infantil era então muito elevada, especialmente entre os primeiros meses de vida. Veio o rapaz a morrer a 10 de agosto de 1813, com cerca de três meses de idade, acontecimento que pôs fim ao registo de matrícula.

Outros registos revelam uma realidade mais rocambolesca. Foi o caso de uma outra menina, abandonada a 7 de abril de 1814 à porta de Francisca Santo, da Serventia do Arrimal. Batizada no dia 14 de abril, esta criança teve como primeira ama a mesma mulher que, ao que a fonte indica, a manteve apenas por um dia, provavelmente até a entregar ao cuidado da rodeira, que a deixou nos cuidados de Maria Joaquina e Isidro dos Santos, do Alqueidão do Arrimal. O registo aponta para uma espécie de partilha de responsabilidades entre as mulheres daquela zona uma vez que, novamente, a criança ficou apenas um mês com este casal. A terceira ama, Susana, esposa de António da Portela, do Vale de Espinho, manteve a exposta ao seu cuidado outros trinta dias, ao passo que Maria de Oliveira, mulher de Francisco Pires, cuidou dela no mês seguinte, até julho de 1814. Maria Bento, da Portela de Vale de Ventos, manteve a criança outro mês, tornando-se a sua 5ª ama. Rosa Maria seria a sua seguinte cuidadora, por cerca de mais um mês, seguida de Luísa Pires e ainda de outra ama, cujo nome não foi possível identificar com total clareza. Tendo como 9ª ama, desta vez, Francisca Gomes, também da Serventia do Arrimal, a criança veio também a morrer a 6 de dezembro de 1814, com menos de um ano de idade. Durante este período passou pelos cuidados de nove mulheres^[19].

18 Sobre as invasões francesas no concelho, SOARES, Kevin Carreira; CABRAL, Beatriz Rodrigues - *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017, p. 131-135.

19 AMPM - *Livro de Matrículas de Expostos de Porto de Mós, 1812-1827*, fl. 16v.

Esclareça-se que, a ser bem-sucedida, a criação de um exposto demorava sete anos após o seu abandono. Durante esse tempo, o enjeitado seria deixado ao cuidado de *amas de leite* no primeiro ano e meio da sua criação, transitando depois para as chamadas *amas de seco*, que se encarregam do seu cuidado até que a criança chegava ao seu sétimo aniversário desde que tinha entrado nos cuidados da Roda. Nesta altura, era transferida para a responsabilidade do juiz de órfãos local, que mantinha a tutela sobre ela até que atingisse a maioridade. Durante a sua criação, as mulheres recebiam um pequeno ordenado, que servia para garantir a disponibilidade de amas na Roda. Este vencimento era retirado das tesourarias das câmaras municipais, que podiam lançar fintas sobre a população (um imposto extraordinário), caso as receitas disponíveis não fossem suficientes para cobrir os gastos^[20].

Até aqui, foram apontadas algumas características sobre a administração de expostos em Porto de Mós que, ainda que não sejam únicas deste território, devem ser introduzidas com clareza. Em primeiro lugar, a Roda de Expostos, neste concelho, nos primeiros anos da sua existência, traduz essencialmente a existência de uma instituição que devia administrar e acolher crianças recém-nascidas, que eram deixadas à porta de particulares. Isto quer dizer que em Porto de Mós não existiu uma roda em sentido físico nas primeiras décadas aqui observadas. Diga-se que, em Portugal, este fenómeno foi frequente. Em Trancoso, por exemplo, onde existia uma roda enquanto estrutura física, as populações preferiram, muito vezes, abandonar à porta de particulares^[21].

As razões podiam ser várias. Por um lado, a deslocação desde lugares como o Arrimal ou outros pontos distantes ao centro da vila era

20 A bibliografia sobre expostos é numerosa. Como referências, veja-se sobretudo LOPES, Maria Antónia - *Protecção social em Portugal na Idade Moderna...*, p. 79-86, 159-165 e 197-206; LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850...*, vol. I, p. 170-332. SÁ, Isabel dos Guimarães - *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. ABREU, Laurinda - "As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI" em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 31-49 e LOPES, Maria Antónia e BRAGA, Isabel Drumond - "The Portuguese Social Care System in the Modern Age: An Originality Case in Catholic Europe?" em *Social Assistance and Solidarity in Europe from the 13th to the 18th centuries*, Florença: Firenze University Press, 2013, p. 31-55.

21 DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha - *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825)*. Coimbra: dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011, p. 56-58.

longa e perigosa, especialmente sendo feitas por mulheres ou homens que procuravam manter o anonimato. Por outro lado, a escolha de uma determinada casa não significava necessariamente uma menor preocupação pelo destino do exposto. Muitas vezes podia significar o contrário. Como aconteceu com frequência, as crianças abandonadas tiveram como primeiras amas as mulheres que habitavam nessas mesmas casas onde eram deixadas, o que pode denunciar uma certa intencionalidade, provavelmente em busca de bons cuidados para o recém-nascido, dentro dos cânones de maternidade da época.

Outras das características das fontes locais que também não é exclusiva deste território mas que aqui adquire contornos mais nítidos que noutros lugares, é que em Porto de Mós, no período entre 1812 e 1848, nos registos de matrículas de enjeitados convivem crianças que eram abandonadas anonimamente, com outras cujos progenitores são identificados. A razão pela qual esta peculiaridade deve ser apontada prende-se com o facto de que a entrega de um recém-nascido aos cuidados da Roda devia ser feito de forma completamente anónima, segundo a legislação da época. Quando os pais eram conhecidos (especialmente o pai), estes ficariam obrigados a receber e a criar o respetivo filho, podendo recorrer aos mecanismos de apoio e caridade existentes e difundidos naquele tempo (nomeadamente a obrigação de pedir esmola). A Roda de Expostos cuidava exclusivamente de crianças cuja paternidade ou maternidade era desconhecida²².

Do ponto de vista prático, a diferença fundamental nestes dois casos, é que aqueles registos em que os progenitores eram identificados, inseriam a mãe como a primeira ama nos casos em que estas crianças ficavam com as famílias, o que representava a larga maioria. Neste caso, o subsídio atribuído pela Roda funcionava como uma espécie de apoio à pobreza, que se concedia na fase mais frágil da vida de uma criança. Ao contrário dos abandonos anónimos cuja criação durava, recorde-se, sete anos, estes casos recebiam apoio financeiro apenas durante um ano e meio (durante o período de leite), a partir do qual cessavam as responsabilidades da Roda em relação a estas crianças. Do ponto de vista estritamente económica, esta opção era realmente mais vantajosa.

22 LOPES, Maria Antónia Lopes – “O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime” em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 97-110.

Esta realidade alterou-se com a centralização distrital crescente relativamente à gestão dos expostos em toda a região. Na década de 40 do mesmo século, a administração dos enjeitados passou a realizar-se em Leiria, cabendo ao município o papel de recetor e transportador. A partir daí, os registos onde os pais eram identificados desapareceram. É esse processo que se pretende agora acompanhar com algum cuidado, para perceber como se administraram os expostos de Porto de Mós ao longo do século XIX.

2.2. A administração dos expostos de Porto de Mós no século XIX, no contexto da crescente centralização distrital

Terminada a explanação do tema, é tempo de analisar os ritmos e fases de exposição dos expostos em Porto de Mós e introduzir, ainda que de forma sumária, as consequências da cada vez maior intervenção distrital neste âmbito¹²³. Entre 1812 e 1846, o tipo de registo e os procedimentos mantiveram-se inalterados, conforme apresentado anteriormente. As crianças eram abandonadas à porta de particulares e, em simultâneo, o município atribuía subsídios de lactação, na sua maioria por razões de pobreza.

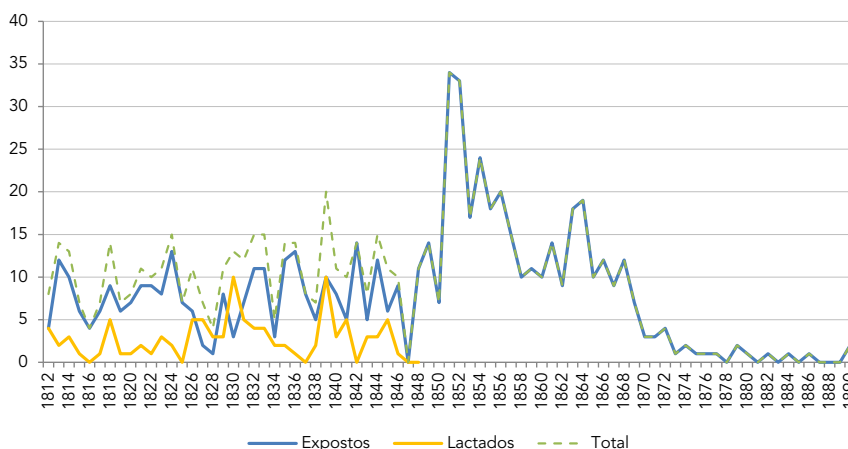
Em 1846, porém, a publicação do primeiro regulamento distrital de expostos alterou profundamente esta prática, ao aplicar no território da região um sistema integrado em que conviviam asilos de receção, que deviam existir em todos os municípios do distrito, e Rodas de Expostos, que existiam apenas em alguns concelhos, e que funcionavam como polos agregadores e centro distribuidores de crianças. Doravante, qualquer criança abandonada no concelho de Porto de Mós devia ser transportada para Leiria, onde seria posteriormente distribuída pelas amas, na sua maioria residentes em regiões próximas daquela cidade. Neste ponto, o regulamento era claro ao prever que cada município devia ter uma roda em sentido físico, onde pudessem ser depositadas as crianças em segurança. Em Porto de Mós, é possível encontrar as primeiras referências deste dispositivo no ano de 1851, quando se passou a registar o dia de entrada na dita roda que existia no concelho e cuja localização original é, até este momento, desconhecida.

Quando analisada a evolução do número de expostos em cada ano ao longo de todo o século, os efeitos da criação deste dispositivo

23 Neste ponto, segui de perto o que já havia sido publicado em SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos” ..., p. 11–38.

tornam-se bem evidentes (gráfico I). Nesse ano de 1851 deram entrada trinta e quatro expostos no asilo de receção de Porto de Mós, o número mais elevado de todo o século. Pode, com segurança, concluir-se que a existência de uma roda favorecia o abandono, ao torná-lo mais cómodo e previsível, provavelmente.

GRÁFICO I - Expostos e lactados em Porto de Mós (1812-1890)



O que sucedeu com os subsídios de lactação? Continuaram a ser financiados pela câmara local? Ao que a documentação camarária permite apurar, acabaram suspensos, dado que as autoridades distritais estavam empenhadas em forçar os municípios da região em deixar de subsidiar crianças cujos pais eram conhecidos. Sendo a despesa administrada por Leiria, onde eram admitidos e distribuídos os expostos, deixou de haver possibilidade de fazer incluir naqueles registos os filhos de pais pobres. Algumas atas da câmara deste período sugerem que os vereadores do município se passaram a mostrar relutantes em continuar a atribuir este tipo de apoios, dada a falta de harmonia com o regulamento distrital^[24].

Para terminar este assunto, esclareça-se que alguns indícios que foi possível identificar através da documentação distrital, apontam no sentido de admitir que alguns municípios mantiveram a mesma prática de apoiar filhos de pais pobres cujas família eram conhecidas localmente, fazendo-os passar por anónimos, de modo a poderem gozar do apoio da Roda^[25]. No estado atual da investigação, não é possível saber se estas

24 Os vereadores invocaram o regulamento distrital para indeferir um pedido de subsídio de lactação em 1849, por exemplo, AMPM - *Atas de vereação da Câmara Municipal de Porto de Mós 1848-1853*, fl. 24.

25 SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos” ..., p. 21-22.

práticas também se observaram em Porto de Mós, ainda que os elementos conhecidos apontam em sentido contrário, ou seja, que o município deixou de conferir subsídios a filhos de pais pobres cuja identidade era conhecida.

Em 1862, um novo regulamento distrital, que procurava adaptar a realidade do distrito às novas iniciativas legislativa desse ano, passou finalmente a prever a possibilidade de atribuir subsídios de lactação, criando um novo mecanismo que devia controlar o número de expostos: a intimação de mulher grávidas, que dizia respeito àquelas que, estando solteiras e viúvas, surgiam com sinais evidentes de gravidez. O processo passava por identificá-las e procurar garantir que mantinham as suas crianças após o parto^[26]. O objetivo era claro: alcançar a redução do número de expostos em todo o território nacional, que tinha chegado a números avassaladores na maioria dos municípios, que se viam impossibilitados de cumprir com as suas obrigações financeiras de pagar às amas. Além disso, era então muito intensa a discussão em torno da legitimidade da existência das Rodas.

A partir daqui, passaram a existir no distrito livros de registo próprios onde se inscreviam os subsídios de lactação atribuídos e os registos de intimação de mulheres. Estas fontes e tópicos, para o período que sucedeu à publicação deste regulamento de 1862 permanecessem por analisar, quer para Porto de Mós, quer para a maioria do distrito, com poucas exceções^[27]. A alteração maior na região ocorreu, apesar disso, após a publicação do regulamento do ano seguinte, de 1864. Nesta altura, foram suprimidos todos os asilos de receção, nos quais se contava também o de Porto de Mós.

Olhando concretamente para a documentação e para a evolução do tipo de registo, a informações sobre a data de entrada na roda do município em estudo deixou de constar nos registos de matrícula desde junho de 1862, o que pode sugerir que a desativação do asilo de receção tenha ocorrido logo nesse ano. Nesse caso, será de supor que a prática de exposição à porta de terceiros se possa ter tornado de novo recorrente. Neste período, entre os registos dedicados ao concelho, apenas um

26 LOPES, Maria Antónia – “Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890” em ARAÚJO, Maria Marta e PÉREZ ÁLVAREZ, Maria José (coords.) - *Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*. Braga: Lab2PT, 2016, p. 37-54.

27 No âmbito da frequência do seminário de licenciatura, foi também desenvolvido um projeto de investigação sobre a intimação de mulheres em Leiria que, infelizmente, nunca foi publicado, MATOS, Leila Cristiana Silva - *Mulheres Grávidas Intimidadas no Distrito de Leiria (1856-1860)*. Coimbra: trabalho de seminário, 2013.

deles continha informação que apontava neste sentido. Tratou-se de um menino que, em 28 de fevereiro de 1863, foi deixado à porta de Inocência Maria, esposa de José Pereira Lavrador, da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Aljubarrota. Este foi um caso mais feliz que os anteriores, na medida em que, após passar por três amas, terminou a sua criação a 1 de março de 1870, completando os sete anos^[28]. Se esta foi prática generalizada no concelho ao longo destes anos, não é possível apurar com certeza.

A partir de 1868, porém, torna-se evidente que a prática de abandonar as crianças à porta de particulares se generalizou de novo. Passou a registar-se uma vez mais e de forma sistemática o nome do particular em cuja habitação o exposto era deixado. Foi, em certo sentido, um retrocesso nas práticas de abandono no concelho, nos derradeiros anos em que este fenómeno persistiu. Enquanto a nível nacional e distrital se procurava reduzir drasticamente o abandono, em Porto de Mós retornava-se à prática de deixar as crianças à porta de particulares.

Um novo regulamento distrital, de 1872, insistia na necessidade de que os filhos de pais pobres que não os pudessem sustentar deviam ser criados, preferencialmente, por familiares^[29]. No último regulamento de expostos do distrito de Leiria, de 1878, articulam-se de forma clara a assistência à infância abandonada, com o auxílio às mães indigentes e a necessidade de intimação de mulheres. A realidade da exposição durou mais uns anos, ainda que em claro declínio. A partir de 1890, os dados tornaram-se cada vez mais erráticos, pelo que se deixam de fora desta análise. O último exposto que consta destes livros de matrícula de Porto de Mós faz referência a um menino entregue em 2 de janeiro de 1909 a Genoveva Luísa, da Calvaria, que o criou até ter completado os sete anos, em 30 de setembro de 1916, altura em que a sua matrícula ficou concluída^[30]. A partir desta data, não existem informações de outros meninos ou meninas que tivessem sido entregues aos cuidados da Roda local.

2.3. Fragmentos da vida dos expostos ao cuidado da Roda

Neste capítulo, pretende introduzir-se a forma como a Roda cumpria com as suas funções enquanto recetora, cuidadora e distribuidora de expostos e a sua relação com as amas. Daqui por diante, a observação incidirá apenas sobre os expostos, deixando de parte a contabilidade dos

28 AMPM - *Livro de Matrículas de Expostos de Porto de Mós, 1858-1909*, fl. 127.

29 Era, em certo sentido, o regresso da "hierarquia de responsabilidades" definida pelas Ordenanças Manuelinas, SÁ, Isabel dos Guimarães - "Child Abandonment in Portugal: legislation and institutional care". *Continuity and Change*, nº 9, (1994), p. 76.

30 AMPM - *Livro de Matrículas de Expostos de Porto de Mós, 1858-1909*, fl. 168.

lactados, já apresentada anteriormente.

Ao longo do período em observação (1812-1890), foram matriculadas 627 crianças de pais anónimos, 327 do sexo masculino e 305 do sexo feminino. Destes, 234 (37,32%) terminaram a sua criação com sucesso, chegando aos sete anos de idade; 74 (11,80%) receberam nota de baixa por vários motivos (desde a identificação dos pais à simples falta de registos que indiquem de forma clara o que ocorreu com o exposto); 319 (50,88%) morreram antes de completar sete anos. Dura realidade, que demonstra que metade das crianças aqui analisadas perdeu a vida de forma muito precoce mas que, apesar disso, coloca a Roda de Porto de Mós com taxas de mortalidade bem inferiores às de outras cidades como Coimbra que, nos piores anos, chegava a perder 80% dos expostos que ali eram deixados³¹.

Olhando especificamente para os 234 que terminaram a sua criação, deve observar-se que, ao longo deste período de sete anos, a maioria passava por um total de duas amas, o que aponta para a circulação entre amas como um fator que aumentava o risco de falecimento do exposto. Dividindo-se esta análise entre os períodos de 1812 e 1848, em que a distribuição dos expostos se fazia no concelho, e entre 1848 e 1890, em que essa gestão se passou a fazer em Leiria (tabela I), nota-se uma ligeira tendência para o aumento das transferências entre número de cuidadoras, apesar de pouco significativo.

TABELA I Número de amas dos expostos que completaram a criação

ANO	1812 – 1848			1848 - 1890		
	VALORES ABSOLUTOS	VALORES RELATIVOS	VALORES REL. ACUMULADOS	VALORES ABSOLUTOS	VALORES RELATIVOS	VALORES REL. ACUMULADOS
1	22	19%	19%	39	33%	33%
2	48	41%	60%	40	34%	67%
3	29	25%	85%	15	13%	80%
4-5	13	11%	97%	17	14%	94%
6-7	3	3%	99%	6	5%	99%
> 7	1	1%	100%	1	1%	100%
TOTAL	116	100%		118	100%	

31 Em 1812 morreram 84% dos expostos entrados na roda e, em 1813, 89%, LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra...* vol. I, p. 210.

Neste período em que não existia uma roda no concelho, é possível referir também que a maioria dos expostos foi, de facto, deixado à porta de um particular, em que a sua função não surgia identificada (70,22%) (tabela II). Diferentes foram os casos daqueles que foram abandonados à porta da habitação das rodeiras, que foram cerca de 18%. Uma pequena parte surgiu também diante da porta do juiz de vintena, oficial local com responsabilidades de justiça em questões menores, bem como de um moleiro ou do pároco de uma paróquia. Entre os três que foram deixados em territórios ermos, apenas um deles aponta para uma situação de clara negligência, tratando-se de um exposto deixado num campo agrícola que, ao ser encontrado, gerou grande comoção entre os populares.

TABELA II Locais de exposição dos abandonos entre 1812 e 1848

LOCAIS DE EXPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)	FREQUÊNCIA RELATIVA ACUM.
À porta de um particular (sem função indicada)	191	70,22%	70,22%
À porta da Rodeira	49	18,01%	88,24%
À porta do Juiz de Vintena	10	3,68%	91,91%
À porta do moleiro	1	0,37%	92,28%
À porta do padre da paróquia	1	0,37%	92,65%
Outro local público	2	0,74%	93,38%
Local ermo	3	1,10%	94,49%
Outros casos	6	2,21%	96,69%
Sem informação	9	3,31%	100,00%
TOTAL	272	100,00%	

Procurando responder à questão apresentada anteriormente, que indagava sobre se o abandono à porta de um particular podia traduzir a intenção de que essa pessoa se tornasse a cuidadora da criança ali deixada, é possível aferir que, efetivamente, durante este período, 20% dos expostos ficou nas mesmas residências onde foram deixados (tabela III). Maior foi a percentagem daqueles que ficaram na mesma freguesia onde foram encontrados (40 %) (tabela IV).

TABELA III Ligação dos expostos com as habitações onde foram abandonados

PERMANÊNCIA NA RESIDÊNCIA À PORTA DA QUAL FOI EXPOSTO (1º AMA)		
Sim	54	20%
Não	202	74%
Impossível determinar	16	6%
TOTAL	272	100%

TABELA IV Ligação dos expostos com os lugares onde foram abandonados

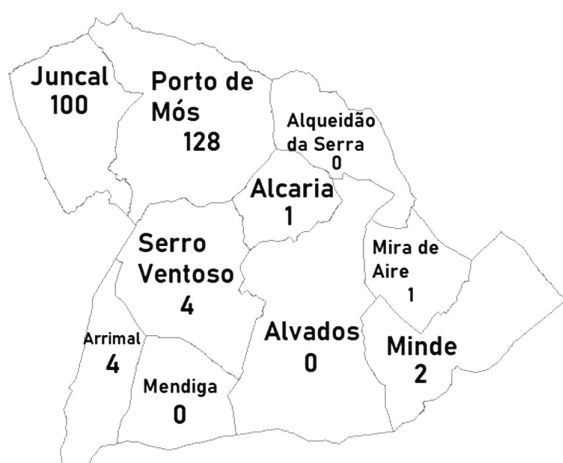
PERMANÊNCIA NO LUGAR NA QUAL FOI EXPOSTO		
Sim	109	40%
Não	144	53%
Impossível determinar	19	7%
TOTAL	272	100%

Quanto às freguesias de abandono (tabela V e mapa I), destacam-se as freguesias da vila, que surgem indicadas na tabela como Porto de Mós, e o Juncal. Especialmente significativa é a quase ausência de abandonos em Mira de Aire ou em Minde que, sendo polos populacionais importantes, eram lugares pouco utilizados para deixar os expostos. No outro extremo estavam freguesias como Alcária, Alvados ou Arrimal que, sendo pouco populosas, também não eram locais selecionados. É possível argumentar com certeza que a maioria dos abandonos implicava uma deslocação da pessoa que o realizava e que procurava aproximar a criança do centro da vila onde residia a rodeira e para onde a criança tinha, eventualmente, que ser transportada.

TABELA V Freguesias em que os expostos foram deixados, entre 1812 e 1848

PARÓQUIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Alcaria	1	0,37%
Alvados	0	0,00%
Arrimal	4	1,47%
Juncal	100	36,76%
Mendiga	0	0,00%
Minde	2	0,74%
Mira de Aire	1	0,37%
Porto de Mós (S. Pedro, S. João Batista e Santa Maria)	128	47,06%
Serro Ventoso	4	1,47%
Impossível determinar/outras casos	32	11,76%
TOTAL	272	100,00%

MAPA I Freguesias em que os expostos foram deixados entre 1812 e 1848 [32]

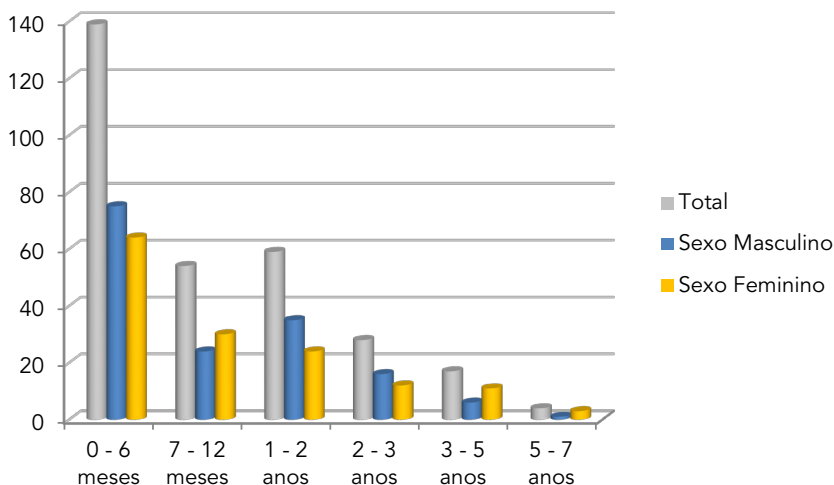


32 Gerado a partir dos limites das paróquias para 1900, através da página <http://atlas.fcsh.unl.pt/cartoweb35/atlas.php>

Olhando agora exclusivamente para o peso da morte, convirá principiar por dizer que, apesar do século XIX ser uma época de mudança de paradigmas mentais e de afirmação de conhecimento científico e médico, muitos dos antigos modelos mentais de Antigo Regime persistiram no tempo, também no que concerne à relação da sociedade com as crianças. A mortalidade infantil era, naquela época, um fenómeno relativamente generalizado, com o qual as sociedades conviviam. Uma elevada percentagem de crianças morria nos primeiros anos de vida, especialmente nos primeiros doze meses, facto que tendia a agravar-se entre expostos, que estavam obrigados a suportar longos períodos de exposição, viagens compridas até às rodas e dali para a habitação das amas, além do perigo de que as suas cuidadoras pudessem não ser completamente zelosas no exercício das suas funções maternas³³.

Entre os 319 que faleceram, a maioria dos óbitos teve lugar nos primeiros seis meses, sendo que a proporção de expostos que perdia a vida diminuía à medida que a criança se desenvolvia (gráfico II). A morte tornava-se uma realidade mais presente nos meses quentes e secos (gráfico III), onde os problemas associados à desidratação e às elevadas temperaturas tomavam conta da vida de muitos dos enjeitados.

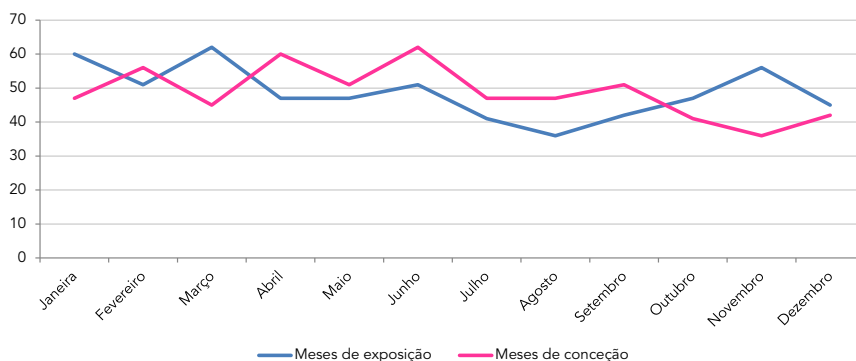
GRÁFICO II Idade dos que faleciam, desde a sua entrada na Roda



33 Maria Antónia Lopes reflete sobre os cuidados com a infância nesta época em LOPES, Maria Antónia – “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 2, (2002), p. 155–184.

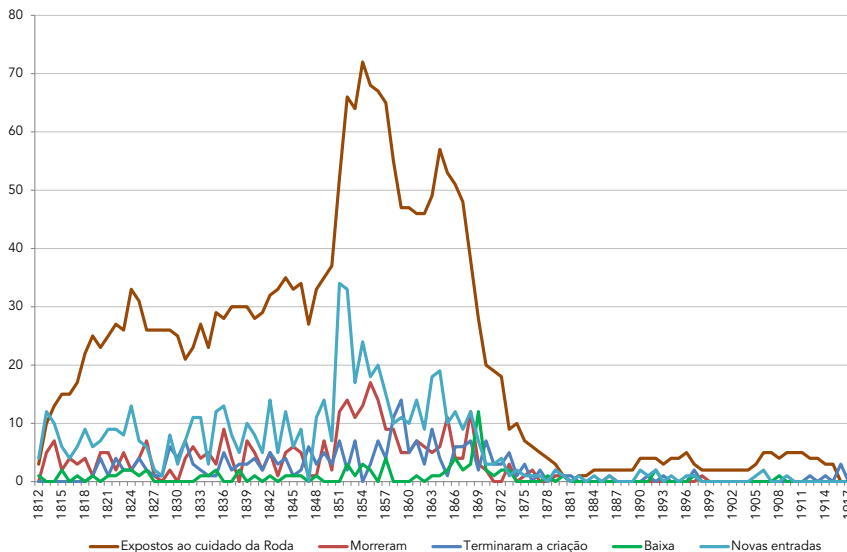
Sobre este ponto, notar que estes meses eram, também, aqueles em que o número de novos abandonos era menor. A maioria das matrículas acontecia nos meses de março e janeiro, que apontam para concepções que tinham lugar no início da primavera, assumindo que a maioria dos abandonos acontecia pouco tempo após o nascimento, quando a fertilidade e atividade humana são, por norma, mais acentuadas.

GRÁFICO III Meses de exposição, óbito e de concepção



Concluindo com a análise do total global de expostos que estiveram sob o cuidado da Roda ao longo de todo o intervalo analisado (1812-1890), fica clara a existência de três fases distintas (gráfico IV). A primeira, entre 1812 e 1851, na qual o número se manteve relativamente estável, com valores que oscilaram entre os 21 (1831) e os 35 (1844), após os anos iniciais. A existência de um asilo de receção a partir deste último ano levou a uma explosão do número de expostos, o que fez elevar rapidamente o número de crianças que estavam entregues ao cuidado de amas com origem em Porto de Mós. A legislação e os regulamentos aprovados ao longo da década de 60 fizeram diminuir rapidamente as novas exposições, mas o alívio no número de enjeitados que a Roda cuidava sentiu-se apenas após 1867, com uma queda brusca do número total, motivada pelo decréscimo acentuado de novos abandonos nos anos anteriores. A partir desse ano, os números permanecerem muito reduzidos, até à extinção dos últimos registos de matrícula, no ano de 1917.

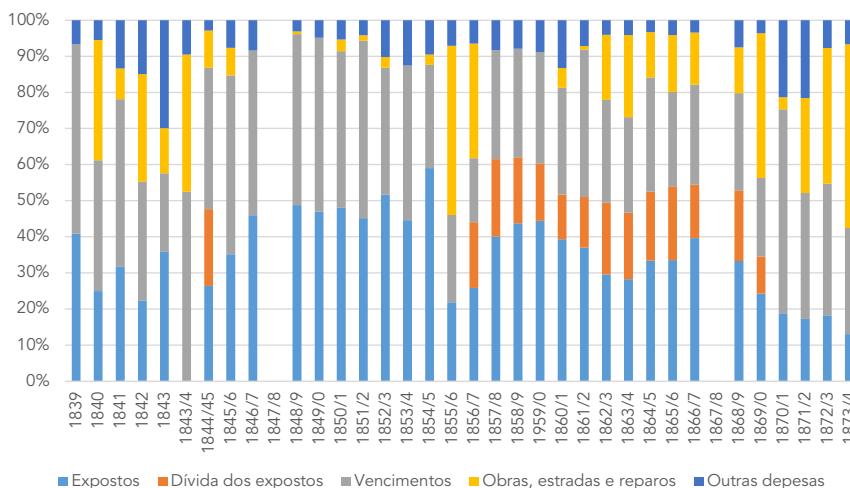
GRÁFICO IV Movimento geral do número de expostos de Porto de Mós que estavam sob o cuidado da roda (1812-1917)



3. OS EXPOSTOS E A TESOURARIA MUNICIPAL

Através da consulta dos livros de vereação, foi possível compilar uma boa parte dos orçamentos entre 1839 e 1874. Além das despesas de vencimentos variados, que eram uma constante em qualquer orçamento e onde se consumiam uma parte relevante dos recursos financeiros, há outro tipo de despesa que importa analisar com cuidado e que se relaciona com o sustento de expostos. Como se pode observar, o montante a dispensar com o pagamento de amas nunca recebeu menos de 10% do total do montante orçamentado, chegando a ver-lhe dedicado mais de 50% da despesa orçada, para anos como os de 1852/3 e 1854/5. Como agravante, entre 1856/7 e 1869/70, foi incluída uma rúbrica que dizia respeito à dívida de exposto, que se referia a ordenados às amas que eram sucessivamente protelados para os anos seguintes, por insuficiência de recursos. Se somados os dois montantes, é notável assinalar que em alguns anos, mais de 60% do orçamento respondia a custos com expostos, o que certamente reforça a relevância deste tema nesta época e ajuda a explicar as sistemáticas discussões que, a nível nacional, distrital e local, existiam a este respeito.

GRÁFICO V Orçamento da Câmara Municipal de Porto de Mós (1839-1872/3)



Procurando dar uma dimensão humana às consequências geradas por estes atrasos nos pagamentos às amas que a Câmara Municipal local, como muitas outras no distrito, adiava sistematicamente, veja-se um último exemplo de um registo de exposto. Trata-se, uma vez mais, de uma menina deixada à porta da rodeira Maria Rosa, da vila, a 3 de outubro de 1842. Teve como primeira ama Maria Carreira, que cuidou dela durante o primeiro ano e meio, durante o período de amamentação. Foi posteriormente entregue a Maria Teresa, esposa de João Francisco, da Feteira, que a manteve durante os cinco anos e meio seguintes, até ser entregue ao juiz de órfãos. Uma nota manuscrita que acompanhava esta matrícula em caligrafia distinta informava do seguinte:

“Effectou-se o pagamento no Cofre Geral do Distrito, no dia 16 d’agosto de 1870 a João Francisco de Feteira, por sua mulher Maria Thereza, já defunta [...] a quantia de vinte seis mil e quatro centos reis que se estava devendo da criação de ceco anterior a 1856.

Porto de Móz 30 de Dezembro de 1870.

Escrivão da Camara

Bento Ferreira”

Ou seja, foi necessário esperar cerca de catorze anos para que os montantes referentes à criação desta exposta fossem regularizados,

desta feita não à ama Maria Teresa, que já tinha falecido, mas a João Francisco, seu esposo, que finalmente via a dívida regularizada. Não será difícil imaginar alguns dos constrangimentos provocados pela falta de pagamentos regulares para os orçamentos familiares, de si já muito reduzidos, e para o recrutamento de amas, que perdiam um relevante incentivo que existia para cuidarem de crianças da Roda.

CONCLUSÃO

A par com o impacto das revoluções francesas no concelho, poucos temas tiveram maior impacto no concelho de Porto de Mós, do que aquele que se relaciona com os expostos, ao longo do século XIX. Na longa duração, este foi um tópico que produziu dinâmicas que afetaram e foram transversais a todo o território concelhio, de onde provinham as amas que cuidavam dos expostos e, seguramente, os próprios enjeitados, ainda que a sua origem seja desconhecida na maioria dos casos.

Alguns caminhos ficam por desbravar. A articulação da informação aqui sumariada com os Registos de Batismo das freguesias trará indícios sobre o peso do abandono, no conjunto total de nascimentos do concelho. Simultaneamente, uma atenção mais acurada às amas, que não produzimos aqui por economia de espaço e tempo, poderá permitir perceber se estas tendiam a acumular vários expostos ao seu cuidado e se as taxas de mortalidade eram especialmente gravosas em alguns casos, revelando eventuais comportamentos negligentes. Em simultâneo, os Livros de lactados e mulheres intimadas do concelho, referentes às décadas de 60 do século XIX e seguinte, estão por estudar. Este tipo de fontes permitirá conhecer melhor o fenómeno do abandono e da pobreza que aqui se invoca. Finalmente, como bem frisou Ricardo Pessa de Oliveira recentemente, este tópico representa um dos temas mais desconhecidos na região de Leiria³⁴. Será que a prática de abandonar as crianças à porta de particulares era comum a todo o distrito? Em que medida é que as mulheres de freguesias mais distantes como Mira de Aire, Arrimal ou Minde poderão surgir noutras Rodas da região para cuidarem de expostos, permitindo a eventual acumulação de vencimentos provenientes da criação de múltiplos enjeitados em simultâneo? Será que as dinâmicas que aqui foram explanadas para o Concelho de Porto de Mós foram acompanhadas pelas restantes autarquias? Todas estas perguntas permanecessem sem resposta.

34 OLIVEIRA, Ricardo Pessa de – “Assistência e pobreza na região de Leiria (séculos XV-XX). Introdução”. *Anais Leirienses – estudos & documentos*. 6, (2020), p. 12-13.

Pela sua dimensão humana, esta é, porventura, uma das heranças históricas que melhor demonstra um certo peso que a história carrega consigo e que nem sempre se traduz em grandes feitos ou valorosas personagens. Não querendo exagerar nesta dimensão, uma vez que a pobreza e as fracas condições de vida eram comuns a uma porção substancial da população, a verdade é que esta questão adquire contornos particularmente visíveis quando se analisam os expostos. Em simultâneo, há poucas temáticas que permitem dialogar com o território local de forma tão profícua quanto esta. Estou certo que a dedicar-se atenção a este tipo de temas, seguramente surgirão outras investigações que revelarão dinâmicas territoriais e sociais até agora desconhecidas e que permitirão conhecer melhor a forma como os espaços se estruturavam e se relacionavam entre si, ao mesmo tempo que será possível aceder a dimensões da vida quotidiana, social e cultural locais, que até agora não conhecemos.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Leiria

Expostos - Porto de Mós 1822 - 1865.

Matrícula dos expostos de Porto de Mós 1848 - 1864.

Arquivo Municipal de Porto de Mós

Atas de vereação da Câmara Municipal de Porto de Mós 1812-1819, 1828-1835, 1835-1839, 1839-1842, 1842-1843, 1843-1848, 1848-1853, 1853-1857, 1857-1864, 1864-1875, 1875-1880.

Livro de Matrículas de Expostos de Porto de Mós, 1812-1827.

Livro de Matrículas de Expostos de Porto de Mós, 1858-1909.

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, Ricardo Charters de (ed.) – *Couseiro ou Memórias do Bispado de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2011.

Regulamento de administração dos expostos do districto de Leiria. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [1864].

Regulamento dos Expostos do Districto de Leiria. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1846.

Regulamento dos expostos do Districto de Leiria. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868,

Regulamento dos Expostos do Districto de Leiria. Leiria: Typographia Leiriense, 1862.

Regulamento para o serviço dos expostos no districto de Leiria. Leiria: Typographia leiriense, 1879.

ESTUDOS

ABREU, Laurinda – “As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência, em Portugal, no século XVI” em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 31-49.

BARRADAS, Alexandra Leal - *Ourém e Porto de Mós: a obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: Colibri; Instituto de História da Arte da UNL, 2006.

DINIZ, Leonor do Céu Pinheiro da Rocha - *A protecção à infância abandonada em tempos de conflito: os expostos em Trancoso (1803-1825)*. Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.


GIL, Luís Carlos Serrão - *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia à arquitectura uma visão de complementaridade*. Lisboa: dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011.

GOMES, Saul António – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: da Fundação ao Período Liberal” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 14-132.


GOMES, Saul António – “Elementos para a História do Bispado de Leiria nos Séculos XVII e XVIII”. *Leiria-Fátima. Órgão Oficial da Diocese*, n. 36, (2004), p. 333-360.

GOMES, Saul António - *Porto de Mós medieval: breves subsídios documentais para o seu conhecimento*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 1985.

- LOPES, Maria Antónia – “Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonos no distrito de Coimbra, 1850-1890” em ARAÚJO, Maria Marta e PÉREZ ÁLVAREZ, Maria José (coords.) - *Do silêncio à ribalta. Os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX)*. Braga: Lab2PT, 2016, p. 37-54.
- LOPES, Maria Antónia e BRAGA, Isabel Drumond - “The Portuguese Social Care System in the Modern Age: An Originality Case in Catholic Europe?” em *Social Assistance and Solidarity in Europe from the 13th to the 18th centuries*. Florença: Firenze University Press, 2013, p. 31-55.
- LOPES, Maria Antónia - *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- LOPES, Maria Antónia - “O socorro a lactantes no quadro da assistência à infância em finais de Antigo Regime” em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e FERREIRA, Fátima Moura (orgs.) - *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008, p. 97-110.
- LOPES, Maria Antónia – “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 2, (2002), p. 155-184.
- LOPES, Maria Antónia – *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*. Vi-seu: Palimage Editores, 2000, 2 volumes.
- MATOS, Leila Cristiana Silva - *Mulheres Grávidas Intimadas no Distrito de Leiria (1856-1860)*. Coimbra: trabalho de seminário, 2013.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Aljubarrota 1385: a Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História, 2007.
- OLIVEIRA, Ricardo Pessa de – “Assistência e pobreza na região de Leiria (séculos XV-XX). Introdução”. *Anais Leirienses – estudos & documentos*, 6, (2020), p. 12-17.
- PAULINO, Joana Vieira – “A política assistencial face aos expostos: estudo de caso do encerramento da roda dos enjeitados na Lisboa Oitocentista”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 17, (2017), p. 221-228.
- RAMOS, Luciano Justo - *Castelo de Porto de Mós: estudo histórico*. Porto de Mós; Leiria: Câmara Municipal de Porto de Mós; Comissão Regional de Turismo, 1984, 2ª edição (1ª edição de 1971).
- SÁ, Isabel dos Guimarães - “Child Abandonment in Portugal: legislation and institutional care”. *Continuity and Change*, nº 9, (1994), p. 69-89.
- SÁ, Isabel dos Guimarães - *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.
- SILVA, Tiago João Queimada e – “Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419”. *Revista Portuguesa de História*, v. 43, (2012), p. 91-104.
- SOARES, Kevin Carreira; CABRAL, Beatriz Rodrigues - *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017.
- SOARES, Kevin Carreira – “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: do período liberal à contemporaneidade” em GOMES, Saul António (coord.) - *A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. 500 anos de História*. Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, 2016, p. 133-227.
- SOARES, Kevin Carreira – “D. António Pinheiro - mestre de fidalgos, pregador e bispo. Notas para uma biografia”. *Cadernos de Estudos Leirienses*, v. 9, (2016), p. 223-228.
- SOARES, Kevin Carreira – “A evolução da assistência aos expostos durante o século XIX no distrito de Leiria”. *Fragmenta Historica*, v. 4, (2015), p. 11-38.



DEUS, IGREJA E PÁTRIA: A HISTÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ESCUTISTA EM PERSPETIVA LOCAL. O CASO DE PORTO DE MÓS



Gonçalo
Brito Graça*

RESUMO

O presente texto mostra o percurso do associativismo escutista em Porto de Mós, num período de oito décadas, com início no primeiro acampamento nacional do *Corpo Nacional de Escutas*, em Aljubarrota (1926), e término no século XXI. O caso portomosense é bastante peculiar e abre novas leituras sobre o impacto deste movimento juvenil nas realidades locais, pelo que poderá ser um ponto de partida para trabalhos futuros.

*Historiador no PIUDHist – CEHR/UCP; ggraca@gmail.com

E a nossa missão de escutas é também esta. Não a esqueçamos nunca! Não desanimemos nunca nesta nobre missão, lutaremos com ardor por esta sacrossanta causa e a humanidade rapidamente trilhará a senda do bem e da virtude.

Padre Abílio da Silva Mendes, 1939¹¹.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

A história local frequentemente peca por defeito, ao se limitarem as análises a um determinado contexto microgeográfico específico, colocando o centro num determinado topónimo, urbe, bairro ou área. Em termos de comparação, seria como olhar para uma tarte de amêndoas, cortá-la em fatias, e tentar perceber a diferença entre a fatia selecionada e as restantes, omitindo tudo o resto, desde a confeção da tarte, o forno utilizado, o pasteleiro, ou a razão da escolha de amêndoas, quando poderia ser de nata ou maçãs, ou qualquer outro alimento. A história do escutismo em Porto de Mós equipara-se a esta metáfora. Tal como qualquer pasteleiro, cada historiador tem também as suas prioridades, as suas escolhas e as suas interpretações.

Para a construção do presente texto, foi possível recolher algumas informações dispersas em vários locais e com elas construir-se uma narrativa. E fizemos o que nos foi possível. Pretendemos potencializar a variedade de leituras que a história local oferece e, no presente caso, ver como a história do associativismo escutista em Porto de Mós poderá ser útil para entender a expansão deste movimento juvenil noutras urbes portuguesas. Por outro lado, o texto em si está destinado a um público menos introduzido em debates historiográficos e metodologias complexas que esta ciência exige, pelo qual optámos por um discurso simples e introdutório.

A nossa primeira abordagem ao tema foi apresentada no *Ciclo de Conferências Porto de Mós: Tempo, Espaço e Memória*, em maio de 2019, e possibilitou uma discussão salutar de ideias, conceitos, e adequabilidade ao território. Neste encontro mostrámos o itinerário que efetuámos para aprofundar a história do escutismo portomosense. As primeiras questões que colocámos eram bastante básicas, mas indis-

11 Nascido em Mira de Aire em 1886. Escuteiro e fundador de diversos grupos em Niterói (Rio de Janeiro) e Barreiro. Sob o pseudónimo de “Leão Velho”, editou o jornal *O Acampamento*, referente ao VII Acampamento Regional de Lisboa, Lavradio, Barreiro, 1939. O original encontra-se no Museu do CNE/Centro de Documentação Escutista, Lisboa.

pensáveis: quem foram os fundadores, quando e como? E com isto rumámos ao arquivo do *Corpo Nacional de Escutas* (entidade responsável pela introdução do escutismo na localidade) e não obtivemos os resultados desejados, em muito devido à escassez de documentação produzida pelos escuteiros portomosenses até à década de 1980. Por outro lado, acresceu ainda a dificuldade de localização de quaisquer fundos posteriores, devido à recente campanha de digitalização do acervo, inviabilizando qualquer localização imediata^[2]. Perante um cenário imprófico, e em que apenas conseguimos consultar dois documentos soltos, optámos por outras duas alternativas.

Em primeiro lugar, a imprensa associativa, nomeadamente a revista *Flor de Lis* (órgão oficial do *Corpo Nacional de Escutas*; adiante CNE) e que foi bastante útil. Consultámos desde 1925 até à década de 1950. *A posteriori*, derivámos para a imprensa generalista-local, com a leitura dos jornais *Mensageiro* e *O Portomosense*, sobretudo para os finais da década de 1960 até ao final do século XX. Verificámos o que havia de notícias sobre escutismo em Porto de Mós e deparámo-nos com algumas surpresas, nomeadamente a conexão da vila com o primeiro acampamento nacional de CNE. Neste megaevento, Porto de Mós integrou um rol de locais de visita, e que certamente terá aberto uma nova perspetiva nas gentes da terra.

A segunda escolha recaiu nas memórias pessoais, o “diz que disse”. Indagámos alguns portomosenses sobre a história do escutismo na localidade e os testemunhos não coincidiam nada uns com outros. As versões eram várias e dúbias, sobretudo para o período pós-25 de Abril, pelo que optámos por excluí-las e cingir-mo-nos unicamente a fontes escritas disponíveis em bibliotecas públicas^[3]. No entanto, reconhecemos a utilidade e potencial destas conversas, mas por razões económicas e de disponibilidade teremos de remetê-las para outra oportunidade no futuro^[4].

2 O arquivo histórico do Corpo Nacional de Escutas encontra-se no Museu do CNE/Centro de Documentação Escutista, no bairro da Picheleira, em Lisboa.

3 No decorrer da investigação produzida para este artigo, tivemos acesso a algumas transcrições de entrevistas realizadas no âmbito do projeto local: SOARES, Kevin Carreira (org) - *Quotidianos da Revolução: o 25 de Abril no Concelho de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2021 (no prelo).

4 Condições semelhantes a outras situações análogas. Na obra «O Bom Jesus de Porto de Mós», de Kevin Soares e Beatriz Cabral, ambos autores referem os mesmos constrangimentos para acesso ao Arquivo Histórico da Casa de Bragança: SOARES, Kevin Carreira e CABRAL, Beatriz Rodrigues – *O Bom Jesus de Porto de Mós. Convento dos Agostinhos Descalços*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós, 2017, p. 26.

COMO TUDO COMEÇOU

Prometo pela minha e com a graça de Deus fazer todos os possíveis por: cumprir os meus deveres para com Deus, a Igreja e Pátria... Assim inicia a fórmula da promessa escutista do CNE, fundado em Braga em 1923, ininterrupta até aos dias de hoje, e que no ano 2016 contava com 71.993 associados⁵. Esta fórmula da promessa pode explicar o êxito de uma associação como o CNE se tenha implementado por todo o território nacional (incluindo os espaços ultramarinos até 1974), ao qual o concelho de Porto de Mós não foi exceção. Vejamos como.

O movimento escutista foi idealizado na Inglaterra, em 1907, pelo general Baden-Powell, que tinha em vista o enquadramento dos jovens como cidadãos de plenos direitos no futuro, através da vivência em grupos pequenos e em pleno contacto com a natureza. Em tempos de industrialização, com a instalação de população rural em bairros operários onde se procuravam novas oportunidades nas fábricas, os escuteiros foram encarados por vários sectores da população como uma ferramenta social. Era necessário tirar os jovens dos vícios das ruas. O êxito foi tanto que várias instituições decidiram adotar o método e as primeiras interessadas foram as igrejas protestantes. Organizações ligadas a estes credos, como o YMCA⁶ ou o Exército de Salvação, já tinham os seus planos juvenis, o que foi muito fácil acrescentar o escutismo aos seus projetos educativos⁷. Também associações de utilidade pública, como os bombeiros, enfermeiros, entre outros, observaram-nos como pré-cidadãos, ao passo que alguns professores entenderam o escutismo como um complemento às aulas, e outros ainda preferiram até incluí-lo como uma disciplina no currículo escolar. Por outro lado, algumas altas patentes militares olharam-nos sobretudo como um meio de pré-militarização⁸.

A questão que se impôs na época era muito simples. Para que serviam os escuteiros? Sem consenso, as respostas eram variadas e al-

5 <https://escutismo.pt/imprensa/factos-e-numeros/factos-e-numeros:145> (consultado a 03/02/2021).

6 *Young Men's Christian Association*. Em Portugal adotaram a nomenclatura "Associação Cristã da Mocidade" e estabeleceram-se por várias localidades a partir de 1896.

7 Vid BADEN-POWELL, Robert - *Scouting for Boys. A Handbook for Instruction in Good Citizenship*. Oxford, University Press, 2004, p. XLII.

8 GRAÇA, Gonçalo Brito - "Resistências à instrução militar no escotismo português (1913-1926)" em FERREIRA, Ana Sofia, MADEIRA, João e CASANELLAS, Pau (coord.) - *Violência política no século XX. Um balanço*. Lisboa: IHC/Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 195-208.

gumas até rocambolescas. Há uma frase mítica, vulgarmente atribuída a Mussolini que, numa suposta conversa com Baden-Powell em Roma, ao se inteirar que os escuteiros não serviam os seus propósitos ditatoriais, o italiano disse que o escutismo se resumia a «um grupo de meninos vestidos de parvos comandado por um parvo vestido de menino». Certamente o ditador esperava uma resposta de aceitação, mas nem Baden-Powell nem os escuteiros estavam ao serviço dos partidos políticos, e o fascismo era incompatível com o internacionalismo escutista⁹.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E O ASSOCIATIVISMO ESCUTISTA (1910-1926)

A partir de 1907 o movimento estendeu-se à generalidade dos países europeus, chegando a Portugal por volta de 1910-1911. Descobre-se qual foi o primeiro local a implementá-lo, e registam-se pequenas experiências escutistas em Macau, Cabo Verde, Porto, Coimbra e Lisboa. A primeira associação a institucionalizar-se foi a *Associação dos Escoteiros de Portugal* (adiante AEP), criada em 1913 em Lisboa, e que aglomerou alguns grupos já existentes. A AEP assumiu características pluriconfessionais logo na sua génese. Cada grupo poderia ser constituído por elementos exclusivos de um credo religioso, mas toda a estrutura central deveria ser laica, respeitando a religiosidade pessoal e institucional das suas unidades¹⁰.

Durante a Primeira República, de 1910 a 1926, a AEP contou com algumas simpatias do Partido Democrático, nomeadamente por parte de João de Barros, que observou o escutismo como um instrumento para a implementação da *Instrução Militar Preparatória*¹¹. Este programa pré-militar governamental dirigia-se aos jovens masculinos até aos dezoito anos, e consistia na prática de tiro, exercícios marciais, ginástica sueca, formaturas, de maneira a antecipar a formação do exército e marinha. Contudo, a resposta da AEP a estas simpatias dos Democráticos foi bastante insegura devido à diversidade social dos grupos, uns instalados em igrejas (protestantes e católicas), outros em sociedades desportivas, outros até em complexos militares. Alguns chefes apoiaram-na, outros nem por isso, e criou-se um clima de tensão que, aliado a vários fatores externos, provocou a secessão constante de grupos até

9 SORRENTINO Domenico - *Storia dello scautismo nel mondo: fatti, protagonisti, avventure, 1907-1957*. Roma: Nuova Fiordaliso, 1997, p. 160.

10 VICENTE, Ana Cláudia – “A introdução do escutismo em Portugal “. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 16, (2004), p. 203-245.

11 RIBEIRO, Eduardo - *História dos Escoteiros de Portugal*. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal, 1982, p. 79.

à década de 1930. Foi precisamente neste período mais fraturante da AEP que o CNE surgiu como alternativa para a juventudes católica em 1923^[12].

O PRIMEIRO ACAMPAMENTO NACIONAL EM ALJUBARROTA (1926)

A associação católica CNE foi idealizada pelo arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, com o padre Avelino Gonçalves e o leigo Franklim de Oliveira. O CNE seria oficializado em Braga, seguindo a designação *Corpo de Scouts Católicos Portugueses*, alterado para *Corpo Nacional de Scouts* em fevereiro de 1925, e, em 1934, seria novamente substituído pela nomenclatura atual, *Corpo Nacional de Escutas*. Tendo como finalidade de enquadrar a juventude e articulando o método escutista com a doutrina católica, o movimento estendeu gradualmente a sua atividade por todo o território, formando uma rede de agrupamentos, tendo como referências as paróquias, além da participação em atividades à escala nacional, que permitiam aglomerar centenas de jovens num determinado tempo e espaço. Nestes encontros incluíam-se as peregrinações, sessões de formação ou os acampamentos nacionais que possibilitavam a mobilidade e o contato social entre pessoas de diversos pontos do país, como foi o caso do primeiro acampamento nacional realizado em 1926, ao redor de Aljubarrota^[13].

A escolha do Campo de São Jorge para o megaevento visava dois objetivos bem definidos: o crescimento associativo a sul do Tejo e uma apropriação espacial de um lugar sagrado desde uma perspetiva patriótica e religiosa, com vista à figura do herói e ‘santo’ Nuno Álvares Pereira^[14]. O primeiro Acampamento Nacional do CNE ocorreu de 09 a 18 de agosto de 1926, reunindo cerca de cento e cinquenta escuteiros, e poderá ser registado como a primeira referência escutista em Porto de Mós^[15]. A vila integrava o rol de locais sagrados intrínsecos ao berço da nacionalidade, e uma visita à terra de D. Fuas Roupinho serviria de instrução aos jovens acampados^[16]. A presença em Porto de Mós limi-

12 REIS, João Vasco - *CNE – Uma História de Factos (Subsídios)*. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas, 2007, p. 82.

13 REIS, João Vasco - *CNE – Uma História de Factos...*, p. 465.

14 GRAÇA, Gonçalo - “Ascensão e queda do culto a Nuno Álvares Pereira no escotismo português (1923-1936)”, *Revista Forma Breve*, 115, (2018), p. 401-411.

15 *Flor de Lis* [adiante FL], 1926-Ago-15/31, p. 2: «Cortejo em Porto de Mós», p. 2-4.

16 O primeiro acampamento nacional do CNE possibilitou a reunião de escuteiros de várias proveniências: Braga, Póvoa de Varzim, Rio Tinto, Cete, Vilar do Paraíso, Porto, Espinho, Bragança, Vila Pouca de Aguiar, Godim, Vila Real, Coimbra, Covilhã e Leiria.

tou-se apenas a algumas horas, mas a visita foi realçada e reproduzida na imprensa generalista durante vários anos¹⁷. Porém, ambos os objetivos não foram logrados na sua plenitude. Efetivamente, nos anos imediatos à realização deste acampamento registou-se um crescimento efetivo a sul, mais concretamente entre Mondego e Tejo, mas não a sul de Lisboa, onde o movimento continuava a sentir dificuldades em se afirmar. No que respeita à devoção a Nuno Álvares Pereira, o fenómeno das aparições marianas em Fátima acabou por deslocar o centro gravitacional da religiosidade escutista portuguesa, de norte para o centro do país, e as diretrizes de Braga seriam substituídas pela agenda da Diocese de Leiria¹⁸. O culto ao Santo Condestável seria progressivamente substituído por Nossa Senhora de Fátima logo a partir de 1930.

Qualquer análise às atividades escutistas no concelho de Porto de Mós a partir desta data terá de ter em conta a proximidade com o lugar de Fátima. Uma abordagem mais exaustiva à presença de escuteiros no santuário, sobretudo em regime de pernoitas, poderá revelar mobilidades em terras portomosenses.

ESCUTISMO CATÓLICO EM PORTO DE MÓS

É necessário avançar até aos finais da década de 1960 para marcar uma segunda génese no escutismo católico de Porto de Mós, e ter em conta alguns dos principais episódios políticos que muito caracterizaram a realidade local. Entre 1926 e 1971, anos que marcam a primeira atividade em Porto de Mós e a proposta de fundação da primeira unidade escutista portomosense, muito ocorreu. Portugal passou de uma ditadura militar para a ditadura do *Estado Novo* com Oliveira Salazar à frente do governo até 1969; a república espanhola entrou numa crise política interna conseqüente de tensões em vários sectores políticos e militares que desembocou numa guerra civil entre 1936 e 1939; Mussolini e Hitler assumiram um papel expansionista na Europa Ocidental originando a Segunda Guerra Mundial; por fim, o desfecho dos regimes nazi e fascista italiano deu origem a uma bipolarização mundial, com a emergência dos blocos norte-americano e soviético – a *Guerra Fria* – com a generalidade dos países a se situarem em pró e contra. A *Guerra Fria* caracterizou-se pela existência de conflitos bélicos na América Latina, África e Ásia, sendo demasiado fácil encontrar esta temática na literatura de espionagem e nas produções cinematográficas de Hollywood. Basta pensar nos cenários de guerra no Vietname, Afeganistão ou Cuba.

17 Os Sports. Ano XI, nº 1.212, 1930-Jul-18, p. 2: «Na cidade de...».

18 A diocese de Leiria tomou a designação de Leiria-Fátima em 1984.

A Guerra Fria atingiria Portugal através do embate entre movimentos independentistas e o *Estado Novo*, com a deslocação de milhares de militares da Metrópole para os teatros de guerra na Índia, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, vulgarmente conhecida como “guerra colonial”, e que só terminaria com a queda da ditadura a 25 de Abril de 1974. Todos estes episódios tiveram impacto em Porto de Mós e mereceriam ser analisados em separado, tendo em conta a complexidade do tema.

No auge da guerra colonial, com o envio massivo de jovens para África, o CNE procurou dar continuidade às suas atividades e evitar quebras instantâneas no efetivo. Por todo o país registou-se um decréscimo nas secções adultas dos agrupamentos. Para aliviar estes tombos abruptos, a associação aumentou as atividades intergrupais e que permitiam uma maior socialização e alívio das tensões sociais. Olhando um pouco à região de Leiria, registam-se vários episódios desta natureza. Qualquer atividade, por mais simples que fosse, era encarada como um momento único. Por exemplo, a inauguração da sede do Agrupamento 127 de Leiria em 1969, inicialmente dirigida apenas aos escuteiros locais, fora transformada numa festa regional, com publicitação na imprensa e convites a escuteiros de outras localidades^[19]. Ou o seminário coliponense, supostamente um espaço de silêncio e reservado ao clero, agora era um recurso indispensável para acantonamentos, onde se acendiam fogueiras e se exerciam atividades tipicamente escutistas, como a construção de fogueiras, concursos de nós e pioneirismo, artes cénicas, entre outras, e que em nada remetiam ao sossego espiritual^[20]. A região queria frenar o decréscimo e todas as ferramentas eram válidas^[21]. E é também nesta política de estancamento humano da Junta Regional de Leiria que se deve entender a expansão do escutismo em Porto de Mós. As atividades de campo dos escuteiros leirienses pelo concelho (sobretudo no castelo ou em Mira de Aire), ou a convivência de escuteiros portugueses e estrangeiros em Fátima, com as visitas ao santuário – e, por acréscimo, ao território portomosense – davam a conhecer o que se passava no resto do país.

Por outro lado, há que atentar também às políticas do executivo

19 *O Mensageiro*, 1969-Jan-30, pág. 1: «Escutismo em Marcha; *Flor de Lis*, 1969-Mar, p. 13: «PORTUGAL – REGIÃO DE LEIRIA.

20 *O Mensageiro*, 1969-Mai-22, pág. 1: «Escutismo em Leiria [acantonamento com os escuteiros do Seminário].

21 *Flor de Lis*, 1970-Abr, p. 4: «Ordem de Serviço Nacional n.º 295. Nomeação da Junta Regional de Leiria (Chefe Regional Vítor Cordeiro Gonçalves; Secretário António Frazão; Tesoureiro Armando Henriques Cunha; Assistente P.e Manuel do Rosário Carreira).

municipal relativamente aos movimentos juvenis. A substituição geracional de Manuel de Brito Cruz por Licínio Moreira da Silva na Presidência da Câmara Municipal poderá explicar o súbito programa de apaziguamento de tensões sociais geradas pela Guerra Colonial¹²². O concelho contava com pouco mais de vinte mil pessoas e perdera população no espaço de uma década¹²³. Vários fatores ajudam a explicar esta evolução negativa, desde o serviço militar nas províncias ultramarinas, à emigração a salto, passando pela procura de novas condições profissionais em centros urbanos como Lisboa e Coimbra, ou até oportunidades educativas. Convém recordar que, somente em 1971, se iniciaram os primeiros trâmites burocráticos para a instalações do ciclo preparatório¹²⁴.

Resta perguntar, seria o escutismo católico uma grande novidade em Porto de Mós? Pelo que observámos, era já um movimento com alguma visibilidade. A ideia de se fundar uma unidade escutista neste território ocorreu neste mesmo ano de 1971 com a apresentação da proposta à Junta Regional de Leiria, que por sua vez remeteu à Junta Central em Lisboa¹²⁵. Ao todo, um sacerdote, um leigo e dezasseis jovens interessados no movimento queriam avançar com o projeto¹²⁶. No final do ano seguinte seria oficializado o Agrupamento 370 em Porto de Mós, com João António de Sousa Domingues (Chefe de Agrupamento), Fernando Augusto Baptista Carreira (Secretário), Pedro José Carreira da Silva (Tesoureiro) sob a responsabilidade religiosa do padre António Carreira Bonifácio¹²⁷.

22 O *Mensagem*, 1969-Fev-13, pág. 1: «Novo Presidente da CM Porto de Mós [saída de Dr. Manuel de Brito Cruz e posse de Dr. Licínio Moreira da Silva].

23 O *Mensagem*, 1971-Mai-13, pág. 7: «Recenseamento da População do Concelho de Porto de Mós [1960: 21220; 1970: 20541].

24 O *Mensagem*, 1971-DEZ-30, pág. 1: «Porto de Mós pede o ciclo preparatório [envio de telegramas ao Ministro da Educação Nacional].

25 Museu do CNE/Centro de Documentação Escutista, *Dossier Junta Regional de Leiria*, documento não-indexado, «Filiação do Agrupamento de Porto de Mós (Proposta)» [12/abril/1971].

26 A primeira proposta de filiação do Agrupamento em Porto de Mós em abril de 1971 foi rejeitada pela Junta Central, devido ao incumprimento dos requisitos mínimos de 21 anos de idade por parte do candidato a tesoureiro. Inabilitado para essa função, Pedro José Carreira da Silva seria temporariamente instrutor. Tudo indica que o Agrupamento 370 só foi oficializado após o seu aniversário no ano seguinte. Museu do CNE/Centro de Documentação Escutista, *Dossier Junta Regional de Leiria*, documento não-indexado, «29/05/1972. Ofício n.º 210-S/CR10 da Junta Central à Junta Regional de Leiria».

27 *Flor de Lis*, 1972-Nov/Dez, pp. 24/25: «Ordem de Serviço Nacional n.º 321. Filiação do Agrupamento 370 – Porto de Mós (Grupo n.º 8 S. João Batista incluído); Nomeações – Agrupamento 370 – João António de Sousa Domingues, Chefe de Agrupamento e do Grupo; Fernando Augusto Baptista Carreira, Secretário; Pedro José Carreira da Silva, Tesoureiro do Agrupamento. – Movimento de Assistentes – Nomeações – Região de Leira

Através de fontes orais foi possível confirmar que a génese do Agrupamento 370 Porto de Mós não difere das restantes unidades estabelecidas por todo o país. Tudo começou com acampamentos, passeios, visitas, voluntariado, ações de serviço e muito motivadas pelo que ocorria nos concelhos limítrofes. O plano de expansão da Junta Regional de Leiria possibilitava sociabilidades juvenis e troca de ideias, e eventos festivos, como o Dia de Baden-Powell, a 21 de janeiro, enquadravam-se nestas prerrogativas. O de 1973, comemorado em Leiria, juntou 290 jovens provenientes dos agrupamentos de Leiria (Seminário, Sé e Colégio da Cruz da Areia), Batalha, Marinha Grande, Fátima e no qual o Agrupamento 370 marcara sua primeira aparição pública^[28]. A partir de então outras datas se somaram à lista. Logo em maio, o Dia do Escuta juntou trezentos elementos numa jornada escutista, e com os pais incluídos^[29].

Em pleno clima de *Primavera Marcelista*, a Junta Central do CNE decidiu organizar um novo acampamento nacional, em moldes semelhantes ao que fizera em 1938 em São Venâncio (Leiria)^[30]. Agora, em 1973, a finalidade já não era estabelecer fronteiras com a Mocidade Portuguesa, mas antes recordá-las a alguém bem conhecedor da realidade escutista, como era Marcello Caetano, ex-dirigente da *Associação dos Escoteiros de Portugal*, ex-Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, e Presidente do Conselho de Ministros desde 1969^[31]. Disfarçando os objetivos claros de demonstração de força com textos invocativos da importância da heroicidade de Nuno Álvares Pereira como modelo de masculinidade para os jovens escuteiros, o CNE almejava fortalecer-se no eixo Nazaré-Vila Velha de Ródão^[32]. Os preparativos começaram em setembro de 1972 e o local escolhido seria a Mata dos Marrazes^[33]. A azáfama de receber milhares de

– Agrupamento 370 – Rev. Pe. Dr. António Carreira Bonifácio, Assistente».

28 *O Mensageiro*, 1973-Jan-18, p. 1: «Atenção Leiria ao Acampamento Nacional dos Escuteiros»; *O Mensageiro*, 1973-Jan-25, pág. 1: «Dia BP Escuteiro em Leiria».

29 *Flor de Lis*, 1973-Mai, p. 40: «Noticiário - Leiria».

30 O XIV Acampamento Nacional do CNE (Quinta de S. Venâncio, Leiria) coincidiu com a realização do Acampamento Nacional da Mocidade Portuguesa, no Campo de S. Jorge [7-16 agosto]. Vid ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa – Breve História de uma organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976, p. 160.

31 CAETANO, Marcello - *A Missão dos Dirigentes*. Lisboa: Mocidade Portuguesa, 1966, p. 9.

32 *O Mensageiro*, 1973-Fev-15, p. 1: «Vi realizar-se em Leiria na Mata dos Marrazes o XIV Acampamento Nacional e o VI Internacional do Corpo Nacional de Escutas».

33 *Flor de Lis*, 1972-Set/Out, Capa: «Vem aí o XIV Acampamento Nacional – Leiria, Agosto, 1973».

jovens oriundos de todo o país e estrangeiro suscitou o interesse nas populações locais^[34].

As notícias do Acampamento Nacional de Marrazes são significativas na imprensa regional, sobretudo no primeiro trimestre de 1973, quando se esperavam quatro a cinco mil escuteiros^[35]. A realização do XIV Acampamento Nacional do CNE marcou um momento de charneira na vida internacional da associação com a presença de contingentes da Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos e Polónia^[36].

À partida, todas as circunstâncias eram favoráveis à vida associativa portomosense, mas após a realização do XIV Acampamento Nacional, o Agrupamento 370 entrou nalguma instabilidade. Carecemos de fontes que nos permitam aprofundar esta queda súbita. A falta de resposta aos censos obrigatórios - inexistentes no arquivo do Museu do CNE - indica que terá havido uma interrupção nas atividades. As razões que poderão explicar essa ausência de informação poderão ser várias. Recrutamento militar para as campanhas bélicas em África? Desmotivação pessoal e/ou religiosa? Desertificação humana? Alguns entrevistados indicaram que o golpe militar de 25 de abril de 1974 e a consequente ocupação da sede associativa terá sido a razão principal. Pelo que observámos, o declínio começou em 1973.

O PÓS-25 DE ABRIL. REATIVAÇÃO DO 370 E FUNDAÇÃO DO AGRUPAMENTO 1113 - SERRO VENTOSO

Mais uma vez seria necessário analisar os vários episódios políticos que caracterizaram o escutismo em Porto de Mós desde 25 de abril de 1974 até 1997, data da fundação do Agrupamento 1113 em Serro Ventoso. De forma bastante resumida, apresentaremos aqui algumas propostas de observação, o que abrirá espaço para futuros trabalhos de investigação local^[37]. Os periódicos regionais consultados indicam

34 *O Mensageiro*, 1973-Ago-02, p. 1: «Leiria e o Grande Acampamento – O que é o Escutismo».

35 *O Mensageiro*, 1973-Mai-31, p. 4: «Cerca de 5000 escuteiros tomarão parte no IV Acampamento Nacional».

36 *O Mensageiro*, 1973-Ago-16, p. 1: «Acampamento Nacional de Escutas – Visita do Sr. Presidente da República»; *O Mensageiro*, 1973-Ago-30, p. 1: «Chegada do Chefe de Estado ao Acampamento – XIV Acampamento Nacional do CNE».

37 *A Associação de Guias de Portugal* (escutismo exclusivamente feminino) nos inícios de 1974, programou também o seu acampamento para a mesma região (Souto do Meio). *In O Mensageiro*, 1974-Mai-02, p. 2: « Cenário de Acampamento de Guidismo no Lugar dos Soutos ».

que a inatividade do Agrupamento 370 se manteve desde 1973, até à década de 1990. Neste hiato observámos algumas referências às unidades contíguas de Leiria, Batalha e Fátima, e somente em 1987 surge a indicação de que

houve, em Porto de Mós, um núcleo de escuteiros. Mas esfumou-se no nada. Porque se não reorganiza? Porque se não juntam uns tantos jovens e metem mãos à obra? Seria, ou não, uma forma de se dedicarem a actividades de uma vida activa e salutar, susceptíveis de contribuir para uma óptima formação de personalidade, nos seus melhores aspectos? Aqui vai o apelo^[38].

Ao longo dos últimos anos da década de 1980 o jornal *O Portomosense* reportou algumas atividades escutistas nas grutas de Santo António, ações de radioamadorismo na Batalha, nomeadamente do Agrupamento 194, ou ainda o jamboree da Região de Leiria e os vulgares acampamentos^[39]. Em nenhuma destas edições existe qualquer referência a antigos escuteiros do Agrupamento 370, e a confirmação surge em novembro de 1988, com o jornalista a questionar-se: *Quando haverá, em Porto de Mós, jovens capazes de se organizarem em acampamento de escuteiros?*^[40] Acrescenta-se ainda o Acampamento Regional de 1994, em Caxarias, ao que não consta nenhum registo de participação de escuteiros portomosenses^[41]. Tudo indica que o Agrupamento 370 só foi reativado nos finais da década de 1990 e, com isto, abrir-se-ia um novo parágrafo, um novo artigo, uma nova versão dos acontecimentos, algo que deixaremos para o futuro.

Resta-nos registar um pequeno reparo e que merece toda a atenção - a presença de escuteiros no concelho de Porto de Mós neste interregno -, o que abre a possibilidade de as atividades escutistas nunca terem sido abandonadas por completo. Por exemplo, a procura de locais para acantonamento, em especial o castelo e a capela de Santo

38 *O Portomosense*. Órgão de informação ao serviço do Concelho de Porto de Mós, Ano V, nº 116, 1987-Out-15, p. 5: «Jamboree de Escuteiros na área das Grutas».

39 *O Portomosense*. Órgão de informação ao serviço do Concelho de Porto de Mós, Ano VI, nº 140, 1988-Out-06, p. 12: «"Jamboree" dos escuteiros nas Grutas de Santo António»; *O Portomosense*. Órgão de informação ao serviço do Concelho de Porto de Mós, Ano VII, nº 162, 1989-Set-07, p. 12: «Acampamento de Escuteiros».

40 *O Portomosense*. Órgão de informação ao serviço do Concelho de Porto de Mós, Ano VI, nº 142, 1988-Nov-03, p. 3: «"Jamboree" dos escuteiros nas Grutas de Santo António».

41 [Corpo Nacional de Escutas]. *CNE – Região de Leiria, Livro de Campo do 16º Acareg. Família. Coração da Vida*. Leiria: Gráfica de Leiria, 1994.

António, que levou a quinze escuteiros franceses e um padre em agosto de 1988, e que aí permaneceram dois dias antes de se dirigirem para Fátima^[42]. Ou em 1995, com o Agrupamento 737 Marrazes a efetuar a sua atividade de Natal em Serro Ventoso, com caminhadas e jogos pelas aldeias próximas^[43]. A fundação do Agrupamento 1113 dois anos depois seria assim tão insuspeita? Deixaremos a resposta para outra oportunidade.

Por último, recordamos novamente a finalidade deste artigo. Não se tratou aqui de escrever a história dos agrupamentos portomossenses, mas antes evidenciar o processo social que lhes antecedeu. As linhas presentes pretendem servir de rampa de lançamento a outros trabalhos mais conclusivos e consistentes do que foi o associativismo escutista português visto a partir de uma perspetiva local. Desejamos ter correspondido ao objetivo.

42 *O Portomossense*. Órgão de informação ao serviço do Concelho de Porto de Mós, Ano VI, nº 138, 1988-Set-08, p. 12: «Escuteiros franceses em Porto de Mós». Segundo Alexandra Barradas, “nesta época, o castelo estava fechado e a chave confiada ao guarda do cemitério, localizado próximo, que a entregava a quem quisesse visitar o monumento, mediante apresentação de autorização da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, previamente solicitada”. Pelo relato transposto no jornal, as prerrogativas nacionais nem sempre se adequavam às realidades locais. Vid BARRADAS, Alexandra Leal - *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 302.

43 Marques, Joana. «Actividade de Natal em Serro Ventoso». In *Holofote*. Jornal do Agrupamento 737 Marrazes, nº 5, 1996-Fev, p. 7.

BIBLIOGRAFIA

FONTES IMPRESSAS

Corpo Nacional de Escutas (CNE)

Região de Leiria, Livro de Campo do 16º Acareg. Família. Coração da Vida. Leiria: Gráfica de Leiria, 1994.

Flor de Lis, Anos 1925- ; 1970-1974.

Marques, Joana. «Actividade de Natal em Serro Ventoso». In *Holofote*. Jornal do Agrupamento 737 Marrazes, nº 5, 1996-Fev, p. 7.

Museu do Corpo Nacional de Escutas/Centro de Documentação Escutista.

O Mensageiro [Leiria], Ano 1969-1974.

O Portomosense, Anos 1987-1989.

Os Sports. Ano XI, nº 1.212, 1930-Jul-18, p. 2: «Na cidade de...».

ESTUDOS

AFONSO, Gomes - *Porto de Mós, de 1986 a 1993. Anos de Mudança*. Porto de Mós: Câmara Municipal, 1993.

ARRIAGA, Lopes - *Mocidade Portuguesa – Breve História de uma organização Salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976.

BADEN-POWELL, Robert - *Scouting for Boys. A Handbook for Instruction in Good Citizenship*. Oxford, University Press, 2004.

BARRADAS, Alexandra Leal - *Ouréme e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CAETANO, Marcello - *A Missão dos Dirigentes*. Lisboa: Mocidade Portuguesa, 1966.

GRAÇA, Gonçalo Brito - "Ascensão e queda do culto a Nuno Álvares Pereira no escotismo português (1923-1936)". *Revista Forma Breve*, 115, (2018), p. 401-411.

GRAÇA, Gonçalo Brito. «Resistências à instrução militar no escotismo português (1913-1926)» em FERREIRA, Ana Sofia, MADEIRA, João e CASANELLAS, Pau (coord) - *Violência política no século XX. Um balanço*. Lisboa: IHC/Universidade Nova de Lisboa, 2017, p. 195-208.

REIS, João Vasco - *CNE – Uma História de Factos (Subsídios)*. Lisboa: Corpo Nacional de Escutas, 2007.

RIBEIRO, Eduardo - *História dos Escoteiros de Portugal*. Lisboa: Aliança Nacional das ACM de Portugal, 1982.

SOARES, Kevin Carreira, CABRAL, Beatriz Rodrigues - *O Bom Jesus de Porto de Mós. Convento dos Agostinhos Descalços, 1673-1834*. Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro, 2017.

SOARES, Kevin Carreira (org) - *Quotidianos da Revolução: o 25 de Abril no Concelho de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2021 (no prelo).

SORRENTINO, Domenico - *Storia dello scoutismo nel mondo: fatti, protagonisti, avventure, 1907-1957*. Roma: Nuova Fiordaliso, 1997.

VICENTE, Ana Cláudia - "A introdução do escutismo em Portugal". *Lusitania Sacra*, 2ª série, 16, (2004), p. 203-245.

DE DESÍGNIO A NECESSIDADE. ALGUMAS NOTAS SOBRE A ANTIGA CENTRAL ELÉTRICA A CARVÃO DE PORTO DE MÓS

José
Manuel Brandão*

RESUMO

Também conhecida como *Central Lena*, a antiga termoelétrica de Porto de Mós constitui um caso singular de integração dos 'produtos' carvão-eletricidade, com impacto regional. Parte integrante do património do antigo Couto Mineiro do Lena, forneceu, durante cerca de vinte anos, energia em alta e baixa tensão aos concelhos de Porto de Mós e Batalha, estendendo a sua rede de distribuição a vários concelhos vizinhos. A execução das metas projectadas na Lei da Eletrificação Nacional (1944), ditaram o seu encerramento em meados dos anos 1950, quando a energia injetada na Rede Elétrica Nacional pelos grandes aproveitamentos hidráulicos o permitiu. Alienados os equipamentos, adquiridos aos melhores fabricantes internacionais, ficou apenas um conjunto edificado, que depois de um abandono de seis décadas, acaba de ser reconvertido em equipamento cultural, peça estruturante da preservação da memória coletiva e do passado industrial de Porto de Mós.

* História, Territórios e Comunidades / CEF, jbrandao@fcsh.unl.pt

O TEMA

Quando se perfilou o projeto de construção da central elétrica de Porto de Mós, o distrito de Leiria era ainda um território carente de energia, como se evidencia pelas “Estatística[s] das instalações elétricas...”. Não obstante a existência de várias unidades geradoras para uso particular, de que se destaca, pela sua importância, a da fábrica de cimentos da Maceira-Lis, dos 16 concelhos que o integram, apenas sete tinham geradores térmicos para serviço público, quase todos na esfera das respetivas Câmaras Municipais, funcionando, porém, em condições precárias. Havia, por conseguinte, uma apetência latente pelos benefícios pessoais e coletivos que a eletricidade traria para iluminação e força motriz ou, por outras palavras, um interessante mercado potencial, capaz de rentabilizar a exploração dos carvões do Couto Mineiro do Lena.

Surgida num contexto temporal e espacial favorável, a Central Lena, como era conhecida, cedo se viu ameaçada pelas contingências financeiras da concessionária e pelas linhas de orientação técnica e política que, há anos, evidenciavam o valor da “hulha branca”, tecendo as malhas de uma rede elétrica nacional. Posta em marcha em 1933, funcionou com alguma regularidade durante cerca de vinte anos, até à entrada em funcionamento do sistema interligado de produtores de hidroeletricidade, de acordo com as metas programáticas da Lei da Eletrificação Nacional (n.º 2002 de 1944), que remetera as centrais térmicas para um papel de “reserva e apoio”, criando as condições para que estas fossem sendo gradualmente desligadas¹. A Central de Porto de Mós não foi exceção e dela pouco resta além das memórias de quem a teve por horizonte, já que a alienação quase total dos equipamentos, o abandono do edifício durante mais de meio século e a reconversão em curso, apagaram, de forma irreversível, os principais traços da sua matriz industrial.

Cruzando várias fontes disponíveis, reunimos nas cerca de 200 páginas da monografia *“História e Memória da Central elétrica de Porto de Mós”* informação relevante para memória futura deste equipamento estruturante da vida social, económica e industrial da região, um trabalho acarinhado e editado em 2016 pelo Município de Porto de Mós, de cujos colaboradores(as) recebemos o maior apoio.

1 Lei 2002, de 26 de dezembro de 1944. Base II: “A produção de energia elétrica será principalmente de origem hidráulica. As centrais térmicas desempenharão as funções de reserva e apoio, consumindo os combustíveis nacionais pobres na proporção mais económica”.

O apelo à repetição da fórmula “*muito ficou ainda por dizer...*”, quando se tem de dar por terminado um trabalho é real e poderia aqui invocar-se; no entanto, o facto é que as fontes primárias, praticamente confinadas ao jornal oficial e à literatura cinzenta (nem sempre acessível), são escassas e, em grande parte, o referido trabalho esgotou-as. Entenda-se esta argumentação como uma fuga desculpabilizadora da inevitabilidade das remissões para textos anteriores, não por inércia criativa, mas enquanto estratégia de complementaridade evitando demasiadas e indesejáveis repetições.

Nesta ótica, e no presente texto, procurámos encontrar, na historiografia da Central (chamemos-lhe assim, doravante), alguns momentos que marcaram um *antes*, feito de descoberta, apropriação, instalação e contexto económico e político, e um *durante*, a que respeitam cerca de vinte anos de vida funcional com vários “altos e baixos” correspondentes a períodos de grande azáfama e estreitamento de laços com a comunidade, e com os colaboradores da Empresa, e de sérios constrangimentos financeiros e assédio comercial facilitado pelos desígnios de eletrificação nacional. Finalmente, um *depois*, um *post mortem* que começa com o fecho da atividade produtiva e que se prolongará na materialização no (há muito) acalentado desejo dos portomosenses de ver o respetivo edifício devidamente *recuperado*, *readequado* e *reutilizado* como equipamento cultural, meta recentemente atingida com a abertura ao público do Centro de Artes.

Na impossibilidade de tudo abarcar, registamos apenas, de forma sintética e diacrónica, alguns instantes desse percurso porventura menos aflorados em textos anteriores, enfatizando a omnipresença “reguladora” do Estado. Entenda-se este texto como mais um contributo para a compreensão da vida desta antiga, e importante, unidade industrial de recorte supramunicipal, cuja memória se perde perigosamente ao ritmo do desaparecimento de quem com ela lidou, e na obsolescência a que tudo vota a vertigem da Inovação e da Tecnologia.

ANTES

É todo um percurso que começa nos idos da segunda metade do século XIX, com os sonhos visionários de Jorge Croft (1808-1874), industrial de origem britânica estabelecido em Portugal (figura I A), que promoveu a prospeção de carvão e de ferro no distrito de Leiria, com particular incidência na área dos concelhos de Porto de Mós e Batalha.

A existência destes minérios foi cientificamente confirmada pelos engenheiros do Estado. Carlos Ribeiro (1813-1882), chefe da Repartição de Minas do Ministério das Obras Publicas, Comércio e Indústria e, desde 1857, diretor da Comissão Geológica do Reino (figura I B), assinou os primeiros estudos geológicos realizados ao longo do vale do Lena, que atestaram a existência de diversas jazidas de carvão, nalgumas das quais depositou grandes expectativas^[2].



FIGURA I A - Jorge Croft, visconde da Graça. Foto: autor e data desconhecidos. Cortesia do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha. B - Carlos Ribeiro. Fotografia de arquivo. Cortesia do LNEG.

Na senda destes passos pioneiros de descoberta, experiências e tentativas de exploração económica, muitos foram os candidatos a concessionários de carvão na região – quiçá contaminados por uma inopinada miragem de lucros chorudos –, mas só alguns viram reconhecidos, na letra de lei, os direitos que o Estado lhes podia atribuir, enquanto empresários em nome individual ou através de companhias expressamente constituídas para esse fim^[3].

É destas últimas que a história guarda maior registo, quer relativamente à exploração das minas, quer no transporte ferroviário e

2 BRANDÃO, José M. - "Minas de Alcanadas: prelúdio, fuga e final", em BRANDÃO, J. M. e NUNES, M. F. (eds.) - *Memórias do Carvão*. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 331-358.

3 V. detalhes em SOUSA, Fernanda Reis & OLIVEIRA, Helena - "Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel", em BRANDÃO, J. M. e NUNES, M. F. (eds.) - *Memórias do Carvão*. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 51-72.

na energia elétrica. Recordem-se, entre outras de menor dimensão, a *Vasco Bramão & C.ª Lda.* (1915-c.1923)^[4], que recuperou e assumiu a exploração das minas de Alcanadas e Chão Preto durante os anos da I Guerra Mundial e que, apesar das enormes dificuldades económicas, conseguiu construir um ramal ferroviário de bitola estreita, que lhe permitia exportar o carvão pela estação da Martingança na Linha do Oeste, e a efémera *Sociedade Mineira do Lena* (1921-1923), que foi adquirindo as diversas concessões da bacia carbonífera do Lena, agrupando-as, estrategicamente, em Couto Mineiro^[5].

Enquanto o país procurava emergir das consequências da Guerra de 1914-18, discutia-se a necessidade de produzir eletricidade, via para modernizar e recuperar uma economia desgastada e atrasada. Esgrimiam-se argumentos entre a sua utilização como base para uma industrialização praticamente inexistente - considerada até perigosa pelos defensores da eterna "vocação agrícola e rural" do país -, que ali encontravam a sua mais nobre aplica o^[6]. Discutia-se se o carvão nacional, pouco abundante e de qualidade inferior ao importado, deveria ser queimado para produzir vapor, e com ele gerar eletricidade, ou se, pelo contrário, deveria ser poupado como reserva ou para outros usos. Contudo, a razão pesava para o lado da corrente industrialista.

  do período entre guerras que a memória coletiva regional guarda registo dos maiores investimentos e papel social das duas principais concessionárias do Couto Mineiro: a poderosa sociedade an nima de responsabilidade limitada *The Match and Tobacco Timber Supply* (1924-1932), doravante referida abreviadamente por MTTTS, e a *Empreza Mineira do Lena* (1932-1953) (EML). Foi esta última que colocou a Central em produ o industrial, e manteve, até 1948, a sua propriedade e concessão de explora o, tal como a das respetivas linhas de transporte e distribui o de energia elétrica.

Em novembro de 1926, a MTTTS assume os ativos do Couto Mineiro do Lena, e lança um ambicioso plano de investimentos respaldados no seu enorme capital social de 750 000 libras esterlinas realizado em bolsa no mercado de Paris^[7]. A constru o de uma cen-

4 BRANDÃO, José M. - "Minas de Alcanadas...", p. 341.

5 BRANDÃO, José M. e NUNES, Maria de Fátima - "Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956)". *Revista Portuguesa de História*, 45, (2014), p. 159-182.

6 ROLLO, M. Fernanda - "Economia e inova o: deriva es em cenário de crise" em ROSAS, F. e ROLLO, M. F. (eds.) - *História da 1.ª República*. Lisboa: Tinta da China, p. 523-533.

7 BRANDÃO, José M. - "Minas de Alcanadas...", p. 342.

tral termoelétrica alimentada pelo carvão das minas da Batalha (Barrojeiras) que ofereciam as maiores e de melhores condições de exploração, e cujo carvão, pela impossibilidade de ser transportado em espécie sem muita preparação podia, no entanto ser queimado para produzir energia eléctrica, hipótese que chegara a ser ponderada pela anterior concessionária, arredada por falta de arcaboço financeiro que um tal empreendimento exigia, estava na primeira linha do programa industrial da empresa, destinando-se a eletricidade, quer ao desenvolvimento das minas, quer para venda ao exterior, para iluminação e usos domésticos e industriais¹⁸.

Ao lançar-se num ramo de atividade tão diferente do seu *core business*, a MTTTS beneficiava de um contexto legal favorável criado pelos propósitos de “regeneração nacional”, da Ditadura Militar, implantado pelo golpe de 28 de maio de 1926. O regime protagonizara uma série de mudanças legislativas, que abriam caminho a empreendimentos no âmbito da infraestruturização do país, entre as quais o amparo ao “binómio” carvão-eletricidade, compreendida que fora a necessidade de aproveitar os recursos nacionais, se bem que numa perspetiva marcadamente autárca e protecionista.

De entre as medidas que importa recordar, destaque-se o decreto n.º 11 852, de 6 de julho de 1926, que visava estimular a produção de carvão nacional e ajudar os consumidores, conhecidas que eram as características tecnológicas dos carvões nacionais que careciam de prévia preparação. Este diploma estabelecia condições para conhecer as melhores formas de otimizar o seu consumo, e previa a concessão de financiamento a taxas de juro preferenciais, para a exploração e construção de sistemas de transportes mineiros e de centrais termoelétricas onde esses combustíveis fossem usados; uma medida complementada, no ano seguinte, com a publicação do decreto n.º 14 009 de 30 de julho, que estabelecia a obrigatoriedade das indústrias e caminhos de ferro consumirem uma percentagem de carvão português.

O reconhecimento da importância da eletricidade para o desenvolvimento do país ficara bem expresso na letra da lei dos aproveitamentos hidráulicos (decreto n.º 12 599 de 27 de outubro de 1926), que consignava as bases do aproveitamento dos cursos de água para produção de energia elétrica que devia substituir, tanto quanto possível, “a drenagem de ouro para a aquisição de combustíveis estrangeiros”, restringindo as importações apenas aos usos que o carvão nacional não pudesse suprir.

8 BRANDÃO, José M. e NUNES, M. Fátima - “O «binómio» carvão-eletricidade...”, p. 60.

O Estado intervinha assim como regulador atento, apoiando com fundos especialmente constituídos e isenção de direitos alfandegários os bens de equipamento destinados à instalação de centrais elétricas, desde que a indústria nacional os não produzisse. Este conjunto de diplomas contemplava também a instalação de centrais térmicas de interesse nacional à boca das minas de carvão, cujas concessionárias ficavam, no entanto, obrigadas a uma produção mínima, de forma a garantir estabilidade à produção de energia.

A fim de concatenar informação e supervisionar os processos de produção, transporte e distribuição de energia, o governo criou o *Conselho Superior de Electricidade*⁹⁾ (Decreto n.º 14 444 de 19 de outubro de 1927), órgão dotado de amplas competências em termos de emissão de pareceres, fiscalização, acompanhamento técnico e licenciamento das instalações, cuja regulamentação seria publicada no final do ano (Decreto n.º 14 772 de 22 de dezembro), vincando a orientação a seguir na execução da rede elétrica nacional que se pretendia “harmónica com as circunstâncias atuais do país”.

Era esta, em linhas gerais, a moldura legal das iniciativas no âmbito da eletrificação do país, quando, ainda em 1927, a administração da MTTTS, à frente da qual pontificava José de Serpa Pimentel (1865-1932), com base numa estimativa de reservas de 40 milhões de toneladas de carvão e respaldada num grande empréstimo bancário, lançou os estudos para a construção de uma central para a produção de 2 000 kW (chegaria a ponderar-se uma instalação para 5 000 kW). No seu pensamento estaria, certamente, o pré-acordo com algumas Câmaras Municipais para o fornecimento de electricidade para consumo público¹⁰⁾, com o qual justificaria a iniciativa perante os acionistas, e o conhecimento do panorama elétrico da região, resumido na tabela I, que se foi alterando com a entrada em funcionamento da Central Lena e com a chegada, à região Oeste, de novos fornecedores.

Iniciam-se então consultas junto dos representantes dos mais importantes fabricantes estrangeiros de caldeiras e grupos geradores, tendo em vista a seleção, e futura adjudicação, dos equipamentos a instalar.

9 Nas designações institucionais manteve-se a grafia anterior ao A.O.

10 MTTTS - Apenso ao relatório do Conselho de Administração: exercício de 1927, Lisboa, 1928, p. 8.

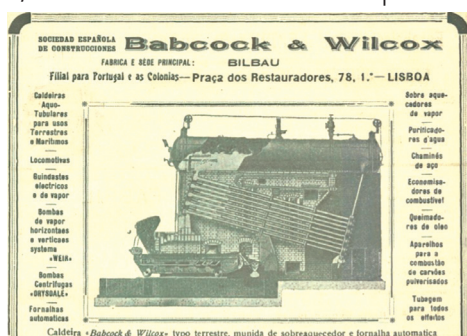
TABELA I Distrito de Leiria: instalações elétricas de carácter público. Anos 1930-1940 ^(a)

CONCELHO	ENTIDADE DETENTORA	COMBUSTÍVEL	POTÊNCIA (kW)	OBSERVAÇÕES
Alcobaça	C. Municipal	Diesel	64	Central de reserva. Recebia energia da EML
	Junta de Turismo de S. Martinho do Porto	Diesel	32	Recebia energia da EML e, depois de 1948, da Sociedade Eléctrica do Oeste (SEOL)
	Vidreira de Pataias	Gás pobre	37	Fornecimento às fábricas e particulares
Bombarral	C. Municipal	Diesel	54	
Caldas da Rainha	C. Municipal	Diesel	144	Central de reserva. Recebia energia da EML e, depois de 1948, da SEOL
Leiria	C. Municipal	Energia hidráulica (rio Lis) e diesel	331	Central mista. Trabalhava em paralelo com a Companhia Eléctrica das Beiras (CEB)
Marinha Grande	C. Municipal	Diesel	30	Recebia energia da Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo (HEAA)
	S. Pedro de Moel: C. Municipal	Diesel	16	
Nazaré	C. Municipal	Diesel	36	Recebia energia da EML e, depois de 1948, da SEOL
Peniche	C. Municipal	Diesel	80	
Porto de Mós	Empresa Mineira do Lena (EML)	Carvão	1 000	Recebia e fornecia energia à HEAA. A partir de 1948, recebia energia da CEB

Fonte: *Estatística das instalações eléctricas...*

^(a) Nos concelhos de Figueiró dos Vinhos e Pedrogão Grande havia produção e distribuição de electricidade a partir de centrais hidráulicas (Empresa Hidro-Eléctrica de F. dos Vinhos Lda, 22 kW, e Manuel Rodrigues, 16 kW)

No que respeita aos equipamentos de geração de vapor (caldeiras), a escolha recaiu sobre a americana *Babcock & Wilcox Company*, ainda hoje um dos maiores fabricantes mundiais deste tipo de equipamentos, que detinha já uma carteira de clientes portugueses, entre os quais a Central Tejo em Lisboa^[11]. Embora não tenha sido possível confirmá-lo, por falta de documentação, é muito possível que a compra tenha sido mediada pela representação da B&W em Lisboa (figura II) e o equipamento tenha vindo de Bilbao, Espanha, onde, pelos finais da I Guerra Mundial, tinha sido instalada, por empresários britânicos e bascos, uma subsidiária, da divisão inglesa da casa mãe que, além de locomotivas, fabricou, sob licença, caldeiras de vapor, turbinas e motores de vários tipos^[12].



A



B

FIGURA II A e B. Anúncios da *Babcock & Wilcox Company* espanhola e da representação portuguesa da *Brown, Boveri & Cie.*, através da qual foram adquiridos os equipamentos instalados em Porto de Mós. Rep. de *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.ºs 934 (1926) e 1390 (1945).

11 Sobre a difusão das caldeiras B&W em Portugal, consulte-se, por exemplo: Susana Pacheco, *As Caldeiras Babcock & Wilcox em Portugal (1867 a 1926), uma inovação? Análise do ponto de vista da Arqueologia Industrial*. Tese de Mestrado. FCSH, Universidade Nova de Lisboa, 2017.

12 VILLAR IBÁÑEZ, José Eugenio - Bizcaia. *Babcock & Wilcox, em Patrimonio Industrial en el País Vasco*, (2012), p. 890.

Os grupos turbogeradores e demais componentes elétricos foram adquiridos aos suíços da *Brown, Boveri & Cie*, através da Édouard Dalphin, agente oficial da marca sediado no Porto. Já o sistema de arrefecimento veio a ser adjudicado aos alemães da firma *Zschocke Werke, Kaiserslautern*, reputados especialistas na construção de torres de refrigeração em madeira, modelo aqui adotado, de que alguns portomosenses conservam ainda vaga memória, pelo característico som da água que descia a torre. Esta, em forma de pirâmide quadrangular truncada no topo, foi mais tarde substituída por outra maior, em betão e tijolo, cuja estrutura ainda se conserva junto da fachada oeste do edifício da Central.

O projeto desenvolveu-se de forma célere com a colaboração dos fabricantes e, no ano seguinte, com o aval financeiro do Estado^[13], a empresa encomenda os equipamentos para a instalação imediata de 1 000 kW, em dois grupos de 500 kW (produção de vapor, turbogrupos e demais acessórios elétricos de bombagem e comando); contratos que excediam os três milhões de escudos, sendo dois milhões para equipamentos e o restante para o edifício e respetivos anexos industriais^[14].

A escolha do local de implantação da obra foi um processo moroso, consequência da ponderação cuidada de vários condicionamentos onde pesavam, particularmente, a distância às minas e o consequente custo do transporte do carvão e, sobretudo, a existência e eventual custo de água em quantidade e qualidade para as caldeiras e arrefecimento das turbinas.

As negociações envolvendo proprietários de terrenos e as Câmaras Municipais de Porto de Mós e Batalha, fizeram oscilar a decisão entre locais situados em cada um dos dois concelhos, servidos pela linha de caminho de ferro privativa. A empresa acabou por decidir a sua instalação em Porto de Mós, não na Corredoura, onde estavam já instaladas as suas oficinas e a principal estação do Caminho de Ferro Mineiro do Lena, mas num terreno vago junto de uma das principais entradas da vila; uma decisão eminentemente técnica, como se retira do relatório anual da administração, por ter ali garantido um abastecimento de água suficiente e permanente, derivado do rio Lena e correndo em canal próprio^[15].

13 Cfr. decreto n.º 13 803 de 29 de julho de 1927; empréstimo de 20 000 contos.

14 MTTTS - *Apenso ao relatório do Conselho de Administração: exercício de 1927*. Lisboa, 1928, p. 9.

15 V. detalhes em BRANDÃO, José M. e SOUSA, Fernanda Reis de - "Sem água não há

Acrescente-se que o local escolhido para a obra beneficiava também da proximidade à Corredoura, a que ficou ligada por um pequeno ramal e uma linha elétrica dedicada, abastecida pelo gerador ligado à locomóvel que a empresa tinha instalado nas oficinas, e de uma topografia que facilitava a descarga, por gravidade, do carvão que ia alimentar as fornalhas das caldeiras de produção de vapor. O carvão era transportado em vagonetas para sala das caldeiras, desde os silos construídos junto do terminal ferroviário nos terrenos a poente da Central, cujas ruínas ainda hoje são visíveis, atravessando a atual Rua da Piscina Municipal por uma ponte de betão há muito derrubada.

Em novembro de 1929, a *Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos* distribuía aos municípios da região o inquérito obrigatório sobre a proposta do empreendimento (instalação da central e linhas de distribuição em alta tensão), que colheu pareceres favoráveis^[16]. Tudo se encaminhava, portanto, para que a concessão de exploração fosse atribuída, o que não tardou. Por portaria de 29 de outubro de 1930, era outorgada à MTTTS, a concessão com declaração de utilidade pública (um atributo fundamental para que a empresa pudesse beneficiar das regalias previstas na lei), para produzir e distribuir energia nos termos em que o tinha requerido. No fim da concessão por 75 anos, o Estado tomaria posse, gratuitamente, de todas as instalações abrangidas, salvo investimentos mais recentes sobre os quais seria paga uma percentagem.

O caderno de encargos em apenso, vinculava a empresa à obrigação de configurar as linhas às condições do plano da rede elétrica nacional, “sem direito a qualquer indemnização”, admitindo a possibilidade da potência da Central poder vir a ser elevada até aos 5 000 kVA, tal como inicialmente fora aventado.

Sob orientação dos engenheiros da empresa, Almir Martins e João Monteiro Conceição (1902-1987), diretor técnico do Couto Mineiro, começa então a construção das infraestruturas: receção do carvão, aqueduto de captação das águas do Lena, tanques de receção, e o grande edifício que iria receber as máquinas. Um conjunto de três corpos adossados, de áreas e volumes adequados à respetiva função (figura III): produção de vapor (caldeiras), geração de corrente elétrica e controlo e distribuição.

eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós”. *Cadernos de Estudo Leirienses*, 6 (2015), p. 29-42.

16 BRANDÃO, José M. - *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016, p. 54 e figura 2.7.



FIGURA III Corte geral do edificado do edificado antes da intervenção. A – 1.º piso, sala das caldeiras, em baixo cinzeiros; B - 1.º piso, turbo-grupos, piso térreo condensadores e bombagem do sistema de arrefecimento; C – 1.º piso, quadros de controlo e comando; piso térreo e torre, subestação. Desenho: cortesia da Divisão de Obras da Câmara Municipal de Porto de Mós.

Na leitura de José Charters Monteiro (informação pessoal, 2016), este conjunto foi “resultado de uma panóplia de soluções estruturais e construtivas que importa registar: a estrutura de paredes portantes em alvenaria de pedra e tijolo, estruturas e pavimentos em betão armado e mistos^[17], e coberturas de asnas trianguladas em perfis metálicos com lanternins para iluminação zenital”. Um prédio preparado para ser ampliado e receber novos equipamentos, como o demonstra o marcado contraste entre as fachadas sul, nascente e poente, cujo traço arquitetónico e solidez construtiva remetem para o longo prazo, e a fachada norte, constituída por panos de tijolo simples, para uma fácil remoção em futura ampliação^[18].

Complexa e demorada, a instalação dos equipamentos de vapor e de geração exigiu a vinda de técnicos dos fabricantes que dirigiram a montagem e os primeiros testes. Trabalhos acompanhados de perto por Monteiro Conceição e pelo engenheiro eletrotécnico José Sousa Charters (1898-1987)^[19] (figura IV), também responsável pelo planeamento e cons-

17 À data da construção deste edifício, c. de 1930, a tecnologia do betão era ainda pioneira, se bem que o seu uso tivesse sido já objeto de umas “Instruções regulamentares” em 1918. O aparecimento de novos tipos de cimentos de endurecimento rápido e de maior resistência, só voltaria a ser objeto de regulamentação em 1935, por iniciativa de Duarte Pacheco Pereira, quando já seguido pela EML aquando da construção dos silos de carvão em betão.

18 BRANDÃO, José M. - *História e Memória da Central...*, p. 65 e figuras 3.1 a 3.4.

19 V. nota biográfica por J. Charters Monteiro no Anexo III, em BRANDÃO, José M. - *His-*

trução das linhas de distribuição de energia que constituíram a primeira rede de transporte e distribuição da já então *Empresa Mineira do Lena*. E foi também Sousa Charters que, finalmente, em maio de 1933, colocou a Central em marcha regular^[20].



FIGURA IV José Sousa Charters. Passeio em família, muito possivelmente em S. Pedro de Moel, década de 1930. Autor: familiar próximo. Cortesia de Maria Helena Charters Marchante, arquivo pessoal.

Poderia acrescentar-se que a iniciativa da MTTs encontra paralelo no norte do país, na *União Eléctrica Portuguesa* (UEP), empresa de capitais portugueses criada a partir da *Electra del Lima*, que explorava e distribuía a energia produzida na barragem do Lindoso (concelho de Ponte da Barca) que, nos mesmos anos de 1926-1927, lançou a construção da central termoelétrica do Freixo (Porto). Esta destinava-se, numa primeira fase, a funcionar como apoio térmico para compensar as quebras de produção do Lindoso durante as estiagens do rio Lima. A todos os títulos modelar, a central do Freixo foi também equipada com caldeiras da B&W onde se queimava carvão inglês e algum carvão das vizinhas minas de S. Pedro da Cova e Pejão, e grupos elétricos da BB&C^[21].

tória e Memória da Central ..., 2016, p. 211.

20 BRANDÃO, José M. - *História e Memória da Central...*, p. 107.

21 GUEDES, Manuel Vaz - "1936: A Central Termoelétrica do Freixo" 5.º Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros, (2001), p. 65-72; SAMPAIO, Maria da Luz - *A Central do Freixo: um projeto termoelétrico para a região do Porto*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008, p. 82-86.

DURANTE

Embora com algumas interrupções por avarias, manutenção, ou outros problemas, a Central forneceu, até meados da década de 1950, energia elétrica em alta e baixa tensão a vários municípios do Oeste onde, até então, não havia produção de caráter público, ou esta era assegurada, de forma precária, por pequenas centrais a óleos pesados ou gás pobre.

Destaquem-se, como primeiros clientes industriais do Lena, a *Empreza de Cimentos de Leiria* (Maceira) e, a sul, a *Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça* (Fervença), às quais foi ligada por linhas dedicadas; seguiram-se a própria vila de Alcobaça, a mina das Barrojeiras, de onde saía o carvão queimado na Central, seguindo-se as vilas do Reguengo e Batalha, estas últimas em regime de concessão atribuída pela respetiva Câmara Municipal. Em Porto de Mós, onde estavam sediadas as oficinas da empresa e residiam os membros da direção técnica, a empresa construiu, por sua conta, uma rede de distribuição de energia em baixa tensão que, além da iluminação pública, abasteceu, desde finais dos anos trinta, os Paços do Concelho, a cadeia e a escola, o Tribunal e a Repartição de Finanças, o Registo Civil, o hospital da Misericórdia e o telégrafo postal, estendendo-se progressivamente a outros serviços.

Inicialmente confinada à vila, a rede da EML, estendeu-se à Corredoura em 1937, e às Salgadas em 1942, lugar onde, desde o início dos anos vinte, eram exploradas com fins terapêuticos, águas cloretadas sódicas. Em 1939, começou a fornecer a Junta de Freguesia da Calvaria que requerera a concessão para distribuir eletricidade para iluminação pública a consumidores particulares e, a partir de 1941, à *Empresa Eléctrica de Calvaria de Cima*^[22].

1935, annus horribilis. Uma data que culminou, pela negativa, uma das piores fases da vida da concessionária do Couto Mineiro do Lena, à beira da insolvência, incapaz de cumprir os seus pesados compromissos financeiros com o Estado, com fornecedores e, sobretudo, com os colaboradores. Dificuldades que se tentara superar em 1932 com a conversão da MTTs em *Empreza Mineira do Lena* (EML), para a qual transitaram todos os ativos (ainda que totalmente hipotecados ao Estado), ficando à mercê de um plano de reestruturação e de perdões de dívida negociados com o governo^[23].

22 V. detalhes da eletrificação dos concelhos do Oeste em FERREIRA, Jaime Alberto e FIGUEIRA, João José - *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*. Lisboa: EDP, 2001.

23 BRANDÃO, José M. - "Mineiras do Lena: no fio da navalha", em BRANDÃO, J. M. e

Em 1935, com a Central em pleno funcionamento e a lavra das minas num crescendo ritmado, a CP - *Caminhos de Ferro de Portugal*, prescindiu das encomendas de carvão que vinha fazendo para as suas locomotivas, escudando-se na baixa qualidade destes combustíveis, e a *Cimentos de Leiria* deixou de comprar a eletricidade fornecida pela Central, para contratar com a *Hidro Eléctrica do Alto Alentejo*^[24] (HEAA), que entretanto estendera uma linha de alta tensão até à Maçeira. Rudes golpes na dinâmica da EML, e na pior altura, na medida em que a empresa procurava expandir-se para os concelhos vizinhos e, para tal, tinha já contratualizada, por intermédio das *Companhias Reunidas de Gás e Electricidade* (CRGE), a aquisição de uma nova caldeira e negociado um novo grupo gerador, o que representava novos e vultuosos encargos financeiros suportados com créditos bancários.

A atividade do Couto Mineiro ficou praticamente paralisada e a maior parte dos trabalhadores, sem salários ou quaisquer outros recursos, abandonou a empresa; todavia, mercê do esforço de um mínimo de pessoal na mina, extraíndo o carvão necessário para queima imediata, a Central manteve-se em atividade garantindo a iluminação pública.

Sem grandes perspectivas de extrair carvão vendável à indústria, na medida em que a elevada percentagem de cinzas na queima e a presença de enxofre, limitavam a sua aceitação, praticamente, aos fornos das fábricas de cimento e cal, o futuro da EML ficava apenas subordinado às receitas da Central. Por isso, depois de uma “luta insana” (certamente a difícil renegociação das dívidas), a situação da empresa, concluía a administração, não era “de molde a otimismo”^[25]. Ficava no ar a esperança de que o reconhecimento por sondagens que o governo aprovara em 1936 para o conjunto das bacias carboníferas portuguesas, e para alguns jazigos minerais, viesse demonstrar a existência de carvão em condições económicas de extração, a fim de garantir o futuro da termoelétrica, veículo de progresso regional e, conseqüentemente, o da empresa.

NUNES, M. F. (eds.) - *Memórias do Carvão*, Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 285-307.

24 Constituída em 1925 para abastecer Portalegre, Abrantes, Castelo Branco e a metalúrgica do Tramagal, a partir das barragens na ribeira de Nisa, estendeu as suas linhas de alta tensão até Leiria passando a abastecer a fábrica de cimentos que, em 1923, sob liderança de Henrique Sommer, inaugurara o primeiro forno rotativo moderno.

25 EML, *Relatório do Conselho de administração e parecer do conselho fiscal relativos aos exercícios de 1933, 1934 e 1935*. Lisboa, 1936.

José Ferreira Dias Jr. (1900-1966), ao tempo presidente da Junta de Electrificação Nacional (JEN)^[26], não escondia a sua apreensão sobre o futuro da endividada EML, enviando ao ministro das Obras Públicas um circunstanciado *memorandum*, no qual reportava a situação da empresa. Tomando como base o plano industrial apresentado pela empresa e as expectativas inerentes às novas linhas de alta tensão, Ferreira Dias demonstrava que, ponderadas as receitas expeáveis e deduzidos os custos fixos, o saldo era irrisório, e incompatível com a obrigação de amortizar um passivo acumulado de mais de 20 milhões de Escudos^[27]. Assim, a vida da empresa afigurava-se insustentável, mesmo contando com o saldo das vendas de carvão da Bezerra que, pela sua melhor qualidade, era consumido pelas fábricas de cimento e cal hidráulica da Maceira.

Em sua opinião, a central de Porto de Mós, com as suas linhas de alta tensão construídas e projetadas, não tinha condições de vida independente mesmo que a empresa fosse aliviada das suas dívidas e compromissos; por isso, alvitrava a sua interligação com a HEAA, tendo em conta a linha de 60 kW que aquela empresa construíra de Niza à Maceira, a qual passava perto de Porto de Mós. Assim, a Central Lena poderia ser a “reserva e complemento, com energia térmica nacional, da energia hidráulica, também nacional, da ribeira de Niza”^[28].

É possivelmente nesta ótica que Ferreira Dias consegue dar prioridade à investigação do Couto Mineiro do Lena, na campanha de sondagens que se iniciaria no jazigo da Batalha durante o ano de 1937^[29], que viria a demonstrar a existência de reservas confortáveis.

1938, o cerco da Federação. A fim de melhor repartir a energia e facilitar a realização do plano de eletrificação geral do território, o já referido decreto 14 772 de dezembro de 1927, abriu as portas à possibilidade de se constituírem, regionalmente, entidades intermunicipais, formadas pelos produtores e distribuidores de energia e pelas administrações locais, para a construção e/ou exploração de linhas de transporte ou grande distribuição, que viessem a fazer parte do plano da Rede Elétrica Nacional (REN).

26 Criada pelo Decreto n.º 26 470 de 8 de março de 1936 era um organismo com caráter transitório, na dependência direta do Ministros das Obras Públicas, com funções de estudo das medidas necessárias ao desenvolvimento da eletrificação do país. Foi extinta em 1944, (decreto n.º 33 546 de 23 de fevereiro) dando lugar à *Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos*.
27 JEN. *Informação ao ministro das Obras Públicas e Comunicações*. Ferreira Dias 27/05/1936. AHDGEG/LNEG.

28 *Ibidem*.

29 BRANDÃO, José M. e NUNES, M. Fátima - “O «binómio» carvão-Eletricidade...”, p. 63.

Esta foi uma solução acarinhada pela Junta de Electrificação que, em outubro de 1937, após difíceis negociações com os diversos parceiros no terreno, atribuía à *Federação Eléctrica Municipal do Oeste* a concessão, com declaração de utilidade pública, da distribuição de energia na área dos concelhos de Nazaré, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral, Lourinhã, Peniche, Cadaval, Torres Vedras, Alenquer, Mafra, Loures, Oeiras, Cascais e Sintra^[30]. A justificação fundava-se na constatação de que esta era uma região “populosa e importante”, na qual grande parte da energia elétrica era fornecida por pequenas centrais isoladas, em péssimas condições de qualidade e preço.

No mesmo diploma, fixavam-se as regras que a organização devia observar “no sentido de promover a produção concentrada e de apertar as interligações, base da segurança do serviço”; uma orientação na linha do papel de moralizador interventivo que o governo traçara com a publicação do decreto n.º 27 289, de 24 de novembro de 1936, que visava limitar a pulverização de pequenos produtores dispersos, promovendo a sua concentração, na prossecução de uma política de “desloca[ção] da vida económica da Nação do individual para o coletivo, como quem diz, do arbitrário para o regrado”, como se refere no preâmbulo. No entendimento do legislador, corrigia-se assim a liberalidade legislativa vigente, invertendo o papel passivo do Estado. Nada, aliás, diferente do que já vinha, há anos, a ser proposto por Ferreira Dias que advogava a indispensabilidade de “centralizar a produção em meia dúzia de núcleos capazes de um fornecimento vantajoso (...) evolução [que] tem de ser precedida duma extensão de linhas que colem o consumo e duma política de tarifas e de propaganda que o desenvolvam”^[31]. Também autores clássicos do pensamento económico português como Ezequiel de Campos (1874-1965), defendiam a adoção urgente, em Portugal, da “concentração da produção de electricidade, passando a usar apenas as centrais existentes de melhor valia regional [interligadas], eliminando assim muitas e muitas dezenas de centrais termoelétricas sem valor económico”^[32].

A principal linha de transporte e distribuição da Federação seria ligada à HEAA que forneceria energia em conjunto com a EML, através das suas linhas e pelas que viessem a ser construídas. A sul, a Federação seria ligada à rede de alta tensão das CRGE, apenas “para efeito de reserva”.

30 Decreto n.º 28 123 de 30 de dezembro de 1937 e retificação.

31 DIAS, J. Ferreira - “Aspectos da electrificação de Portugal”. *Técnica*, 45 (1932), p. 455-463.

32 CAMPOS, Ezequiel de - “Influência da electrificação do país da indústria portuguesa [1934]” em ROSAS, F. (ed.) - *Textos de economia política e política agrícola e industrial (1918-1944)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998, p. 245-265.

A Junta promovia assim o programa de interligação de produtores e a expansão da rede de distribuição. No entanto, a EML, sob quem pesava (ainda) o espectro da execução, ficava cercada por aquelas grandes produtoras pelo que se sucederam, naturalmente, os protestos da administração, alegando que a empresa ficaria numa situação de maior vulnerabilidade e de atropelo dos seus “justos direitos”.

Em representação ao Presidente do Conselho de Ministros, Saldanha da Gama, administrador da EML, depois de referir os esforços que a empresa empreendera para sanear as suas finanças, recordava que o próprio Estado, com a campanha de sondagens em curso, esperava, que se confirmasse a existência de carvão em quantidade que justificasse a ampliação da Central para fornecer energia “nos mercados limítrofes” e mesmo à própria REN. Nesta ótica, não se furtava em acusar a Junta de ter uma leitura do problema exclusivamente “técnica e elétrica”, pois ao atribuir à EML, tão somente, uma área limitada, em benefício da HEAA, isso “atrofiaria” o seu desenvolvimento. “As condições propostas ao Lena para este efeito não são de molde a poderem ser aceites pela Administração por serem ruinosas para a Empresa (...) e sobretudo para o Estado” [33].

Na sua essência, continuava, o “acordo” em curso de mediação pela Junta, apontava duas fases de prossecução que, em qualquer caso, representavam para a EML receitas insuficientes para cobrir os encargos das amortizações de maquinismos e linhas, e os gastos gerais com as instalações: na 1.ª fase, enquanto não vigorasse a Federação, a EML manteria o fornecimento à Fiação e Tecidos e à vila de Alcobaça e era outorgada à HEAA a concessão do fornecimento de energia nos concelhos da Marinha Grande e Vieira de Leiria, para o que esta compraria energia ao Lena ao preço de \$25 por kW, valor muito abaixo do custo do kW produzido na Central, estimado em \$44 (tabela II). A 2ª fase, que teria início com a instalação da Federação, na hipótese mais favorável à EML (ainda em discussão com recusas liminares da HEAA), supunha a manutenção do abastecimento à Fiação e o fornecimento à Federação de 50% do seu consumo, ao preço de \$32 (para um custo estimado de produção de \$38/kW). Como contrapartida, a HEAA tomaria posse definitiva dos mercados de Vieira de Leiria e Marinha Grande, podendo “comprar, ou deixar de comprar ao Lena energia para fornecer a esse mercado” [34].

33 Cfr. ANTT - *Processo relativo ao contrato entre a EML e a HEAA para fornecimento conjunto de eletricidade à Federação dos Municípios do Oeste*. Cx. 3, proc. 102/2, 1.

34 Cfr. *Processo relativo ao contrato entre a EML e a HEAA para fornecimento conjunto de eletricidade à Federação dos Municípios do Oeste*. Cx. 3, proc. 102/2, 1.

TABELA II Produção, receitas e despesas anuais previstas pela EML nos diferentes cenários em discussão (1938)

	1. ^a fase (JEN)	2. ^a fase (JEN)	Proposta do "Lena"
Produção (milhares de kW)	2 290	3 000	5 130
Receita ^(a) (milhares de escudos)	682,5	960	1 789
Custo do kW	\$44	\$358	\$30
Despesa ^(b) (milhares de escudos)	1 009	1 072	1 841

Fonte: Representação de Saldanha da Gama, adaptado.

^(a) Valor calculado tendo em conta as receitas certas e esperadas da Fiação e da Câmara Municipal de Alcobaça e das Câmaras da M. Grande e V. de Leiria, via HEAA, segundo a proposta da JEN.

^(b) Valor calculado tendo em conta além de "despesas gerais" não discriminadas, o custo do pessoal e manutenção da central, o carvão e os gastos com aquisição e amortização de equipamentos e linhas.

A disputa dos fornecimentos à Marinha Grande e Vieira de Leira, sedes de elevado número de consumidores industriais, constituía, porventura, o pomo da discórdia entre as duas empresas; embora a Junta de Electrificação perspetivasse a sua concessão à HEAA, o administrador da EML recordava a Oliveira Salazar que "o «Lena» já tinha direitos adquiridos por contratos firmados de fornecimento de energia a \$46 e \$50, aos quais a «Hidro» passaria a fornecer com a própria energia do Lena comprada a \$25", valor abaixo do custo real, que acabou por ficar consignado no contrato.

Embora concordasse com o argumento de que, em favor da economia nacional deveria desenvolver-se a energia hidráulica, Saldanha da Gama fundava a sua contraproposta no facto de a HEAA só ter água em quantidade durante três meses do ano, único período em que poderia prover novos mercados. Alvitrava, por isso, que seria "mais justo e equitativo" atribuir ao Lena os mercados limítrofes de Marinha Grande e Leiria e a totalidade do fornecimento à Federação das Câmaras "a preços compensadores", para o que se comprometia a comprar energia à Hidroelétrica do Alentejo a um "preço remunerador" que, ao mesmo tempo, desse à EML um pequeno lucro durante o período em que tinha de ficar parada, tempo aproveitado para trabalhos de manutenção e preparação das minas. Esta hipótese

contemplava os encargos de ampliação da Central com novos equipamentos para produzir mais 1 000 kW, uma garantia de que o Estado recuperaria os seus empréstimos³⁵.

Finalmente, a 10 de maio de 1938, quase um ano volvido sobre as primeiras propostas da JEN e depois da enérgica intervenção de Ferreira Dias³⁶, o ministro do Comércio e Indústria informava Salazar de que, contrariamente ao que se previa, a EML tinha acordado em assinar o contrato com a HEAA, para fornecer a energia que viesse a ser consumida pela Federação. O acordo fora alcançado com uma nova minuta aprovada em 18 de março, teoricamente mais favorável à EML quanto à repartição dos fornecimentos, mas mantendo o preço do kW em \$25 para todas as transações entre as contratantes. O braço de ferro cedera.

Esgotados os dois anos previstos na lei sem que se concretizassem quaisquer obras, a concessão caducou e o governo viu-se obrigado a autorizar aqueles municípios a resolverem, *de per si* o problema do abastecimento em energia elétrica. Desta forma, enquanto os concelhos mais a sul contratavam com as CRGE, os restantes (salvo os já servidos pela EML), ficavam na situação de “insuficiência elétrica” em que se encontravam em 1937, com a agravante das necessidades terem aumentado substancialmente³⁷. Só em maio de 1940, com a publicação do Decreto n.º 30 470, a EML seria autorizada a expandir a sua rede de distribuição em alta tensão às Caldas da Rainha e Nazaré.

Ilídio Mariz Simões, engenheiro chefe da Central Tejo em Lisboa (CRGE), se bem que entendesse como “indiscutivelmente perfeita” a decisão de remeter as centrais térmicas para uma função de “reserva e apoio” (Lei 2002 de 26/12/1944), chamava a atenção para a repetição de “crises de abastecimento de energia elétrica” em consequência de falhas das centrais hidráulicas decorrentes das estiagens prolongadas; advogava por isso a manutenção, em funcionamento das produtoras térmicas que conseguis-

35 O problema invocado por Saldanha da Gama, relativamente à produção da HEAA, comprovar-se-ia de forma evidente durante os anos da II Guerra Mundial, particularmente em 1943, sentido de forma dramática na bacia da ribeira de Nisa, que já no último trimestre de 1942 luta com graves dificuldade de abastecimento, que se agravaram em 1943 ano particularmente seco, sem que esse problema tivesse sido compensado pela Central Lena que, “por causas [deficiente produção] ainda não justificados”, como sublinhava Metelo Nápoles, reduzira o apoio de 2,5 para 1,5 milhões de kWh (cfr. NÁPOLES, António Metelo - “Estatística das Instalações Elétricas em Portugal: relatório”. Lisboa, 1946).

36 BRANDÃO, José M. - *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós...*, pp. 147-148.

37 Informação histórica da Sociedade Elétrica do Oeste – SEOL. *Electricidade*, 100, p. 118-119. 1974.

sem níveis de eficiência mais elevados do que o das instalações existentes, garantindo um serviço regular de qualidade, atribuindo-lhes a missão de “centrais de base”^[38]. Ao mesmo tempo preconizava o estabelecimento de reservas de água suficientes para evitar as quebras de produção das centrais hidráulicas durante a estiagem. Só assim se conseguiria, na sua ótica, uma situação equilibrada.

Referindo-se especificamente à central de Porto de Mós, Mariz Simões afirmava-se convicto de que, apesar do seu fraco rendimento (que estimava em apenas 12 %), ela tinha um grande interesse regional, por consumir um combustível pobre à boca da mina. Embora soubesse que era difícil tirar bom rendimento das caldeiras com carvões de qualidade inferior, como eram os da Batalha, defendia mesmo o aumento da sua capacidade produtiva, desde que as condições de água o permitissem. Além disso recomendava uma escolha criteriosa do tipo de fornalhas (e grelhas) que melhor se adaptassem ao carvão a utilizar pois, caso contrário, mesmo que este queimasse, só se aproveitaria uma pequena percentagem da energia libertada; uma situação para a qual os construtores da Central tinham estado atentos, pois as duas caldeiras com que aquela fora equipada (em 1927 e em 1935), tinham sido preparadas pelo fabricante, que recebera, para o efeito, algumas toneladas de carvão daquelas minas.

Todavia, os problemas do Couto Mineiro do Lena, mais do que de ordem tecnológica ou geológico-mineira, que os havia^[39], eram sobretudo de tesouraria, pois embora os anos da II Grande Guerra, mercê dos investimentos feitos para aumentar a produção mineira e manter a Central em plena carga, tivessem permitido atingir picos de produtividade, os preços tabela dos do carvão e da eletricidade não tinham permitido melhorar significativamente os ativos financeiros^[40]. Além disso, o fim das restrições à importação de carvões estrangeiros e o uso crescente de combustíveis líquidos dificultavam ainda mais a colocação dos carvões do Lena no já reduzido mercado.

38 SIMÕES, Mariz - *A colaboração das Centrais Térmicas na electrificação das Regiões Centro e Sul do País*. 2.º Congresso Nacional de Engenharia, 1848, pp. 4, 52.

39 Monteiro Conceição reportava que as minas da Batalha começavam a mostrar sinais de perda de rendimento pois, ao contrário do que era esperado, a qualidade dos carvões estava a diminuir em profundidade e a aumentar as dificuldades nos transportes interiores, pelas grandes distâncias a percorrer nas galerias e poços, que ligavam os quatro pisos da mina.

40 EML - Exposição ao ministro da Economia, 11 de agosto de 1947. LNEG, URMG - CM9, pasta 9.

Avolumara-se, entretanto, nos serviços do Ministério da Economia, a possibilidade de desanexar a Central da EML, de forma a poder negociá-la com potenciais interessados, que os havia; nesse sentido, desde 1946, vinham sendo auscultadas as duas grandes produtoras já implantadas na região: a HEAA, com a qual a Mineira do Lena mantinha um contrato de fornecimento mútuo, e a *Companhia Eléctrica da Beiras* (CEB), cuja rede já chegara a Fátima e que se mostrava interessada em assumir a rede da EML, “antecipando-se mesmo à HEAA”^[41]. Rondas de contactos com o conhecimento das CRGE, credora da EML e também com interesse no negócio^[42]. Sublinhe-se que estas intenções não eram concordantes com a tutela da Geologia e Minas, francamente contrária à separação do negócio da eletricidade do das minas, dada a relação umbilical entre ambos e a impossibilidade de encontrar outros consumidores para o carvão da Batalha.

Contrariando a corrente que defendia a imediata execução da EML, a estratégia concertada entre os ministérios da Economia e das Finanças, passou, numa primeira etapa, pela derradeira tentativa para manter a empresa em atividade, anulando contribuições e impostos não satisfeitos, e as pendências de execução de penhoras, explicando que “a conservação das atividades por ela [EML] exercidas é necessária à economia nacional e justifica por isso um ato de excepcional benevolência que facilite a normalização definitiva da sua vida financeira”^[43]. Tal não impediu, porém, que em finais de 1947, a Caixa Geral de Depósitos solicitasse a liquidação das dívidas ao Estado, o que significava a sua falência técnica.

1948, alienação da Central. O Governo, sem ignorar que tanto a CEB como as CRGE continuavam a manter interesse em controlar a EML, tendo-se até disponibilizado a assumir as suas dívidas (interesse justificado pela importância da área de distribuição que lhe estava concessionada), procurou uma solução que fosse ao encontro dos interesses das empresas e do Estado. A opção foi a de constituição de uma nova entidade em que estivessem representadas as três pro-

41 FIGUEIRA, João José - *O Estado na electrificação portuguesa: da Lei da electrificação à EDP (1945 – 1976)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2012, p. 385.

42 Recorde-se que as CRGE eram, desde 1935, credoras da EML ao assumirem, estrategicamente, a compra de uma nova caldeira para a Central que, no fundo, se devia destinar a funcionar como uma espécie de “cavalo de Troia”, uma âncora daquela companhia num território sob o qual não escondia algumas ambições, BRANDÃO, José M. e NUNES, M. Fátima - “O «binómio» carvão-Eletricidade...”, p. 64.

43 Cfr. Decreto n.º 11790 de 14 abril de 1947.

dutoras implantadas na região, que deveria adquirir a parte elétrica da Mineira do Lena e assegurar a distribuição de energia nos diversos concelhos do Oeste, extinguindo as pendências da mineira para com o Estado^[44].

O negócio da eletricidade passou então para a *Sociedade Eléctrica do Oeste Lda.* (SEOL), uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada constituída em Lisboa, a 29 de janeiro de 1948, entre as CRGE, a HEAA e a CEB, representadas com quotas iguais no capital social da nova sociedade, fixado em 18 milhões de Escudos^[45].

Segundo o contrato social, o objetivo da SEOL era “a exploração de concessões para produção, transporte e distribuição de energia elétrica nos concelhos de Marinha Grande, Batalha, Alcobaça, Porto de Mós, Nazaré, Peniche, Caldas da Rainha, Óbidos, Rio Maior, Lourinhã, Cadaval e Bombarral”^[46]. À nova empresa correspondia, portanto, uma área mais pequena do que a que, dez anos antes, fora consignada à Federação Eléctrica Municipal do Oeste; de fora ficavam os concelhos de Lisboa e circunvizinhos, atribuídos às CRGE, apesar desta ter por base a produção térmica – a magistral Central Tejo, em Lisboa – e trabalhar, sobretudo, com carvões importados. As condições tarifárias a aplicar pela SEOL aos consumidores foram fixadas por despacho ministerial, de 11 de junho seguinte^[47], sendo o preço de venda uma função da utilização e da potência de ponta de cada consumidor. Perante estas realidades, a EML, feita pequeno *David*, nada podia contra *Goliás*, incarnado nas três grandes produtoras concorrentes e numa Central que, obsoleta, começava a degradar-se.

Ainda nesse mesmo ano de 1948, António Metelo Nápoles, Diretor Geral dos Serviços Eléctricos, aprovava e calendarizava o plano de expansão da rede de transporte e distribuição a que se referia o decreto n.º 36 832, que outorgara a concessão à SEOL (v. figura V). O plano, constava de quatro fases para as quais se previa o auxílio financeiro do Estado de acordo com o disposto na Lei de Bases da Eletri-

44 Informação histórica da Sociedade Eléctrica do Oeste – SEOL. *Electricidade*, 100, p. 118-119. 1974; FERREIRA, Jaime Alberto e FIGUEIRA, João José - *A electrificação...*, p. 275.

45 Cf. escritura pública de 29/01/1948. Para FERREIRA, Jaime Alberto e FIGUEIRA, João - *A electrificação...*, p. 178, na base de constituição desta empresa teria também estado o facto de o Governo querer travar a expansão e domínio da UEP e da CRGE da distribuição em alta tensão por todo o litoral, passando boa parte da concessão da EML para empresas de capitais inteiramente nacionais.

46 Diário do Governo, 3.ª s. 108, de 11 de maio de 1948.

47 Diário do Governo, 2.ª s. 134, de 11 de junho de 1948.

ficação (Base IX), a complementar com uma quinta série de trabalhos com calendário a estabelecer em fase posterior (tabela III).

TABELA III Programa de expansão / reforço da rede da SEOL (1948)

FASES	OBRAS PREVISTAS (CONSTRUÇÃO OU ADAPTAÇÃO)	TENSÃO (kV)	PRAZO DE EXECUÇÃO
1. ^a	Linha Alcobaça - Caldas da Rainha com um ramal para S. Martinho do Porto	30	Até 31/12/1949
	Linha Caldas da Rainha - Óbidos	30	
2. ^a	Construção ou reforço das secções Porto de Mós - Maceira e Maceira - Pataias	30	Até 31/12/1950
	Posto de Óbidos e linhas para Peniche, Lourinhã, Bombarral e Cadaval	30	
	Construção ou adaptação das linhas Maceira – Marinha Grande e Marinha Grande - Vieira de Leiria	30	
	Subestação da Marinha Grande		
3. ^a	Linha Óbidos - Rio Maior ^(a)	30	Até 31/12/1951
	Construção da subestação de S. Jorge (Porto de Mós) e das ligações desta à linha de Alcobaça	30 / 60	
4. ^a	Linha Porto de Mós - Mira de Aire	30	Até 31/12/1952
	Reforço da linha S. Jorge - Alcobaça	30	
5. ^a	Linha S. Jorge - Óbidos ou S. Jorge - Rio Maior	60	S/ prazo definido
	Construção de uma subestação de ligação à rede das CRGE	60 / 30	

Fonte: Diário do Governo, setembro de 1948

^(a) O despacho previa a possibilidade de antecipar a construção desta linha, caso fosse necessário fornecer energia às obras de construção de uma fábrica de sulfato de amónia, que a Sociedade de Adubos de Portugal tinha projetado construir em Rio Maior para aproveitamento, por gaseificação, das lignites do jazigo do Espadanal, intenção que não passou disso mesmo.

Os financiamentos previstos na lei que, supostamente, deviam ter sido acionados quando, em abril de 1948, foi atribuída a concessão à SEOL^[48], seriam retribuídos em condições muito vantajosas: uma taxa

48 (...) o Governo auxiliará o estabelecimento das novas instalações que constarem do

de juro baixa (2,5%) e amortização num prazo bastante alargado, de 35 anos, o que se justificava, na opinião dos técnicos dos serviços elétricos do Estado, pelo facto da SEOL “ter sido obrigada a pagar as antigas e velhas instalações da EML pelo preço total do empréstimo e juros acumulados que aquela empresa tinha na Caixa Geral de Depósitos”; um valor considerado “elevadíssimo em relação ao valor real das respetivas instalações elétricas (linhas de transporte e distribuição), incluindo a central”^[49]. Porém, essas ajudas do Estado só vieram a ser regulamentadas em finais de 1953^[50], já no quadro do I Plano de Fomento, tendo a SEOL recorrido a apoios pelos fundos do plano Marshall, destinados à industrialização, que só começaram a chegar no início dos anos 1950^[51].

FIM E POST MORTEM

Desligado o negócio mineiro do da produção de energia, num confronto de interesses (aparentemente) antagónicos, de que saíram ganhadores a hidroeletricidade e a interligação em rede dos diversos produtores, a Central Lena acabou por ser definitivamente arredada da REN e desmantelada, dela sobrando, apenas, o edifício. Embora o contrato da sua “venda” à SEOL determinasse que, durante dez anos, a nova proprietária deveria mantê-la em atividade, alimentada com o carvão do Couto Mineiro do Lena, estimando-se o consumo médio em cerca de 700 toneladas por mês, convertível no pagamento à EML de uma compensação caso os não usasse, o consumo passou a ser intermitente, diminuindo acentuadamente até cessar por completo antes, mesmo, de se esgotar o prazo acordado.

Poderia dizer-se que a Central deixou praticamente de funcionar quando o novo empreendimento do Castelo do Bode entrou em funcionamento (1951), passando a injetar energia na REN. Em 1953 já não houve produção, situação que se manteve durante 1954, ano em que a Central permaneceu desligada^[52], para só voltar a funcionar na estação calmosa de 1955, saindo o último fumo das fornalhas em novembro desse ano. Uma situação que se refletiu dramaticamente na lavra das minas, determinando a sua paralisação, cenário que já havia sido previsto pela Direção-Geral de Minas, que não fora parte daquele desastroso acor-

49 Cfr. Relatórios dos delegados do governo na SEOL, 1956-1959. ANTT/ PC82B, Cx. 678, 2.

50 Decreto n.º 39 480 de 24 de dezembro de 1953.

51 A paulatina expansão da rede da SEOL encontra-se descrita com detalhe em FERREIRA, Jaime Alberto e FIGUEIRA, João - *A electrificação...*, p. 284-288.

52 Cfr. Estatística das instalações..., anos de 1953 e 1954.

do^[53]. Foi, pois, sem surpresa, que se assistiu à dissolução da EML em 1953, que entrou em liquidação consumada em 1956^[54], e ao desmantelamento do Couto Mineiro em 1954^[55], já que a única concessão ativa era a de Alcanadas e Chão Preto (mina das Barrojeiras), que trabalhava praticamente em exclusivo para abastecer a Central.



FIGURA VI Fachada leste da Central Lena, evidenciando as torres de suporte das linhas de alta tensão. Em primeiro plano a torre de arrefecimento; ao fundo, a casa das bombas de água. Foto: cortesia da Fundação EDP, coleção “Álbum de fotografias das centrais termoelétricas do Freixo, Porto de Mós, Massarelos e Ouro”, n.º 14 306_6. Abril de 1985.

Entretanto, de acordo com o plano aprovado pelo governo, a SEOL adquirira o terreno em S. Jorge (concelho de Porto de Mós), onde iria ser construída a subestação ligada à linha de Alcobaça, que viria a substituir totalmente a Central de Porto de Mós que, mesmo paralisada a produção, ainda serviu como subestação, até à conclusão da instalação de S. Jorge e desvio das linhas de alta tensão.

Em 1956, por decisão da administração da SEOL, o recheio da Central foi posto à venda: caldeiras, turbo grupos, aparelhagem elétrica de controlo e demais acessórios. Procurava-se, de preferência, um comprador para o equipamento no seu todo, tendo em vista a sua montagem noutra lugar, uma vez que o conjunto permanecia, ainda, funcional.

53 BRANDÃO, José M. e NUNES, Maria de Fátima - “Couto Mineiro do Lena: uma história...”, p. 179.

54 Cfr. *Relatório da comissão liquidatária*, D.G. 102, 2/03/1956, 3.ª s, p. 1110-1111.

55 Diário do Governo, 297, de 21 de dezembro de 1954, 3.ª s. p. 2550

Angola esteve na mira de negócios que não chegaram a concretizar-se e o desmantelamento e venda a retalho assumiu-se como inevitabilidade.

Não deixa de ser paradoxal o facto de enquanto era desmantelada a Central de Porto de Mós e, por arrasto, o Couto Mineiro do Lena, o Estado promovia, nesse mesmo ano de 1954, a constituição da *Empresa Termoeléctrica Portuguesa* (ETP), destinada a consumir os carvões pobres nacionais, uma espécie de “tributo a pagar para manter a exploração carbonífera (...) nas minas do Pejão e de São Pedro da Cova”^[56]. Coube-lhe a missão de planear a construção de uma unidade para servir como apoio térmico estival, concretizada com a construção, nas margens do Douro da central a carvão da Tapada do Outeiro, concelho de Gondomar, posta em marcha industrial em 1960, para injetar energia na REN. É ainda a ETP que promove a construção, nos arredores de Lisboa, de uma outra central termoelétrica a fuelóleo (Carregado), inaugurada no início de 1969.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

A central termoelétrica de Porto de Mós, que era parte da estratégia da(s) concessionária(s) do Couto Mineiro, assente na exploração das lignites da bacia carbonífera do Lena, constituiu, durante anos, o principal pilar económico do Couto Mineiro e, a seu tempo, o seu único vetor de sustentação passando assim de desígnio a necessidade. Sucumbiu às vicissitudes de conjuntura e à inexorável execução dos objetivos da eletrificação do país: o primado da hidroeletricidade, a interligação de produtores e a expansão da rede de distribuição, e a drástica redução do peso das termoelétricas. Acrescente-se, que se ainda estivesse em funcionamento, à luz do atual paradigma da descarbonização, a Central Lena seria olhada como (mais) um incorrigível produtor de CO₂, um contribuinte líquido para o drama das alterações climáticas, enfrentando morte certa no horizonte das almejadas metas do Acordo de Paris, como aconteceu com as últimas centrais portuguesas a carvão, Pego e Sines, encerradas em 2021.

Para além das três fachadas principais mantidas na profunda intervenção sofrida pelo conjunto edificado (figura VII), justificada pelo elevado estado de degradação das estruturas da antiga fábrica de eletricidade, sobram apenas memórias materiais e expressas nos testemunhos autêntico dos (já escassos) atores coevos, que se espera ver preservadas nos novos espaços.

56 FIGUEIRA, João José - “O Estado na electrificação...” p. 230-231.



FIGURA VII Preservação das paredes sul e poente do antigo edificado industrial, Fotografia do autor, 2017.

O desenho do novo edificado, uma espécie de “implante regenerador”, expressão usada por Françoise Choay^[57], ao referir-se à introdução de elementos modernos em estruturas antigas, certamente possibilitará a introdução de um amplo leque de possibilidades na reutilização deste símbolo do património industrial portomosense; porém, dificilmente se poderá identificar com a diferenciação volumétrica e funcional da antiga Central, irremediavelmente apagada, a qual será apenas perceptível mercê das inesgotáveis possibilidades da realidade virtual, apoiada numa museografia solidamente ancorada nos conceitos de património e de preservação da memória coletiva, que não deixará, contudo – no que respeita ao antigo monumento industrial –, de se aproximar daquilo a que João Brigola chamava, noutro contexto, uma “operação piedosa de luto *post-mortem*”^[58].

57 CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

58 BRIGOLA, João C. - “A crise institucional e simbólica do museu nas sociedades contemporâneas”. *Museologia.pt*, 2, (2008), p. 155-161.

BIBLIOGRAFIA

FONTES NÃO IMPRESSAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Processo relativo ao contrato entre a EML e a HEAA para fornecimento conjunto de eletricidade à Federação dos Municípios do Oeste. Cx. 3, proc. 102/2, 1.

Processo respeitante a informações sobre a aplicação do decreto 36 768. Cx. 147, proc. 1121/86, 1.

Relatórios dos delegados do governo na SEOL, 1956-1959. PC82B, Cx. 678, 2.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG – EML)

Exposição ao ministro da Economia, 11 de agosto de 1947. URMG - CM9, pasta 9.

FONTES IMPRESSAS

Diário do Governo. Vários números entre 1926 e 1954.

Direcção Geral dos Serviços Eléctricos. *Estatística das instalações eléctricas em Portugal*. Direcção Geral dos Serviços Eléctricos. Lisboa: Imprensa Nacional. Vários anos.

EMPRESA MINEIRA DO LENA - *Relatório do Conselho de administração e parecer do conselho fiscal relativos aos exercícios de 1933, 1934 e 1935*. Lisboa, 1936.

Gazeta dos Caminhos de Ferro, n.ºs 934 (1926); 1390 (1945).

MTTS - Apenso ao relatório do Conselho de Administração: exercício de 1927. Lisboa, 1928.

Relatórios do Conselho de administração da *The Match and Tobacco Timber Supply* e da *Empresa Mineira do Lena*, entre 1927 e 1953.

ESTUDOS

BRANDÃO, José M. – “Mineiras do Lena: no fio da navalha”, em BRANDÃO, J.M. e NUNES, M. Fátima (ed.) - *Memórias do Carvão*, Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 285-307.

BRANDÃO, José M. – “Minas de Alcanadas: prelúdio, fuga e final”, em BRANDÃO, J.M. e NUNES, M. Fátima (ed.) - *Memórias do Carvão*. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 331-358.

BRANDÃO, José M. - *História e Memória da Central Eléctrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016.

BRANDÃO, José M. e MATA-PERELLÓ, Josep. – “A «dívida metódica» e a Empresa Mineira do Lena (Portugal)” em MATA-PERELLÓ, Josep (ed.) - *El patrimonio Geológico y Minero como motor de desarrollo local*, Manresa. Barcelona: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero. 2014, p. 153-172.

BRANDÃO, José M. e NUNES, M. Fátima - “O «binómio» Carvão-Eletricidade. Um caso exemplar: A central Lena em Porto de Mós (Portugal)”. *De Re Metallica*, 22, (2014), p. 59-68.

BRANDÃO, José M. e NUNES, Maria de Fátima - “Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956)”. *Revista Portuguesa de História*, 45, (2014), p. 159-182.

- BRANDÃO, José M. e SOUSA, Fernanda Reis de - "Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós". *Cadernos de Estudo Leirienses* (2015), 6, p. 29-42.
- BRIGOLA, João Carlos - "A crise institucional e simbólica do museu nas sociedades contemporâneas". *Museologia.pt*, 2, (2008), p. 155-161.
- CAMPOS, Ezequiel de - "Influência da eletrificação do país da indústria portuguesa [1934]", em ROSAS, Fernando (ed.) - *Textos de economia política e política agrária e industrial (1918-1944)*. Lisboa: Banco de Portugal, 1998, p. 245-265.
- CHOAY, Françoise - *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- DIAS, J. Ferreira - "Aspectos da eletrificação de Portugal". *Técnica*, (1932), 45, p. 455-463.
- FERREIRA, Jaime Alberto e FIGUEIRA, João José - *A eletrificação do centro de Portugal no século vinte*. Lisboa: EDP, 2001.
- FIGUEIRA, João José - *O Estado na eletrificação portuguesa: da Lei da eletrificação à EDP (1945 – 1976)*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2012.
- GUEDES, Manuel Vaz - "1936 - A Central termoelétrica do Freixo". *5.º Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros*, (2001), p. 65-72.
- "Informação histórica da Sociedade Eléctrica do Oeste – SEOL". *Electricidade*, (1974), 100, p. 118-119.
- ROLLO, M. Fernanda - "Economia e inovação: derivações em cenário de crise", em ROSAS, F. e ROLLO, M. F. ROLLO (eds.), – *História da 1.ª República*. Lisboa: Tinta da China, pp. 523-533.
- SAMPAIO, Maria da Luz – *A Central do Freixo: um projeto termoelétrico para a região do Porto*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2008.
- SIMÕES, Ilídio Mariz - A colaboração das Centrais Térmicas na eletrificação das Regiões Centro e Sul do País. Tese apresentada ao 2.º Congresso Nacional de Engenharia. Lisboa, 1948.
- SOUSA, Fernanda Reis & OLIVEIRA, Helena. – "Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel", em BRANDÃO, J.M. e NUNES, M. Fátima (eds.) - *Memórias do Carvão*. Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015, p. 51-72.
- VILLAR IBÁÑEZ, José Eugenio. – Bizcaia. Babcock & Wilcox, em *Patrimonio Industrial en el País Vasco*, (2012), vol. 2, p. 890-895.

A CENTRAL TERMOELÉCTRICA DE PORTO DE MÓS: NOVAS LEITURAS E PERPECTIVAS

Fernanda Maria
Reis de Sousa*

RESUMO

Na segunda metade do século XX, o alargamento do conceito de património veio possibilitar que novas tipologias museológicas se afirmassem, resultantes da afetação de valor patrimonial a domínios que até então não eram considerados. Em consequência, a prática museológica altera-se, modificando-se o paradigma do seu objecto de estudo. O museu já não é apenas o edifício e a colecção. A interpretação e a criação de leituras sobre o território tornam-se o foco de actuação, objectivando-se a construção de discursos museológicos construídos com a participação activa da comunidade.

É à luz destes princípios que caracterizam a designada Nova Museologia que nos propomos olhar para o valor patrimonial do concelho de Porto de Mós, sugerindo o edifício da Central Termoelétrica, como núcleo de um Museu do Território, policentrado. Uma estrutura promotora de novas actividades e dinâmicas, numa óptica de envolvimento e de criação de sinergias entre os diversos agentes locais.

Este artigo não segue as normas do Novo Acordo Ortográfico.

* Arquivista da Câmara Municipal de Porto de Mós; Mestre em Património Cultural e Museologia, variante de Museologia.

GÉNESE

O texto que agora se apresenta é uma reflexão a partir do trabalho de dissertação elaborado no âmbito da realização do Mestrado em Património Cultural e Museologia, variante de Museologia, realizado e defendido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em novembro de 2018, intitulado “Da colecção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós”^[1]. Neste momento, o distanciamento de cerca de meio ano ajuda-nos a clarificar os pontos-chave e a reforçar posições relativamente às convicções apresentadas.

CONCEITOS

“O património não está apenas ligado à história (...) [mas] à memória e à identidade dos povos e das comunidades, ao turismo e ao desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer”^[2].

Actualmente, a abrangência do conceito de património vem possibilitar que a valorização da cultura material se possa traduzir na definição de estratégias e de linhas de acção, conducentes ao desenvolvimento dos territórios. Com a democratização das sociedades, ao longo do último quartel do século XX, as materialidades do quotidiano, até então desconsideradas, começaram a assumir um valor de testemunho de actividade, passando a reconhecer-se a sua singularidade, enquanto um conjunto patrimonial diferenciador, característico de uma determinada comunidade. Referimo-nos não apenas ao património material, nas suas diferentes tipologias: industrial, arquitectónico, natural, mas também às diversas expressões do património imaterial, desde as crenças, às festas ou aos ofícios.

Assim, a Museologia não deixa de acompanhar estas tendências, fazendo da instituição museu um veículo privilegiado de divulgação desta matriz social e participativa, na qual o objecto museológico ganha contexto, sentido e amplitude, quando observado e apreendido em complementaridade com o saber quotidiano daqueles que o conceberam e que lhe deram uso. Torna-se, como tal, determinante para esta compreensão, a participação activa da comunidade, solidificando uma

1 SOUSA, Fernanda Maria Reis - *Da colecção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, vertente de Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2018.

2 MENDES, José Amado - *Estudos do Património: Museus e Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 11.

troca com vantagens múltiplas para o território na generalidade: no auto-conhecimento e na valorização identitária, na apreensão pelo outro, na promoção dos espaços e no conseqüente incremento das actividades, as já implementadas e as que possam advir desta nova dinâmica.

PRESSUPOSTOS

Considerando estes índices de valorização patrimonial e avaliando os novos paradigmas de fruição e de lazer, associados ao conhecimento a partir da troca de experiências, fará sentido defender para Porto de Mós o desenvolvimento de um projecto museológico baseado nestas novas correntes?

Tratando-se de um território com um índice de desenvolvimento industrial significativo que conserva, igualmente, uma identidade rural que o diferencia, pode o investimento na criação de um museu do território trazer mais-valias e ser motor de desenvolvimento?

Poderá o acervo do actual Museu Municipal despertar interesse numa nova lógica de exposição e de conhecimento interventivo e interativo com base no desenvolvimento de uma museologia de base social?

Será aceitável, atendendo a uma resposta positiva às questões formuladas, que se perca a oportunidade de requalificar um edifício, exemplar único do património imóvel industrial concelhio, atribuindo-lhe voz de memória, no contexto de uma segunda vida?

A OPÇÃO MUSEU DO TERRITÓRIO

A definição de Museu de Território dá ênfase a três entidades que devem orientar a actividade desenvolvida por esta tipologia de instituição museal. Em concreto: “coleções”; “território” e “comunidade”^[3].

Esta acepção está, portanto, alinhada com os princípios atrás expostos. À acção de um Museu de Território exige-se que seja aberta, articulada e educativa. Que parta de uma base que, eventualmente, possa

3 MUSEU DO TERRITÓRIO - Museu cujas coleções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais. Conceito aprovado pelo Conselho Superior de Estatística, do INE – Instituto Nacional de Estatística, desde 26 de Fevereiro de 2008. Acessível em: <http://smi.ine.pt/Conceito/Details/44677> [Consultado em 1 de maio de 2019].

herdar uma colecção, devendo divulgá-la numa perspectiva de conhecimento abrangente do património, através da prática de uma museologia dinâmica que envolva “o desenvolvimento das pessoas e das comunidades pela sua associação a projectos futuros (...) com o objectivo principal de contribuir para um sentimento de orgulho local e contribuir para a prevenção da destruição das identidades culturais”^[4].

A geografia de implementação territorial do concelho de Porto de Mós não se limita à sua circunscrição administrativa que, aliás, ao longo da sua história sofreu algumas alterações, principalmente ao longo do século XIX e primeiro quartel do XX. Para compreendê-la, é necessário ter em conta que esta se entrecruza com outras demarcações de carácter geomorfológico e antropológico, entre outras, geradoras de dinâmicas peculiares de relação com o espaço^[5]. Referimo-nos, principalmente, ao Maciço Calcário Estremenho e à integração em área protegida, no domínio do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Numa outra perspectiva, o concelho estabelece, de certa forma, uma relação de identidade com os concelhos vizinhos fruto de actividades e acontecimentos comuns desenvolvidos em ambos os espaços, conseguindo contar, ainda, estórias a várias vozes, conservando, também, marcas patrimoniais evidentes dessa acção. É exemplo dessa ligação, o património existente associado à exploração mineira do carvão, no decorrer da 1.ª metade do século XX, e que incluiu o concelho da Batalha.

Por outro lado, e atendendo às tipologias das instituições museológicas presentes no concelho, verifica-se que não existe uma estrutura desta natureza que se constitua como um polo de atracção do conhecimento patrimonial, que seja central e sem fins lucrativos, que recolha, conserve e divulgue, com objectivos educativos, o património concelhio. As existentes, cingem-se a abordagens temáticas específicas. Os equipamentos com maior impacto, actualmente, são o CIBA - *Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota*, em São Jorge, freguesia de Calvaria de Cima e o recentemente inaugurado MIAT – *Museu Industrial e Artesanal do Têxtil*, em Mira de Aire.

4 GONÇALVES, Alexandra Rodrigues - “Museus, Turismo e Território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atracções turísticas regionais?” em *Congresso Internacional Turismo da Região de Leiria e Oeste*, Peniche, 2007, p. 1–33.

5 Teixeira, António José de Meneses - “Contribuição para uma etnografia da água na zona serrana do concelho de Porto de Mós (Contribuição para uma etno-geologia da água)”, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses – Culturas Regionais Portuguesas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Portuguesas, da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Não obstante esta realidade e podendo ser encarado como uma vantagem, enquanto ponto de partida, importa mencionar e não secundarizar o Museu Municipal de Porto de Mós, de cariz puramente tradicional, que conserva um acervo expositivo sedento de novas leituras e da construção de pontes com a comunidade, a mesma que, ao longo dos anos, para ele foi contribuindo.

Inaugurado no dia 29 de junho de 1989, o Museu Municipal de Porto de Mós é o corolário de um trabalho de levantamento e recolha levado a cabo, desde 1987, por Francisco Jorge Furriel (1925-2014), natural da freguesia de Alqueidão da Serra e que assumirá funções equivalentes às de director. F. Furriel, como o próprio assina nos inúmeros textos publicados na imprensa local sobre temáticas diversas, no âmbito do património regional teve, durante quase vinte anos, um papel determinante no que diz respeito à definição da actividade do museu que reflectia, inevitavelmente, a sua perspectiva relativamente à selecção e recolha de bens culturais e à apresentação das colecções. Traduzia, no fundo, o seu conhecimento e gosto de coleccionista, nem sempre fundamentado cientificamente.

Identificado desde a primeira hora como Museu Municipal de Porto de Mós, não são raras as vezes em que, na imprensa local, aparece designado, apenas, como Museu de Porto de Mós, tendo sido assumido como Museu de História Natural no texto introdutório do *Guia do Museu*, editado em 1992, onde é possível ler: “A elaboração do levantamento Arqueológico e Etnográfico do concelho de Porto de Mós levou à criação deste Museu de História Natural”, designação que viria a ser repetida noutras circunstâncias^[6].

Em conclusão, esta instituição é fruto de um contexto de época e nasce à luz do conceito da museologia tradicional que se constrói com base na colecção, considerando-se que esta deve ser exposta na sua totalidade e assumida como permanente. Não obstante, o relato desta realidade não pretende colocar em causa o valor intrínseco de grande parte das colecções existentes, nem tão pouco a honestidade intelectual do colecionador que, dentro dos seus conhecimentos, foi promovendo recolhas dos testemunhos da cultura material do concelho e incutindo dinâmica à estrutura existente. Pretende, sobretudo, manifestar a convicção de que novas leituras museológicas e museográficas, postas

6 Em *Museu Municipal de Porto de Mós*, Município de Porto de Mós, 1992, p. 4. De realçar que o título deste Guia mantém a designação de Museu Municipal de Porto de Mós, em contradição com o que é descrito no texto introdutório.

em prática num espaço adequado e potenciadas por recursos humanos qualificados contribuirão, inevitavelmente, para a valorização deste mesmo acervo.^[7]

Cremos, como tal, estar fundamentada a opção pela criação de um Museu de Território. Uma estrutura em que seja possível equacionar a concretização de sinergias não só dentro mas, também, fora dos limites administrativos concelhios, uma vez que a herança deste território pode ser contada a partir de diferentes contributos. Uma estrutura que se assuma como promotora de novas actividades e dinâmicas, numa lógica de desenvolvimento local e de afirmação regional e nacional.

CENTRAL LENA – O CONTENTOR EXPOSITIVO

Justificada a opção pela tipologia museológica, importa advogar o espaço que se poderá constituir como o núcleo central desta instituição.

À Central Lena, a antiga central termoelétrica de Porto de Mós, incorre-lhe espaço, centralidade, memória e valor patrimonial.



FIGURA 1 Edifício da Central Lena, fachada.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2015.

7 SOUSA, Fernanda Maria Reis, - *Da coleção ao território...*, p. 56 -60.

Efectivamente, a sua localização, à entrada da vila de Porto de Mós, sede do concelho, confere-lhe destaque e importância numa lógica de requalificação urbana, considerando a importância da transformação dos espaços com vista à promoção da fruição dos mesmos, a partir do incremento de actividades culturais, turísticas e de lazer.

O antigo edifício da Central Eléctrica de Porto de Mós está inserido numa área urbana delimitada, no âmbito das políticas de reabilitação definidas e assumidas pelo Município de Porto de Mós. Como tal, a possibilidade de construção de um novo museu implicará, necessariamente, o redesenho do tecido urbano local, com consequências a vários níveis, designadamente na requalificação de áreas periféricas, na criação de novos percursos e espaços públicos e na promoção de novas dinâmicas ^[8]. Cremos ser possível ver acontecer esta transformação naquele espaço e que a promoção de um novo museu possa ser um fator potenciador daquela zona da vila.

Construída ao longo da década de 20 do século XX, a Central Lena entrou em laboração em 1933 e marcou um período áureo em termos de desenvolvimento industrial do concelho. Dali, e ao longo de mais de 20 anos, saiu parte da energia em baixa e alta tensão que havia de fornecer os concelhos de Porto de Mós, Batalha e outros, nas proximidades. Consequente da exploração mineira do carvão desenvolvida nas concessões integrantes do Couto Mineiro do Lena a abarcar os concelhos de Porto de Mós e Batalha, a termoeléctrica, ou o que ainda resta do edifício, é um exemplo de património industrial do concelho, cerne de um complexo que inclui a torre de refrigeração, o tegão de descarga dos carvões, e a trajectória de captação de água para o arrefecimento das turbinas, elemento determinante para a opção Porto de Mós, na hora de decisão pelo local de construção^[9].

8 BARRANHA, Helena - "Arquitectura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem", em *Museus, Discursos e Representações*. Porto: Edições Afrontamentos, 2006.

9 BRANDÃO, José Manuel, e Sousa, F. - "Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós". *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 6, (2015), p. 29-42.



FIGURA 2 Torre de refrigeração.

Fonte: Arquivo fotográfico, CPM, 2015.

A acrescentar ao “binómio carvão-electricidade”^[10], há ainda a construção de uma linha mineira de caminho-de-ferro, que possibilitou o transporte e a distribuição da matéria-prima e cujo traçado, em parte, ainda é possível identificar na paisagem do concelho. O Caminho de Ferro Mineiro do Lena chegou à Bezerra, aldeia da freguesia de Serro Ventoso, em 1928.

Importa reforçar que, para além da sua importância enquanto imóvel histórico, com forte impacto na evolução do concelho, a Central Lena tem, também, associado a si um importante valor de memória para todo o concelho. Ao conjunto de complexos ligados à laboração mineira, reportam-se sentimentos expressos em lembranças de um tempo de progresso e dinâmica mas também de trabalho árduo e, não rara vez, debilitador, pelos vários acidentes de trabalho ou pelas consequências físicas das exposição prolongadas ao labor nas minas e na central. Esta relevância, única para o concelho, é visível nas múltiplas referências que

10 BRANDÃO, José Manuel, NUNES, Maria de Fátima - O “binómio” carvão-electricidade. Um caso exemplar: a Central Lena em Porto de Mós (Portugal). *Re Metallica*, 22, (2014), p. 59-98.

vários autores locais da segunda metade do século XX lhe fizeram, com recurso frequente a testemunhos na primeira pessoa^[11].

Nos anos de maior laboração da termoelétrica, terão trabalhado no edifício entre 20 a 30 homens, distribuídos por diferentes áreas e ocupando diferentes funções, em concreto, vigilante, guarda, fogueiro, ajudante de fogueiro, ajudante de quadros, servente, electricista e guarda-fios, nos serviços da “Central Lena”, “Cinzas” e “Descarga das cinzas na via”^[12]. Hoje, ainda, recordam-se alguns personagens e revive-se o calor das escombreyras amontoadas e acesas, visíveis à curva da Corredoura, os jogos de futebol, as peças de teatro, a projecção de filmes, o assobio da *Grazine*^[13].

Estes, de natureza local, aos quais acresce a abrangência regional, enquanto motor de desenvolvimento industrial, são elementos determinantes na reconstrução da história desta narrativa associada ao edifício da Central termoelétrica de Porto de Mós.

PROPOSTA MUSEOLÓGICA: MISSÃO E OBJECTIVOS

Pensar na criação de uma estrutura museológica pressupõe a definição prévia de conteúdos e temáticas. Desenhar caminhos, estratégias, definir abordagens, pensar nos destinatários, estabelecer redes. Ou seja, definir os objectivos e a missão que queremos ver reflectida e reconhecida na actuação diária da instituição.

De forma sucinta, podemos desejar antever o Museu do Território de Porto de Mós como um espaço cultural policentrado, inclusivo, de reconhecimento e valorização da identidade e memória locais. Um espaço de distribuição de visitantes para o restante território, um lugar de conhecimento, de explicação das origens mas, sobretudo, uma mostra do que são hoje as dinâmicas decorrentes das constantes adaptações das gentes ao meio. Um espelho, portanto, também das potencialidades do concelho, enquanto elementos de atracção no que diz respeito

11 São exemplos as obras de FURRIEL, Francisco Jorge, - *Da Pré-história à actualidade – Monografia de Porto de Mós* -, Vol. I e II, Câmara Municipal de Porto de Mós, 1999. MATOS, Alfredo, - *Alqueidão da Serra: História e Lenda, Tradições, Usos e Costumes* -, Gráfica da Batalha, 2015.

12 BRANDÃO, José Manuel - *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016.

13 *Grazine* foi o nome dado a uma das automotoras ao serviço da Linha Mineira do Lena, construída nas oficinas da Empresa Mineira do Lena, na Corredoura.

às variáveis de qualidade de vida, infraestruturas, vias de comunicação, tecido empresarial, gastronomia, paisagem, fruição e lazer. O que é, por exemplo, hoje, o sector industrial da cerâmica do barro vermelho senão a capacidade evoluída de trabalhar a matéria-prima ancestral, característica de uma parte específica deste território? O que são os actuais aerogeradores senão o proveito tecnológico da energia, sendo a mesma que fazia mover as velas dos moinhos de vento? O que são as explorações de pedra e as indústrias de transformação da mesma senão o aproveitamento, agora mecanizado, do material das antigas mós? Ou, ainda, o que são as mantas e os novelos, marca de inovação, senão o reproduzir, agora em escala diferente, a roca de fiar?

Assim, elencam-se os objectivos a alcançar no desenvolvimento de um projecto desta natureza.

Objectivos gerais:

- a) Proceder à concretização de um inventário do património do concelho.
- b) Constituir-se como um espaço expositivo de interacção, capaz de suscitar o acto interpretativo.
- c) Estabelecer uma rede de sinergias com diferentes entidades do território.
- d) Projectar-se como uma instituição de defesa e promoção do património e da cultura, numa vertente educativa e formativa.
- e) Assumir-se como a “porta de entrada” para o conhecimento *in loco* do território.

Objectivos específicos:

- a) Inventariar, organizar, documentar, preservar e disponibilizar colecções de bens.
- b) Organizar exposições de longa e curta duração, aproximando a instituição da comunidade, mediante estratégias comunicativas apelativas.
- c) Criar redes de parcerias com os diferentes agentes no território.
- d) Divulgar o património do concelho.
- e) Divulgar e promover actividades, sítios e referências que motivem a descoberta e o conhecimento do território.

Evidenciada a matriz da proposta, importa pensar na implementação do projecto no território específico do concelho de Porto de Mós, considerando as suas especificidades, clarificadas a partir da análise dos pontos fortes, dos pontos fracos, das oportunidades e das ameaças. O proveito da instalação de uma estrutura desta natureza deve, portanto, existir e traduzir um acto consciente, constituindo-se como uma mais-valia conducente ao desenvolvimento e promoção do concelho.

Apresentamos, seguidamente, a síntese de uma Matriz Swot, considerando os pressupostos referidos.

TABELA I Matriz SWOT do Museu de Território de Porto de Mós

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza natural e paisagística (singularidade do Maciço Calcário Estremenho), potenciada pela integração na área protegida do PNSAC • Facilidade de acessos • Centralidade do concelho, considerando-se o território nacional • Proximidade em relação aos lugares Património da Unesco (Alcobaça, Batalha, Tomar) • Proximidade de um dos principais polos do turismo religioso nacional (Fátima) • Associativismo • Forte dinâmica empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca valorização pela comunidade da identidade local • Desconhecimento dos valores patrimoniais • Reduzido nível de participação cívica; • Fraca projeção do actual Museu Municipal • Dependência das verbas municipais • Carácter eclético das colecções
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das novas correntes museológicas, de base social • Integração em redes intermunicipais e científicas • Aproveitamento dos programas de financiamento comunitário • Valorização territorial com base na criação de polos museológicos • Existência de acervo museológico • Possibilidade de integração na Rede Portuguesa de Museus • Desenvolvimento de novas actividades económicas (alojamento; restauração; desporto natureza; produtos regionais) • Incremento da participação comunitária • Afirmção da identidade local a partir do património • Definição da marca "Porto de Mós" • Reforço do desenvolvimento urbano na zona da sua implementação 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade em relação aos lugares Património da Unesco (Alcobaça, Batalha, Tomar) • Proximidade de um dos principais polos do turismo religioso nacional (Fátima) • Risco de extinção de alguns ofícios e da produção artesanal

Fonte: Elaboração própria, 2018¹⁴¹

14 SOUSA, Fernanda Maria Reis de Sousa - *Da colecção ao território...*

Da leitura da tabela supra intui-se, desde logo, o potencial do concelho decorrente da sua localização, quer em termos de situação territorial, no centro do país, servido por excelentes acessos, quer em termos geomorfológicos, considerando que grande parte deste território é zona protegida, integrada no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, em pleno Maciço Calcário Estremenho, o que lhe afeta elementos de atratividade no âmbito da prática de desportos de natureza, de procura de experiências de fruição com algum grau de singularidade e de matéria de estudo e de investigação.

Esta centralidade coloca-o, igualmente, nas proximidades de lugares classificados como Património Mundial, e a pouca distância do principal polo do turismo religioso nacional, o Santuário de Fátima. Sendo inequivocamente favorável esta variável, há que ponderar, no entanto, quem se quer atrair, sendo o Museu do Território, idealmente, um núcleo museológico distribuidor de visitantes, uma vez que, considerando a monumentalidade de espaços como o Convento de Cristo, o Mosteiro da Batalha e o Mosteiro de Alcobaça, será difícil a Porto de Mós conseguir integrar os roteiros turísticos de massas já definidos e promovidos pelas diversas empresas da área, no mercado. Crê-se, portanto, que, atendendo ao potencial em termos de turismo de natureza, possa vir a ser benéfico investir na promoção do concelho numa vertente paralela ao turismo de massas, direcionada, em concreto, para outras tipologias de público que procuram experiências no âmbito do turismo verde, rural, de proximidade, mais seletivo e que se organiza em grupos mais pequenos ou numa vertente familiar de passeio e conhecimento específico.

A existência de um alargado número de associações que já desenvolvem, por si, actividades nos lugares onde se inserem, e a forte e reconhecida dinâmica empresarial, passível de poder integrar parcerias no âmbito da acção do próprio museu, constituem mais-valias na linha de pensamento que se defende. Além disso, permitem que o museu possa servir também como potenciador das associações locais, que estejam interessadas em captar novos públicos para as suas actividades regulares.

Relativamente aos pontos mais desfavoráveis e que, como tal, merecem reflexão, é de destacar a desconsideração relativamente à importância de valorização da identidade local, que se acredita dever-se à inconsciência relacionada com a banalização quotidiana das tarefas, das acções, dos próprios sítios e das paisagens o que impede e limita a capacidade da população local de conseguir “ver com outros olhos”.

Além disso, a dispersão populacional de Porto de Mós, num território relativamente extenso e onde permeiam múltiplas centralidades e coabitam vincados sentimentos de pertença que, por vezes, se traduzem em valores de exclusão face às comunidades vizinhas, tem levado a que a identidade local pareça menos relevante ou estruturada, quando confrontada com as realidades dos territórios próximo.

Contudo, essa visão é susceptível de ser trabalhada, sobretudo com a integração da comunidade na actividade da instituição museu, a partir da qual se poderia reconhecer e identificar enquanto participante. É, também, em parte, essa ausência de participação, que leva a que o actual Museu Municipal não assuma presença na prática cultural do concelho, sendo a sua existência, não poucas vezes, desconhecida pela população concelhia. Não obstante, apesar da evidente ausência de investimento neste espaço, por parte da tutela, praticamente desde a sua fundação, não só no que diz respeito às condições físicas mas, também, no que se refere à promoção da sua dinâmica, da leitura tradicional do mesmo, da inexistência de um discurso museológico coerente, o Museu Municipal conserva um acervo, inventariado por tipologias, capaz de se reinventar e contribuir para a criação de uma narrativa sólida e de propiciar o desenvolvimento de actividades em diversas vertentes quer ao nível da exposição permanente, quer ao nível de exposições temporárias, quer até ao nível da visitação das reservas e que, num outro contexto, e em complementaridade com outras linguagens e novas práticas e num outro espaço, seria susceptível de produzir resultados bastante satisfatórios.

Aliás, este desinvestimento que, não raras vezes, se verifica neste tipo de estruturas e que depende das opções tomadas em termos orçamentais no que diz respeito à gestão dos dinheiros públicos pode, também, ser visto como um ponto fraco. A prioridade da acção de um executivo municipal nem sempre passa por alocar verbas à actividade cultural, centrada que está na concretização de obras que beneficiem a população ao nível das necessidades mais básicas. Contudo, o quadro europeu no qual nos inserimos possibilita que possamos recorrer a fontes de financiamento que, de alguma forma, mitiguem, numa fase inicial, o peso deste investimento nas contas do orçamento municipal e impulsionem a abertura de caminhos propiciadores de desenvolvimento de acções a estes níveis e de projecção dos territórios na vertente da afirmação cultural e identitária.

Assim, a defesa dos princípios da participação activa da comunidade no escrever da história que há-de dar forma ao discurso museo-

lógico, de base claramente social, já por diversas vezes defendida ao longo deste texto, apresenta-se como uma oportunidade na definição do discurso do proposto Museu do Território, alicerçada nas correntes da Nova Museologia, propiciando o trabalho em rede, não apenas com a população onde está inserido mas, também, com as comunidades limítrofes. Desta forma, se conseguirá ganhar escala em termos de actuação e reconhecimento. Esta é, igualmente, uma oportunidade para trabalhar no sentido da integração na Rede Nacional de Museus, podendo beneficiar, assim, de consultadoria, intercâmbios, organização conjunta de projectos, gestão de recursos, apoios financeiros e, sobretudo, conquista de maior visibilidade no contexto da oferta cultural para além do regional. De facto e considerando-se a vigência do actual quadro comunitário, a oportunidade de aproveitamento de financiamento deve ser tida em conta, independentemente dos programas operacionais de que possa vir a beneficiar.

Partindo deste princípio, importa também relembrar que a requalificação do edifício da antiga Central confere, igualmente, a possibilidade de redesenho de uma zona urbana nobre da vila de Porto de Mós, promovendo novas dinâmicas de circulação e de fruição dos espaços a partir das quais se torna possível antever o incremento de novos nichos de actividades ao nível, por exemplo, do alojamento, da restauração, do artesanato, do *merchandising*, da dinâmica cultural e social, da promoção empresarial, etc. Este desenvolvimento paralelo ajudará a consolidar a valorização patrimonial local, em prol do cumprimento de um objectivo comum: o reconhecimento da marca Porto de Mós.

PROGRAMA MUSEOLÓGICO – LINHAS MESTRAS, EXTENSÕES E PARCERIAS

Ainda antes da apresentação da sugestão de linhas mestras a ter em conta na construção do programa museológico a desenvolver no proposto Museu do Território, importa reforçar a ideia da importância da pesquisa, da investigação e da concepção de conteúdos fundamentados cientificamente. O investimento na solidez do conhecimento apresentado é determinante para a credibilidade do projecto. A parceria com entidades que promovem a educação e a investigação torna-se, pois, imprescindível no desenvolvimento de um trabalho desta natureza.

Considerando o que já foi referido ao longo deste texto, assumem-se, para o desenvolvimento do programa museológico do novo espaço, três linhas mestras: o edifício e a sua história, a geomorfologia

do território e o processo de adaptação das populações a este meio. A partir daqui, entende-se que o programa se concretize não apenas dentro do espaço expositivo do núcleo central do Museu do Território, mas que defina outros polos museológicos, de acordo com as três linhas temáticas, a partir dos quais se torne possível complementar a busca de conhecimento iniciada e interagir com as estruturas nos seus locais de origem, enquanto estrutura polinucleada.

Por outro lado, é necessário equacionar estratégias de articulação da acção do museu com a comunidade. Como tal, o estabelecimento de parcerias, já aflorado, fará todo o sentido na medida em que serão os agentes que desenvolvem a sua acção no território, aos mais diversos níveis (económico, turístico, religioso ou associativo), que poderão ser veículo de promoção do projecto, ao mesmo tempo que são protagonistas de uma dinâmica que poderá levar ao desenvolvimento local, em harmonia com a valorização patrimonial. Elencam-se as juntas de freguesia, as estruturas locais de promoção do património, as associações, as estruturas religiosas, as escolas e entidades de formação, as empresas e os empresários dos mais diversos sectores.

ESTRATÉGIAS DE RENTABILIZAÇÃO

Investir numa estrutura de âmbito cultural, na dependência dos poderes públicos é, tradicionalmente, não esperar retornos significativos. Podendo ser, em parte, verdade, esse não pode ser um factor dissuasor uma vez que a aposta no conhecimento, na valorização do património e da identidade e na formação dos públicos leva a construção de uma sociedade mais esclarecida e, sobretudo, mais participativa, logo, mais exigente. Dir-se-á que o investimento na cultura ultrapassa o imediatismo dos resultados. Trata-se de uma construção faseada que exige tempo, entrega, persistência e muita criatividade. Formar gerações, criar hábitos de consumo a este nível, conquistar seguidores para a prática cultural são tarefas que devem ser encaradas sem pressa, mas defendidas com garra e convicção, seguros de que será por aí o caminho na construção de uma sólida consciência identitária.

Independentemente deste trabalho contínuo, é indispensável que se equacionem estratégias de rentabilização de uma estrutura como a proposta, já que, à sua gestão, estarão inerentes gastos que devem ser mitigados, tornando o projeto exequível.

Assim sugere-se a possibilidade de cedência de alguns dos espaços, de natureza polivalente, no edifício para desenvolvimento de ac-

tividades culturais, empresariais, actividades formativas, etc. De notar que a vila de Porto de Mós regista elevada escassez de salas de reunião de dimensão média, que disponham de condições de conforto e de proximidade para eventos de diversa natureza, ausência esta já notada por vários agentes locais. Também a aposta no desenvolvimento de acções de carácter educativo em períodos não lectivos poderá ser uma alternativa.

Outra linha de actuação poderá passar pelo apelo ao mecenato. Esta poderá ser uma janela de oportunidade com vista, por um lado, à minimização das despesas da instituição museal, por outro à beneficiação da empresa em termos fiscais e de promoção. A necessidade de intervir no restauro do acervo poderá ser objecto de um apoio dessa natureza, bem como a eventual aquisição de peças, a organização de exposições temporárias ou a criação de um prémio no âmbito de um projecto de investigação, entre outros^[15].

Ainda o desenvolvimento de produtos de *merchandising*, com a parceria de artesãos e empresas concelhias que contribuam para a promoção dos produtos e ícones locais, bem como a definição de uma oferta de pacotes de rotas e percursos organizados ou de bilhetes conjuntos que integrem a visitação a várias estruturas do concelho.

ÚLTIMAS NOTAS

Em jeito de conclusão, e considerando o atrás exposto, entende-se como premente para o concelho de Porto de Mós, a criação de um projecto museológico alicerçado nas correntes da nova museologia, de carácter social e de participação comunitária.

Não basta manter a porta aberta de uma estrutura que se designa por Museu Municipal. É preciso dar-lhe dignidade e potenciá-lo enquanto espaço de valorização patrimonial, em constante diálogo com a comunidade. Dar-lhe vida, dinâmica, transitá-lo para um espaço com as merecidas condições, e dotá-lo de uma equipa de recursos humanos, capaz de fazer cumprir na sua acção quotidiana, as funções de conservação, investigação, comunicação e disponibilização do património material e imaterial concelhio, e de promover o estudo e a investigação numa perspectiva não só educativa mas também de fruição^[16]. Esta aposta,

15 SOUSA, Fernanda Maria Reis de Sousa - *Da colecção ao território...* cit., p. 132.

16 Conferir Definição de Museu, ICOM, 2015. Acessível em: <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> [Consultado em de 2018].

poder-se-á ainda justificar não apenas pela ausência de instituições de referência a este nível, no concelho, mas também, e sobretudo, pela riqueza patrimonial deste território. Pelas suas singularidades já referidas, pela sua localização geográfica de excelência, pela possibilidade que poderá daí advir no âmbito da promoção e do desenvolvimento de acções sustentáveis que contribuam para o incremento de novas actividades e dinâmicas dentro do tecido empresarial local, com repercussões ao nível educativo e social.

Para que este intento ganhe forma é necessário afectar-lhe um espaço. Defende-se, neste texto, a decisão de instalação do projecto no edifício da antiga Central Termoeléctrica de Porto de Mós, pela sua localização e centralidade mas, particularmente, pelo seu significado patrimonial no conjunto de uma história que ultrapassou os limites administrativos do concelho e que, a cada ano passado, se esbate da memória daqueles que ainda cá estão, ao mesmo tempo que não preenche, por desconhecimento, a lembrança daqueles que agora vão crescendo. Se a estrutura física e as marcas na paisagem ainda proporcionam essa salvaguarda e esse conhecimento, do que se espera para lhe dar uma nova vida, enquanto testemunho desta história?

BIBLIOGRAFIA

Estudos

- BARRANHA, Helena - "Arquitectura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem", em *Museus, Discursos e Representações*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- BRANDÃO, José Manuel, NUNES, Maria de Fátima - "O "binómio" carvão-eletricidade. Um caso exemplar: a Central Lena em Porto de Mós (Portugal)". *Re Metallica*, 22, 2014, p. 59-98.
- BRANDÃO, José Manuel, e Sousa, F. - "Sem água não há electricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós". *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 6, 2015, p. 29-42.
- BRANDÃO, José Manuel - *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2016.
- FURRIEL, Francisco - *Da Pré-história à actualidade – Monografia de Porto de Mós*, Vol. I, Câmara Municipal de Porto de Mós, 1999.
- GONÇALVES, Alexandra Rodrigues - "Museus, Turismo e Território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atracções turísticas regionais?" em *Congresso Internacional Turismo da Região de Leiria e Oeste*, Peniche, 2007, p. 1-33.
- MATOS, Alfredo – *Alqueidão da Serra: História e Lenda, Tradições, Usos e Costumes*, Fernando da Silva Matos de Morais Sarmiento, 2015
- MENDES, José Amado - *Estudos do Património: Museus e Educação*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, 2ª edição (1ª edição de 2009).
- SOUSA, Fernanda Maria Reis de Sousa - *Da colecção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia, vertente de Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

BIOGRAFIAS DOS AUTORES

Alexandra Leal Barradas

Licenciada em Arquitetura (1984) pela Universidade Técnica de Lisboa, pós-graduada em Recuperação e Valorização de Edifícios e Conjuntos Históricos (1994), pelo Instituto Superior Técnico e Mestre em História da Arte Medieval (2005) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, os seus interesses de leitura, investigação e estudo versam temas relacionados com a História de Arte, da Arquitetura e do Design. Exerce funções docentes na escola artística António Arroio, em Lisboa, a cujo quadro pertence.

No âmbito da história local apresentou, em 2005, a dissertação de mestrado conducente à obtenção do grau de Mestre em História da Arte Medieval com o título *Ourém e Porto de Mós: a obra mecénática de D. Afonso, 4o Conde de Ourém*, publicada no ano seguinte com o mesmo título (Lisboa: Colibri, Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa, 2006). Em 2012, no âmbito das Comemorações do dia Internacional dos Monumentos e Sítios, apresentou no Castelo de Porto de Mós uma comunicação sobre a evolução arquitetónica do mesmo e a obra do 4º Conde de Ourém. Colaborou na elaboração de material de divulgação sobre a história do castelo de Porto de Mós.

Beatriz Rodrigues Cabral

Licenciada em História (2014) e Mestre em História Moderna (2017) pela Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, atualmente é docente de 3º ciclo e Secundário, após ter concluído o Mestrado em Ensino de História, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (2020). Enquanto historiadora, tem-se dedicado sobretudo ao estudo das comunidades religiosas. Defendeu a dissertação de mestrado com o título *O funcionamento das visitas canónicas e o desvio à norma no quotidiano franciscano (Portugal, 1725-1831)*, tendo publicado alguns artigos e capítulos sobre a mesma temática, nomeadamente no *Archivo Ibero Americano*. Esteve um ano a trabalhar na Embaixada de Portugal em Marrocos, ao abrigo do estágio PEPAC-MNE. No ano letivo 2021/2022, foi professora na Escola Básica Pedro Eanes Lobato, no Seixal. Está atualmente envolvida num projeto de investigação acerca da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e prepara-se para realizar um estágio na Agência de Execução Europeia da Educação e da Cultura em Bruxelas.

No âmbito da história local publicou, em 2017, o livro *O Bom Jesus de Porto de Mós. Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834* (Porto de Mós: Fábrica paroquial da Igreja de S. Pedro), em coautoria com Kevin Carreira Soares.

Fernanda Maria Reis de Sousa

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas (variante de Estudos Portugueses) (1999), pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pós-graduada em Ciências Documentais (variante de Arquivo) (2004) e Mestre em Património Cultural e Museologia (2018), pela mesma instituição. Desde 2004, é arquivista na Câmara Municipal de Porto de Mós.

No âmbito da história local participou, em 2009, na preparação da obra: *História de Porto de Mós em banda desenhada* (Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós); em 2015, publicou os capítulos com o título "Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel" (em coautoria com Helena Oliveira) e "Carvão de Bezerra (Porto de Mós): «apropriada na condução do fôgo nas locomotivas»" (em coautoria com José Manuel Brandão) (no livro *Memórias do Carvão. Batalha: Câmara Municipal da Batalha e Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós*) e o artigo "Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós" (*Cadernos de Estudos Leirienses*, 6 (2015), 29-42) (em coautoria com José Manuel Brandão); Em 2017, publicou "A arte cerâmica de Romeu Augusto, de Porto de Mós, entre as décadas de 60 e 80 do século XX" (*Cadernos de Estudos Leirienses*, 14 (2017), 281-299); em 2018, apresentou a dissertação de mestrado conducente à obtenção do grau de Mestre em Património Cultural e Museologia com o título *Da colecção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós*. Em 2021, participou em quatro capítulos da obra *Quotidianos da Revolução: O 25 de abril no Concelho de Porto de Mós* (Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós). Em 2022, colabora com a publicação de *Contribuição para o resgate da memória da exploração de carvão natural no concelho de Porto de Mós. Mina do Sítio das Hortas* (Madrid: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero, 2022, no prelo) (autoria de José Manuel Brandão).

Gonçalo Brito Graça

Gonçalo Brito Graça é Licenciado em História (2007) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Património Histórico (2010) pela Universidade de Cantabria, aluno do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PI-DUHist) e investigador do Centro de Estudos Religiosos da Universidade Católica Portuguesa. Desenvolve a dissertação de doutoramento com título «*Ao serviço do império*». *O associativismo escotista e o enquadramento da juventude em Portugal (1909-1939)*. Tem publicado e participado em iniciativas variadas sobre o tema do escutismo em Portugal, com particular atenção ao período desde a fundação e chegada do movimento a Portugal e 1942. Participou na inventariação e organização do Arquivo do Corpo Nacional de Escutas e conta com diversas publicações e iniciativas relacionadas com o tema do escutismo no Portugal Contemporâneo. Atualmente, é também técnico na Câmara Municipal do Barreiro.

No âmbito da história local publicou, em 2013, o livro dedicado ao padre Abílio da Silva Mendes, natural de Mira de Aire, com título *Padre Abílio da Silva Mendes, fundador do escutismo católico no Barreiro* (Barreiro: Corpo Nacional de Escutas/Agrupamento 927 Santo André, 2013).

Jessica Santos

Licenciada em História e Arqueologia (2015) pela Universidade da Évora e Mestre em Arqueologia (2019) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação e de trabalho incluem o conhecimento e a valorização de coleções arqueológicas em contextos museológicos, com destaque para o território de Porto de Mós, sobre o qual trabalhou de forma mais sistemática. A sua investigação versa, sobretudo, sobre os períodos entre a pré-história e idade média, especialmente entre a pré-história e período romano.

No âmbito da história local, realizou o estágio curricular conducente à obtenção do grau de mestre no Museu Municipal de Porto de Mós, durante o qual procedeu à atualização do conhecimento de parte do acervo arqueológico do museu e de vários sítios arqueológicos do concelho. Durante o ano de 2019, defendeu o relatório de estágio com o título *Relatório de Estágio no Museu Municipal de Porto de Mós. No âmbito da Arqueologia*. Reconhece elevado potencial a Porto de Mós, concelho no qual cresceu e ao qual a unem laços familiares, intelectuais e de afetividade.

José Manuel Brandão

Doutorado em História e Filosofia da Ciência, é investigador integrado do HTC – História, Territórios e Comunidades, polo na FCSH, Universidade Nova de Lisboa, do Centro de Ecologia Funcional. Tem trabalhado sobretudo na área da história e da museologia das geociências e da mineração em Portugal, mas também sobre património minero-industrial. Desempenhou funções técnico científicas no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, no museu e no arquivo histórico do extinto Instituto Geológico e Mineiro (atual LNEG). Publicou mais de uma centena de trabalhos, entre artigos, capítulos e livros e é um reconhecido investigador da sua área de estudos.

No âmbito da história local de Porto de Mós publicou, em 2014, os artigos “Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925-1956)” (*Revista Portuguesa de História*, 45 (2014), 159-182), “O «binómio» carvão-eletricidade. Um caso exemplar: a Central Lena em Porto de Mós (Portugal)” (*De Re Metallica*, 22 (2014), 59-68) (ambos em coautoria Maria de Fátima Nunes), “Minas de «carvão de pedra» de Valverde e Cabeço do Veado (Porto de Mós): intermitência e persistência” (*Actas del XV Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico y Minero, Logrosán, Cáceres: 2014, 697-716*) (em coautoria com Pedro Miguel Callapez) e “Revisitando a mina de carvão da Bezerra, Porto de Mós, Portugal” (*II Congreso Internacional sobre Patrimonio, Museus e Turismo industrial. Porto: Universidade Católica Portuguesa e APPI, 2014, 534-541*); em 2015, foi organizador da obra *Memórias do Carvão* (Batalha: Câmara Municipal da Batalha e Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós), participando na redação de cinco capítulos. Publicou ainda o artigo “Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós” (em coautoria com Fernanda Maria Reis de Sousa) (*Cadernos de Estudos Leirienses*, 6 (2015), 29-42). Em 2016, publicou o livro *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós* (Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós); em 2017, foi um dos autores do artigo “The oldest turtle from Portugal corresponding to the only pre-Kimmeridgian plesiochelyid (basal Eucryptodira) recognized at the generic level” (*Historical Biology* 30, 8 (2017), 1050-1058) (em coautoria com Adam Pérez-García, Pedro Miguel Callapez; Luísa Machado, Elisabete Malafaia, Francisco Ortega e Vanda Santos). Este artigo dedica-se ao estudo do fóssil de uma tartaruga marinha, do Jurássico Superior, atualmente à guarda do Museu Municipal de Porto de Mós; em 2022, publicará *Contribuição para o resgate da memória da exploração de carvão natural no concelho de Porto de Mós. Mina do Sítio das Hortas* (Madrid: Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero, 2022, no prelo) (com a colaboração de Fernanda Maria Reis de Sousa).

Kevin Carreira Soares

Licenciado em História (2013) e Mestre em História Moderna (2015) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra é aluno do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: Mudança e Continuidade num mundo Global (PIUDHist). Atualmente, desenvolve tese com o título *Episcopado e Poder: a Construção dos Impérios Ibéricos na Ásia da Época Moderna (1558-1668)*, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dedicar-se sobretudo à história política e religiosa dos séculos XVI e XVII, com especial atenção para os territórios asiáticos das monarquias ibéricas em perspetiva comparada.

No âmbito da história local publicou, em 2015, o artigo “A evolução da assistência aos expostos durante o século XIX no distrito de Leiria” (*Fragmenta Historica* 4 (2015), 11-38) e o capítulo “Porto de Mós: Património Histórico e Cultural. Marcas efémeras de uma presença significativa” (*Forais - Porto de Mós. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós*, 2015, 52–62); em 2016, o capítulo “A Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós: do período liberal à contemporaneidade” (*Porto de Mós: Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós*, 2016, 133–227) e o artigo “D. António Pinheiro - mestre de fidalgos, pregador e bispo. Notas para uma biografia” (*Cadernos de Estudos Leirienses* 9 (2016), 223–28); em 2017, o livro *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços 1673-1834* (Porto de Mós: Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós; Textiverso, 2017) (em coautoria com Beatriz Rodrigues Cabral); em 2018, o capítulo “As transformações no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto de Mós, na 3.ª década do século XX” (*Phármakon: Do Combate da Enfermidade à Invenção da Imortalidade*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018, 217–28) (em coautoria com Maria Alexandra Carlos); em 2020, o artigo “A assistência hospitalar a doentes, acidentados e pobres no concelho de Porto de Mós (1922-1945)” (*Anais Leirienses – estudos & documentos* 6 (2020), 91–108) (em coautoria com Mónica Rodrigues dos Santos); em 2021, organizou o livro *Quotidianos da Revolução: O 25 de Abril no Concelho de Porto de Mós* (Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2021), participando na redação de dois capítulos. Participou nos projetos de história local relacionados com a comemoração dos 500 anos do foral de D. Manuel I (2014/2015), dos 500 anos da história da Misericórdia de Porto de Mós (2015/2016), organizou o ciclo de conferências *Porto de Mós: tempo, espaço e memória* (2018/2019) e coordenou cientificamente o projeto dedicado às comemorações do 25 de Abril (2019/2021). Participa, com frequência, na preparação de exposições, notícias, aulas, conferências e outros.

EDIÇÃO

